

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

ADÍLIO ALVES LEAL

**MIGRAÇÃO INTERNA EM CIDADES MÉDIAS: aspectos socioeconômicos e
espacialidade dos imigrantes de Montes Claros - MG a partir de análises do
Censo Demográfico de 2010**

MONTES CLAROS/MG
MAIO DE 2013

ADÍLIO ALVES LEAL

MIGRAÇÃO INTERNA EM CIDADES MÉDIAS: aspectos socioeconômicos e espacialidade dos imigrantes de Montes Claros - MG a partir de análises do Censo Demográfico de 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social.

Área de concentração: Desenvolvimento social: Poder, processos socioeconômicos e ordenamento territorial.

Orientadora: Prof^a. Dra. Anete Marília Pereira

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Esdras Leite

MONTES CLAROS/MG

MAIO DE 2013

L435m

Leal, Adílio Alves.

Migração interna em cidades médias [manuscrito] : aspectos socioeconômicos e espacialidade dos imigrantes de Montes Claros – MG a partir de análises do Censo Demográfico de 2010 / Adílio Alves Leal. – 2013.

211 f. : il.

Bibliografia: f. 178-185.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2013

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anete Marília Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Esdras Leite.

1. Migração interna – Censo Demográfico. 2. Cidades médias – Imigrantes - Montes Claros (MG). 3. Aspectos socioeconômicos - Espacialidade. I. Pereira, Anete Marília. II. Leite, Marcos Esdras. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Aspectos socioeconômicos e espacialidade dos imigrantes de Montes Claros – MG a partir de análises do Censo Demográfico de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Dissertação intitulada: **MIGRAÇÃO INTERNA EM CIDADES MÉDIAS: aspectos socioeconômicos e espacialidade dos imigrantes de Montes Claros - MG a partir de análises do Censo Demográfico de 2010**, de autoria do mestrando Adílio Alves Leal, examinado em 16/05/2013, por uma banca constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Anete Marília Pereira – orientadora (UNIMONTES)

Prof. Dr. Marcos Esdras Leite – coorientador (UNIMONTES)

Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes – examinador (PUC-MINAS)

Prof^a. Dr^a. Simone Narciso Lessa – examinadora (UNIMONTES)

MONTES CLAROS/MG
MAIO DE 2013

AGRADECIMENTOS

Foi empreendido muito esforço, diversos obstáculos transpostos, para que este trabalho fosse concluído. Gostaria de agradecer àqueles que contribuíram para tal feito:

A Deus, por ter dado ânimo nas horas mais difíceis e não ter permitido que eu desistisse;

À minha família, pela compreensão de minhas ausências e pelo apoio incondicional;

À Gildette Fonseca e Andréa Narciso, foram as primeiras que me incentivaram a prestar o processo de seleção do mestrado. Lembro-me bem quando fizeram a correção do projeto. Um agradecimento especial à minha querida Gildette, que foi muito mais que uma professora, foi uma amiga, uma mãe. Toda sua ajuda foi muito importante. Só Deus para retribuir o que fez por mim;

Ao amigo e professor Rosivaldo Antônio, pelas “trocas de figurinhas” anteriores à apresentação do texto da qualificação;

Aos professores Simone Lessa e Carlos Renato pelas importantes contribuições no exame de qualificação. Agradeço Simone por me orientar no início do mestrado;

Ao Luander Falcão, do SEBRAE-MG, por toda paciência e presteza ao me ensinar a manusear o SPSS. Sua colaboração foi fundamental para extração dos dados e geração das informações;

Ao amigo do IBGE, Paulo Cícero, por me ensinar a manusear o Microsoft Access e por auxiliar na elaboração das tabelas;

Ao coorientador Marcos Esdras, pelos subsídios dados ao texto desta dissertação, especialmente no que se refere ao refinamento da parte gráfica;

À minha orientadora, Anete Marília Pereira, por todos os ensinamentos, pela confiança e paciência depositadas. Sua experiência acadêmica, e de vida, serviram (e ainda servem) de espelho para mim.

Aos demais professores do PPGDS e amigos de sala por construírem comigo o conhecimento;

Aos parentes, amigos e amigas, que estiveram ao meu lado mesmo quando eu estava ausente. Sei que todos estavam na torcida para que este momento fosse possível.

E a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

A todos vocês, muito obrigado!

*Mande notícias do mundo de lá diz quem fica
Me dê um abraço, venha me apertar tô chegando
Coisa que gosto é poder partir sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar quando quero
Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai para nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
O trem que chega é o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida.*

Encontros e Despedidas
(Milton Nascimento e Fernando Brant)

RESUMO

As migrações são um dos diversos tipos de mobilidade espacial, acontecem desde a pré-história e são intrínsecas aos seres humanos, marcadas por uma conjugação de motivos. Trata-se de um fenômeno que representa as transformações políticas, sociais, econômicas do/no espaço geográfico, neste sentido, correlacionar sua dinâmica tornou-se um desafio para vários estudiosos. Nessa perspectiva, propomos algumas reflexões sobre o movimento migratório para Montes Claros-MG, cidade média inserida na mesorregião Norte de Minas, enfatizando aspectos socioeconômicos dos *imigrantes*, bem como sua espacialidade no tecido urbano do distrito-sede. Nosso principal objetivo foi compreender os fluxos migratórios em Montes Claros, a partir de uma leitura dos dados censitários de 2010, definindo alguns aspectos socioeconômicos dos *imigrantes*, em comparação com os dos *não migrantes*, utilizando as variáveis: trabalho, rendimento e escolaridade. Para tanto, realizamos um estudo de caráter exploratório descritivo, com avaliação quanti-qualitativa, utilizando variadas fontes de evidências: observação, pesquisa documental, análise e tabulação de dados secundários obtidos a partir dos microdados de Censos Demográficos do IBGE. Para tratamento dos dados, usamos o *software* estatístico IBM SPSS Statistics, culminando na elaboração de tabelas e gráficos que concentram as informações geradas. Utilizamos ainda o *software* Arc GIS para a produção dos mapas da espacialização dos *imigrantes* na cidade, atentando para a sua origem. Como resultado dessa pesquisa, foi possível constatar que os migrantes que chegaram recentemente à Montes Claros (período inferior a dez anos) estão distribuídos por todo o espaço urbano, ocorrendo uma maior concentração na porção centro-oeste da cidade. A análise das variáveis selecionadas possibilitou verificar que o grupo de imigrantes possuía, em comparação com o grupo de *não migrantes*, maior percentual de indivíduos com trabalho, ganhando maiores salários e com melhor nível de instrução/escolaridade.

Palavras-chave: Migração. Cidades médias. Montes Claros. Aspectos socioeconômicos. Espacialidade.

ABSTRACT

The migrations are a several types of spatial mobility, happen since of pre-history and are intrinsic to humans, marked per a combination of reasons. It is a phenomenon that represents the political transformations, social, economics of space geographic or economics in the space geographic, in this sense correlate the dynamics became a challenge for various scholars. In this perspective, proposes some reflections about the migratory movement to Montes Claros-MG, average city inserted at mesoregion Norte de Minas, emphasizing socioeconomic aspects of immigrants, well as their specialty on the urban web of district headquarters. Our main goal was understand the migratory flows in Montes Claros, from data reading census of 2010, defining some socioeconomic aspects of immigrants, in comparison than no-immigrants, using the variables: work, revenue and schooling. For both we performed a study than exploratory character descriptive, with quality-quantity evaluation, using several evidence fonts: observation, documentary search, analysis and data tabulation secondary obtained from micro data of Demographic Census IBGE. For data processing, we used the statistics *software* IBM SPSS Statistics, culminating in the table elaboration and graphics that concentrate generated information. Still we used Arc GIS software for production of maps about immigrant specializations in the city, consideration to its origin. As result this search, was possible to find that the migrants which arrived recently in Montes Claros (period under ten years) are distributed to the all urban space, occurred a larger concentration at mid-western portion of city. The variable analysis selected enabled to check that immigrants group possessed, in comparison than non-immigrants group, biggest percentage of individuals with job, earning larger salaries and with better levels of instructions / schooling.

Keywords: Migration. Average Cities. Montes Claros. Socio-Economic Aspects. Spatiality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da população brasileira segundo as regiões	79
Gráfico 2 – Percentual de participação da população brasileira segundo as regiões	80
Gráfico 3 – Brasil: população rural e urbana	82
Gráfico 4 – Taxa anual de crescimento populacional (%) do município e da cidade de Montes Claros/MG	112
Gráfico 5 – Evolução populacional do município e da cidade de Montes Claros/MG de 1970 a 2010	120
Gráfico 6 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho	130
Gráfico 7 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho	132
Gráfico 8 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: formalidade e informalidade no(s) trabalho(s)	135
Gráfico 9 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: formalidade e informalidade no(s) trabalho(s)	137
Gráfico 10 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento no(s) trabalho(s) remunerado(s)	140
Gráfico 11 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento no(s) trabalho(s) remunerado(s)	142
Gráfico 12 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes	146
Gráfico 13 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes	148
Gráfico 14 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução	153
Gráfico 15 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução	155

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Montes Claros/MG	107
Mapa 2 – Localização da cidade de Montes Claros/MG	122
Mapa 3 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG – 2010 .	157
Mapa 4 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG – 2010	158
Mapa 5 – Imigrantes (última etapa) da região Norte do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010	159
Mapa 6 – Imigrantes (última etapa) da região Nordeste do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010	160
Mapa 7 – Imigrantes (última etapa) da região Sul do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010	161
Mapa 8 – Imigrantes (última etapa) da região Centro-Oeste do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010	162
Mapa 9 – Imigrantes (última etapa) dos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro na cidade de Montes Claros/MG – 2010	163
Mapa 10 – Imigrantes (última etapa) do estado de São Paulo na cidade de Montes Claros/MG – 2010	164
Mapa 11 – Imigrantes (última etapa) do estado de Minas Gerais (exceto a mesorregião Norte de Minas) na cidade de Montes Claros/MG – 2010	165
Mapa 12 – Imigrantes (última etapa) da mesorregião Norte de Minas na cidade de Montes Claros/MG – 2010	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos movimentos migratórios	31
Quadro 2 – Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 1980	36
Quadro 3 – Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 1991	39
Quadro 4 – Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 2000	42
Quadro 5 – Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 2010	43
Quadro 6 – Paralelo entre os enfoques neoclássicos e neomarxistas em migração	64
Quadro 7 – Divisão territorial do município em área urbana e área rural	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População segundo classes de tamanho	91
Tabela 2 – Taxas Anuais de Crescimento Populacional (%)	91
Tabela 3 – Saldo Migratório 1975/1980 das cidades médias e regiões metropolitanas	95
Tabela 4 – Saldo Migratório 1986/1991 das cidades médias e regiões metropolitanas	97
Tabela 5 – Saldo Migratório 1995/2000 das cidades médias e regiões metropolitanas	99
Tabela 6 – Saldo Migratório 2005/2010 das cidades médias e regiões metropolitanas	101
Tabela 7 – Saldos Migratórios (reais e fictícios) nas cidades médias e regiões metropolitanas (%)	105
Tabela 8 – Taxa anual de crescimento populacional (%) do município e da cidade de Montes Claros/MG	112
Tabela 9 – PIB do município de Montes Claros/MG – 2010	114
Tabela 10 – Saldos Migratórios (Data Fixa) nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 – Montes Claros/MG	116
Tabela 11 – Distribuição dos imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG – 2010	125
Tabela 12 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho (%)	128
Tabela 13 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: situação no(s) trabalhos(s)	133
Tabela 14 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento(s) no(s) trabalho(s) remunerado(s) .	138
Tabela 15 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes	144
Tabela 16 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução (%)	151
Tabela 17 – População imigrante e não migrante, residentes na cidade de Montes Claros em 2010, segundo naturalidade	167

Tabela 18 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho (%)	168
Tabela 19 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: situação no(s) trabalhos(s)	169
Tabela 20 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento(s) no(s) trabalho(s) remunerado(s)	169
Tabela 21 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes	170
Tabela 22 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução (%)	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
CE	Ceará
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CM's	Cidades Médias
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ES	Espírito Santo
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPES	Instituto de Pesquisa em Saúde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIN	Plano de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REBEP	Revista Brasileira de Estudos de População
RJ	Rio de Janeiro
RM's	Regiões Metropolitanas
RMNE	Região Mineira do Nordeste
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação de Automática
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UF	Unidade da Federação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNIMONTES

Universidade Estadual de Montes Claros

USP

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 MIGRAÇÃO E MIGRANTES: conceitos, base de dados e metodologia	28
1.1 Revisitando conceitos	28
1.2 Base de dados	34
1.3 Metodologia	44
2 LEIS E TEORIAS DAS MIGRAÇÕES	49
2.1 Localizando o contexto dos estudos das migrações	49
2.2 O desafio teórico e as tendências nas análises migratórias	68
3 ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS: espaços e tempos	74
3.1 História dos fluxos migratórios brasileiros	74
3.2 Cidades Médias: espaço de crescimento populacional e atração de migrantes	87
4 FLUXOS MIGRATÓRIOS EM MONTES CLAROS/MG DE 1980 A 2010: contextos históricos, políticos e econômicos	107
4.1 Montes Claros: surgimento e evolução	107
4.2 Interfaces entre os contextos político-econômicos e a migração em Montes Claros/MG entre 1980 a 2010	114
4.3 Aspectos socioeconômicos e espacialidade dos imigrantes da cidade de Montes Claros/MG: análises do Censo Demográfico de 2010	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	178
APÊNDICES	186
ANEXOS	193

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios existem desde a pré-história e são inerentes à condição humana, relacionando-se a vários contextos, fatores e motivos, a saber: econômicos, políticos, sociais, familiares, ambientais, culturais, étnicos. Podem se dar de forma espontânea, controlada ou forçada, mas em vez de se manifestar de modo único, a prevalência aponta para um sistema de conjugação de motivos de surgência. Neste sentido, a complexidade de entender e esclarecer o assunto tornou-se um desafio para vários pesquisadores interessados nos estudos, além de destacar sua importância na sociedade pós-moderna.

Becker (2006, p. 341) conta que nas “[...] sociedades primitivas, a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários”. Assim, os deslocamentos da era primitiva estavam fortemente atrelados aos modos intuitivos de subsistência, e estes, por sua vez, imbricados aos fenômenos naturais.

Na sociedade capitalista os fluxos migratórios estão predominantemente atrelados ao contexto econômico, a mobilidade funciona como meio de reprodução do capital, pois a força de trabalho é fundamental para maximização do lucro. A partir do advento da primeira Revolução Industrial, esta propiciou mudanças significativas nas relações sociais implicando diretamente nas migrações. Para Oliveira e Stern (1980, p. 254):

As migrações internas adquiriram magnitude a partir das grandes transformações sociais resultantes da revolução industrial. Nos países da Europa Ocidental, a Revolução Industrial traduziu-se em uma demanda crescente de mão-de-obra criada pelo processo de industrialização da economia. As cidades nas quais a indústria se localizou tinham taxas de crescimento demográfico muito baixas, devido à prevalência de taxas de mortalidade bastante elevadas e de taxas de natalidade bastante baixas [...]. Devido a esses diferenciais, as necessidades de mão-de-obra urbana foram, em princípio, satisfeitas como o “excedente” de população do campo, enquanto que a população residente no campo se matinha mais ou menos constante em números absolutos.

De fato, historicamente o contexto da primeira Revolução Industrial, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, é um marco que se destaca nos registros de

transformações sociais que dela decorrem, resultância de um crescimento econômico relevante, e este, por vez, promoveu mudanças significativas nos modos de observar a população. Neste contexto, Thomas Robert Malthus¹ (1883), no início do século XIX, introduziu princípios analíticos sobre população, sociedade, mercado e migração. Nas palavras de Fazito (2005, p. 39),

[...] o marco analítico estabelecido por MALTHUS no início do século XIX é fundamental para a compreensão de como as migrações (como componentes populacionais) são instauradas no campo científico, tendo como substrato empírico os deslocamentos populacionais da recente sociedade industrial e conquistas territoriais do novo mundo.

É válido ressaltar que Malthus, em seus trabalhos, desenvolveu apenas um estudo implícito dos mecanismos migratórios, portanto, somente a partir de 1885, surgiram as Leis de Ravenstein, consideradas marco teórico das migrações.

Seguindo a linha de estudos migratórios de Ravenstein (1980), juntamente com outros trabalhos de pesquisadores como Lee (1980) e Todaro (1980), para citar alguns, desenvolveu-se a “corrente neoclássica” que trata as migrações como um deslocamento marcado pela decisão individual e racional, analisando as áreas de atração e repulsão. Alinhada às ideias de Singer (1980), Gaudemar (1976), Germani (1970), entre outros, surge a corrente “histórico-estruturalista” ou “neomarxista”, tratando a migração como fenômeno da sociedade, envolvido por um contexto histórico.

Independente da linha de pensamento há um consenso que o fator determinante da migração é o econômico. Na contemporaneidade, existem vários saberes que desenvolvem pesquisa sobre a temática, a exemplo da Geografia, Ciências Sociais, Economia, História, Demografia, entre outras, reforçando seu caráter interdisciplinar, e as tendências apontam uma contextualização dos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais.

Compreender a dinâmica das migrações é determinante para analisar as transformações das sociedades em um determinado espaço-tempo. No caso específico da formação histórica, geográfica e territorial do Brasil, podemos inferir

¹ Economista britânico que viveu de 1756-1834, considerado o “Pai da Demografia”.

que está diretamente ligada aos fluxos migratórios, inicialmente, dos europeus (portugueses, espanhóis, holandeses, para citar alguns), posteriormente, africanos e asiáticos.

O espaço geográfico brasileiro foi efetivamente ocupado pelos portugueses a partir de 1530², mas ele já abrigava população indígena. No período colonial (1530-1822) o Brasil foi regido por vários contextos econômicos: no século XVI havia a extração da madeira pau-brasil, no entanto, não era uma atividade predominante, na verdade, esta foi uma fase muito mais de reconhecimento do território, definido pelo Tratado de Tordesilhas³, que cabia a Portugal; no século XVII o açúcar é destaque como produto de exportação, além da cana, a pecuária interioriza e torna-se importante para a descoberta jazidas de ouro e diamantes; no século XVIII e XIX várias atividades se espalharam pela Colônia em pontos específicos do território: atividade mineradora, pecuária, extração de látex, drogas do sertão, produção de fumo, algodão, cana-de-açúcar, mas, sem dúvida, o café se tornava o carro-chefe da economia.

Algo que foi comum em todas as conjunturas econômicas destacadas acima foi a vinda de negros africanos trazidos para trabalhar, primeiramente, no cultivo de cana-de-açúcar, posteriormente, na extração mineradora e na lavoura de café. Especificamente no século XIX, os fluxos migratórios foram bastante incentivados com a abertura dos portos brasileiros e pela possibilidade de estrangeiros serem proprietários de terras no Brasil. A proibição do tráfico de escravos, através da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, e a abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea, de 1888, facilitaram a migração para o Brasil, vieram pessoas para trabalhar, majoritariamente, na atividade cafeeira.

² De 1500 a 1530 compreende o período Pré-Colonial.

³ O Tratado de Tordesilhas foi assinado em junho de 1494 e estabeleceu um meridiano situado a 370 léguas a oeste da Ilha de Cabo Verde (continente africano). As terras a oeste do meridiano pertenciam à Espanha e as situadas a leste eram de domínio português. Dessa forma, parte das terras do território que hoje compõe o Brasil ficaria sob o domínio de Portugal. Théry e Mello (2005, p.32) pontuam: “[...] Tratado de Tordesilhas (que demarcou, em 1494, possessões espanholas e portuguesas) era limitado pelo meridiano que passa pela foz do rio Amazonas. Dois séculos e meio depois, as fronteiras atuais, quase três mil quilômetros a oeste da anterior, já eram atingidas na maior parte da sua extensão, [...]”.

A partir de 1930, com a crise da economia cafeeira e a industrialização que se dinamizava, Martine e Carvalho (1989) dizem que o Brasil vivenciou um deslocamento populacional em duas direções: I – a população camponesa migrando para o interior dos estados, destaque para o oeste de São Paulo e, posteriormente, para o norte e oeste do Paraná e Santa Catarina; II – uma migração massiva de pessoas para as cidades, com destaque para o eixo Rio – São Paulo. Neste último direcionamento, Barcellos (1995, p. 296) acredita que:

Nos anos 50, o novo patamar da industrialização veio acentuar essa tendência, que se encaminhou na direção de uma configuração altamente concentrada na Região Sudeste, característica que marca a urbanização brasileira ainda no período mais recente.

A transição do Brasil rural para o urbano, atrelada à industrialização fez com que as pessoas migrassem no espaço geográfico à procura de melhores condições de vida. A partir da década de 1940, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro foram os principais destinos, entretanto, no decorrer das décadas de 1950 a 1990, o governo incentivou a ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte do país, ou seja, as novas fronteiras agrícolas. Para Martine (1987) somente a partir da década de 1960, com a inserção de transformações importantes na produção agrícola, foi que se tornou destaque o significado da migração rural-urbana e a concentração populacional nas metrópoles.

A partir da década de 1970 a descentralização industrial do eixo Rio – São Paulo se torna mais visível, proporcionando uma (re)-(des)configuração do território brasileiro e um (re)direcionamento das migrações. Brito (2009) discorre que até os anos de 1980 as pessoas migravam na esperança de melhorar suas condições de vida, tanto econômica quanto socialmente. Os aglomerados metropolitanos representavam os lugares possíveis de viabilizar a articulação entre a mobilidade espacial e social, principalmente para a população residente no meio rural, que acreditava que a migração para as grandes cidades “resolveria seus problemas”.

Tal concepção possui ressalvas, tendo em vista que muitos são os problemas que assolam as metrópoles como: dificuldade das pessoas de inserirem no mercado de

trabalho; a violência; o alto custo de vida aliado à dificuldade de inserção social, enfim, as desigualdades sociais.

[...] as profundas mudanças nos aspectos técnicos da produção industrial e agrícola introduzem outras **alternativas locacionais** para as atividades produtivas industriais, **fora das concentrações metropolitanas**, bem como estabelecem novas relações entre a produção agrícola e a indústria, colocando grandes desafios aos estudiosos das migrações, já que implicam o surgimento de uma maior complexidade no quadro de manifestações do fenômeno. (BARCELLOS, 1995, p. 297) (grifo nosso).

As cidades médias começam a despontar no cenário brasileiro como opção de investimentos econômicos, incentivados, principalmente, por meio de políticas públicas, propiciando, por consequência, um redirecionamento dos fluxos migratórios. Vale lembrar que o governo brasileiro buscou ocupar regiões mediante incentivos fiscais para a instalação de indústrias, nesta perspectiva, as cidades médias foram as escolhidas para receberem os investimentos e cumprirem sua função de “diques” de migrantes.

A noção de cidade média “[...] desenvolveu-se a partir dos anos 1950 e 1960, na Europa Ocidental e especialmente na França”. (AMORIM FILHO E SENA FILHO, 2007, p. 21). As cidades médias apresentam características semelhantes às cidades grandes: vias de escoamento, industrialização, polarização regional, setor terciário diversificado, enfim, propiciam um vasto campo de estudos, inclusive as migrações. No Brasil a “[...] primeira contribuição ocorre no início dos anos de 1970, em Belo Horizonte, Minas Gerais”. (AMORIM FILHO E SENA FILHO, 2007, p. 21).

O termo “cidade média” foi bastante utilizado nas políticas públicas de planejamento urbano que tinham como prioridade conter a migração para as metrópoles e criar polos de desenvolvimento em regiões periféricas. Apesar de amplamente utilizada, a expressão não possui uma definição teórica precisa. Vários termos correlatos são utilizados para fazer inferência: “cidade intermediária”, “cidade regional”, “cidade de médio porte” e “centros regionais”. Soares (1999, p. 60-61) resume os elementos indispensáveis de uma cidade média, a saber:

[...] tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida, atributos que podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica, que diversifica segundo sua localização espacial. Desse modo, podemos dizer que as cidades médias ou intermediárias são definidas pelo lugar que ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global.

Neste contexto, na década de 1960, a cidade de Montes Claros, pertencente à Região Mineira do Nordeste (RMNE), foi beneficiada com os incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além disto, outros fatores conjunturais permitiram que se tornasse centro regional. Na década de 1970, Montes Claros passou por transformações importantes em direção ao desenvolvimento econômico marcado pela inserção do município na área da SUDENE, com destaque no processo de industrialização instaurado, apoiado pelo governo federal, e as consequências dele decorrentes. Um fato importante foi o aumento da atratividade de Montes Claros para que pessoas de municípios circunvizinhos buscassem nela uma preferência em relação a outros lugares em desenvolvimento.

Atualmente (2013), a cidade de Montes Claros é a maior aglomeração urbana da mesorregião Norte de Minas, é um centro dinâmico que oferece serviços complexos de saúde, possui comércio diversificado, vários cursos de ensino superior, lazer e abriga sede de órgãos públicos (PEREIRA, 2007). Acredita-se, portanto, que Montes Claros reúne elementos que a caracterizavam como cidade média, sendo, inclusive, local de atração de migrantes.

O tema proposto neste trabalho funda-se no fato de que Montes Claros é uma cidade com características importantes que ela se remete ao termo, *cidade polo*, em certo modo constante nos dizeres e nos sentimentos, particularmente, dos norte-mineiros. É fato que ela está imprimindo o seu *status* de cidade média, no que diz respeito às características para seu enquadramento no termo, mas a escolha de se estudar Montes Claros, reside no fato de ela ter uma prevalência maior, em relação aos municípios do Norte de Minas, de absorção de migrantes⁴, por características

⁴ A migração abordada por este trabalho é a “interna”, ou seja, movimentos de pessoas que ocorrem dentro de um mesmo país. Não trataremos da migração de estrangeiros. Veremos mais detalhes sobre estes termos à frente.

aparentemente vantajosas em certos momentos dos contextos históricos, políticos econômico e social.

As teorias mobilizadas na discussão que configura o tecido da sistematização do estudo migratório são condicionantes para compreender o fenômeno nas cidades médias, com fortes tendências que perpassam a (re)significação e a ultrapassagem de cada uma delas e seus pontos de contato. Nesta medida, algumas perguntas para a pesquisa surgem na intenção de problematizar o tema, quais sejam:

Em que medida o fenômeno migratório observado em Montes Claros, levando em conta o seu conjunto de transformações ocorridas até chegar a sua condição de cidade média, se ancora nos modelos propostos pelas correntes teóricas de migração? Se Montes Claros, cidade média, tem uma atratividade migratória, cabe interrogar: quais os aspectos socioeconômicos predominantes destes imigrantes⁵? Como ocorre a espacialização na cidade de Montes Claros?

Sabemos que as cidades médias apresentam crescimento populacional maior que as cidades pequenas e as cidades grandes, bem como, exercem atratividade migratória majoritária, e, em razão dos motivos já elencados neste texto, acreditamos que Montes Claros, enquanto cidade média, se inscreve nesta tendência. Mas é comum pensarmos que a população que imigra possui baixa escolaridade e qualificação profissional, trabalha na informalidade e que sua renda é baixa, representando assim um problema socioeconômico. Diferentemente desta visão, a hipótese levantada é que esta população *imigrante*, de um modo geral, possui características econômicas e sociais semelhantes à população *não migrante*, cremos, inclusive, que em alguns aspectos, estas condições sejam melhores. Assim, utilizamos o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dividimos a população de Montes Claros em dois grupos (*imigrantes* e *não migrantes*) e comparamos algumas variáveis como: trabalho, rendimento e escolaridade, com intuito de confirmar ou refutar a hipótese.

⁵ Imigrante é o indivíduo que “chega”, ou seja, pessoa que entra em determinado lugar. Neste trabalho, imigrante é a pessoa que veio de outro lugar para Montes Claros. Veremos, à frente, mais detalhes deste conceito.

Do ponto de vista epistemológico, este trabalho pode representar um aporte importante para esclarecer como teorias subjacentes ao estudo dos processos migratórios funcionam em relação às cidades médias e em que medida os aspectos socioeconômicos dos *imigrantes* se assemelham aos dos *não migrantes*.

A proposta é, portanto, analisar algumas teorias sobre migrações, sistematizando-as e organizando-as para esclarecer o fenômeno nas cidades médias, bem como saber certas singularidades que requerem a impressão de (re)leituras do implícito que certos dados disponíveis dos Censos Demográficos guardam.

Em busca de respostas das indagações apresentadas, estabelecemos como objetivo geral compreender os fluxos migratórios em Montes Claros, a partir de uma leitura dos dados censitários de 2010, definindo alguns aspectos socioeconômicos dos *imigrantes*, em comparação com os dos *não migrantes*, utilizando as variáveis: trabalho, rendimento e escolaridade. Para melhor desenvolver o tema de estudo, foram propostos como objetivos específicos: discutir as teorias migratórias, bem como realizar um estudo histórico dos fluxos migratórios brasileiros; localizar as discussões em torno do assunto “cidade média”, focando sua predisposição em atrair migrantes; conhecer a evolução histórica de Montes Claros, estabelecendo uma interface entre os contextos históricos, políticos e econômicos e os fluxos migratórios internos ocorridos em cada década (1980 a 2010), numa tentativa de buscar respostas para a atratividade de migrantes; comparar as condições socioeconômicas dos *imigrantes* de Montes Claros (trabalho, rendimento e escolaridade) através dos cruzamentos de informações do Censo Demográfico de 2010 numa analogia com as mesmas condições da população *não migrante*; espacializar os imigrantes no tecido urbano e; refletir sobre suas contribuições para a construção da cidade de Montes Claros.

O recorte espacial foi a cidade de Montes Claros porque maior parte da população nela reside. É importante frisar, em relação ao capítulo que remonta a história de Montes Claros, a utilização de dados a partir do Censo Demográfico de 1980 uma vez que capturou as transformações ocorridas ao longo da década anterior, por isto, optamos por trabalhar a partir dele por entender que foi um marco importante para os estudos sobre migração, e, especificamente no caso de Montes Claros, por ter

sido na década de 1970 que os processos políticos, econômicos e sociais permitiram que a cidade começasse a atrair grandes contingentes populacionais e se tornasse uma cidade polo. No que se refere às análises de espacialização e os aspectos socioeconômico, utilizamos o Censo Demográfico de 2010.

Nesta medida, esperamos construir um volume de informações capaz de contribuir para a escrita de um documento sobre os aspectos migratórios em que Montes Claros tornou-se destaque. Estas impressões são importantes para o construto de respostas sobre a importância socioeconômica dos imigrantes para o desenvolvimento de Montes Claros. Além disso, propomos aqui um viés, do ponto de vista epistemológico, em que este trabalho possa colaborar como aporte teórico e técnico para o estudo de migrações em cidades médias.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro contempla uma explanação dos conceitos de migração e migrantes, demonstramos a base de dados que foi utilizada neste trabalho, bem como a metodologia adotada.

No capítulo seguinte fizemos uma revisão bibliográfica sobre os primeiros deslocamentos populacionais, focando os movimentos migratórios e as discussões das correntes neoclássico-funcionalista e a histórico-estruturalista. Além destas correntes, destacamos algumas teorias que tratam do tema migração. Posteriormente apontamos as tendências atuais e o desafio teórico no estudo do fenômeno migratório.

No terceiro capítulo tratamos a história dos fluxos migratórios brasileiros, desde o período do “descobrimento” do Brasil até a atualidade. Demos maior enfoque nas discussões que acreditam ser as cidades médias polo de atração de migrantes.

O capítulo seguinte dividiu-se em três tópicos. No primeiro fizemos uma breve revisão sobre a história de Montes Claros, pontuando sobre a vinda da ferrovia em 1926, as políticas de desenvolvimento regional da SUDENE a partir de sua implantação em 1963, e a consolidação de Montes Claros como cidade média, polo regional; no tópico seguinte nos propusemos conhecer as dimensões espaciais das migrações para Montes Claros averiguando sua relação com a história e os

contextos socioeconômicos. Para tanto, utilizamos os dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Sabendo que os fatores históricos e socioeconômicos são determinantes para o estudo destes deslocamentos, portanto, as primeiras observações e tabulações dos fluxos migratórios de Montes Claros foram feitas neste espaço. O último tópico contemplou o resultado da pesquisa realizada. A intenção foi apreciar os microdados do Censo Demográfico de 2010, espacializando a localização dos *imigrantes* dentro da cidade, especificando suas condições socioeconômicas, buscando cruzar informações de migração com trabalho, rendimento e educação, tentando estabelecer uma comparação com os *não migrantes*, utilizando as mesmas variáveis de análise.

CAPÍTULO I

1 MIGRAÇÃO E MIGRANTES: conceitos, base de dados e metodologia

Neste capítulo abordamos os conceitos de migração e migrantes, demonstramos a base de dados utilizada, bem como o caminho metodológico. Os conceitos são os mais diversos possíveis, por isto, faz-se necessário apresentá-los para ter noção de quão amplas são as possibilidades de estudos. A base de dados é vasta, temos desde os Censos Demográficos de 1980 a 2010, sem dizer em outras fontes que não utilizamos neste trabalho, mas que tratam dos aspectos migratórios, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), todas pesquisas realizadas pelo IBGE. Na metodologia dizemos quais conceitos adotamos, bem como a base de dados a ser analisada.

É importante entender as migrações dentro de cada contexto histórico para compreendermos sua importância nas transformações econômicas e sociais. Percebemos que a cada contexto uma nova forma de se olhar para a migração é inaugurada, assim, diversos subsídios de estudos sobre fluxos populacionais e políticas públicas são lançados.

1.1 Revisitando conceitos

A mobilidade geográfica ou espacial de uma população sempre foi um assunto de grande interesse do homem, principalmente pelo fato de ser ele o principal agente, e também, pela gama de conhecimentos que se produz ao desvelar os fatores históricos, políticos e econômicos interagidos com a dinâmica demográfica. Ela é multifária, ou seja, alcança enormes proporções, vai de poucos metros a vários quilômetros (desde o ir e vir do trabalho, até uma mudança definitiva para o exterior); envolve todo tipo de pessoas (em razão da classe socioeconômica, cor, sexo, idade, para citar alguns) e; se organiza ou se classifica em função das diversas filiações teóricas e metodológicas, dependendo da abordagem que se queira privilegiar.

A migração é uma entre os diversos tipos de mobilidade e/ou deslocamento espacial das pessoas e, para diferenciá-la das demais, a análise de algumas variáveis são imprescindíveis, quais sejam: o lugar e o tempo.

Neste trabalho utilizamos alguns conceitos que procuramos elucidá-los para melhor compreensão do texto.

Segundo o IBGE (1969, p. 62) migração é,

[...] uma forma de mobilidade geográfica ou mobilidade espacial de um país para outro ou, dentro do mesmo país, de uma região para outra, envolvendo, em geral, a transferência de residência do lugar de origem ou local de partida para o lugar de destino ou lugar de chegada.

A Organização das Nações Unidas (ONU) (1980, p. 322) a define,

[...] como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima específica), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou numa mudança de residência.

As definições do IBGE e da ONU são gerais, uma vez que não tratam de uma migração específica. Na concepção de Carvalho e Rigotti (1999), migração é o deslocamento humano permanente de residência ocorrido entre unidades espaciais predefinidas (municípios, microrregiões, mesorregiões, estados, países), em um determinado período.

Desta forma, a migração é um tipo de mobilidade que implica numa mudança permanente de lugar de residência habitual, isto quer dizer que a pessoa passa a morar em um novo lugar diferente daquele de outrora. Por questões prevaletes em análises estatísticas, a migração passa a ser definida como mudança de uma unidade administrativa para outra.

Mas a migração não se reduz à transferência de um contingente humano que, em determinado período, desloca-se entre duas regiões e muda de residência de forma permanente. Uma definição mais criteriosa teria que incluir outras possibilidades como, por exemplo, a migração de retorno dos naturais às suas áreas de origem e abranger também as migrações temporárias [...] tão importantes quanto as permanentes e podem até ser mais expressivas, sob o aspecto numérico ou sócio-econômico. (SALIM, 1992, p. 121)

Devemos ressaltar que, conforme Salim (1992), o uso apenas das variáveis lugar e tempo não são suficientes para a compreensão científica da migração, uma vez que elas buscam a aferição empírica do fenômeno com a utilização de dados demográficos padronizados. O estudo deve extrapolar as modelagens estatísticas e avançar para um estudo do fenômeno numa ótica social, envolvendo múltiplos movimentos.

Pela quantidade e diversidade de conceitos, é impossível definir um que seja o melhor, afinal, segundo Salim (1992, p. 119) “[...] inexistente unanimidade no entendimento do que seja migração, migrante ou, simplesmente, mobilidade [...]” e as várias correntes teóricas irão adotar um ou outro em razão daquilo que pretendem enaltecer.

Neste trabalho, na metodologia de análise, consideramos os dados censitários do IBGE que tratam o município como a menor unidade geográfica. Esta classificação elimina outros tipos de mobilidades que não serão migratórios, como por exemplo: o nomadismo, as pessoas que tem dois locais de residência (um permanente e outro de uso ocasional), as pessoas que mudam de uma casa para outra dentro da mesma cidade, entre outros. Por exemplo: ir de um ponto na divisa adjacente para outro, ambos situados em diferentes unidades administrativas, será considerado migração mesmo que a distância seja reduzida; ao passo que não será considerada migração deslocamentos a distâncias maiores, como de um extremo a outro de um mesmo município, quando não há cruzamento de fronteiras administrativas. Assim, a distância não terá relevância para dizer se houve ou não migração, uma vez que trabalhamos com os dados censitários do IBGE que consideram o atravessamento que as pessoas fazem de uma unidade administrativa para outra. Outrossim, a distância é importante na seletividade migratória já que a maioria dos fluxos migratórios tendem a ocorrer em áreas mais próximas do local de origem.

Motta (2008) apresenta três classificações dos movimentos migratórios (Quadro 1), no entanto, ela pondera que outros tipos podem ocorrer em razão de determinadas regiões, ou mesmo, subdivisões dentro de um mesmo tipo.

Quadro 1 - Classificação dos movimentos migratórios

Em função das distâncias e/ou fronteiras atravessadas	Migração internacional ou externa: movimento realizado entre países. Neste caso o migrante pode entrar legal ou ilegalmente em outro país que não o seu de nascimento.
	Migração nacional ou interna: o movimento ocorre dentro de um único país, porém ele pode ser inter-regional (quando o movimento ocorre entre as regiões do país) ou intra-regional (quando o movimento ocorre dentro de uma mesma região).
Segundo o tempo de permanência do migrante	Migração permanente: o movimento ocorre e o indivíduo permanece no local de destino até o final do período pesquisado sem migrar para outro local ou retornar para a origem.
	Migração temporária: o indivíduo migra por um tempo determinado ou indeterminado para certa região, mas sempre com a intenção de retornar à origem.
Em relação à natureza do movimento	Migração espontânea: ocorre quando o desejo parte do próprio migrante.
	Migração forçada: natureza involuntária do movimento, a migração ocorre devido a interferências externas, como por exemplo, desastres ambientais, interesses políticos, guerras etc., nestes casos os migrantes são denominados de refugiados.
	Migração controlada: quando o Estado controla numérica ou ideologicamente a entrada e/ou saída de migrantes.

Fonte: Mota (2008)

Org.: LEAL A. A., 2013

A migração temporária é também denominada como sazonal ou de transumância. Como exemplo, podem-se citar os deslocamentos de trabalhadores rurais do estado da Bahia e do estado de Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo, na época do corte de cana-de-açúcar. Com o término do trabalho, eles retornam para suas residências. Há autores, como Rigotti (1994), que não consideram este tipo de deslocamento como migração pelo fato de não ser permanente.

De forma bem clássica, os movimentos migratórios se dividem conforme descrito no quadro 1, no entanto, cabe ressaltar que dentro dessa classificação outras subclassificações podem ocorrer, como por exemplo, o deslocamento pendular e a migração de retorno.

O deslocamento pendular é caracterizado pelo movimento diário das pessoas entre o município de residência para outros municípios por motivos de trabalho, estudo, atendimento de saúde, entre outros.

A migração de retorno é o movimento de pessoas que se deslocam para outras localidades (destino), com mudança de residência, e, ao final de um tempo, retornam à localidade de nascimento. Este fluxo demonstra o elo forte que liga os migrantes aos locais de origem, à sua história e ao seu lugar. Nas análises que fizemos ao longo deste trabalho, adotamos o conceito acima, embora, Rigotti (2000) afirme que migrante de retorno independe de naturalidade.

Quando o movimento migratório é de entrada em determinado lugar ele é denominado imigração; quando é de saída, chama-se emigração. Segundo o IBGE (1969, p. 62):

As palavras imigração e emigração se referem ao movimento para dentro e para fora, respectivamente, de certo território. A migração processada de um mesmo país e que consiste no deslocamento entre diferentes partes desse (sic) território constitui a migração interna.

Em linhas gerais, migrante é a pessoa que efetuou uma mudança de local de residência, estabelecendo-se em outra unidade geográfica (município, estado ou país). Para a ONU (1980, p. 322): “Migrante é a pessoa que mudou de local de residência habitual de uma área definidora da migração para uma outra (ou que se deslocou a uma distância mínima especificada), pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado”.

Quando as pessoas saem de determinadas unidades espaciais (municípios, estados, países) eles são considerados “emigrantes” e os espaços são denominados de “saída/origem/repulsão”, já os indivíduos que entram, são considerados “imigrantes” e os espaços são chamados de “entrada/destino/acolhida”. Portanto, uma pessoa é, ao mesmo tempo, emigrante quando sai de um determinado lugar e imigrante quando entra em outro. Lee (1980, p. 100) diz que não importa “[...] quão curto ou quão longo, quão fácil ou quão difícil,

a verdade é que todo ato migratório implica num lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes”.

No que se refere à classificação do imigrante, temos o interno e o externo. A ONU (1980, p. 324) define:

Imigrante interno é uma pessoa que ingressa numa área definidora da migração, cruzando seus limites a partir de um ponto que se situa fora dela mas dentro do mesmo país. Deve-se distingui-lo do **imigrante externo**, que é um migrante internacional que ingressa numa área, procedente de um lugar fora do país. (grifo nosso).

Quanto ao emigrante,

[...] **interno** é a pessoa que sai de uma área definidora da migração e cruza seus limites em direção a um ponto situado fora dela, mas dentro do mesmo país. Deve-se distingui-lo do emigrante **externo**, que é um migrante internacional que sai de um outro país, cruzando uma fronteira internacional. (ONU, 1980, p. 324) (grifo nosso).

A pessoa natural, segundo o IBGE (2010b, p. 37), é aquela que “[...] nasceu no município em que residia, ainda que este tenha mudado de nome, sido emancipado ou incorporado a um novo município”; já a pessoa não natural é aquela que “[...] não nasceu no município em que residia”. Nessa classificação, consideramos, ainda, que a pessoa nascida em maternidade ou casa de saúde fora do município de residência materna, mas que, logo após o nascimento, foi para aquele em que a mãe morava, foi considerada como natural do município de residência da mãe naquela ocasião.

Com relação às áreas de origem e destino, classificamos a primeira como sendo,

[...] aquela a partir da qual se dá o deslocamento. Do ponto de vista dos migrantes, a área de origem pode ser: a) a área de residência em início do intervalo migratório; ou b) área de residência a partir da qual se procedeu o último deslocamento. A forma de definir a área de origem depende da natural da informação de que o analista puder dispor. (ONU, 1980, p. 322)

E a área de destino (de entrada) é aquela “[...] onde termina um deslocamento [...]”. Do ponto de vista dos migrantes, [...] é a de residência ao final do intervalo migratório considerado.” (ONU, 1980, p. 322).

O IBGE (1969, p. 62) diz que: “O total de entradas de imigrantes e saídas de emigrantes constitui a migração total ou o volume total das migrações”. No âmbito dos estudos sobre migrações existe o saldo migratório que, segundo Carvalho e Rigotti (1999), pode ser definido como a diferença entre imigrantes e emigrantes em uma determinada data fixa.

Após a introdução dos conceitos até o momento, apresentamos na sequência um esboço da base de dados que foi utilizada ao longo desta dissertação, afinal, através do cruzamento dos dados com a utilização criteriosa dos conceitos aqui abordados é que produzimos a empiria deste trabalho.

1.2 Base de dados

O propósito desta dissertação é fazer uma análise das migrações internas a partir dos Censos Demográficos de 1980 a 2010 em Montes Claros-MG. Apenas o Censo Demográfico de 2010 foi utilizado para espacializar a distribuição dos imigrantes na cidade de Montes Claros, bem como para extrair algumas informações permitam definir alguns de seus aspectos socioeconômicos.

A principal base de dados são os blocos de migração dos respectivos Censos Demográficos, e, por conseguinte, os quesitos investigados nessa temática. Este subtítulo tem intenção de explorar as possibilidades de estudo dos fluxos migratórios, elucidando como foram investigadas as migrações, e tentando mostrar quais informações se desejava extrair em cada quesito e/ou da combinação de alguns deles. De antemão, veremos que em cada Censo Demográfico o bloco de migração foi passando por alterações, ora quesitos eram inseridos, ora retirados, conforme Anexos A, B, C e D.

Em resumo, os Censos Demográficos analisados incorporam a maioria dos quesitos importantes para o estudo das migrações internas: o “lugar de nascimento”, “tempo de residência”, “lugar da última residência” e “data fixa” (residência anterior nos últimos cinco anos). É bom ressaltar que questionários censitários do IBGE, especificamente os blocos de migração, possuem uma dinamicidade e, em função

das respostas dadas, eles direcionam para determinadas perguntas, saltando outras que não carecem ser investigadas.

O Censo Demográfico de 1980 permitiu retratar as mudanças ocorridas ao longo da década de 1970, tais como o processo de urbanização e metropolização brasileira e, neste contexto, a migração interna teve uma parcela significativa nesta participação, pois a maioria dos fluxos foi direcionada para a área urbana em razão da economia industrial responsável pelo crescimento das cidades e das regiões metropolitanas. Outro ponto passível de comparação foram as diferentes formas de inserção dos migrantes e não migrantes na nova configuração socioeconômica e territorial brasileira, variáveis como, educação e rendimento puderam ser cruzados com as informações sobre deslocamentos migratórios.

Hasenbalg (1991) nos diz que até a década de 1970 encontramos variadas informações sobre as principais tendências migratórias no país, reforça ainda que, a intensidade do crescimento urbano, a evasão populacional de áreas rurais, a definição de políticas de migrações internas associadas aos estudos desenvolvidos no âmbito do planejamento, permitiram muitas pesquisas científicas, algumas, inclusive, incentivadas por órgão do governo.

O Censo Demográfico de 1980 trouxe algumas novidades em comparação com o Censo Demográfico de 1970: os quesitos do bloco de migração eram respondidos por todos os moradores do domicílio selecionado e não apenas pelos não naturais do município; a possibilidade de saber de qual município vinha o migrante que mudou há menos de 10 anos (última etapa). Outro ganho sobre a temática migratória foi a incorporação do quesito 27 (Anexo A) que captou a quantidade de pessoas que se deslocava para outro município a trabalho ou estudo. A análise do movimento pendular desmitificou a concepção de que o centro é o local preferido das pessoas de maior poder aquisitivo e a periferia o lugar da população de baixa renda. Por este quesito, conciliado com os quesitos relacionados ao rendimento, constatou-se que os movimentos pendulares são realizados pelas mais diversas classes de pessoas, com rendimentos os mais diversos possíveis. O quadro 2 apresenta as variáveis, quesitos do Censo Demográfico de 1980.

Quadro 2 - Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 1980

Variáveis	Quesitos	Descrição
1 - Lugar de nascimento: país estrangeiro, Estado (Unidades da Federação - UF) e município.	11 - Nacionalidade. 12 - Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento. 13 - Nasceu neste município?	Por meio destas variáveis e destes quesitos é possível saber a naturalidade da pessoa e saber se ela é migrante ou não.
2 - Tempo de residência.	16 - Há quantos anos mora nesta Unidade da Federação? 17 - Há quantos anos mora neste município?	É possível saber quando aconteceu o deslocamento e de qual UF vieram os migrantes, além de saber também o tempo de residência, permite buscar relações com os contextos econômicos e sociais.
3 - Situação de residência anterior: rural ou urbana?	14 - Neste município morou: só na zona urbana; só na zona rural; nas zonas urbana e rural? 15 - No município onde residia anteriormente morava: só na zona urbana; só na zona rural; nasceu?	Permite saber se a pessoa já deslocou, no mesmo município, do meio rural para o urbano e vice-versa. Permite também saber se pessoa que veio anteriormente de outro município residia no meio rural ou urbano.
4 - Migração de "última etapa".	Combinação entre os quesitos 15, 17 e 18. 18 - Se no quesito 17 respondeu <i>Menos de 10 anos</i> , indique o nome o município e a sigla da UF ou país estrangeiro em que morava antes.	Permite saber a última etapa da migração das pessoas naturais e não naturais residentes nos municípios onde foram pesquisados, e, caso a migração tenha acontecido há menos de 10 anos, permite saber o último município de residência anterior e se esta migração ocorreu internacionalmente, inter ou intraestadual. A partir da combinação destes quesitos contereamos informações sobre as dimensões espacial e temporal.
5 - Pendularidade.	27 - Município em que trabalha ou estuda.	Permite saber os deslocamentos pendulares entre os municípios em razão de trabalho e/ou estudo.

Fonte: Censo Demográfico de 1980 – Minas Gerais. Volume I, Tomo 4, Número 16. Rio de Janeiro. Fundação IBGE, 1983. Anexos
Org.: LEAL A. A., 2012

Com base na leitura do quadro 2, por meio do Censo Demográfico de 1980 é possível uma análise dos deslocamentos intermunicipais e, por consequência, uma verificação do percentual de migrações intraestaduais e interestaduais

No entanto, Hasenbalg (1991) destaca que na década de 1980 foi notado um retrocesso na produção científica sobre migrações, inclusive, havendo um subaproveitamento das informações fornecidas pelo Censo Demográfico. Ele atribui tal fato à crise pela qual a economia do país, marcada por decréscimos nas taxas de crescimento populacional, diminuindo, inclusive, as migrações internas; bem como à

redução de recursos do Estado que priorizou outras questões, que não os estudos migratórios, no seu planejamento.

O Censo Demográfico de 1991 manteve os quesitos investigados em 1980, com exceção do movimento pendular. Houve uma melhoria na questão sobre migração de “última etapa” ao se investigar o tempo de residência, sem interrupção, na Unidade da Federação (UF) e no município (Anexo B). Vejamos a diferença na forma de se coletar o tempo de residência no Censo Demográfico de 1991: imaginemos que no ano de 1980 uma pessoa foi recenseada na cidade de São Paulo e disse que é natural de Belo Horizonte/MG, mas já morava no estado desde 1973. No entanto, esta mesma pessoa disse que em 1975 morou em Londrina/PR, mas retornou para São Paulo em 1977 de onde não saiu desde a data de referência⁶ do recenseamento. Observamos que o Censo Demográfico de 1980 captou o período total de residência no estado de São Paulo, portanto, neste caso foi registrado cinco anos no quesito 16. Diferentemente do Censo Demográfico de 1980, o de 1991 captou o período total sem interrupção, por isto, se esta mesma história tivesse sido contada utilizando a metodologia do Censo Demográfico de 1991, na ocasião da entrevista, teria registrado no quesito 16 (do Censo Demográfico de 1980) três anos porque em 1991 captou a última etapa migratória.

Outra novidade do Censo Demográfico de 1991 foi o cálculo migratório por meio da comparação de duas unidades geográficas previamente estabelecidas tendo como critério duas datas. Uma data é sempre a de referência do Censo Demográfico, a outra é cinco anos anteriores. No Censo Demográfico de 1991 a data de referência foi 01/09/1991, portanto, a outra data foi 01/09/1986. As informações coletadas neste quesito referem-se aos imigrantes e emigrantes de datas fixas, neste sentido, o imigrante mudou-se para a região de estudo até a data referente ao período de cinco anos atrás; e o emigrante saiu durante o período considerado. A diferença

⁶ A data de referência é adotada pelo IBGE para investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes. As datas de referência dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 foram noite de 31 de agosto para 01 de setembro dos respectivos anos. As datas de referência dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 foram noite de 31 de julho para 01 de agosto dos respectivos anos. Adotando como exemplo a data de referência do Censo Demográfico de 1991, isto quer dizer que, as pessoas nascidas após 31 de agosto não foram incluídas na pesquisa, sendo, no entanto incluídas as pessoas falecidas após aquela data que residiam no domicílio. Portanto, grande parte das perguntas dos questionários dos Censos Demográficos toma como referência a data ora estipulada.

entre imigrantes e emigrantes é denominado saldo migratório. O quadro 3 apresenta as variáveis e quesito do Censo Demográfico de 1991.

Quadro 3 - Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 1991

Variáveis	Quesitos	Descrição
1 - Lugar de nascimento: país estrangeiro, Estado (UF) e município.	14 - Nasceu neste município: sim e sempre morou; sim, mas já morou em outro; não nasceu. 15 - Se naturalizado brasileiro ou estrangeiro, indique o ano que fixou residência no país. 16 - Indique a Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento.	Por meio destas variáveis e destes quesitos é possível saber a naturalidade da pessoa e saber se ela é migrante ou não.
2 - Tempo de residência.	17/18 - Há quantos anos mora sem interrupção nesta Unidade da Federação? / Neste município?	É possível saber quando aconteceu o último deslocamento e de qual UF e município vieram os migrantes, além de saber também o tempo de residência, permite buscar relações com os contextos econômicos e sociais. Dentro da mesma UF é possível saber se houve migração entre os municípios.
3 - Situação de residência anterior: rural ou urbana?	12 - Neste município morou: só na zona urbana; só na zona rural; nas zonas urbana e rural?	Permite saber se a pessoa já deslocou, no mesmo município, do meio rural para o urbano e vice-versa. Permite também saber se pessoa que veio anteriormente de outro município residia no meio rural ou urbano.
4 - Lugar de última residência.	19 - Indique a sigla da UF e o nome do município ou do país estrangeiro em que morava antes de se mudar para este município (para pessoas que no quesito 17/18 respondeu menos de 10 anos de residência no município entrevistado).	Permite saber a última etapa da migração das pessoas naturais e não naturais residentes nos municípios onde foram pesquisados, bem como se a migração aconteceu internacionalmente, inter ou intraestadual. Para os naturais do município, permite também saber se alguma vez a pessoa já migrou para outro município e retornou.
5 - Migração de "última etapa".	Combinação dos quesitos 17/18/19. 20 - Na localidade indicada no quesito 19 residia: na zona urbana?; na zona rural?	Permite saber a última etapa da migração das pessoas naturais e não naturais residentes nos municípios onde foram pesquisados, e, caso a migração tenha acontecido há menos de 10 anos, permite saber o último município de residência anterior e se esta migração ocorreu internacionalmente, inter ou intraestadual. A partir da combinação destes quesitos conteremos informações sobre as dimensões espacial e temporal.
6 - Data fixa.	21 - Indique a sigla da UF e o nome do município ou do país estrangeiro em que residia em 01/09/1986.	É o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas, possibilitando uma análise muito mais detalhada e dinâmica do processo migratório. Compara duas datas específicas e com um intervalo de 5 anos entre elas.

Fonte: Censo Demográfico de 1991 – Minas Gerais. Número 18. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1996. Anexos
Org.: LEAL A. A., 2012

O Censo Demográfico de 2000 incrementou ainda mais as informações sobre data fixa e voltou a indagar sobre pendularidade. Algo inédito foi a investigação explícita da migração de retorno⁷. Por meio deste tema foi possível observar as UF's que mais participavam deste deslocamento, bem como captar informações socioeconômicas destes migrantes retornados.

Entre os Censos Demográficos de 1991 e 2000 ocorreram algumas alterações quando se investigou o local de residência anterior (última etapa) em relação ao local de residência atual. Nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 respondiam este quesito as pessoas que tinham menos de 10 anos de residência ininterrupta no local onde foram recenseadas. No entanto, no primeiro era solicitada a sigla da UF e Município, ou o nome do país estrangeiro de residência anterior; já no Censo Demográfico de 2000 perguntou apenas o nome da UF ou país estrangeiro de residência anterior. Segundo Albuquerque e Senna (2004, p. 01):

A mudança na forma de se investigar a última etapa migratória além de ter proporcionado uma não comparabilidade desta informação ao nível de Unidades da Federação também propiciou um entendimento parcialmente errado do objeto em estudo, na medida em que, muitos indivíduos declararam morar há dez anos na Unidade da Federação em que foram recenseados, e responderam a própria Unidade da Federação como residência anterior. Uma das explicações para esta observação é proveniente do fato de que muito dos indivíduos que efetuaram movimentos entre municípios do estado em que foram recenseados, consideraram este movimento, e declararam como Unidade da Federação de residência anterior a própria Unidade da Federação. Uma parcela destes casos foi incluída na categoria "ignorado", outros imputados e outros tiveram suas informações branqueadas.

Vejamos um exemplo: no Censo Demográfico de 1991 uma pessoa morava há sete anos sem interrupção no estado de Minas Gerais, mas sua naturalidade era o estado de Santa Catarina. Ao chegar a Minas Gerais residiu em Várzea da Palma por três anos, depois se mudou para Belo Horizonte e vivia há quatro anos quando então foi recenseado. No quesito 19 do Censo Demográfico de 1991 (Anexo B) ela indicou a sigla da UF de Minas Gerais como local de última residência e o município de Várzea da Palma. No Censo Demográfico de 2000, no quesito 4.23 (Anexo C), esta pessoa deveria responder Santa Catarina como UF de última residência, no entanto, muitos responderam Minas Gerais. Ficou inviável realizar a comparação

⁷ Embora de forma implícita, nos Censos Demográficos de 1980 e 1991 já era possível coletar estas informações através dos cruzamentos de alguns quesitos com a naturalidade dos recenseados.

entre as informações dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 em razão deste obstáculo, mas, apesar de tudo, Albuquerque e Senna (2004) afirmam que a influência da informação sobre a residência anterior foi mínima no Censo Demográfico de 2000, e a solução encontrada para não impactar a pesquisa foi ampliar a amostra das pessoas que declararam corretamente o quesito. No quadro 4 é possível visualizar as variáveis e quesitos do Censo Demográfico de 2000.

Quadro 4 - Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 2000

Variáveis	Quesitos	Descrição
1 - Lugar de nascimento: país estrangeiro, Estado (UF) e município.	4.15 - Mora neste município deste que nasceu? 4.17/4.18 - Nasceu neste município? / Unidade da Federação? 4.19 - Qual é sua nacionalidade? 4.20 - Em que ano fixou residência no Brasil? 4.21 - Qual é a Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento?	Por meio destas variáveis e destes quesitos é possível saber a naturalidade da pessoa e saber se ela é migrante ou não.
2 - Tempo de residência.	4.16 - Há quanto tempo mora sem interrupção neste município? 4.22 - Há quantos anos mora sem interrupção na Unidade da Federação?	É possível saber quando aconteceu o último deslocamento e de qual UF e município vieram os migrantes, além de saber também o tempo de residência, permite buscar relações com os contextos econômicos e sociais. Dentro da mesma UF é possível saber se houve migração entre os municípios.
3 - Migração de "última etapa" e Migração de retorno.	4.23 - Qual é a Unidade de Federação ou país estrangeiro de residência anterior? (Para as pessoas que declararam o quesito 4.22 e tenham menos de 10 anos de residência ininterrupta.)	Permite saber a última etapa da migração das pessoas naturais e não naturais residentes nos municípios onde foram pesquisados, e, caso a migração tenha acontecido há menos de 10 anos, permite saber a última UF de residência anterior e se esta migração ocorreu internacionalmente, inter ou intraestadual. Para os naturais, permite aprofundar os estudos sobre as migrações de retorno, ou seja, como ocorre esta troca entre as Unidades da Federação, bem como avaliar as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes que retornaram.
4 - Data fixa.	4.24 - Onde residia em 31 de julho de 1995? (1 - Neste município na zona urbana; 2 - Neste município, na zona rural; 3 - Em outro município, na zona urbana; 4 - Em outro município, na zona rural; 5 - Em outro país; 6 - Não era nascido) 4.25 - Em que município residia em 31 de julho de 1995? 4.26 - Em que Unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31 de julho de 1995?	É o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas, possibilitando uma análise muito mais detalhada e dinâmica do processo migratório. Compara duas datas específicas e com um intervalo de 5 anos entre elas. Nestes quesitos, especificamente o 4.24, verifica-se a situação de residência anterior e permite acompanhar os deslocamentos intramunicipais, intermunicipais, urbanos-urbanos, rurais-urbanos, urbanos-rurais e rurais-rurais.
6 - Pendularidade	4.27 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha ou estuda?	Permite saber os deslocamentos pendulares entre os municípios em razão de trabalho e/ou estudo.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 – Migração e Deslocamento – Resultados da Amostra. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2000. Anexos
Org.: LEAL A. A., 2012

O Censo Demográfico de 2010 trouxe uma novidade que foi a investigação da emigração internacional de brasileiros. Por meios dos quesitos era possível saber o perfil, por sexo e idade, dos brasileiros que migraram para o exterior, bem como coletar informações sobre estes fluxos internacionais. Os fluxos pendulares foram desmembrados, ou seja, agora se pesquisava as migrações para estudo e trabalho separadamente (Anexo D). Vejamos as variáveis e os quesitos do Censo Demográfico de 2010 no quadro 5.

Quadro 5 - Variáveis, quesitos e descrições sobre a migração no Censo Demográfico de 2010

Variáveis	Quesitos	Descrição
1 - Lugar de nascimento: país estrangeiro, Estado (UF) e município.	6.18 - Nasceu neste município? 6.19 - Nasceu nesta Unidade da Federação (estado)? 6.20 - Qual é sua nacionalidade? 6.21 - Em que ano fixou residência no Brasil? 6.22 - Qual é a Unidade de Federação (estado) ou país estrangeiro de nascimento?	Por meio destas variáveis e destes quesitos é possível saber a naturalidade da pessoa e saber se ela é migrante ou não.
2 - Tempo de residência.	6.23 - Há quantos anos mora sem interrupção na Unidade da Federação (estado)? 6.24 - Há quanto tempo mora sem interrupção neste município	É possível saber quando aconteceu o último deslocamento e de qual UF e município vieram os migrantes, além de saber também o tempo de residência, permite buscar relações com os contextos econômicos e sociais. Dentro da mesma UF é possível saber se houve migração entre os municípios.
3 - Migração de “última etapa” e Migração de retorno.	6.25 - Em que Unidade de Federação (estado) e município ou país estrangeiro morava antes de mudar-se para este município? (Para as pessoas que declararam o quesito 6.24 há menos de 10 anos.)	Permite saber a última etapa da migração das pessoas naturais e não naturais residentes nos municípios onde foram pesquisados, e, caso a migração tenha acontecido há menos de 10 anos, permite saber a última UF de residência anterior e se esta migração ocorreu internacionalmente, inter ou intraestadual. Para os naturais, permite aprofundar os estudos sobre as migrações de retorno, ou seja, como ocorre esta troca entre as Unidades da Federação, bem como avaliar as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes que retornaram.

(continua)

(continuação)

4 - Data fixa.	6.26 - Em que Unidade da Federação (estado) e município ou país estrangeiro morava em 31 de julho de 2005?	É o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas, possibilitando uma análise muito mais detalhada e dinâmica do processo migratório. Compara duas datas específicas e com um intervalo de 5 anos entre elas.
5 – Pendularidade	6.36 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro frequenta escola (ou creche)? 6.60 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha? 6.61 - Retorna do trabalho para casa diariamente? 6.62 - Qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho?	Permite saber os deslocamentos pendulares entre os municípios em razão de trabalho e/ou estudo, bem como saber como se dá a ligação entre os municípios de aglomerações urbanas para planejar melhor um sistema de transporte público integrado.
6-Emigração Internacional	3.01 - Alguma pessoa que morava com você(s) estava morando em outro país em 31 de julho de 2010? 3.05 - Ano da última partida para morar em outro país. 3.06 - País de residência em 31 de julho de 2010.	Permite obter o perfil, por idade e sexo, dos brasileiros que mudaram para ao exterior, bem como captar os fluxos migratórios internacionais com intenção de subsidiar estudos específicos sobre a emigração.

Fonte: Censo Demográfico 2010: manual do recenseador. Rio de Janeiro, 2010a, p. 180-182; 201-210; 225-226; 278-281

Org.: LEAL A. A., 2012

Podemos constatar uma dificuldade de se comparar todos os quesitos de todos os Censos Demográficos ora abordados, isto porque eles nunca se mantiveram na íntegra em todas as operações de recenseamento. Percebemos que as mudanças de alguns quesitos censitários ocorreram em razão da necessidade de cada contexto demográfico e socioeconômico, portanto, compreender os fluxos migratórios em todas as suas formas, quer dizer, do campo para cidade, intramunicipais, intermunicipais, intrarregionais, inter-regionais, externos, enfim, é uma forma de entender a dinâmica histórica, política e econômica, uma vez que as migrações são um fenômeno que sempre espelha uma determinada realidade.

1.3 Metodologia

De forma geral, o estudo é de caráter exploratório descritivo, com avaliação quantitativa, utilizando variadas fontes de evidências: observação, análise documental, estudo e tabulação de dados secundários obtidos a partir da análise do Censo Demográfico de 1980 a 2010 do IBGE.

Para interpretar minuciosamente as informações sobre as migrações, utilizamos os microdados⁸ produzidos pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1980 a 2010. Para tratamento e leitura dos mesmos fez-se necessário o uso do IBM SPSS Statistics (versão 20), um *software* estatístico que possibilitou um trabalho pormenorizado.

No que se refere às migrações, com base em alguns quesitos dos Censos Demográficos, existem três formas de classificá-la: de acordo com o “lugar de nascimento”, “lugar de última residência”, ou “lugar de residência em uma data fixa”. (RIGOTTI, 1999).

Com base no lugar de nascimento podemos classificar a população em *migrantes* e *não migrantes*. Rigotti (1999, p. 13) diz que: “*Migrantes* são todos aqueles nascidos em lugar diferente de onde foram recenseados, e *não migrantes* são todos aqueles recenseados no lugar de nascimento”.

Vimos que existem três critérios para definir a condição de migração, no entanto, as adaptações realizadas nos Censos Demográficos em questão nos impossibilitam a comparação utilizando um único critério, uma vez que no Censo Demográfico de 1980 não existia o quesito sobre migração data fixa e o Censo Demográfico de 2000 retirou do bloco de migração os quesitos de última etapa. Especificamente no terceiro e quarto⁹ capítulos desta dissertação, utilizamos o tipo “data fixa” para comparar os volumes migratórios entre 1991, 2000 e 2010, como optamos por utilizar este critério e na operação censitária de 1980 não existia, construímos um modelo para o critério de data fixa no Censo Demográfico de 1980 no intuito de superar esta limitação. Adotamos os quesitos que indicam local de nascimento, idade do migrante¹⁰, local de residência anterior e tempo de residência, neste último caso, estabelecemos um recorte de 05 anos antes da data do censo. À subtração (imigrantes – emigrantes) do Censo Demográfico de 1980 iremos denominar de saldo migratório, mas cabe ressaltar que ao criar um modelo de data fixa não é possível calcular o verdadeiro saldo migratório conforme Rigotti (1999) nos ensina,

⁸ De acordo com o IBGE (2003, p. 550): “Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou *softwares* de cálculo, criar suas próprias tabelas”.

⁹ Especificamente o subcapítulo 4.2.

¹⁰ Consideramos os migrantes que tinham 05 anos ou mais de idade.

todavia, esta diferença será utilizada como seu substituto, por isto, toda vez que se deparar com a expressão “saldo migratório” no Censo Demográfico de 1980, no texto devemos entendê-la como a diferença entre *imigrantes* e *emigrantes* das localidades analisadas.

Ainda no terceiro e quarto¹¹ capítulos, quando fizermos inferência à migração data fixa, a definição de *migrante* está diretamente relacionada à pessoa residente¹², ininterruptamente¹³, de cinco anos ou mais de idade, natural ou não natural, do município onde foi recenseada, que efetuou mudança de residência há menos de cinco anos em relação à data referência do Censo Demográfico. O *não migrante* é aquele que nasceu e sempre morou no município, bem como aquele que, independente de ser natural ou não, tenha cinco anos ou mais de idade, e estava morando no município recenseado há pelo menos cinco anos, ininterruptamente. Portanto, *imigrantes* são aqueles residentes que entraram no município, independentemente do local de origem anterior e naturalidade, no período inferior há cinco anos da data de referência; *emigrantes* são aqueles que saíram no período considerado. A *área de origem* é o município a partir da qual se processou o deslocamento na data fixa; e a *área de destino* é o município de residência final no intervalo migratório considerado. A diferença entre os pares é denominada “saldo migratório”.

Especificamente no quarto capítulo (subcapítulo 4.3) estabelecemos comparações entre os aspectos socioeconômicos dos *imigrantes* e *não migrantes* de Montes Claros e espacializamos aqueles de acordo com os dados extraídos do Censo Demográfico de 2010. Neste tópico trabalhamos com migração de “última etapa”¹⁴, portanto, a definição de *migrante* está diretamente relacionada à pessoa residente, natural ou não natural, do município onde foi recenseada que efetuou mudança de residência num período inferior há 10 anos anteriores à data referência do Censo

¹¹ Especificamente o subcapítulo 4.2.

¹² A população residente é formada pelos moradores em domicílios, na data de referência do Censo. À frente veremos com mais clareza a definição desse conceito.

¹³ O *não migrante* para o Censo de 1980 não analisará o tempo ininterrupto de residência porque, conforme dito anteriormente, a operação censitária daquele ano captou o tempo total de residência.

¹⁴ Veremos que no último capítulo, também lançamos mão do conceito de migração tendo como critério a naturalidade, não aprofundamos as análises, uma vez que a intenção era de confirmar os dados levantados com a migração de “última etapa”.

Demográfico. E o *não migrante* é tanto a pessoa que mora ininterruptamente no município onde foi recenseado há 10 ou mais anos (independentemente de ser natural ou não), bem como a pessoal natural do município onde foi recenseado que nunca efetuou mudança intermunicipal de residência. *Imigrantes* são aqueles que entraram em Montes Claros, independentemente do local de origem anterior e naturalidade, num período inferior há 10 anos e que residiam no município na data de referência; *emigrantes* são aqueles que saíram no período considerado. A *área de origem* é aquele município a partir da qual se processou o último deslocamento; e a *área de destino* é o município de residência final no intervalo migratório considerado. A subtração “Imigrantes – Emigrantes” é denominada “Diferença”.

Para confecção e edição de mapas, bem como para análise espacial, utilizamos o Arc GIS (versão 9.3), um *software* de Sistema de Informações Geográficas (SIG).

As variáveis dos Censos Demográficos utilizadas no terceiro e quarto capítulos foram: lugar de nascimento, duração de residência, município de residência anterior e município de residência anterior em uma data fixa. No subcapítulo 4.3 utilizamos uma maior quantidade de variáveis que serão reveladas na ocasião oportuna.

Para o IBGE (1969, p. 62) “[...] é difícil distinguir entre migrantes e pessoas em trânsito, todavia, procura-se determinar a diferença com base na duração da ausência da residência anterior ou na duração da permanência na nova”.

Não pretendemos neste trabalho a mera justaposição de dados, mas sim uma análise comparativa densa dos aspectos socioeconômicos dos *imigrantes* e *não migrantes* de Montes Claros no Censo Demográfico de 2010, por isto, segundo Sartori e Morlino (1994, p. 26) nesta pesquisa “[...] comparar será o exercício básico para a atividade do conhecimento”.

A partir do construto teórico que funda o contexto em que se insere esta proposta de trabalho, é possível afirmar que os indicativos para a resposta às questões propostas podem ser estudados nos fortes indícios encontrados nas teorias que privilegiam uma base de dados censitários, bem como nos moldes dos trabalhos baseados nas teorias de migração.

Importante, então, é ressaltar que o papel do crescimento econômico, bem como as oportunidades advindas de prognósticos de sua ascensão, tornam cidades atrativas para um contingente importante nos processos migratórios, e nesse caso, Montes Claros, representa um *locus* fértil para ser o campo experimental dessa proposta.

No capítulo seguinte fizemos um levantamento de leis e teorias que tentam explicar o fenômeno migratório em suas mais variadas formas.

CAPÍTULO II

2 LEIS E TEORIAS DAS MIGRAÇÕES

A princípio, a proposta que permeava este capítulo seria de empreender um esforço de revisão teórica com intuito de mostrar quando, onde e por meio de que os estudos sobre migrações iniciaram, além disto, trazer à tona, com riqueza de conteúdo e exatidão, todas as correntes migratórias, enaltecendo as possibilidades explicativas e os limites teóricos de cada uma. No entanto, após as diversas leituras, concluímos ser inviável a proposta inicial uma vez que entre as correntes de estudo não há uma singularidade quantos aos seus objetos de análise e de classificação.

Se a *migração* é o objeto explícito e unificador sobre o qual se discursa, permitindo até mesmo indexar todo um conjunto particular de conhecimento científico, sua concepção impõe-se como um “gargalo”, quando intentamos inventariar todas as definições e perspectivas teórico-metodológicas da literatura especializada. (SALIM, 1992, p.120)

O autor continua dizendo que:

A profusão de estudos, abordando a questão de forma parcial e limitada e fracionando o seu conhecimento, dificulta até mesmo o estabelecimento de uma cronologia da evolução teórica do tema migração [...]. (SALIM, 1992, p.121)

Escolhemos as correntes neoclássica e neomarixista para analisarmos os fluxos migratórios, a primeira corrente teve contribuições importantes de estudiosos como Ravenstein (1980), Lee (1980) e Todaro (1980); já a segunda se destacam os feitos encontrados nos trabalhos de Singer (1980), Gaudemar (1976) e Germani (1970). Além destas correntes, assinalamos, sucintamente, algumas teorias que oferecem contribuições para a discussão do tema migração.

2.1 Localizando o contexto dos estudos das migrações

Antes de abordarmos os estudos das migrações conforme as correntes já citadas, consideramos essencial fazer um recorte histórico e temporal da fixação do homem primitivo. Para Livi-Bacci (*apud* FAZITO, 2005, p. 34) “[...] três grandes ciclos

populacionais podem ser identificados: dos primeiros *Homo sapiens* até o início do neolítico, do neolítico até a Revolução Industrial e, desta até os dias atuais”.

O primeiro ciclo é considerado um período de intenso deslocamento humano, proporcionado, principalmente, pelo sistema de caça e coleta, uma forma onde se assegurava a sobrevivência das sociedades primitivas. Segundo Leaker (1981, p. 97)

[...] a caça-coleta foi uma característica estável e permanente em nossa evolução biológica desde o *Homo erectus* aos primeiros *Homo sapiens* e finalmente até o homem moderno. Dada a importância da caça-coleta durante milhões de gerações de nossos ancestrais, este estilo de vida pode muito bem ser parte indelével do que nos fez humanos.

Os estudos revelam que, embora tenham existido estes deslocamentos, motivados pela coleta e caça, não se pode afirmar que houve um crescimento populacional significativo naquela época.

O segundo ciclo inicia no neolítico, há aproximadamente 10 mil anos, onde a agricultura promoveu transformações nas estruturais políticas, econômicas, sociais e um estilo de vida marcado pelo sedentarismo. O excedente de alimentos permitiu o seu armazenamento, conseqüentemente, a acumulação para períodos de estiagem, neste sentido, um regime demográfico era inaugurado, onde as populações não precisariam migrar à procura de comida. Fazito (2005, p. 35) pontua:

Se antes a migração, imbricada no parentesco, podia funcionar como estratégia coletiva de segmentação e alívio ecológico, nas sociedades agrícolas e sedentárias onde estruturas econômicas ganham terreno e recondicionam a significação social dos eventos demográficos, os deslocamentos assumem nova forma e sentido. As migrações humanas de grande monta parecem ocorrer apenas naqueles momentos históricos singularmente marcados por catástrofes naturais (ou por disputas políticas entre grandes agrupamentos) e não mais se caracterizam como expediente usual da vida cotidiana.

O terceiro ciclo começa com o advento da Revolução Industrial, onde a racionalidade econômica promoveu uma série de rearranjos e ordenamentos da estrutura social, por isto, determinou o novo papel dos deslocamentos populacionais e, entre eles, a migração. Mesmo antes, durante as expansões ultramarinas, as

migrações foram ancoradas no interesse dos Estados-Nação em explorar as riquezas das terras “descobertas”, posteriormente, tais deslocamentos tinham como pano de fundo a consolidação do modo de produção capitalista. Na visão de Livi-Bacci (*apud* FAZITO, 2005) a economia europeia daquela época proporcionou a “expulsão” da população devido aos desníveis de demanda e disponibilidade de mão de obra, situação agravada a partir do século XVIII quando o êxodo rural aumentava e promovia o “inchamento” das cidades.

A partir do século XIX, uma nova base de conhecimentos é inaugurada em razão do contexto da revolução industrial, base esta que altera a relação entre o sujeito que conhece e o objeto que se é conhecido. Segundo Foucault (2002, p. 346)

[...] se se começa a estudar o custo da produção, e não mais se utiliza a situação ideal e primitiva da permuta para analisar a formação do valor, é porque, ao nível arqueológico, a produção como figura fundamental no espaço do saber substituiu-se à troca, fazendo parecer, por um lado, novos objetos cognoscíveis (como o capital) e prescrevendo, por outro, novos conceitos e novos métodos (como a análise das formas de produção).

A força do homem, transformada em trabalho, é parte deste universo cognoscível chamado capital, neste contexto, os estudos populacionais anunciam a entrada no discurso científico e a população passa a ser vista como uma unidade de força distinta no campo social, causadora do crescimento ou estagnação da produção capitalista, portanto, não podia ser mais vista apenas como passiva às forças naturais e sociais, mas também, agente sobre a natureza e a sociedade. Assim, os primeiros estudos científicos sobre população surgem com Thomas Robert Malthus no início do século XIX.

Segundo Malthus (1983), a capacidade de atuação sobre as mais diversas estruturas garante à “população” características autônomas e objetivas, portanto, neste contexto dos estudos populacionais, são inquestionáveis as contribuições desse pesquisador no intuito de se compreender os fenômenos migratórios, mas é importante ressaltar que em seus trabalhos não ficam explícitos os mecanismos que atuam nas migrações.

Sobre os estudos especificamente voltados à migração, os estudiosos reconhecem que as primeiras investigações partiram de um documento denominado “The Laws

of Migration¹⁵”, do geógrafo e cartógrafo Ernest George Ravenstein, apresentado à Sociedade Real de Estatística em junho de 1885 (LEE, 1980). Suas pesquisas iniciaram por discordar de Dr. Willian Farr que afirmou ser o fenômeno migratório algo aleatório, sem lei definida, desprendido de qualquer contexto. Ravenstein analisou os Censos Demográficos de 1871 e 1881 do Reino Unido¹⁶ e percebeu que existiam razões pelas quais as pessoas se deslocavam de um lugar para outro, motivos estes nem sempre voluntários, no entanto, passíveis de serem estudados de forma sistematizada. (RAVENSTEIN 1980).

O pesquisador observou que a distância entre os reinos e os condados era um fator preponderante na definição dos fluxos migratórios, além disto, os deslocamentos estavam intrinsecamente relacionados: às oportunidades que o sistema de transporte oferecia, ao contexto econômico, principalmente, a oferta e procura de trabalho, e “[...] as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a carecia da vida” (RAVENSTEIN, 1980, p. 26). A configuração geográfica das fronteiras também interferia nas migrações. Na visão do referido autor, aqueles condados que apresentavam,

[...] fronteiras extensas em proporção à área oferecem, naturalmente, maiores facilidades ao fluxo do elemento fronteiriço do que aqueles cujas fronteiras são reduzidas. Uma fronteira marítima extensa é geralmente um fator impeditivo, exceto quando o condado dispõe de comunicação marítima fácil com um outro com o qual se defronte. (RAVENSTEIN, 1980, p. 36)

A migração é um tipo, entre tantos outros, de mobilidade das pessoas, e é interpretada por diversas teorias, correntes e enfoques, neste contexto, elegemos dois aportes teóricos para discutirmos os fenômenos migratórios, quais sejam: as correntes neoclássico-funcionalista e a neomarxista ou histórico-estruturalista.

Buscando uma organização cronológica, Becker (2006) afirma que até a década de 1970 o fenômeno migratório era concebido em um enfoque neoclássico, já Massey *et al* (1998) concordam que a corrente neomarxista atinge seu ápice de influências durante as décadas de 1960 e 1970.

¹⁵ “As Leis da Migração”.

¹⁶ Formado, na ocasião, pela Inglaterra, Irlanda e Escócia. Na atualidade (2013), quando nos referimos ao Reino Unido, fazemos inferência à Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte (território da Inglaterra).

A ótica neoclássica aponta para um gesto de migrar baseado na singularidade do ‘indivíduo’ em relação à sociedade a que ele pertence, na medida em que cada processo de migração está circunscrito ao encaminhamento que cada pessoa dá a sua própria vida. Neste sentido, o ato de migrar era originado a partir de uma decisão individual e racional, após a análise do custo-benefício do movimento decide-se por migrar ou não.

Becker (2006, p. 323) argumenta que:

Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas.

Na concepção neomarxista o fenômeno migratório é social, ou seja, é governado por modelos que dependem de variáveis, entre as quais se destacam os contextos econômicos, os aspectos culturais, históricos e estruturais, bem como as questões políticas e os processos sociais. Para Singer (1980, p. 217) as migrações,

[...] são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para seu estudo.

Lee (1980, p. 99), adepto da corrente neoclássica, dá uma significação ao termo migração, a qual se caracteriza

[...] como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna.

Além do conceito, propõe uma análise da migração a partir do que ele denominou de “fatores do ato migratório”. Ele discute os fatores associados ao local de origem e de destino, os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais.

A análise desse autor parte do pressuposto de que nas áreas de origem existiriam os fatores de expulsão, ou seja, àqueles que contribuiriam para a emigração, estes condicionantes podem ser positivos, negativos ou nulos. Da mesma forma, nas

áreas de destino existiriam os fatores de atração, sendo positivos, negativos ou nulos. De uma área a outra existiria os obstáculos intervenientes associados aos fatores pessoais.

Existem características distintas entre os espaços de destino e de origem que influenciam na decisão de migrar. Para Lee (1980, p. 102):

Embora a migração possa resultar de uma comparação dos fatores presentes nos locais de origem e de destino, [...] não decide quanto ao ato de migrar. O saldo a favor do deslocamento deve ser suficientemente forte para vencer a inércia natural que sempre existe. Ademais, sempre prevalece, entre dois pontos, uma série de obstáculos intervenientes, que podem ser leves em certos casos e insuperáveis, em outros. O mais estudado dentre os obstáculos é a distância que, embora onipresente, não constitui, de forma alguma, o mais importante.

Além da distância como obstáculo interveniente, existem outros como: os custos de transporte e de instalação, as responsabilidades provenientes dos compromissos com as relações estabelecidas, e desta última, a quantidade de pessoas que se deslocam. Associados a estes obstáculos, existem os fatores pessoais, a relação que o migrante possui com o lugar¹⁷ de origem, além dos estados de alerta que desencadeiam no indivíduo no ato de migrar.

Todos os fatores que afetam na decisão de migrar podem facilitar ou retardar o deslocamento, um exemplo claro seria aquele sobre o conhecimento que se tem da área ou de origem ou de destino. Lee (1980, p. 102) pontua que as:

Pessoas que vivem numa área têm conhecimento imediato e, freqüentemente, de longo tempo sobre tal área, sendo capazes de fazer uma avaliação meditada e sem precipitações sobre a mesma. O conhecimento da área de destino raramente é exato; de fato, algumas das vantagens e desvantagens da área somente são perceptíveis ao se viver nela. Portanto, existe um elemento de ignorância e, inclusive, de mistério sobre a área de destino, pelo que sempre se faz presente alguma incerteza acerca da receptividade que o migrante teria na nova área.

¹⁷ Lugar é analisado como categoria geográfica na perspectiva da Geografia Humanista que emergiu na década de 1970, sendo Yi-Fu Tuan (1983) um dos principais expoentes. É fundamentada nas concepções filosóficas da fenomenologia e do existencialismo e discute as relações de afetividade, pertencimento, subjetividade priorizando as noções de espaço vivido, lugar, mundo percebido e imaginado pelos indivíduos.

Consideramos que na contemporaneidade, nem sempre o conhecimento que se tem da área de destino é incerta, uma vez que o avanço tecnológico e a gama de informações disponíveis possibilitam ao migrante buscar referências sobre o espaço geográfico de destino.

Baseado nas Leis de Ravenstein, Lee formulou um série de proposições gerais sobre migrações, entretanto, Mata *et al* (1973), afirmam que as Leis, nunca haviam sido superadas, enaltecendo que os motivos de natureza econômica nas decisões de migrar tem uma primazia sobre os demais. Essa importância pode ser observada no seguinte recorte:

Os pontos mais interessantes das “Leis” de Ravenstein são os seguintes: 1) existe correlação inversa entre o volume das migrações de uma região a outra e a distância que as separa; 2) as migrações realizam-se por estágios, sendo que os primeiros a serem atraídos são os habitantes das regiões mais próximas; 3) os nativos do meio rural são mais propensos a migrar do que os que nascem nas cidades; 4) predominância do sexo feminino nas migrações de curta distância; 5) tendência a aumentar a mobilidade da população, em virtude da melhoria dos meios de transporte e do desenvolvimento industrial e comercial; 6) o desejo de melhorias materiais, inerentes à maioria das pessoas, é o principal fator explicativo das migrações. [...]. (MATA *et al*, 1973, p.15)

As contribuições de Lee (1980) para a (re)significação do fenômeno de migração contemplam certa categorização de variáveis que possuem papel importante na sistematização dos estudos sobre os processos migratórios. Ele propôs uma estratificação que contribui para esclarecer os processos, classificando-os em três temas gerais, a saber: o volume das migrações; o fluxo e o refluxo (ou corrente e contracorrente) e; as características dos migrantes.

1) O volume da migração dentro de um determinado território varia com o grau de diversificação entre as áreas incluídas nesse território [...] 2) O volume da migração varia com a diversificação entre os povos [...] 3) O volume da migração relaciona-se com a dificuldade de superar os obstáculos intervenientes [...] 4) O volume da migração varia com as flutuações da economia [...] 5) A menos que freios severos sejam impostos, tanto o volume como a taxa da migração tenderão a crescer com tempo [...] 6) O volume e a taxa da migração variam com o estágio de desenvolvimento de um país ou de uma área. (LEE, 1980, p.104-107)

O volume de migração está, para o autor, fortemente ligado a fatores externos, entre os quais se destaca o econômico, fazendo que o migrante se sinta afetado e

esperançoso a dar respostas às suas necessidades. O local que atrai o migrante é o lugar potencial que imprime em cada indivíduo aceitar o desafio de superar obstáculos, sejam eles de ordem econômica, psíquica, social, política e/ou ambiental. O volume da taxa de migração fica regulado pelos casos de êxito e fracasso, e o modo de medi-lo pode ser feito pela permanência e aumento de fluxo. É fato que a própria migração age no sentido de gerar mais deslocamentos populacionais, afinal, é mais fácil para aquela pessoa que já migrou pela primeira vez, migrar novamente já que os laços que a prendiam ao seu lugar de origem podem ter sido superados.

No que se refere ao estrato fluxo e refluxo, Lee (1980, p. 108-110) observou que:

- 1) A migração tende a ocorrer, em grande parte, segundo correntes bem definidas [...]
- 2) Para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contracorrente [...]
- 3) A definição da corrente (razão entre a corrente e a contracorrente, ou a redistribuição líquida da população feita pelos fluxos opostos) é alta quando os fatores principais do desenvolvimento de uma corrente migratória são fatores negativos que prevalecem no local de origem [...]
- 4) A eficiência da corrente e da contracorrente tende a ser baixa quando os locais de origem e de destino são semelhantes [...]
- 5) A eficiência das correntes migratórias tende a ser elevada quando os obstáculos intervenientes são grandes [...]
- 6) A eficiência de uma corrente migratória, sendo elevadas nas épocas de prosperidade e baixa nos períodos de depressão

Um local pode ser mais atrativo ou não dependendo do que ele pode oferecer ao migrante, que toma sua decisão por encontrar naquele lugar uma condição específica e localizada capaz de dar resposta aos anseios pessoais. Quando uma corrente migratória emerge, os migrantes estabelecem contatos entre membro do lugar de origem e do lugar de destino, ou seja, comunicam as oportunidades do lugar de destino e anuncia o quão atrativo ele pode ser para seus contatos. Por outro lado, eles podem usar os contatos para o desenvolvimento de novos investimentos no local de origem, e é nesse sentido que surge a contracorrente. As pessoas que migram em fluxos opostos tendem a se transferir por razões que em geral se igualam. Se os obstáculos da corrente e da contracorrente se equivalem, o que pode determinar o retorno é o grau de dificuldade para superá-los, uma vez que podem parecer fortemente indicadores de fracassos. Se os obstáculos são grandes, dificilmente uma pessoa que migra retornará ao local de origem, portanto, a corrente migratória será eficiente. Por fim, Lee (1980) observou os casos de grande

incidência de refluxos em grandes centros industriais que deixaram de ser atrativos por causa de períodos de crise, mas também levou em consideração os casos de migrantes que preferiram migrar para outras áreas mais promissoras.

A respeito das características dos migrantes, Lee (1980, p. 111-113) diz:

1) As migrações são seletivas [...] 2) Os migrantes que respondem principalmente a fatores positivos prevaletentes no local de destino tendem a constituir uma seleção positiva [...] 3) Os migrantes que respondem primordialmente a fatores negativos prevaletentes no local de origem tendem a constituir uma seleção negativa; no caso de áreas onde os fatores negativos são desalentadores para grupos inteiros de população, pode até mesmo deixar de haver seleção [...] 4) Considerando todos os migrantes um conjunto, a seleção tende a ser bi-modal [...] 5) O grau de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos intervenientes [...] 6) A propensão mais intensa a migrar em certas etapas do ciclo vital é importante na seleção de migrantes [...] 7) As características dos migrantes tendem a ser intermediárias entre as características da população do lugar de origem e da população do lugar de destino

Indivíduos que já contam com uma boa condição socioeconômica no local de origem, mas migram pela possibilidade de melhorar de vida no local de destino, podem ser uma seleção positiva. Isto demonstra que nem sempre o local de origem é necessariamente um lugar de expulsão, a propósito, Singer (1980, p. 239) a discute como sendo a área “[...] onde se deram transformações sócio-econômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar”. Por outro lado, pessoas com pouca instrução ou situação financeira instável e que se deslocam por questões de dificuldades no local de origem, tendem a ser uma seleção negativa no local de destino, isto quer dizer que a seleção terá dois pontos culminantes, portanto ela é chamada de bimodal.

É importante atentarmos ao contexto no qual a teoria de Lee foi escrita, ou seja, durante a década de 1960. É certo que a definição do autor trabalha os deslocamentos populacionais como um ato tomado simplesmente pela decisão de migrar (ou não), ou seja, ir de um lugar para outro, de forma voluntária ou involuntariamente, levando-se em conta apenas o fator de ordem econômica, no entanto, existem outros indicadores que podem prevalecer na decisão de migrar.

Michael P. Todaro foi outro pesquisador da corrente neoclássica e elaborou um modelo de explicação baseado nas migrações rurais-urbanas. Este modelo, denominado de probabilístico, media a possibilidade dos trabalhadores rurais migrarem para o setor moderno da economia urbana. A pesquisa estava vinculada ao contexto da Revolução Industrial da Inglaterra onde parcelas significativas da população rural migravam para o meio urbano. Como as Leis de Ravenstein e as teorias de Lee não levavam em consideração a ocorrência de mudanças estruturais nas economias dos países, a proposta daquele autor era algo inovador e significativo para compreender por que parcelas significativas de trabalhadores das áreas rurais se deslocavam para as cidades a procura de trabalho. Para Todaro (1980, p. 153), o processo se daria em dois momentos:

O primeiro deles corresponde à migração do trabalhador rural não-qualificado para uma área urbana onde, inicialmente, despense certo período de tempo no chamado setor urbano tradicional¹⁸. O segundo estágio correspondente ao eventual engajamento desse trabalhador num emprego permanente no setor moderno. A partir desse processo em dois estágios, podem-se formular algumas indagações fundamentalmente importantes com respeito à decisão de migrar, à dimensão relativa do setor urbano tradicional e às implicações que o crescimento industrial acelerado e/ou os diferenciais alternativos rurais-urbanos de renda real apresentam sobre a participação da mão-de-obra no setor econômico moderno.

A hipótese de Todaro parte do pressuposto que o migrante encontraria emprego na área urbana, mesmo que existisse o desemprego, portanto sua decisão de se deslocar estaria assentada no cálculo econômico da renda esperada que iria receber ao passar pelos dois estágios, e não de renda imediata que auferiria após a migração. A renda esperada estará na probabilidade de se conseguir emprego, quer dizer, o primeiro estágio do migrante poderia ser marcado por desemprego, ou subemprego, mas a racionalidade em migrar se daria pela possibilidade de melhorar de situação ao transitar do setor urbano tradicional para o setor moderno. Nesta linha de pensamento, a migração era vista como um mecanismo de ajuste das economias que cresciam de forma desigual. Os deslocamentos populacionais serviriam para equilibrar as desigualdades e promover o progresso.

¹⁸ De acordo com Todaro (1980, p. 153) “[...] o setor urbano tradicional é o que inclui todos os trabalhadores não empregados regularmente no setor urbano moderno, [...] aqueles que se acham em situação de desemprego aberto, subempregados ou ocasionalmente empregados e os que provêm sua parca subsistência através das atividades do pequeno comércio ambulante ou dos serviços pessoais informais”.

Gaudemar (1976, p. 18) discorda do raciocínio de Todaro porque entende,

[...] a mobilidade dos homens enquanto estratégia para perpetuar as desigualdades de espaço [...]. A migração é um fenômeno que permite à sociedade atingir o equilíbrio de conjunto possível, correspondendo à maximização da “satisfação” [...] com um custo mínimo, naturalmente, já que isso evita o de um arranjo harmonioso dos territórios.

Fica nítida a posição de Gaudemar em conceber o espaço não como algo alterado para atender às necessidades da população, e sim, aos anseios do capital. O fim das mobilidades não é combater as desigualdades, pelo contrário, é reforçá-las. Neste sentido, a migração é um fenômeno reflexo, ou seja, consequência de processos de transformações sociais e econômicos mais profundos.

Diferentemente do que propunha a visão neoclássica de migração como um ato de decisão pessoal, os neomarxistas irão dizer que as migrações são promovidas pelos movimentos do capital, Gaudemar (1976) irá falar em “mobilidade forçada”.

Adepto da teoria neomarxista, Singer (1980) vai pontuar que as migrações são formas de redistribuição da população em função das atividades econômicas desenvolvidas no espaço, ou seja, o contexto histórico-econômico iria direcionar as pessoas para os mais diversos locais de destino migratório. Os mecanismos mercadológicos teriam papel preponderante no direcionamento destas pessoas. As análises de Singer (1980) foram feitas, principalmente, pautadas no contexto da migração campo-cidade, por volta da década de 1970. Ele entendia que a racionalidade tecnológica constituiria a base da macroeconomia, por isto, a introdução das relações capitalistas no campo promoveria a expropriação de grande parte dos camponeses para as cidades, principalmente daqueles proprietários que não teriam capital para investir na modernização das técnicas agrícolas, bem como daqueles que foram substituídos pelas próprias máquinas.

Ao fazer leituras sobre o trabalho de Singer fica claro que o pano de fundo para as causas das migrações seriam as diferenças regionais existentes atreladas à industrialização nos moldes capitalistas. Na realidade, a industrialização sempre contempla um movimento de atividades e pessoas do campo para as cidades, no entanto, nenhum dos movimentos ocorre de forma equilibrada, pelo contrário,

reforçam as desigualdades regionais de tal forma que algumas localidades ficam ermas e outras muito povoadas. Singer (1980, p. 222) ainda ressalta que,

[...] qualquer processo de industrialização implica numa ampla transferência de atividades (e portanto de pessoas) do campo à cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a ser (sic) dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais.

As populações de regiões empobrecidas, sem oportunidades econômicas, vivenciam um cenário de péssimas condições socioeconômicas, o que favorece a emigração de grandes contingentes demográficos. Nos lugares de origem surgiriam os fatores de expulsão que se manifestam de duas formas:

Fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...]; e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários [...]. (SINGER, 1980, p. 223-224)

É interessante pontuar que os fatores de mudança são um processo dentro do contexto capitalista, ou seja, as novas tecnologias atingem a agricultura, trazendo, em contrapartida, aumento da produtividade. Já os fatores de estagnação resultam da incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, elevarem a produtividade da terra, seja pela própria insuficiência física, e/ou pela monopolização da posse da terra por grandes proprietários. Dentro desta lógica, fatores de mudança e de estagnação são processos opostos.

Singer (1980, p. 226) utiliza os conceitos de atração e expulsão para explicar o direcionamento das migrações:

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e áreas as quais se destinam. Entre os fatores de atração o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão de serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas, como os são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.

A definição das áreas de destino e de origem deve ser tratada em função do tipo de abordagem que se queira enfatizar¹⁹ e o próprio Singer (1980) chama atenção ao tratamento que o enfoque sociológico dá a estas áreas, ou seja, um mesmo lugar pode atrair determinados indivíduos, ao mesmo que tempo que pode “expulsar” tantos outros. Fica claro que, nesta abordagem, apontar apenas os lugares de origem e destino é insuficiente para desvelar os fluxos migratórios, eles devem ser contextualizados e entendidos como processo social.

Embora Singer (1980) não tenha pontuado, destacamos a relação que as pessoas têm com o lugar de origem, afinal, ela exerce forte influência na decisão de migrar, uma vez que pode remeter aos tempos de criança, da juventude, da vizinhança, das amizades, referências estas que dificilmente serão representadas nos espaços de destino. Portanto, apesar do indicador socioeconômico na decisão de migrar, é interessante dizer que fatores pessoais também têm sua representação. A relação que as pessoas têm com o lugar de origem está relacionada com o ciclo de vida e serve para inibir as migrações, no entanto, estes vínculos podem ser superados levando o indivíduo a migrar.

Lee (1980) ressalta que muitas pessoas migram sem que para isto tenham tomado esta decisão por si mesma, por exemplo, as crianças migram, quer desejem isto ou não, pois se trata de uma decisão dos pais. A mesma situação pode ser estendida ao cônjuge que muitas vezes migra simplesmente para acompanhar o outro, em alguns casos sem vontade de mudar-se. Concluímos então que “[...] a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional”. (LEE, 1980, p. 103).

¹⁹ Na parte metodológica deste trabalho tentamos deixar clara nossa proposta.

Quanto a visão neomarxista, considera a migração como processo social, cuja análise parte do grupo e não apenas do indivíduo. A migração, enquanto processo, possui causas estruturais que incitam determinados grupos a se deslocarem no espaço, influenciados, principalmente, por fatores de ordem econômica. As migrações internas tornam-se economicamente necessárias porque serviriam como um meio de redistribuir a população de acordo com os interesses do processo de industrialização. Na visão de Brito (2009, p. 7):

Singer introduz uma novidade na análise das migrações, consideradas por ele como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo nos países em desenvolvimento. Estabelece uma diferença entre a emigração proveniente de regiões rurais estagnadas e aquelas que têm origem nas regiões afetadas pela introdução das relações capitalistas no campo, através do progresso tecnológico. No caso dessas últimas, o desemprego tecnológico gera um excedente de mão-de-obra que migra para as cidades, aumentando a produtividade e a qualidade de vida dos que ficam.

Assim, a migração do campo foi um fator preponderante de crescimento das cidades, principal determinante do processo de urbanização, no auge da industrialização.

Germani (1970), adepto da corrente neomarxista, trabalha a migração num enfoque mais sociológico e afirma ser ela fundamental para a “mobilidade social”, afinal, é esta mobilidade que permite a transformação de sociedades “tradicionais” em “modernas”, num processo natural de desenvolvimento do capitalismo. A análise deste autor parte do pressuposto que a migração aconteceria na sociedade tradicional após um processo de desintegração, formariam sociedades dualistas (tradicional e moderna) e, a partir de então, surgiriam as possibilidades de mobilidade social. Somente após todo este processo é que as pessoas sairiam de sua “zona de conforto” e se aventurariam na nova sociedade que surgia. O autor propõe três níveis de análise dos fatores motivacionais para a migração: o nível objetivo (que compreende a análise dos locais de origem e de destino); o nível normativo (englobam as regras, pautas, valores, expectativas com relação aos lugares de origem e de destino); por fim, o nível psicossocial (levam-se em conta as características individuais no que diz respeito a motivações, personalidade, atitudes, que estão implícitos no ato de migrar, mas que mesmo assim interferem, direta ou indiretamente, no processo).

A sociedade tradicional era muito organizada do ponto de vista econômico, normativo e psicossocial, estava completamente pautada em regras e valores, portanto, para que as migrações, numa ótica de processo social, viessem a acontecer, este arranjo deveria ser “abalado”. As pessoas precisariam se sentir atraídas pela sociedade moderna, pelas mudanças sociais, culturais. Sonhos, expectativas, realizações, tudo deveria se engajar na possibilidade de sua concretização na sociedade moderna. Neste contexto, os fatores econômicos não eram os mais importantes na decisão de migrar, e sim, as possibilidades de ascensão social, em nível individual e coletivo.

Germani (1970) compreendia o processo migratório em uma escala estrutural, conectados com outros aspectos, tais como a industrialização e a urbanização, destacando a relevância da integração social do migrante. Na verdade, procura estabelecer uma relação histórica entre os processos de migração, industrialização e urbanização e as consequências destes deslocamentos populacionais.

Brito (2009, p. 10) critica a posição de Germani ao dizer que

No contexto de profundas desigualdades sociais e espaciais, os imigrantes, ainda que mobilizados socialmente pela sociedade moderna, não obedeceram, necessariamente, ao itinerário otimista de Germani quanto à sua integração, sendo empurrados, muitas vezes, em direção à exclusão social.

O quadro 6 sintetiza as principais diferenças entre as teorias neoclássica e neomarxista em migração.

Quadro 6 - Paralelo entre os enfoques neoclássicos e neomarxistas em migração

ENFOQUE NEOCLÁSSICO	ENFOQUE NEOMARXISTA
<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ato de caráter individual, de livre escolha não determinado por fatores externos. - Enfoque atomístico reduzido ao indivíduo; pretensamente neutro e apolítico. 	<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.
<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas, especialmente as mais pobres. - Industrialização e modernização como força positiva propulsora da migração. 	<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultado de um processo global de mudanças. - Expressão da crescente sujeição do trabalho do capital.
<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno. - Enfoque causal, isolado e pontual das migrações. - Considera as características individuais dos migrantes. 	<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise histórico-estrutural das migrações. Visão de processo. - Enfoque dialético. - Considera a trajetória dos grupos sociais.
<p><i>Categoria de análise:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O indivíduo. 	<p><i>Categoria de análise:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os grupos sociais.
<p><i>Dimensão espaço-temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Deslocamento do indivíduo entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas, pontos). - Visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual. 	<p><i>Dimensão espaço-temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período do tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos a ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados. - Mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço.

Fonte: BECKER, Olga Maria Schild, 2006, p-344

Apesar das importantes contribuições de ambas correntes, Vainer (1998, p. 828) faz a seguinte crítica:

Neoclássicos e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel da coerção na produção e reprodução dos deslocamentos e localizações do trabalho no movimento normal do desenvolvimento capitalista. Em conseqüência, suas análises acabam por omitir dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações.

As visões neoclássica e neomarxista tratam o processo migratório como algo voluntário, de fácil decisão, tendo, como pano de fundo as questões econômicas. Mas elas não se dão conta de que a “liberdade” de deslocamento na verdade é uma forma velada de o capitalismo direcionar estes fluxos em função de seus interesses. Ao proporcionar o êxodo rural, as pessoas se deslocam em busca de melhorias de condições de vida na cidade, no entanto, o que se encontra por trás desta conjuntura é uma apropriação do capital dos meios de produção rural, implantando

suas técnicas agrícolas e selecionando apenas aqueles que possuem capital e condições de sustentar esta lógica de acumulação. A mudança à procura de melhorias das condições de vida é antes, uma desapropriação dos menos favorecidos de suas formas antigas de sobrevivência. Na cidade, não se sabe ao certo o que encontrarão, se conseguirão emprego e como se dará sua adaptação. Geralmente, ficam marginalizados²⁰, subempregados, inseridos num contexto de trabalhos temporários. O capitalismo mantém parte de sua força de trabalho em estoque, constituindo um exército industrial de reserva e as migrações colaboram para trazer ao mercado de trabalho pessoas que antes estavam inseridas numa economia de subsistência.

Migrantes e não migrantes fazem parte deste exército de trabalhadores e ambos poderão ficar alijados da integração na economia capitalista, de participarem das organizações sociais e de usufruírem dos serviços que lhe são garantidos por lei. Parte dos migrantes poderá engajar no processo de produção social, como empresários ou assalariados, no entanto, outros ficarão fora do âmbito do sistema, com baixos salários, constituindo um potencial de mão de obra para ser utilizada quando convier para acumulação de capital.

Para não perder de vista o significado das migrações no processo de desenvolvimento, é preciso evitar o erro de considerar a migração como mera transferência de pessoas de setores não-capitalistas rurais e outros setores não-capitalistas urbanos. Tal transferência constitui um estágio, necessário nas condições capitalistas, de integração da população à sociedade de classes. [...] não possui o capitalismo nenhum mecanismo deliberado de ajustamento de demanda de mão-de-obra à oferta da mesma. Ele possui, em contrapartida, mecanismos de transferência do excedente que asseguram a sobrevivência (em condições miseráveis, é claro) da força de trabalho não aproveitada. Seria importante investigar estes mecanismos de transferência e sua inter-relação com as migrações. (SINGER, 1980, p. 243)

Além das correntes neoclássica e neomarxista, existem outras que discutem o tema migração, portanto, é importante assinalar as principais ideias de algumas teorias.

A “Teoria do Mercado Dual de Trabalho” entende que a migração ocorre por uma demanda permanente de trabalhadores migrantes, inerentes à estrutura econômica

²⁰ É importante entender a marginalidade aqui não apenas ocasionada pelas migrações, mas como um produto do próprio sistema capitalista, afinal, ele constitui reservas de força de trabalho para serem utilizadas no momento oportuno.

dos locais mais desenvolvidos. Essa teoria entende que a migração depende da demanda por mão de obra, intrínseca às sociedades modernas industriais. Neste contexto, os fluxos de migrantes não seriam causados apenas pelos fatores de expulsão dos espaços de origem, mas também, pelos fatores de atração nos espaços receptores de migrantes. O mercado de trabalho dual é formado por dois segmentos: mercado primário, onde os empregos são mais seguros, a remuneração é maior, exige maior qualificação e existe a possibilidade de ascensão na hierarquia social; e, mercado secundário, onde os salários são baixos, as condições de trabalho são instáveis, exige pouca qualificação e não há a perspectiva de mobilidade social (MASSEY *et al*, 1998). Uma lacuna desta teoria é o fato dela ignorar as condições dos espaços de origem e apenas ressaltar os fatores de atração dos espaços de destino.

A “Teoria do Sistema-Mundo” possui como referência a tentativa de explicar as migrações “como parte da dinâmica interna de um sistema único, o mundo econômico capitalista” (MATTEOS, 2004, p.91). Ela surgiu na década de 1970 e é usada para explicar as migrações internacionais. Ela realça a distribuição desigual do poder econômico e político na economia mundial, por isto, a migração é vista como um mecanismo que permite mobilizar mão de obra barata, de forma a garantir a relação capital trabalho nos locais de destino em detrimento dos locais de origem. A teoria defende que o indivíduo é induzido, quando não obrigado, pelo modo de produção capitalista a migrar para as áreas de maior concentração de capital (CASTLES; MILLER, 2009). A limitação desta teoria está no fato de a liberdade de escolha ser relegada, portanto, vista como segundo plano, uma vez que o sistema capitalista é o grande responsável por atrair mão de obra.

A “Teoria das Redes Sociais” preconiza que as unidades efetivas de migração não são os indivíduos, mas sim, conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Essas relações não são criadas pelo fluxo migratório, mas são moldadas por ele, e no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração (MASSEY *et al*, 1998.). Para Marques (2008, p.90), “a aplicação do conceito de rede social à abordagem dos movimentos migratórios é realizada através da teoria das redes migratórias”. Nas redes sociais, o princípio da solidariedade, subjacente a essas tessituras locais, transcende por

vezes, o motivo econômico. Os laços sociais ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras numa complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

Outra contribuição ao estudo da migração refere-se à “Teoria Institucional”. O aumento dos fluxos migratórios internacionais impõe aos governos uma necessidade de controlar as entradas de pessoas, principalmente através de cotas de visto. No entanto, este controle não é suficiente para regular a imigração, uma vez que se tem conhecimento de entradas ilegais de pessoas, muitas vezes, por meio de um mercado ilícito formado por indivíduos e/ou instituições que aliciam estes imigrantes (MASSEY *et al.*, 1993, 2006). Os exploradores fazem promessas de trabalho, no entanto, quando os migrantes chegam aos espaços de destino percebem que foram iludidos e ficam sem recursos que garantam a sobrevivência. (CASTLES, MILLER, 2009). Neste momento, aparecem as organizações de apoio que intervêm a favor dos imigrantes, inclusive, um dos fatores que tem mantido a migração internacional prende-se essencialmente à melhoria dos direitos civis, políticos e sociais para os estrangeiros, direitos estes originados de leis das democracias liberais juntamente com as organizações/instituições internacionais destas nações.

Uma nova abordagem sobre migração teve início na década de 1990, trata-se da “Teoria Transnacional”. Ela surgiu da constatação de que os migrantes mantêm laços de ligação com a sua terra natal. No entender de Castles (1999, p. 90): “A perspectiva baseada na nacionalidade única deixou de ser apropriada num mundo em que os fluxos substituem os lugares”. Segundo Portes (1999, p. 4), o transnacionalismo inaugura “[...] uma nova estratégia de adaptação consequente do processo de globalização e capaz de alterar as definições de comunidade migrante e de assimilação”. A teoria parte do pressuposto que as pessoas são vistas como transmigrantes, isto quer dizer que elas mantêm contato tanto no espaço de origem quanto o de destino, portanto, operam em áreas sociais que ultrapassam as fronteiras geográficas, políticas e culturais.

No Brasil, as migrações são objeto de pesquisa de alguns estabelecimentos de ensino superior e observamos que não existe corrente única seguida por uma ou

outra instituição, à propósito, este é assunto para o próximo item, quando tratamos da dificuldade em se estabelecer uma teoria sobre as migrações e apontamos as tendências atuais de análise.

2.2 O desafio teórico e as tendências nas análises migratórias

Oliveira (2011, p. 14), critica a corrente neoclássica e ressalta que o fenômeno migratório deve ser observado “[...] como processo, porém não apenas àqueles restritos ao indivíduo, mas também aqueles que envolvam os indivíduos de um modo geral, a sociedade onde ele vive e reproduz”. Sabe-se também, agora fazendo crítica à visão neomarxista, que até os anos 1980 havia uma articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social, aliás, para muitos migrantes a conquista desta última só era possível através da primeira, no entanto, Brito (2009) pontua que atualmente os movimentos migratórios não estão totalmente articulados com a ascensão social, e que muitos dos migrantes deslocam-se apenas para garantir sua sobrevivência.

Apesar das considerações, é indispensável a articulação entre as teorias neomarxista e neoclássica, afinal, o indivíduo é compreendido enquanto “[...] interiorização das determinações estruturais”. (SANTOS *apud* BARCELLOS, 1995, p. 307). Assim, é preciso ter a sensibilidade para compreender a existência de fatores que se situam na interface entre as situações estruturais e as motivações estritamente individuais.

Se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos [...]. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendidos o fluxo, as suas causas e fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser investigados isoladamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele. (SINGER, 1980, p. 237)

A corrente neoclássica possui alguns limites em suas explicações, principalmente, no que se refere ao fato da centralidade dada ao indivíduo, este, por vez, é influenciado a migrar por questões meramente econômicas, excluindo as relações de classe e limitando a compreensão científica da migração enquanto processo

social. Além do mais, percebemos uma forte tendência à perfeição, linearidade e equilíbrio do movimento quando se homogeniza as variáveis custos, benefícios e distâncias. Assim, qualquer modalidade de migração (intrarregional, inter-regional, intermunicipal, internacional) sempre terá os mesmos motivos, causas e consequências, quando na verdade não o é.

Salim (1992, p. 138) faz mais considerações sobre as falhas cognitivas da corrente neoclássica:

[...] a migração não seria um mecanismo de resolução da desigualdade social, regional, etc: (sic) o êxodo rural não diminuiria simplesmente devido aos “ganhos de produtividade” na agricultura, porque as “necessidades” do setor urbano-industrial foram satisfeitas ou, finalmente, porque as disparidades espaciais desapareceram.

É importante ressaltar que a afirmação deste autor é pertinente, uma vez que a teoria neoclássica retrata os fluxos num modelo de transferência de mão de obra do setor rural tradicional para o urbano moderno, portanto, a mobilidade serviria como um mecanismo gerador de equilíbrio para economias em mudança, bem como um sinal de progresso econômico. Gaudemar (1976) dirá que as migrações, pelo contrário, reforçam as desigualdades e promove os desequilíbrios.

Apesar das críticas descritas por Salim (1992, p. 131), ele descreve alguns pontos positivos da corrente neoclássica:

Mesmo após essas críticas gerais, não se pode ignorar que os modelos neoclássicos, ao avançar nas manipulações de variáveis e hipóteses de acordo com os procedimentos da pesquisa empírica, podem também contribuir para uma relativa compreensão dos acontecimentos no nível do indivíduo, como i) motivação, características e mobilidades do migrante; ii) os custos da migração a nível econômico, psicossocial, da distância física e por oportunidades intervenientes, etc.

Sobre a corrente neomarxista, o mesmo autor aponta as lacunas teórico-metodológicas:

[...] i) dificuldade generalizada em superar o reducionismo econômico; ii) como o processo de acumulação determina tudo, corre-se o risco de tornar mecânico o que deveria ser dialético, ou seja, as mediações possíveis entre infra e superestrutura; iii) mesmo que os fluxos se sobreponham ao indivíduo e condicionem a *racionalidade* da sua decisão de migrar, não se procura analisar melhor a natureza do processo de tomada de decisão, em termos de “custo e benefícios” implícitos nos fatores externos, tais como sistemas urbanos, organizações corporativas, redes sociais, disponibilidade de terras e políticas tópicas, que podem intervir tanto na propensão como na direção dos fluxos; iv) fraqueza empírica dos argumentos e conclusões, principalmente por utilização inadequada de dados, não testabilidade das hipóteses e pouca exploração das variáveis demográficas. (SALIM, 1992, p. 133)

Mesmo com lacunas, a corrente neomarxista possibilita a análise dos fluxos migratórios num contexto histórico, enfatizando os fatores estruturais; relativiza os efeitos dos fatores de atração e repulsão; agrega às migrações um caráter multifário, enaltecendo os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos; não mistifica os métodos formais de análise empírica.

Singer (1980) e Salim (1992) dizem que a corrente neomarxista, ao trabalhar com fatores de ordem social, econômico e político, forneceu-nos uma análise teórica global para os estudos das migrações, principalmente nos países “não desenvolvidos”, isto porque as transformações estruturais aconteciam muito rápidas e de forma repentina, por isto, agravavam as desigualdades regionais; ao passo que, nos países desenvolvidos, as mudanças estruturais ocorriam a partir do amadurecimento de determinadas inovações, portanto, eram mais lentas e planejadas. As teorias neoclássicas foram bem aceitas nos países desenvolvidos, uma vez que as migrações, em grande parte, não aconteciam por transformações estruturais bruscas, portanto, os fluxos se aproximavam mais de um cálculo racional e pela livre decisão de migrar.

No período considerado por alguns autores como pós-moderno (final do século XX e início do século XXI), as modificações nos modos de produção e nos padrões de acumulação de capital estão engendrando mutações e tensões que refletem no comportamento da migração. As emigrações das regiões metropolitanas, a atração das cidades médias, bem como a migração de retorno expõem uma espécie de desvinculação com os referenciais teóricos que marcaram as migrações no Brasil nas décadas de 1960 e parte da década de 1970. Mas cabe dizer que, apesar dos

contextos de surgimento das correntes neoclássica e neomarxista não serem o mesmo, a essência de ambas ainda resistem ao tempo: interpretar os fenômenos migratórios de forma contextualizada com os determinantes históricos, reconhecendo os fluxos decorrentes de alterações estruturais que abrangem os planos econômico, político e social; e mais, que os fenômenos estruturais determinam os movimento individuais, mas estes apenas são compreendidos num contexto de grupo e/ou classe. Nesse sentido, cabe considerar as virtudes explicativas de ambas correntes, mesmo porque, quando combinadas com outras abordagens teóricas mais recentes, oferecem bases epistemológicas para a elaboração de novos conhecimentos. Santos *et al* (2010, p. 04) afirmam que

[...] nenhuma teoria, por si só, é capaz de abranger todos os aspectos de um fenômeno complexo e multifacetado como o fenômeno migratório, sendo a combinação de abordagens teóricas a maneira mais eficiente de analisar a migração.

Nesta busca de se conhecer as entrelinhas das migrações, levando-se em conta os deslocamentos mais atuais, é necessário desenvolver estudos específicos que busquem, em nossa realidade, as transformações importantes que adicionem conteúdo aos conceitos correntes na área, captando os condicionantes estruturais e as especificidades individuais.

Santos *et al* (2010, p. 16) completam dizendo

Não se crê na possibilidade de construção de uma única teoria sobre migração que venha, de alguma forma, abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos. Toda análise do comportamento humano está sempre condicionada a um contexto específico, espacial e temporal, no qual esse comportamento ocorre.

Concluimos que as teorias sobre migração não são excludentes, pelo contrário, elas se completam, e numa fase de intensa produção científica sobre o assunto, seria inviável estudar os movimentos elegendo uma ou outra para explicar suas ocorrências.

As facilidades de deslocamentos contribuem para uma infinidade de destinos migratórios, são velhas e novas tendências se difundindo no tempo e no espaço. Os destinos são vários, influenciados por diversos motivos.

Verificam-se, ainda, uma maior diversidade de configurações do fenômeno, sobressaindo-se movimentos **sazonais** e novas modalidades migratórias, como os movimentos **pendulares** e a migração de **retorno**, e, em termos gerais, um aumento das migrações de **curta distância**. Do ponto de vista dos grupos envolvidos, observa-se a presença de "novos" **fluxos**, abrangendo as classes médias e os trabalhadores qualificados atraídos pelas oportunidades de emprego em setores dinâmicos da produção agrícola e industrial fora das grandes metrópoles. Nestas, continuam chegando os "clássicos" fluxos de pobreza, originados nas áreas agrícolas, fluxos que também passaram a se orientar para outras regiões industriais. (BARCELLOS, 1995, p. 305) (grifo da autora).

Percebemos a prevalência dos fluxos urbano-urbanos, crescimento da agroindústria e uma diminuição do êxodo rural, com um aumento das migrações para as cidades médias como alternativas frente à situação das metrópoles, uma vez que estas apresentam problemas de violência, desigualdade social, desemprego, poluição ambiental, trânsito caótico, em escalas maiores quando comparados àquelas.

Tomando por referências vários trabalhos sobre o tema, é possível compreender que os deslocamentos migratórios correspondem, em sua maioria, à procura de um mercado onde se possa comercializar a força de trabalho, visando sua reprodução. É também a expressão de relações sociais sob domínio do capital, sendo, portanto, necessário compreender a lógica de acumulação. Soares (2002) comenta a importância conferida às redes de solidariedade, principalmente pela necessidade de considerar os processos sociais que direcionam a seletividade da dinâmica migratória. Além do mais, existem outras motivações, tais como a busca por melhor qualidade de vida, educação, saúde, que direcionam os fluxos.

Apesar de as migrações estarem relacionadas à falta de opção de trabalho nos locais de origem, aliada à ideia de melhores oportunidades de trabalho no espaço de destino, Matos (2009) pontua que os migrantes não se movem apenas por estes motivos, mas também pela procura de oportunidades difusas, e o emprego formal é apenas uma delas, nem sempre a mais importante, uma vez que proporções elevadas de trabalhadores estão na informalidade.

Os fluxos migratórios internos constituem um dos mais importantes aspectos do complexo processo de urbanização, não apenas porque a maior parte do crescimento demográfico urbano seja causada pelos movimentos, mas também em virtude da própria migração, como processo social, ser uma expressão de mudanças

em escala mundial. A busca da garantia mínima de sobrevivência e a ascensão socioeconômica são fatores que contribuem para os fenômenos migratórios, afinal, estes movimentos (re)criam arranjos socioespaciais que terão reflexos em várias dimensões do espaço geográfico: uso e ocupação do solo, dinamização do mercado de trabalho, aumento da demanda por serviços básicos (escolarização e saúde).

O geógrafo Maximilien Sorre (1984, p. 126) diz que migração é a “[...] expressão da mobilidade do ecúmeno”, portanto, o conceito nos remete ao estudo dos deslocamentos do homem no espaço terrestre e seu entendimento enquanto processo que se preocupa em compreender a essência dos movimentos e não apenas de onde sai e para onde vai.

Numa fase de transição como a nossa, onde coexistem processos antigos e novos de migração, Braga e Fazito (2010, p. 3) dizem que os especialistas,

[...] discutem que a interação entre as velhas e novas tendências da mobilidade populacional vêm estabelecendo os contornos de um novo padrão nas trocas migratórias internas, ou mesmo de novos padrões, já que a característica essencial dos movimentos populacionais na virada do século é a multiplicidade de contextos [...].

Finalizamos o capítulo reafirmando a importância dos estudos das migrações numa análise interdisciplinar, afinal, elas estão definidas em termos tão amplos que, por eles mesmos, poderiam apreender outros tantos. Possivelmente nenhuma explicação daria conta de abarcar a todos, mas é importante buscar compreender o fenômeno migratório para além da mera descrição ou como algo capaz de receber modelagens matemáticas e estatísticas, mas entendê-lo como processo social, econômico e político onde todos estão inseridos, só assim, juntamente com evidências empíricas, conseguiremos fornecer elementos para produção de conhecimentos sobre os novos movimentos migratórios.

Na sequência, apresentamos o capítulo onde discutimos os fluxos migratórios no contexto histórico-econômico brasileiro, além de tratarmos a relevância das cidades médias enquanto espaço de atração de migrantes.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS: espaços e tempos

No Brasil a migração sempre teve papel importante na dinâmica territorial, os fluxos demográficos foram intensos e têm profunda relação com cada momento histórico e os contextos político e econômico. Para Becker (2006, p. 319): “A cada nova ordem política mundial correspondeu uma nova ordem econômica, com emergência de novos fluxos demográficos”. Assim, é de fundamental importância ressaltar que as migrações contribuem para a redistribuição da força de trabalho e exercem papel na integração econômica e social.

3.1 História dos fluxos migratórios brasileiros

Nossa reconstrução histórica dos movimentos migratórios inicia-se a partir do ano 1500, quando aportou no Brasil a esquadra portuguesa com intuito de se conhecer a parte territorial assegurada para si através do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha. O primeiro contato foi feito com os habitantes indígenas que ocupavam parte do território. Foi constatada a existência de grande quantidade de pau-brasil na mata Atlântica, madeira já conhecida pelos portugueses e muito utilizada na extração de um corante avermelhado usado nas manufaturas têxteis da Europa. As atenções estavam voltadas para o Oriente, portanto, a exploração da madeira foi feita utilizando-se mão de obra indígena, sem se caracterizar uma atividade importante, uma vez que não promoveu a ocupação efetiva da terra. Este período se estendeu até 1530, conhecido como Pré-Colonial. Em 1530, com a vinda da expedição comandada por Martim Afonso de Souza, deu-se início à colonização efetiva. Em 1534 foi criado o sistema de Capitânicas Hereditárias que dividiu as terras portuguesas do Tratado de Tordesilhas em lotes lineares que seriam administrados pelos capitães-donatários. Tudo isto facilitou a vinda de vários portugueses para o Brasil, pois era necessária a ocupação das terras, no intuito de se evitar a tomada destas por estrangeiros.

Podemos afirmar que a economia no território brasileiro no século XVI não possuía um perfil definido, uma vez que os portugueses desconheciam as riquezas

existentes na Colônia e havia uma dificuldade para reconhecimento da área. A partir do século XVII, o açúcar se despontava como produto de exportação, favorecido pelo solo e clima do Nordeste, a mão de obra africana foi imprescindível para a nova dinâmica econômica, vários negros foram trazidos para o território nacional, a princípio para trabalharem nas lavouras de cana, posteriormente, nas atividades de mineração e da cafeicultura. Inicia-se, então, o tráfico negreiro, um tipo de migração forçada que dura aproximadamente três séculos. Além da cana de açúcar, a expansão da pecuária para o interior se iniciava no século XVII, ela foi muito importante para o controle político exercido por Portugal na Colônia, bem como de fundamental relevância para as primeiras descobertas de jazidas auríferas. De acordo com Mata (1980, p. 813), a “descoberta de ouro em Minas Gerais e a extração da borracha na Amazônia atraíram consideráveis levas de migrantes – principalmente do Nordeste do País – a estas regiões”.

Nos séculos XVIII e XIX é visível o avanço da pecuária no Brasil-Colônia, bem como da descoberta de ouro e diamante para além das Minas Gerais. As atividades econômicas predominantes eram: o Norte, com extensa área de extração do látex e drogas do sertão, além de pequenas áreas de pecuária; no Nordeste, cacau, algodão, cana, fumo, pecuária, extração de ouro e diamantes; no Centro-Oeste, extração de ouro e diamantes, pecuária e mate; no Sudeste, algodão, fumo, pecuária, extração mineral e café; e, por fim, no Sul, mate e pecuária.

O cultivo do café, em especial, criou uma nova expectativa no início do século XIX, afinal, deveria ser um produto tão ou mais rentável que o ouro (que já se encontrava em decadência), neste contexto, o café, que já era referência agrícola no Rio de Janeiro, expande-se para São Paulo e Minas Gerais. Silva (1995, p. 34) afirma que,

[...] a África foi sem dúvida a principal fonte de escravos para o café. Furtado²¹ estima que o número de escravos que entraram no Brasil durante a primeira metade do século XIX foi superior a 750000 e inferior a 1000000, isto é entre 15 e 20000 em média por ano.

Em 1808, com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e um decreto de D. João, de 25 de novembro de 1808, permitiram a vinda de migrantes estrangeiros e possibilitaram aos mesmos serem proprietários de terra no Brasil. Mesmo diante

²¹ O autor se refere a Celso Furtado.

desses atos, o quantitativo de imigrantes era pequeno, principalmente porque havia um receio enorme por parte deles de serem escravizados.

Em 1850, aconteceu a interdição do tráfico negreiro, por meio da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, porém, o fim da escravidão, ocorreu somente em 1888, com a Lei Áurea. Neste contexto, foi necessária a busca por outras fontes de mão de obra, facilitando assim, a vinda de imigrantes, “[...] vista como o único modo de resolver esse problema crucial” (SILVA, 1995, p. 37).

Para Patarra (2003, p. 11):

No período em que cessou o tráfico negreiro mas se manteve a escravidão (1850/1888), o comércio interno de escravos assumiu o papel de fornecedor de mão de obra, que tornou possível a rápida expansão da economia cafeeira em estados do Centro Sul nesse período. A partir de então, uma conjugação de fatores externos e internos, incluindo-se o esgotamento do estoque de escravos, conduziu à solução da imigração subsidiada de trabalhadores europeus, que se tornou a principal fonte de mão de obra para a cafeicultura.

Alguns motivos favoreceram a entrada de imigrantes: a necessidade de mão de obra a ser utilizada na cafeicultura, associada ao incentivo dado pelos proprietários de fazendas em arcar com as despesas iniciais destes imigrantes e de fornecê-los uma parcela da terra para o próprio cultivo. No entanto, quando os migrantes chegavam ao Brasil, tinham que trabalhar para custear sua viagem e dificilmente a promessa de terra para cultivo era cumprida por parte dos fazendeiros.

As primeiras experiências nesse sentido datam, com efeito, da década de 1850. Elas estavam baseadas no seguinte sistema: de um lado, para arcar com as despesas relativas à viagem e aos gastos de instalação dos trabalhadores imigrados, o fazendeiro obtinha financiamento do Estado; de outro lado, os imigrantes se comprometiam a reembolsar o fazendeiro com o seu trabalho futuro. Os trabalhadores eram contratados como parceiros. Eram então pagos unicamente em função da colheita, que era comprada pelo próprio fazendeiro. Esse sistema conduziu o trabalhador a uma situação próxima à da escravidão. (SILVA, 1995, p. 37).

As imigrações estrangeiras eram tímidas, principalmente pelas condições de vida que eram oferecidas no Brasil, e as possibilidades de encontrar mão de obra interna eram muito reduzidas, afinal, a produção interna estava apoiada no latifúndio, em plantações situadas, sobretudo, distantes do litoral. O camponês brasileiro

trabalhava nas grandes propriedades de terra recebendo por seu esforço laboral uma retribuição mínima, muitas vezes parcela da terra para cultivar ou mesmo um gado para poder tratar e retirar seu sustento. Os camponeses não eram proprietário, mas estavam pobremente vinculados a este sistema de subsistência. As dimensões continentais do Brasil, a falta de comunicação entre as regiões e os isolamentos dos latifúndios reforçavam os vínculos entre os camponeses e os proprietários de terras, dificultando, assim, a inserção destes camponeses no mercado interno de trabalho no café que surgia no Brasil. A solução ainda era a imigração estrangeira, no entanto, o conhecimento, por parte dos países europeus da forma quase escravista de tratamento dos imigrantes, fez com que governos interditassem a imigração para o Brasil. A solução encontrada foi melhorar as formas de tratamento, por parte dos fazendeiros brasileiros, oferecendo condições ideais de trabalho para os imigrantes, facilitando assim a imigração externa.

Brito e Souza (2005, p. 48) resume o contexto no qual o Brasil estava inserido:

Na República Velha (1889/1930), com a grande expansão da economia cafeeira, e com o primeiro e expressivo surto de industrialização, ampliaram-se as relações mercantis entre as diferentes regiões brasileiras – até então, meros arquipélagos regionais – e começaram a se intensificar as migrações, principalmente as internacionais. Estas, fortemente financiadas pelo Estado, impunham limites à expansão dos deslocamentos populacionais internos – que começavam a dirigir-se, prioritariamente, para os Estados onde a economia mais se expandia, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro.

As primeiras migrações internas do Brasil, regidas pela dinâmica econômica capitalista, surgiram com o fluxo migratório da região Nordeste para a região Norte do país (THÉRY E MELLO, 2005). Naquela época, enquanto o Nordeste presenciava uma seca, que durou de 1877 a 1880, o Norte vivenciava o primeiro ciclo da borracha, fato este que atraiu imigrantes nordestinos para trabalhar na extração de látex. Para Théry e Mello (2005, p. 40): “Mais de um milhão de nordestinos vieram, assim, instalar-se na Amazônia, e muitos ficaram após o desmoronamento do sistema da borracha”.

Ao longo do século XIX, muito imigrantes chegaram ao Brasil, sobretudo os trabalhadores italianos. Após a década de 1880, no intuito de melhorar as condições

de vinda e estada dos imigrantes, várias medidas foram adotadas pelo governo, especialmente a Província de São Paulo, acarretando um aumento no fluxo.

Entre 1887 e 1897, 1.300.000 imigrantes chegaram ao Brasil. A título de comparação entre 1890 a 1900, a população do Brasil aumentou cerca de 3.000.000 de pessoas, passando de 14 a 17 milhões. [...] Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem europeia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920. (SILVA, 1995, p. 38)

No entender de Martine (1990, p.17),

[...] para efeitos de análise migratória, o interessante é que cada ciclo – pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café ou borracha -, ao deslocar o eixo geográfico da atividade exportadora mais dinâmica, também ocupou novos territórios [...]

Camargo (1959. p.3) complementa:

Realmente, desde a Colônia e o Império, caracterizou-se a história econômico-social brasileira por fluxos e refluxos de população, deslocando-se de região para região no encalço de oportunidades que afloravam com a eclosão de novas atividades promissoras de riqueza rápida e certa.

A imigração estrangeira permitiu a consolidação de uma burguesia nacional bem como o início do projeto de industrialização brasileira, este último, em especial, fez com que a migração interna (principalmente o movimento campo-cidade) adquirisse volume. Segundo Silva (1995), a cidade do Rio de Janeiro, até então capital federal, entre 1872 a 1920 teve um aumento população de 274.972 para 1.157.873; já a cidade de São Paulo passou de 31.385 para 580.000. Aliado ao contexto, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) promoveu políticas de nacionalização que atingiram as populações de origem e/ou ascendência estrangeira, assim, os imigrantes, que até então haviam contribuído para o início da industrialização, eram vistos como concorrentes em um mercado interno de trabalho que necessitava absorver a população nacional que chegava, principalmente, do meio rural. A Lei de Cotas da Imigração, em 1934, tentou regulamentar a entrada de migrantes estrangeiros. Lambert (1970, p. 71) a explica:

Em 1943, o regime, já ditatorial, do presidente Vargas adotou uma legislação destinada a organizar cientificamente a imigração, que acabou, enquanto esteve em vigor, por torná-la quase impossível. Foram adotadas medidas de restrição que, sem dúvida, correspondiam ao sentimento popular, mas cuja orientação, tratando-se do Brasil, pode parecer estranha, pois, em condições inteiramente diferentes, seguia os moldes adotados nos EUA para restringir a imigração depois da Primeira Guerra Mundial.

Mesmo com a Lei de Cotas, o Brasil ainda recebia imigrantes, principalmente europeus, que tentavam escapar da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), no entanto, era expressiva sua diminuição nos fluxos migratórios. Segundo Patarra (2003, p. 18), “[...] de 835 mil pessoas durante os anos 1921-1930, a imigração decresce para 285 mil e 130 mil, respectivamente, nas décadas de 40 e 50 do século passado”.

Com a crise do café e o avanço das fronteiras agrícolas, deu-se início a ocupação do Centro-Oeste brasileiro e o norte do Paraná (sul do Brasil). Os gráficos 1 e 2 demonstram a participação populacional por regiões.

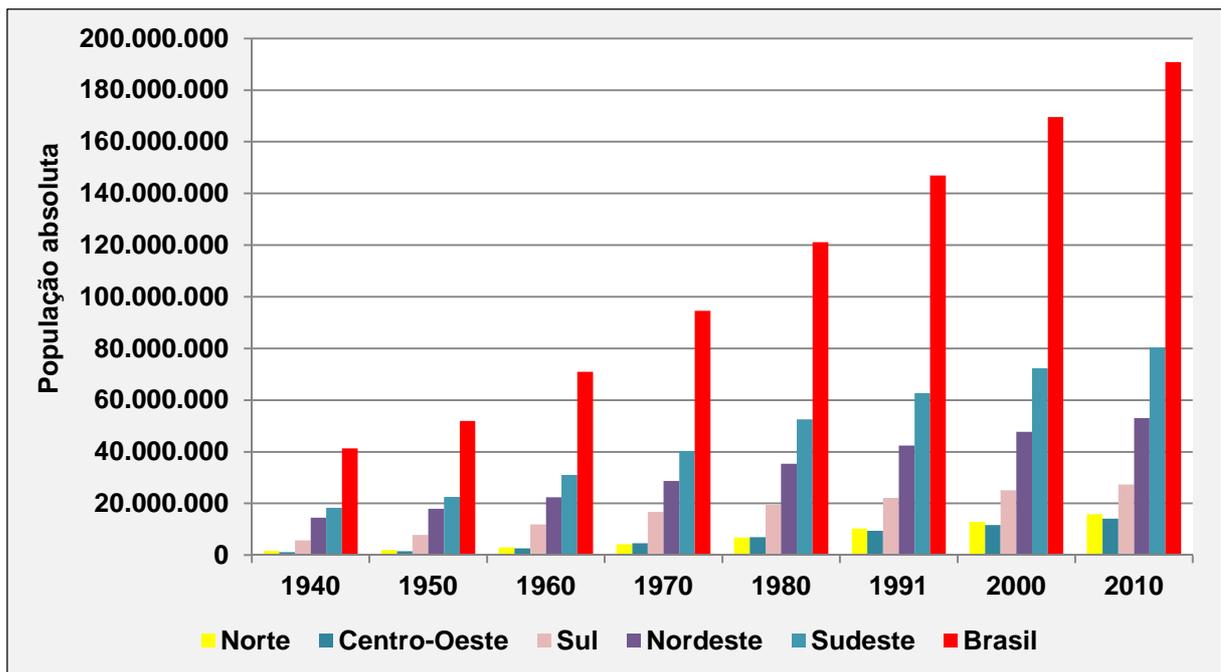


Gráfico 1 - Distribuição da população brasileira segundo as regiões

Fonte: IBGE – SIDRA: Censos Demográficos de 1940-1950-1960-1970-1980-1991-2000-2010

Org.: LEAL A. A., 2012

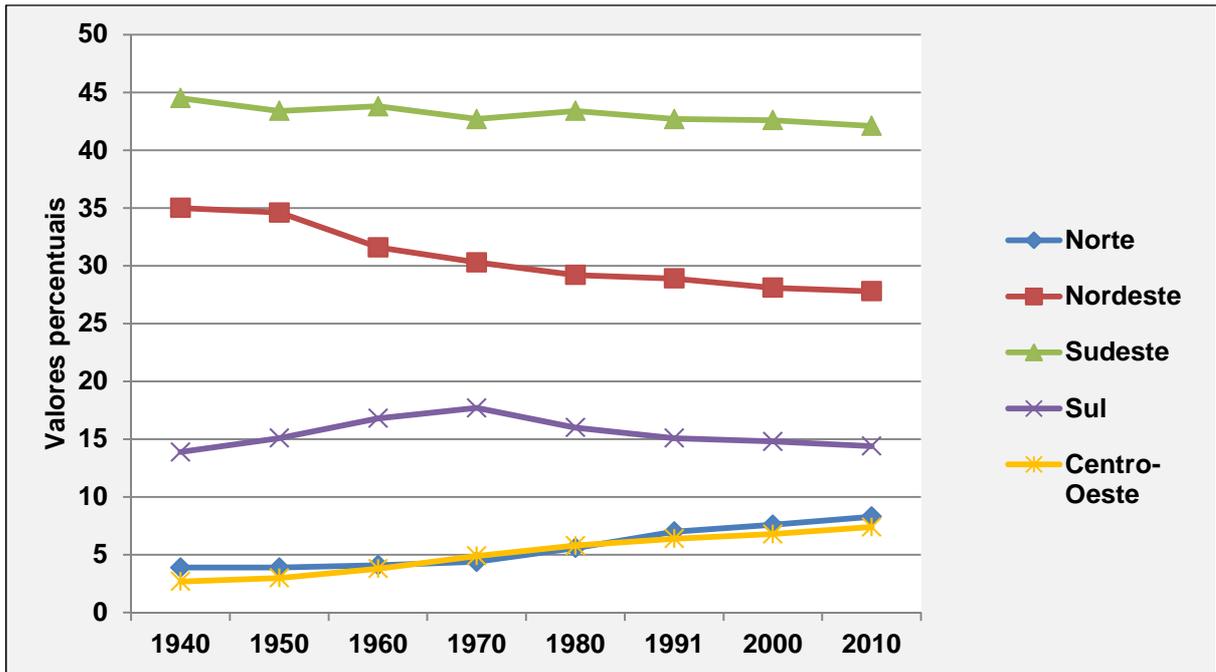


Gráfico 2 - Percentual de participação da população brasileira segundo regiões

Fonte: IBGE – SIDRA: Censos Demográficos de 1940-1950-1960-1970-1980-1991-2000-2010
Org.: LEAL A. A., 2012

A leitura dos gráficos permite observar a pouca participação das regiões Centro-Oeste e Norte na composição populacional brasileira durante as décadas analisadas, principalmente em relação ao Sudeste e o Nordeste.

A partir de 1940, grande quantidade de migrantes dirigiu-se para a região Centro-Oeste à procura de terra para a agricultura, impulsionados pela criação, por parte do governo federal, de duas colônias: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no município de Ceres; e a de Dourados, no Mato Grosso do Sul (naquela época pertencente ao estado de Mato Grosso). As duas maiores regiões fornecedoras de migrantes foram o Sudeste e o Nordeste. Becker (2006, p. 348) informa que,

[...] sabia-se da influência exercida pelo Estado na deflagração dos fluxos migratórios de destino rural no período de 30-50, quando promoveu a ocupação das áreas rurais do Oeste Paranaense nos anos 30 e direcionou migrantes para a Região Centro-Oeste nos anos 40.

Fica nítida a influência do Estado no intuito de dinamizar e espriar a economia do país por meio de novas fronteiras agrícolas para além do Sudeste, incentivando, inclusive, a migração para o meio rural de outras regiões.

A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o consequente “milagre brasileiro” também atraíram imigrantes. Até então, a dinâmica econômica do espaço geográfico brasileiro estava restrita ao litoral ou em regiões muito próximas, com a economia voltada para atender os anseios do capitalismo mundial.

A partir da segunda metade do século XX, a migração interna se consolidava e foi considerada um dos vetores mais importantes na mudança da economia agro-exportadora para a urbano-industrial. As cidades São Paulo e Rio de Janeiro eram os polos de concentração deste novo rearranjo econômico, portanto, os principais destinos dos migrantes.

Percebe-se, segundo Patarra (2003, p. 23) que,

[...] o sentido geral dos movimentos migratórios adquiriu sentido em função do realinhamento territorial das atividades econômicas; esse (sic) movimentos, por sua vez, foram decisivos na temporalidade e nas características do desenvolvimento urbano-industrial no Brasil. Esse processo, ao definir as articulações da economia, passou a provocar, no meio rural, tanto situações de expulsão de população derivadas da introdução de formas capitalistas de produção e da concentração fundiárias, como situações de incorporação no segmento urbano, quer na condição de assalariados, quer ainda pela multiplicação de formas não capitalistas de produção recriadas pelo próprio movimento de acumulação.

Os fatores responsáveis pelo fenômeno estavam intrinsecamente relacionados à economia. Os migrantes, vindos principalmente da região Nordeste, formavam um estoque de mão de obra barata nas duas principais cidades do país. O comércio crescia, os serviços e a construção civil se multiplicavam. A urbanização era evidente, crescia as periferias nas cidades contribuindo para integração física entre duas ou mais unidades, e, portanto, a formação futura das áreas metropolitanas²². Martine (1989) acredita que cerca de 10% da população rural total migraram para as áreas urbanas nas décadas de 1940-1950, isto representava três milhões de pessoas.

Segundo Brito e Souza (2005), até a segunda metade da década de 1960 o crescimento demográfico era influenciado por altas taxas de fecundidade e este

²² As primeiras Regiões Metropolitanas foram criadas com a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973 e a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

auge coincidia com uma forte expansão urbana brasileira. No entanto, entre 1960 e 1980 houve um declínio na fecundidade e o crescimento urbano deveu-se, principalmente aos deslocamentos rural-urbano, denominado também como êxodo rural. Estima-se que quase 43 milhões de pessoas saíram do campo para a cidade. A concentração da atividade industrial na cidade e a intensa modernização da agricultura eram atividades que aconteciam ao mesmo tempo no Brasil, proporcionando fluxos populacionais intensos direcionados ao meio urbano. A análise é feita por Becker (1983, p. 20) quando diz que

É a partir de uma visão integrada do urbano-rural-regional, como feições de reprodução do capital, que os processos de desruralização e metropolização ocorridos de uma forma acentuada no Brasil passam a ter significado. A urbanização estaria, portanto, nesta fase, muito mais ligada ao fenômeno da expulsão do homem do campo do que a um aumento considerável da oferta dos empregos urbanos, em especial do industrial.

O gráfico 3 mostra a evolução da população brasileira por situação rural e urbana.

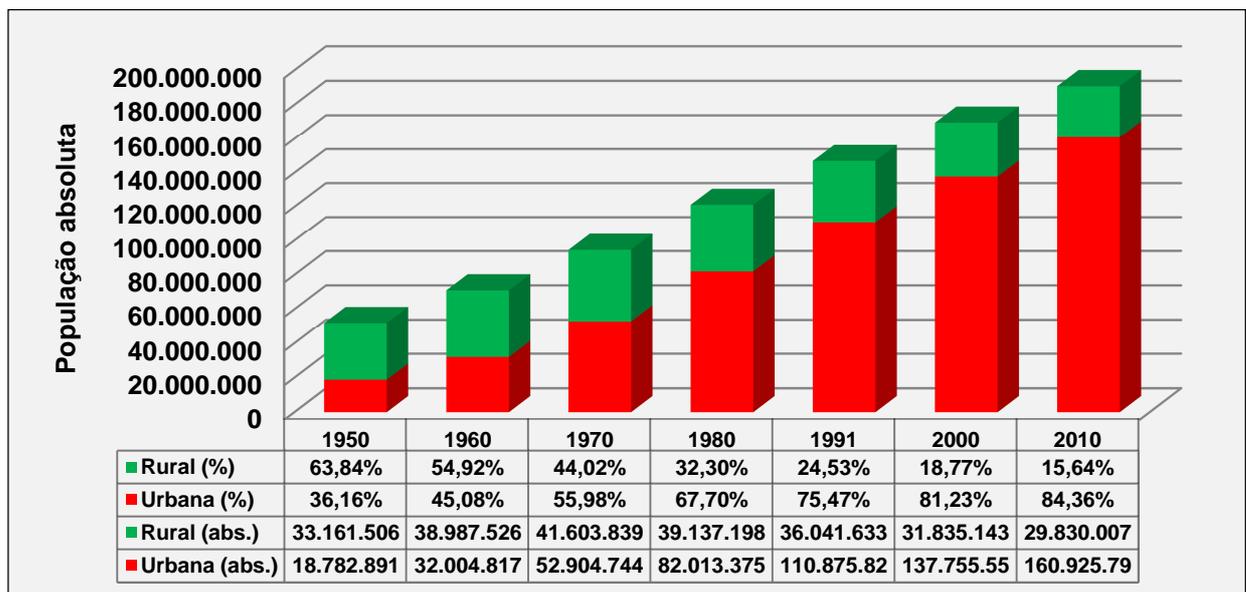


Gráfico 3 - Brasil: população rural e urbana

Fonte: IBGE – SIDRA: Censos Demográficos brasileiros 1950-1960-1970-1980-1991-2000-2010
Org.: LEAL A. A., 2012

Nos Censos Demográficos de 1950 e 1960 a população rural prevalecia sobre a urbana, apenas em 1970 é que ocorre a inversão. Entre as décadas de 1950 a 1970 observamos um aumento contínuo da população rural absoluta, somente a partir de 1980 ela reduz gradativamente com o passar das décadas.

Na década de 1950 prevaleciam os deslocamentos rurais-urbanos responsáveis por dois processos simultâneos: desruralização da população brasileira e “inchamento” das duas metrópoles nacionais. A partir da década de 1970 a população brasileira urbana supera a rural e os movimentos que prevaleciam eram os urbanos-urbanos. Segundo Brito (2009) este acelerado processo de urbanização era de uma velocidade muito maior do que o ocorrido nos países capitalistas desenvolvidos. As profundas transformações estruturais pelas quais o Brasil passava contribuíam para sua urbanização e o surgimento das cidades como ponto privilegiado para desenvolvimento das atividades do capital. O contexto favorecia os deslocamentos que redistribuíam as populações do campo para a cidade. Grandes fluxos migratórios do Nordeste do Brasil e de Minas Gerais se direcionavam para os centros metropolitanos como São Paulo e Rio de Janeiro e para as regiões de fronteiras agrícolas em expansão.

Entre as décadas de 1930 a 1950 desenvolvem, concomitantemente, dois vetores de deslocamento populacionais: enquanto parte dos fluxos eram direcionados para as fronteiras agrícolas e interiorização, outros serviam para concentrar a população nas grandes cidades.

É interessante a análise que Brito (2009, p. 12) faz sobre o papel das migrações no contexto da urbanização brasileira:

Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado, no caso, foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral.

A migração cumpria uma de suas funções ao desenvolver a modernização, afinal, a sociedade tradicional-agrícola se transformava em urbano-industrial. Além disto, Brito (2002) complementa dizendo que até a década de 1970 a mobilidade espacial era a única alternativa de mobilidade social para uma parcela significativa da população brasileira. As possibilidades surgidas com o desenvolvimento econômico, ou seja, empregos, trabalhos, possibilitaram a melhoria nas condições de vida dos

migrantes e os grandes centros urbanos viabilizavam esta articulação entre ascensão econômica e social, mesmo que demorasse algum tempo, conforme dito por Todaro (1980) na sua teoria das probabilidades. A migração era algo racional e extremamente necessária para o alcance dos propósitos econômicos e sociais os quais o indivíduo que migrava almejava conquistar, portanto, ela era tida como positiva e funcional para o alcance da modernização e do desenvolvimento.

Todavia, podemos perceber que nem todos os migrantes conseguiram, com os deslocamentos, o êxito econômico conciliado com o social. A partir de um tempo, as metrópoles enfrentavam problemas de diversas ordens, entre eles a rigidez social que dificultava a ascensão dos migrantes. A migração que no início contribuiu para toda a acumulação de capital, para os processos de urbanização e industrialização, começava a mostrar sinais de ineficiência. As desigualdades urbanas foram se acirrando e os obstáculos selecionavam os migrantes que conseguiriam sua integração na sociedade. Mesmo aqueles que estavam há um bom tempo no meio urbano, não conseguiam se inserir na sociedade, marcada por extrema desigualdade.

A partir da década de 1970 é perceptível o início da descentralização industrial do eixo Rio – São Paulo. As migrações internas deixaram de ser predominantemente rural-urbana para ser urbano-urbano, mas isto não quer dizer que houve o fim do primeiro tipo de migração. Esta descentralização foi incentivada pelo governo militar, instaurado em 1964, que procurou desenvolver uma política de integração do território nacional através da criação de agências de desenvolvimento regional como a: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a SUDENE, incentivando a expansão das fronteiras agrícolas por meio da implantação de projetos. A construção da nova capital federal, Brasília, em 1960, e a criação da Zona Franca de Manaus atraíram contingentes populacionais inter e intraestaduais. O Estado, por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), desenvolveu uma imensa estrutura viária por meio da construção de extensas rodovias, como a Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém, e que serviam para ligar as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Além disto, outras obras foram realizadas como a construção da hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Grande Carajás. Becker (2006, p. 353) pontua que,

[...] a implementação dessas obras gigantescas requeria mão-de-obra abundante, não disponível na Região Norte na ocasião. Coincidentemente, a Política de Colonização Oficial foi deflagrada pelo INCRA naquela época, 1970. Com o aprofundamento dos desequilíbrios inter-regionais e intra-regionais de crescimento e o conseqüente aumento da população excedente, multiplicavam-se os fluxos migratórios em busca de terra e trabalho, tornando-se visível a mobilidade da população a nível nacional. Esta população migrante, livre e móvel, estava pronta para ser redirecionada.

Muitos migrantes saíram do Sul em direção ao Norte, afinal:

A fronteira agrícola da região já está totalmente ocupada e a região Norte começa a representar, para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina, o que o Oeste destes Estados representou anteriormente para seus pais, vindos do Rio Grande do Sul. (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1997, p. 14)

Apesar dos fluxos migratórios para as regiões Centro-Oeste e Norte, a industrialização do Sudeste continua atraindo migrantes.

A partir da década de 1980, o espaço urbano da região Norte começa a mostrar seus primeiros sinais de desorganização: a industrialização da Zona Franca de Manaus e da área de extração mineral do Pará passavam por um crescimento urbano que acentuava a marginalidade e a exclusão social dos migrantes. O exército industrial de reserva que havia sido, na década de 1970, o motor para o desenvolvimento econômico da região, agora se tornava um problema nos centros urbanos, formando, segundo Becker (2006), verdadeiros “bolsões de pobreza” concentrados nas periferias dos centros urbanos.

Na década de 1980 o crescimento da fronteira agrícola do Centro-Oeste foi estimulado pelo cultivo de soja e das atividades da pecuária. Neste período os movimentos migratórios assumiram um caráter intrarregional, marcados pela expulsão dos trabalhadores rurais.

A internacionalização da economia fez com que a acumulação de capital se reorganizasse tendo como consequência uma redução no crescimento das metrópoles, refletindo também na taxa de urbanização. Quanto às migrações, Brito (2009) ressalta que os arranjos econômico e social passaram a não exigir mais os deslocamentos populacionais inter-regionais como aconteceu nas décadas de

1940/1950/1960, no entanto, as desigualdades regionais e sociais permaneciam sem grandes alterações.

Assim, as migrações, vistas até então como “positivas” deixaram de sê-las em razão do novo contexto. As grandes cidades já não careciam desta mão de obra como outrora, uma vez que os deslocamentos populacionais anteriores e suas consequências intergeracionais proporcionaram um crescente excedente populacional nas aglomerações metropolitanas. As transferências populacionais rurais-urbanas e/ou urbanas-urbanas não eram mais necessárias nem do ponto de vista socioeconômico, tampouco do ponto de vista demográfico, tendo em mente que a própria estrutura urbana começa a demonstrar sinais de exaustão ao não conseguir ofertar serviços básicos a toda sua população, entre elas, a migrante. Os fatores de atração das cidades metropolitanas estão hoje cedendo lugar para um cenário marcado por violência, desemprego, ausência de qualidade de vida, dificuldades de deslocamento urbano e de acesso à moradia. Brito (2009, p. 18):

As “externalidades positivas” das grandes cidades, das regiões metropolitanas em particular, que tanto atraíam os migrantes, segundo as teorias econômicas, foram superadas pelas “externalidades negativas”, comprometendo a esperança do migrante de traduzir em realidade a sua “ilusão de melhorar de vida”.

A ideia de mobilidade espacial ligada à mobilidade social está cada vez mais fragilizada em razão do contexto vivenciado pelas grandes cidades. A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e a novas oportunidades revelam uma migração negativa, uma vez que se torna inviável do ponto de vista econômico e distante da ascensão social.

A migração de retorno e o deslocamento para as periferias de outras cidades que compõem o entorno da região metropolitana tornam-se alternativas para suavizar a condição daqueles migrantes não inseridos econômica e socialmente. No entanto, diante de todo este contexto, não podemos dizer que não há mais migrações para as metrópoles, apenas que seu saldo migratório reduziu (sendo inclusive, negativos em algumas regiões metropolitanas). A migração não acontece num contexto familiar, pelo contrário, é, em sua maioria, individual, onde pessoas deslocam com o intuito de acumular algum recurso financeiro para depois retornar ao seu lugar de

origem numa condição de vida melhor do que outrora. Enquanto isto não acontece, enviam remessas de dinheiro para os demais membros da família que não migraram. A migração não acontece com o intuito de mudança de residência, portanto, não é de longo prazo ou definitiva, ao contrário, ela é datada, curta e esperançosa de que o retorno aconteça breve.

Brito e Souza (2005) concordam que atualmente há uma diminuição no crescimento das regiões metropolitanas, principalmente dos seus núcleos urbanos, e um redirecionamento das migrações internas para as cidades médias não metropolitanas. Nos dias atuais, as metrópoles industriais não são mais os locais preferidos pelos migrantes, principalmente pela dificuldade de inserção da população no mercado de trabalho, custo de vida elevado, os complicados e estressantes deslocamentos intraurbanos. Por outro lado as cidades médias não metropolitanas apresentam atributos que se assemelham às grandes cidades, a saber: indústrias, comércio, prestadores de serviços especializados, educação, polarização do seu entorno regional, enfim, todos os arranjos produtivos que dinamizam sua malha urbana. Mas exibem, também: problemas de criminalidade, desemprego, segregação social, sistema de transporte deficitário, no entanto, em proporções menores que as grandes cidades.

Estas características permitem que as cidades médias não metropolitanas sejam polo de atração de migrantes, servindo como “dique” regional para conter os fluxos migratórios que se dirigem aos grandes centros.

3.2 Cidades Médias: espaço de crescimento populacional e atração de migrantes

Segundo Amorim Filho e Sena Filho (2007) os estudos sobre cidades médias surgiram na França, por volta das décadas de 1950 a 1960, com temáticas voltadas para o planejamento urbano e regional.

Entre as funções das cidades médias caberiam: geração de emprego nos setores secundário e terciário como alternativa em relação aos grandes centros urbanos, e servir como retentoras das migrações para as metrópoles; dispor de uma qualidade

de vida por meio da oferta serviços de saúde, educação, lazer, transporte, proporcionando ascensão econômica e mobilidade social às pessoas que nelas residem e; fazer a ligação entre as cidades grandes e as cidades pequenas, bem como do meio rural da região.

A definição do que seria cidade média passa por vários embates, afinal, são diversas as variáveis de análises para se classificar uma cidade como tal. A ONU usa o critério demográfico considerando como limite mínimo a cidade que possua 100.000 habitantes. O fator quantitativo, uma das variáveis, é bastante heterogêneo porque a dimensão populacional ganha formas diversas numa escala mundial, estabelecendo valores bastante largos. Por exemplo: na escala europeia a classificação pode ser uma, ao passo que na escala americana é outra. E mesmo no interior de cada escala haverá outras classificações em função das características de cada país.

Outra variável de análise são as funções que as cidades médias desempenham. Costa (2002, p. 109) entende que esta dimensão,

[...] correspondeu à perspectiva funcionalista de cidade média, importante nos anos sessenta e setenta, período em que as cidades médias começaram a ser encaradas como elementos estratégicos no estabelecimento de redes urbanas equilibradas e motoras do processo de desenvolvimento regional.

A utilização da análise demográfica e funcional de classificação das cidades médias tem enfrentado severas críticas em razão da grande complexidade em estabelecer um conceito único para a gama de países. A adoção de um critério unificado para a classificação das cidades médias encontra problemas na própria padronização das variáveis que compõem a base de sua definição. O conceito de urbano, o grau de urbanização, a organização político-administrativa, os desenvolvimentos econômico e social são algumas das variáveis que ajudam a definir as cidades como médias e que, individualmente, apresentam diversificação no interior de cada país.

Uma terceira variável a ser considerada é a posição da cidade dentro da hierarquia urbana nacional e regional, por exemplo, uma cidade com 30.000 habitantes, situada numa região despovoada e carente econômica e socialmente, pode desempenhar

uma função extremamente importante dentro do contexto regional ao ofertar trabalho e serviços básicos como saúde, portanto, pode ser classificada como “média”, ao passo que uma cidade de 100.000 habitantes, dentro de uma região densamente povoada e urbanizada, pode não ter as mesmas funcionalidades que a primeira.

É importante frisar que a classificação de cidade média é contextualizada, datada, isto quer dizer que uma cidade de 50.000 habitantes na década de 1950, pelas funções e conexões que exercia naquele contexto, pode, hoje, não ser mais considerada uma cidade média em razão das mudanças ocorridas, neste sentido, suas funcionalidades também evoluem. Costa (2002, p. 113-114) pontua:

A cidade média no período de crescimento econômico correspondia a um centro capaz de prestar funções correspondentes aos níveis intermediários da hierarquia urbana, reportando-se ao sistema urbano de cada país. [...] Mais recentemente, com o processo de globalização a cidade média é parte de um sistema aberto, onde a sua integração não se faz somente com a região ou país a que pertence, mas compreende também a escala internacional.

Em meados dos anos de 1970, a noção de cidade média foi tomando mais corpo e as questões econômicas deixaram de ter centralidade para ceder espaço às questões sociais. Os critérios quantitativos e funcionais já não eram suficientes para classificar as cidades como médias, havia necessidade de agregar a estes critérios o fator social. A cidade média passa a evocar um espaço que não se iguala às vilas rurais ou urbanas das pequenas cidades, privadas de certos serviços básicos e de equipamentos relacionados à vida urbana, e também não se iguala às grandes cidades, onde as relações pessoais são marcadas pelo distanciamento e as condições de vida se tornam mais diversificadas, muitas vezes mais complicadas, em razão de vários fatores como o custo e qualidade de vida. Costa (2002, p. 116) pondera:

Contudo, é reconhecida a dificuldade em basear a identificação de cidades médias em elementos subjetivos como o modo de vida, a qualidade de vida e a menor incidência dos problemas sociais que afetam as grandes cidades. Esta dificuldade passa pelo fato de a definição ter por base a posição das cidades médias em relação às grandes cidades, baseando-se em padrões e comportamentos destas e não em características próprias destas cidades.

Além disto, se torna ainda mais subjetivo estabelecer uma classificação tendo como centralidade a qualidade de vida, uma vez que este conceito sofre intensas variações entre as pessoas e os espaços. Uma cidade grande pode ser considerada ótima no aspecto da qualidade de vida para algumas pessoas, ao passo que para outras não. Outra questão é que nem sempre uma cidade média será este território ideal e marcado sempre pelas qualidades assinaladas acima, é de conhecimento que elas enfrentam, mesmo que em uma escala menor quando comparado com as metrópoles, problemas relacionados com a segurança, acesso a serviços básicos, entre outros.

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960 não havia uma noção consistente do termo “cidade média”, foi um trabalho de Oswaldo Bueno Amorim Filho,

[...] em 1973 (uma tese de doutorado, com o título “*Contribution à l'étude des Villes moyennes au Minas Gerais – Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais*”), marca o início dos estudos do tema cidades médias em Minas Gerais, no Brasil e, possivelmente, na América do Sul. (AMORIM FILHO E SENA FILHO, 2007, p. 25)

Como temos que eleger em quais critérios pautaram nossas discussões sobre cidade média, a princípio, adotamos a classificação do IBGE que leva em consideração o tamanho populacional entre 100.000 a 500.000 habitantes. Consideraremos, neste momento as cidades pequenas com até 100.000 habitantes e as cidades grandes com população acima de 500.000 habitantes.

No Brasil, até final da década de 1970, as grandes cidades se destacavam por concentrar o maior quantitativo populacional e também por terem um maior desempenho econômico. A partir da década de 1980, as cidades médias começam a ganhar destaque, demonstrando crescimento populacional superior às metrópoles, motivado, principalmente, pela descentralização industrial e pelas migrações, permitindo um espraiamento territorial da população. Pelas tabelas 1 e 2 é possível acompanhar o crescimento da população.

Tabela 1 - População segundo classes de tamanho

	Classe de tamanho das cidades ²³ (mil hab.)	< 100	Entre 100 a 500	> 500	Total
		1970	Pop.	61.312.203	14.092.330
	% da pop.	65,8	15,1	19,0	100,0
	Quantidade	3.861	80	11	3.952
	% da quantidade	97,7	2,0	0,3	100,0
1980	Pop.	67.233.810	22.751.070	29.026.172	119.011.052
	% da pop.	56,5	19,1	24,4	100,0
	Quantidade	3.853	120	18	3.991
	% da quantidade	96,5	3,0	0,5	100,0
1991	Pop.	76.098.434	31.889.220	38.837.821	146.825.475
	% da pop.	51,8	21,7	26,5	100,0
	Quantidade	4.306	160	25	4.491
	% da quantidade	95,9	3,6	0,6	100,0
2000	Pop.	83.198.132	39.628.005	46.973.033	169.799.170
	% da pop.	49,0	23,3	27,7	100,0
	Quantidade	5.283	193	31	5.507
	% da quantidade	95,9	3,5	0,6	100,0
2010	Pop.	86.319.122	48.565.171	55.871.505	190.755.798
	% da pop.	45,3	25,5	29,3	100,0
	Quantidade	5.282	245	38	5.565
	% da quantidade	94,9	4,4	0,7	100,0

Fonte: IBGE – SIDRA: Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

Tabela 2 - Taxas Anuais de Crescimento Populacional (%)²⁴

Classe de tamanho das cidades (mil hab.)	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
< 100	0,93%	1,25%	0,89%	0,34%
Entre 100 e 500	4,95%	3,43%	2,19%	2,05%
> 500	5,05%	2,95%	1,92%	1,74%
Brasil (Total)	2,48%	2,12%	1,46%	1,17%

Fonte: IBGE – SIDRA: Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

²³ Apesar de se fazer inferência ao termo “cidade”, os dados da tabela se referem ao município.

²⁴ Para o cálculo da taxa de crescimento anual utilizamos a fórmula $P_t = P_0(1+i)^n$ em que P_t indica a população após n anos corridos e P_0 denota a população inicial considerada.

Pela tabela 1 observamos que em 1970, quando se iniciava os estudos de cidade média no Brasil, observamos que das 3.952 cidades, 3.861 (97,7%) tinham até 100 mil habitantes e concentravam 65,8% da população brasileira; oitenta (80) cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes (2%) detinham 15,1% da população; e 11 cidades (0,3%) com população acima de 500 mil habitantes eram responsáveis por 19% do total populacional.

Em 1980, o Brasil tinha 3.991 cidades, sendo que destas, 3.856 tinham até 100 mil habitantes, isto representava 96,5% do total de cidades, e em termos populacionais, correspondia a 56,5%. Cento e vinte (120) cidades possuíam entre 100 a 500 mil habitantes, correspondiam a 3% do total das cidades, e concentravam 19,1% da população brasileira. Dezoito (18) cidades tinham mais que 500 mil habitantes, isto significava 0,5% do total de cidades, e uma concentração de 24,4% da população.

Em 1991 a quantidade de cidades pequenas é de 95,9% do total, concentravam 51,8% da população total; o número de cidades médias passa de 120 para 160, concentrando 21,7% da população do país. Há 25 cidades grandes (0,6% do total) concentrando 24,4% da população total.

Em 2000, havia 5.283 cidades (95,9%) com até 100 mil habitantes, concentrando 49% da população; 193 cidades médias (3,5%) sendo habitadas por 23,3% da população; e 31 cidades grandes (0,6%) contendo 27,7% da população.

Em 2010, eram 5.282 cidades pequenas (94,9%) com 45,3% da população total; duzentas e quarenta e cinco (245) cidades entre 100 e 500 mil habitantes (4,4%) concentrando 25,5%; e 38 cidades acima de 500 mil habitantes (0,7%) com 29,3% da população do Brasil.

Numa análise geral, em todas as décadas analisadas, a quantidade de cidades pequenas representava um percentual muito alto em comparação com as demais, no entanto, gradativamente o percentual da população em relação à população total decresceu. O esvaziamento das cidades pequenas pode ser explicado pela sua inserção no capitalismo moderno associada a uma reversão da produção destinada à subsistência para a produção destinada ao capital. Ademais, devemos ressaltar o

fenômeno de expulsão dos pequenos produtores de suas terras em razão de não conseguirem se engajar no modelo capitalista imposto, por isto, migram para cidades maiores na intenção de melhorar suas condições de vida. As cidades médias (entre 100 a 500 mil habitantes) e as cidades grandes (acima de 500 mil habitantes) aumentaram suas quantidades em termos absolutos e o percentual de pessoas que nelas habitavam.

Pela tabela 2 é visível a desaceleração do crescimento populacional brasileiro entre as décadas, porém, as cidades médias, mostram um desempenho mais alto (exceto na década de 1970²⁵), quando comparado com os demais grupos de cidades. Andrade e Serra (1999) dizem que o crescimento vegetativo contribuiu para o aumento das taxas, mas ressaltam que o dinamismo econômico das cidades médias (que recebiam um número cada vez maior de indústrias, intensificado pelas próprias políticas governamentais de investimento) contribuiu para as imigrações, e estas, por vez, foram muito mais expressivas do que os fatores endógenos das cidades.

Na tabela 1, o único critério de classificação utilizado foi apenas o tamanho populacional, e o intuito foi mostrar que as cidades médias registraram crescimento anual percentual maior que os demais grupos.

A proposta deste subtítulo é de analisar o crescimento populacional das cidades médias, bem como confirmá-las como polos de atração de migrantes. Constatamos que as maiores taxas de crescimentos anuais populacionais foram registradas para este grupo de cidades, a partir de agora, nossas análises se voltarão para os fluxos migratórios.

Antes de iniciarmos, devemos salientar que até este momento os estudos foram realizados tendo como análise três grupos (conforme tamanho populacional): cidades pequenas (até 100 mil hab.), médias (entre 100 mil e 500 mil hab.) e grandes (acima de 500 mil hab.). Destarte, nosso esforço será em observar os fluxos migratórios direcionados a dois grupos distintos: I – as cidades que compõem as

²⁵ Naquela década o crescimento das cidades grandes foi um pouco maior, mas, a partir de então, as cidades médias ficaram em evidência e obtiveram um valor percentual maior.

regiões metropolitanas²⁶, II – as cidades classificadas como médias (entre 100 a 500 mil habitantes) e que não fazem parte das regiões metropolitanas e não são capitais de UF²⁷.

Acreditamos que as cidades médias não metropolitanas e não capitais de UF, em razão do atual contexto econômico e político, e em razão das características que lhes são inerentes, já discutidas neste trabalho, possuam saldos migratórios positivos semelhantes (ou mesmo maior) que as regiões metropolitanas.

As análises partirão do Censo Demográfico de 1980, uma vez que esta operação censitária capturou as principais transformações ocorridas durante a década de 1970²⁸. Vejamos a tabela 3.

²⁶ Mais detalhes sobre a criação das regiões metropolitanas estão disponíveis no site do Congresso Nacional, bem como nos sites das Assembleias Legislativas de cada Unidade da Federação Brasileira. Tratamos os dados apenas das regiões metropolitanas cujas sedes eram as respectivas capitais da Unidade da Federação. A lista com as regiões metropolitanas utilizadas neste trabalho está disponível no Apêndice A.

²⁷ Encontra-se no Apêndice B as cidades que foram trabalhadas neste grupo.

²⁸ Nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, especificamente os blocos de migração, levantam dados do ano de sua realização e da década imediatamente anterior à realização da operação censitária.

Tabela 3 - Saldo Migratório²⁹ 1975/1980 das cidades médias³⁰ e regiões metropolitanas

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Quantidade de Imigrantes ³¹	Quantidade de Emigrantes	Saldo Migratório		Nº de Municípios	Participação no total de municípios de A e B (%)	População no ano de 1980	Participação no total da população de 1980 de A e B (%)
			Quantidade	% do total de (A+B)				
(A) Cidades Médias	2.057.009	1.505.399	551.610	25,00	83	41,71	13.853.468	28,73
Centro-Oeste do Brasil	62.218	43.422	18.796	0,85	2	1,01	286.512	0,59
Nordeste do Brasil	317.450	322.718	-5.268	-0,24	20	10,05	2.909.097	6,03
Norte do Brasil	97.877	29.118	68.759	3,12	3	1,51	424.991	0,88
Sudeste do Brasil	1.118.862	689.111	429.751	19,48	41	20,60	7.328.856	15,20
Sul do Brasil	460.602	421.030	39.572	1,79	17	8,54	2.904.012	6,02
(B) Regiões Metropolitanas	3.104.690	1.449.854	1.654.836	75,00	116	58,29	34.363.936	71,27
Belém	98.174	51.451	46.723	2,12	2	1,01	999.158	2,07
Belo Horizonte	332.510	107.470	225.040	10,20	14	7,04	2.540.094	5,27
Curitiba	234.296	86.772	147.524	6,69	14	7,04	1.440.633	2,99
Fortaleza	124.899	61.524	63.375	2,87	5	2,51	1.580.069	3,28
Porto Alegre	264.081	86.888	177.193	8,03	14	7,04	2.231.360	4,63
Recife	167.286	126.813	40.473	1,83	8	4,02	2.202.859	4,57
Rio de Janeiro	426.224	265.001	161.223	7,31	14	7,04	9.014.294	18,70
Salvador	166.887	73.697	93.190	4,22	8	4,02	1.766.724	3,66
São Paulo	1.290.333	590.238	700.095	31,73	37	18,59	12.588.745	26,11
Total (A+B)	5.161.699	2.955.253	2.206.446	100,00	199	100,00	48.217.404	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1980

Org.: LEAL A. A., 2013

²⁹ Segundo Rigotti (1999) é impossível, para o Censo Demográfico de 1980, calcular “saldo migratório”. Veja na metodologia quais os recursos e adaptações utilizadas para se extrair estes valores.

³⁰ Apesar de utilizar o termo “cidade média”, nesta tabela e nas três tabelas seguintes (Tabelas 4, 5 e 6) o termo se refere aos municípios incluindo, assim, os migrantes que se dirigiram para as áreas rurais do mesmo. Excluem-se deste rol as capitais de UF, bem como aqueles municípios pertencentes às regiões metropolitanas cujas populações estejam entre 100 mil a 500 mil habitantes.

³¹ Para os grupos “Cidades Médias” e “Regiões Metropolitanas”, no total de *imigrantes*, foram contabilizados aqueles que disseram não saber de qual UF e município vieram (“Sem Declaração” e “Brasil sem Especificação”), da mesma forma, foram contabilizados aqueles que vieram da UF onde estava sediada a respectiva cidade média e/ou região metropolitana, mas não sabiam qual município.

Pelos dados extraídos do Censo Demográfico de 1980, observamos que os saldos migratórios foram positivos em ambos os grupos, no entanto, as Regiões Metropolitanas (RM's) registraram um saldo de 75% em relação ao total. Ambos os grupos atraíram migrantes, no entanto, nas Cidades Médias (CM's) a imigração foi menor e a emigração maior, quando comparadas às das regiões metropolitanas, resultando no saldo migratório de 25% do total.

Os dados revelam que, mesmo com o início da descentralização industrial do eixo Rio – São Paulo, a partir da década de 1970, para outras regiões, com preferência para as cidades médias, ainda não se percebe alterações significativas nos (re)direcionamentos das migrações. As cidades médias brasileiras atraíam, mas não a ponto de superar as regiões metropolitanas.

No Censo Demográfico de 1980, no grupo das “Cidades Médias” a região Sudeste foi que a que obteve maior saldo (19,48%), seguida da região Norte. Um dos motivos para o 2º lugar da região Norte pode ser encontrado no reflexo das políticas de avanço das fronteiras agrícolas para a região. A RM de São Paulo obteve o maior saldo migratório (ela “expulsou” pessoas, mas atraiu muito mais), foi responsável por 31,73%; seguida da RM de Belo Horizonte com 10,20%.

Todas as RM's tiveram saldo positivo, no grupo das CM's apenas as da região Nordeste tiveram saldo negativo. Os menores saldos das RM's foram para Recife e Belém, e no grupo das CM's os registros ficaram para as regiões Nordeste (obteve saldo negativo) e Centro-Oeste.

A tabela seguinte retrata o saldo migratório do Censo Demográfico de 1991.

Tabela 4 - Saldo Migratório 1986/1991 das cidades médias e regiões metropolitanas

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Quantidade de Imigrantes ³²	Quantidade de Emigrantes	Saldo Migratório		Nº de Municípios	Participação no total de municípios de A e B (%)	População no ano de 1991	Participação no total da população de 1991 de A e B (%)
			Quantidade	% do total de (A+B)				
(A) Cidades Médias	2.316.745	1.610.461	706.284	57,38	112	46,67	21.375.996	33,51
Centro-Oeste do Brasil	229.856	60.542	169.314	13,76	6	2,50	1.050.104	1,65
Nordeste do Brasil	370.359	370.719	-360	-0,03	22	9,17	3.900.927	6,12
Norte do Brasil	91.720	88.181	3.539	0,29	5	2,08	710.518	1,11
Sudeste do Brasil	1.175.969	718.485	457.484	37,17	56	23,33	11.386.942	17,85
Sul do Brasil	448.841	372.534	76.307	6,20	23	9,58	4.327.505	6,78
(B) Regiões Metropolitanas	2.388.609	1.864.060	524.549	42,62	128	53,33	42.405.271	66,49
Belém	100.658	76.158	24.500	1,99	2	0,83	1.332.840	2,09
Belo Horizonte	229.446	132.416	97.030	7,88	14	5,83	3.338.021	5,23
Curitiba	194.135	85.910	108.225	8,79	14	5,83	2.000.805	3,14
Fortaleza	176.285	98.150	78.135	6,35	6	2,50	2.269.045	3,56
Porto Alegre	202.700	115.840	86.860	7,06	22	9,17	3.026.819	4,75
Recife	135.794	129.939	5.855	0,48	9	3,75	2.681.705	4,20
Rio de Janeiro	255.869	310.832	-54.963	-4,47	13	5,42	9.814.574	15,39
Salvador	152.328	105.665	46.663	3,79	10	4,17	2.496.521	3,91
São Paulo	941.394	809.150	132.244	10,74	38	15,83	15.444.941	24,22
Total (A+B)	4.705.354	3.474.521	1.230.833	100,00	240	100,00	63.781.267	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991
Org.: LEAL A. A., 2013

³² Para os grupos "Cidades Médias" e "Regiões Metropolitanas", no total de *imigrantes*, foram contabilizados aqueles que disseram não saber de qual UF e município vieram ("Brasil não Especificado"), bem como aqueles classificados como "Ignorados". Da mesma forma, foram contabilizados aqueles que vieram da UF onde estava sediada a respectiva cidade média e/ou região metropolitana, mas não sabiam qual município.

Vemos que a realidade de 1991 é bem diferente da de 1980 e o que mais chama atenção é a reversão do saldo migratório, portanto, as cidades médias obtiveram valores maiores que as regiões metropolitanas.

No grupo das CM's, a região Sudeste foi que a que obteve maior saldo, seguida da região Centro-Oeste. Os menores saldos foram para as RM's do Rio de Janeiro e Recife; as CM's das regiões Nordeste e Norte registraram os menores valores. A RM de São Paulo obteve o maior saldo migratório, mas bem abaixo do registrado no censo anterior, seguida da RM de Curitiba.

Em comparação com 1980, as CM's do Centro-Oeste, Sudeste e Sul tiveram aumento nos seus saldos, o Nordeste diminuiu seu saldo negativo, e a região Norte teve diminuição do saldo positivo. A única RM que teve aumento em seu saldo foi Fortaleza, as demais, tiveram queda em comparação com 1980.

A tabela 5 demonstra o saldo migratório no Censo Demográfico de 2000.

Tabela 5 - Saldo Migratório 1995/2000 das cidades médias e regiões metropolitanas

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Quantidade de Imigrantes ³³	Quantidade de Emigrantes	Saldo Migratório		Nº de Municípios	Participação no total de municípios de A e B (%)	População no ano de 2000	Participação no total da população de 2000 de A e B (%)
			Quantidade	% do total de (A+B)				
(A) Cidades Médias	2.256.960	1.831.330	425.630	42,05	127	34,05	24.311.928	29,67
Centro-Oeste do Brasil	192.374	86.610	105.764	10,45	7	1,88	1.181.939	1,44
Nordeste do Brasil	414.112	433.625	-19.513	-1,93	26	6,97	4.779.632	5,83
Norte do Brasil	89.418	116.726	-27.308	-2,70	6	1,61	904.149	1,10
Sudeste do Brasil	1.123.973	808.156	315.817	31,20	65	17,43	12.484.646	15,24
Sul do Brasil	437.083	386.213	50.870	5,03	23	6,17	4.961.562	6,05
(B) Regiões Metropolitanas	3.099.541	2.512.902	586.639	57,95	246	65,95	57.632.838	70,33
Belém	114.529	98.246	16.283	1,61	5	1,34	1.795.536	2,19
Belo Horizonte	257.027	140.344	116.683	11,53	33	8,85	4.349.654	5,31
Curitiba	241.249	113.503	127.746	12,62	25	6,70	2.726.580	3,33
Florianópolis	79.251	33.313	45.938	4,54	22	5,90	816.419	1,00
Fortaleza	162.873	106.456	56.417	5,57	13	3,49	2.984.689	3,64
Goiânia	197.897	94.197	103.700	10,24	11	2,95	1.639.516	2,00
Grande São Luís	87.840	51.122	36.718	3,63	4	1,07	1.070.688	1,31
Grande Vitória	118.161	68.769	49.392	4,88	6	1,61	1.425.587	1,74
Maceió	68.684	52.735	15.949	1,58	11	2,95	989.182	1,21
Natal	89.620	48.614	41.006	4,05	6	1,61	1.043.321	1,27
Porto Alegre	182.901	138.170	44.731	4,42	28	7,51	3.658.376	4,46
Recife	127.604	115.625	11.979	1,18	14	3,75	3.337.565	4,07
Rio de Janeiro	325.045	312.002	13.043	1,29	19	5,09	10.894.156	13,29
Salvador	157.243	127.084	30.159	2,98	10	2,68	3.021.572	3,69
São Paulo	889.617	1.012.722	-123.105	-12,16	39	10,46	17.879.997	21,82
Total (A+B)	5.356.501	4.344.232	1.012.269	100,00	373	100,00	81.944.766	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2000

Org.: LEAL A. A., 2013

³³ Para os grupos "Cidades Médias" e "Regiões Metropolitanas", no total de *imigrantes*, foram contabilizados aqueles que disseram não saber de qual UF e município vieram (item "Brasil sem Especificação"), bem como aqueles que vieram da UF onde estava sediada a respectiva cidade média e/ou região metropolitana, mas não sabiam qual município.

Percebemos que o maior saldo migratório foi registrado para as regiões metropolitanas, mas cabe ressaltar que houve um aumento de nove para quinze RM's, e a quantidade de municípios deste grupo quase dobrou em comparação com 1991, foi de 128 para 246, ao passo que a quantidade de cidades médias aumentou de 112 para 127. Mesmo diante deste contexto, os valores dos saldos migratórios estão bem divididos entre os grupos, o que nos permite dizer que as cidades médias continuavam atraindo migrantes.

As CM's das regiões Sudeste e Centro-Oeste obtiveram, respectivamente, os maiores saldos migratórios positivos, ênfase para a primeira, responsável por 31,20% do total. Merece destaque o Centro-Oeste, afinal, com apenas sete (7) cidades médias, registrou um saldo positivo de 104.642, o segundo melhor resultado.

No grupo das RM's, todas, exceto São Paulo, gravaram saldo migratório positivo. Curitiba e Belo Horizonte alcançaram os maiores valores. No grupo das CM's, as regiões Norte e Nordeste registraram os menores valores.

Em comparação com 1991, todas as CM's tiveram redução do seu saldo, as cidades do Nordeste e Norte registraram valores negativos. As RM's de Belém, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo tiveram redução no saldo, e as RM's de Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro registraram aumento. Interesse é que a RM do RJ, em 1991, tinha saldo negativo, em 2000, ficou com saldo pequeno, no entanto, positivo.

A tabela seguinte retrata o saldo migratório em 2010.

Tabela 6 - Saldo Migratório 2005/2010 das cidades médias e regiões metropolitanas

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	Quantidade de Imigrantes ³⁴	Quantidade de Emigrantes	Saldo Migratório		Nº de Municípios	Participação no total de municípios de A e B (%)	População 2010	Participação no total da população de 2010 de A e B (%)
			Quantidade	% do total de (A+B)				
(A) Cidades Médias	2.953.689	2.559.999	393.690	68,25	159	34,57	28.945.842	28,96
Centro-Oeste do Brasil	281.582	190.082	91.500	15,86	11	2,39	1.788.117	1,79
Nordeste do Brasil	491.149	521.022	-29.873	-5,18	30	6,52	5.328.394	5,33
Norte do Brasil	180.981	162.958	18.023	3,12	10	2,17	1.599.656	1,60
Sudeste do Brasil	1.433.035	1.160.751	272.284	47,20	81	17,61	15.009.370	15,02
Sul do Brasil	566.942	525.186	41.756	7,24	27	5,87	5.220.305	5,22
(B) Regiões Metropolitanas	2.878.740	2.695.567	183.173	31,75	301	65,43	71.002.797	71,04
Aracaju	55.382	33.702	21.680	3,76	4	0,87	835.816	0,84
Belém	90.785	103.828	-13.043	-2,26	6	1,30	2.101.883	2,10
Belo Horizonte	202.695	152.781	49.914	8,65	34	7,39	4.883.970	4,89
Curitiba	182.559	129.209	53.350	9,25	26	5,65	3.174.201	3,18
Da Capital (Roraima)	24.737	16.291	8.446	1,46	2	0,43	298.215	0,30
Florianópolis	104.475	46.834	57.641	9,99	22	4,78	1.012.233	1,01
Fortaleza	127.701	109.623	18.078	3,13	15	3,26	3.615.767	3,62
Goiânia	187.572	105.884	81.688	14,16	20	4,35	2.173.141	2,17
Grande São Luís	76.935	60.424	16.511	2,86	5	1,09	1.331.181	1,33
Grande Vitória	118.209	63.963	54.246	9,40	7	1,52	1.687.704	1,69
João Pessoa	66.225	47.898	18.327	3,18	13	2,83	1.198.576	1,20
Macapá	33.790	21.190	12.600	2,18	2	0,43	499.466	0,50
Maceió	54.065	61.655	-7.590	-1,32	11	2,39	1.156.364	1,16
Manaus	101.786	55.998	45.788	7,94	8	1,74	2.106.322	2,11
Natal	81.002	52.737	28.265	4,90	10	2,17	1.351.004	1,35
Porto Alegre	142.781	163.162	-20.381	-3,53	31	6,74	3.958.985	3,96
Recife	108.669	118.266	-9.597	-1,66	14	3,04	3.690.547	3,69
Rio de Janeiro	254.435	327.266	-72.831	-12,63	19	4,13	11.835.708	11,84
Salvador	148.184	140.123	8.061	1,40	13	2,83	3.573.973	3,58
São Paulo	671.407	832.262	-160.855	-27,88	39	8,48	19.683.975	19,69
Vale do Rio Cuiabá	45.346	52.471	-7.125	-1,24	4	0,87	833.766	0,83
Total (A+B)	5.832.429	5.255.566	576.863	100,00	460	100,00	99.948.639	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

³⁴ Para os grupos "Cidades Médias" e "Regiões Metropolitanas", no total de *imigrantes*, foram contabilizados aqueles que disseram não saber de qual UF e município vieram, bem como aqueles classificados como "Ignorados". Foram contabilizados aqueles que vieram da UF onde estava sediada a respectiva cidade média e/ou região metropolitana, mas não sabiam qual município.

No Censo Demográfico de 2010, as cidades médias registraram o maior saldo migratório quando comparado às regiões metropolitanas. As CM's das regiões Sudeste e Centro-Oeste, bem como as RM's de Goiânia e Florianópolis gravaram os maiores saldos migratórios.

Numa análise macro, as tabelas 3, 4, 5 e 6 mostram: as quantidades absoluta e percentual das imigrantes e emigrantes, bem como os saldos migratórios; a quantidade total de municípios dos dois grupos (cidades médias e regiões metropolitanas) e sua participação relativa no total de municipalidades; por fim, traz o total da população de cada conjunto, bem como sua participação percentual em relação ao total. As análises que faremos a seguir ocorrerão separadamente: primeiro o das cidades médias, em seguida, o das regiões metropolitanas.

As CM's do Centro-Oeste tiveram saldos migratórios sempre positivos, em 1980 foi pouco expressivo, atingiu seu ápice em 1991, posteriormente, obteve registros menores a cada década. Acreditamos que seus melhores desempenhos sejam reflexos das políticas de avanço das fronteiras agrícolas para a região, acompanhada de incentivos fiscais, financeiros, construção de infraestrutura e logística para outras regiões brasileiras, elevando sua inter-relação com as estruturas produtivas da economia brasileira, principalmente na agroindústria. No Censo Demográfico de 2010 as CM's do Centro-Oeste obtiveram o segundo maior saldo migratório.

As CM's do Nordeste registraram saldos sempre negativos. Apesar de possuir o segundo maior número de cidades (exceto no Censo Demográfico de 1991, quando a região Sul ocupou esta posição), elas não foram capazes de “reter” sua população. Acreditamos que estes deslocamentos reflitam a falta de atratividade da região, principalmente, no que se refere ao trabalho, boas condições de vida, estudo, saúde. Pode ser que as emigrações tivessem como destino regiões metropolitanas da própria região, uma vez que, as análises das tabelas 3, 4, 5 e 6 mostram que maioria das RM's do Nordeste possuía saldo migratório positivo, ou mesmo os mercados extrarregionais em busca de maiores oportunidades de renda e emprego.

As CM's do Norte registraram um saldo elevado no Censo Demográfico de 1980, aliamos o fato ao avanço das fronteiras agrícolas, exploração das atividades mineradoras e extrativistas, e as possibilidades de emprego na Zona Franca de Manaus. No entanto, a partir do Censo de 1991 seu saldo migratório diminuiu (diferentemente do que aconteceu nas demais CM's das outras regiões), registrando valores negativos em 2000. Este fato pode estar relacionado às mesmas características da região Nordeste, ou seja, falta de atratividade, principalmente pela dificuldade de se conseguir trabalho na região. Em 2010 esboçou-se uma recuperação do saldo, muito talvez, influenciado pelos agronegócios da região.

Em todos os Censos Demográficos abordados neste trabalho, as cidades médias pertencentes ao Sudeste lideraram com maior saldo migratório quando comparado aos das CM's de outras regiões. Acreditamos que algumas características contribuíram para este resultado: possuíam a maior quantidade de núcleos urbanos; posições espaciais próximas aos centros econômicos do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte), afinal, é comum que a migração aconteça dos grandes centros para as cidades médias dentro de uma mesma região. O Sudeste é a região mais dinâmica economicamente do país, por isto, para aqueles que preferem “fugir” das regiões metropolitanas, optam por morar em cidades próximas a elas e que possuam as características “positivas” das grandes cidades: trabalhos bem remunerados, oferta de serviços especializados de saúde, educação.

Assim como na região Centro-Oeste, as CM's do Sul sempre tiveram saldos migratórios positivos, o maior registro foi no Censo Demográfico de 1991. Acreditamos que o avanço de fronteiras agrícolas foi imprescindível para a atração migratória, aliada a isto, o bom desempenho nos setores terciário e secundário. A deseconomia da RM de São Paulo e as políticas econômicas, tais como incentivos fiscais, financeiros, beneficiou regiões vizinhas ao estado de São Paulo e deu início a um processo de desenvolvimento poligonal da economia brasileira, cujos vértices abrangiam São José dos Campos, Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Florianópolis e Porto Alegre (DINIZ, 1993). Segundo IBGE (2012b), a região possui o segundo maior PIB do país e é a segunda maior concentração industrial do país, com diversos segmentos, localizados, principalmente, nas cidades médias.

Todas as Regiões Metropolitanas no Censo Demográfico de 1980 registraram saldos migratórios positivos. Os deslocamentos da população brasileira para a RM SP guardam intensa relação com os padrões observados na década anterior: a maior parte dos migrantes se desloca para o maior polo industrial do país.

No Censo Demográfico de 1991 a maior parte dos migrantes ainda se concentrava nas RM's de São Paulo e Rio de Janeiro, mas é possível observar uma diminuição dos imigrantes e a expansão dos emigrantes nos dois principais destinos nacionais, inclusive, o Rio de Janeiro foi a única RM a registrar saldo negativo. Este valor pode ser explicado pela contínua diminuição da importância de seu parque industrial. Em geral, as possíveis causas destas mudanças podem ser justificadas pelo baixo desempenho econômico das principais regiões do país, verificado ao final da "década perdida".

No Censo Demográfico de 2000 a RM de São Paulo registrou saldo migratório negativo, talvez por causa dos vários problemas que assolavam a metrópole (diminuição da oferta de emprego, custo de vida elevado, trânsito caótico, para citar alguns) e resultaram na diminuição da atratividade.

As RM's do Nordeste, até o Censo Demográfico de 2000, tinham saldos migratórios positivos, acreditamos que a fruticultura irrigada em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, as indústrias tradicionais no Ceará e Sergipe, bem como as indústrias petroquímicas na Bahia, tenham contribuído para este resultado. No entanto, em 2010, as RM's de Maceió e Recife, registraram saldos negativos.

Em 2010, dentre as RM's do Sul, apenas o Rio Grande do Sul registrou saldo migratório negativo, provavelmente, a proximidade com áreas de intenso dinamismo econômico dificulta sua capacidade de retenção da população. As RM's de Curitiba e Florianópolis tiveram saldos positivos. As RM's do Centro-Oeste e RM's do Norte, em geral, tiveram saldos positivos (exceto Cuiabá e Belém) provavelmente este resultado pode estar vinculado ao crescimento do agronegócio, a partir de meados da década de 1990, e ao bom desempenho dos mercados de trabalho.

Ao longo dos anos de 1980 a 2010 observamos que os saldos migratórios totais decrescem. As causas devem está relacionadas à maior descentralização das atividades produtivas e sua pulverização em um maior número de cidades, fazendo com que as pessoas migrem menos. É fato que na última década, marcada por certa estabilidade econômica e por um cenário menos incerto, em termos de oportunidades de emprego e de expansão de programas sociais, em especial de transferência de renda, tenha contribuído para a redução dos fluxos migratórios.

Constatamos que as RM'S do Rio de Janeiro e São Paulo são as que mais atraem imigrantes, portanto, mesmo com o discurso da desconcentração populacional, não se pode desprezar a atratividade que exercem durante os períodos analisados, no entanto, são as que mais “perdem” população, ou seja, possuem uma emigração elevada, contribuindo para saldos migratórios baixos, muitas vezes, negativos.

Se a probabilidade de cada município atrair migrantes fosse dada de forma igual e em função da quantidade de municípios de cada grupo, os saldos ficariam assim:

Tabela 7 – Saldos Migratórios (reais e fictícios) nas cidades médias e regiões metropolitanas (%)

Grupos	1980		1991		2000		2010	
	Saldo fictício	Saldo real						
Cidades Médias	41,71	25,00	46,67	57,38	34,05	42,05	34,57	68,25
Regiões Metropolitanas	58,29	75,00	53,33	42,62	65,95	57,95	65,43	31,75

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010
Org. e adap.: LEAL A. A., 2013

A análise não passa de uma mera situação hipotética, afinal, todos sabem que estudar as migrações não é tão simples a ponto de se comparar o percentual populacional para saber a quantidade de imigrantes que se deslocará para os locais de destino, no entanto, não podemos ignorar que é uma ferramenta de observação importante e que fornece bases para a constatação de que as cidades médias exercem um poder de atração dos migrantes numa proporção muitas vezes maior que as regiões metropolitanas.

Finalizamos este capítulo onde realizamos uma abordagem do crescimento populacional das municipalidades brasileiras e analisamos os fluxos migratórios entre as regiões metropolitanas e as cidades médias. No próximo, fizemos uma análise do crescimento populacional e das questões migratórias da cidade média de Montes Claros, no período de 1980 a 2010, buscando uma interface com os contextos histórico, político e econômico. Apresentamos os resultados da pesquisa que buscou registrar os aspectos socioeconômicos dos *imigrantes* e *não migrantes* na cidade de Montes Claros, com base no Censo Demográfico de 2010

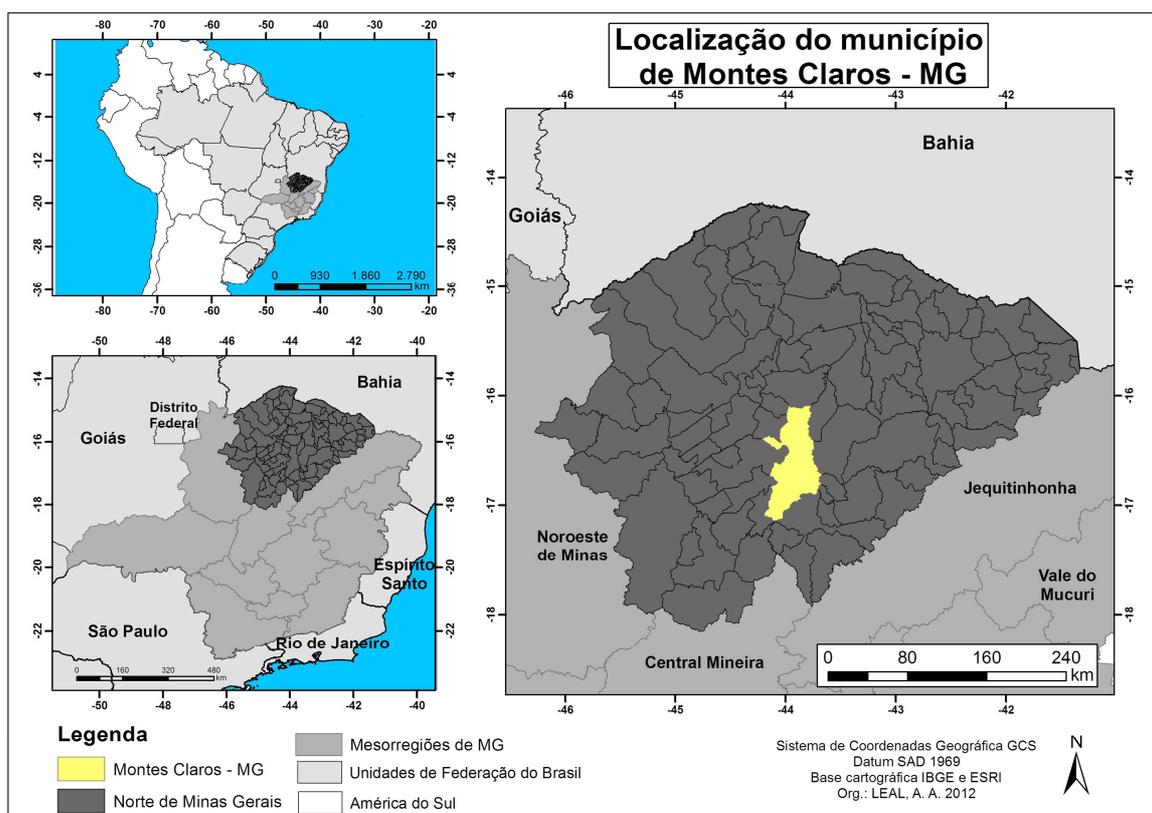
CAPÍTULO IV

4 FLUXOS MIGRATÓRIOS EM MONTES CLAROS/MG DE 1980 A 2010: contextos históricos, políticos e econômicos

Neste capítulo apresentamos a história do surgimento de Montes Claros e como o município evoluiu ao longo das décadas de 1980 a 2010. Enfatizamos os contextos políticos e econômicos, relacionando-os aos fluxos migratórios dos períodos.

4.1 Montes Claros: surgimento e evolução

O município de Montes Claros está localizado na mesorregião do Norte de Minas, entre as coordenadas $16^{\circ} 04' 57''$ e $17^{\circ} 08' 41''$ de Latitude sul e entre $43^{\circ} 41' 56''$ e $44^{\circ} 13' 01''$ de Longitude oeste de Greenwich (Mapa 1). Segundo o IBGE, ocupa uma área de 3.569 km² e possui uma população absoluta de 361.915 habitantes (Censo Demográfico 2010)³⁵.



Mapa 1 - Localização do município de Montes Claros/MG

Fonte: IBGE

Org.: LEAL A. A., 2012

³⁵ Disponível no site do IBGE (www.ibge.gov.br), no link **Cidades@**. Acesso em jan. 2012.

Conforme Paula (2003) e Pereira (2007), a cidade de Montes Claros surgiu como uma fazenda e se desenvolveu em torno de uma capela à margem direita do rio Vieira, entre os córregos Vargem Grande e Lages. O local era conhecido como “Passagem” e não tinha grande significado na economia regional. Diversos caminhos de tropas interligavam Montes Claros à área de mineração e à região do Nordeste do país, portanto, foi esta localização geográfica um dos fatores que contribuiu para torná-la, com o passar dos tempos, o mais importante centro comercial regional. Em 13 de outubro de 1831, foi criada a “Vila de Montes Claros de Formigas” e em 03 de Julho de 1857, a vila foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Montes Claros. A economia baseava-se, à época, na criação de gado para atender à demanda dos distritos especializados na extração de ouro no estado.

No início do século XX, com a política de expansão da malha ferroviária brasileira, a mesorregião Norte de Minas foi contemplada com dois projetos: o primeiro, ligando o Rio de Janeiro (capital federal) até Belém, no estado do Pará, passando por Pirapora, nas margens do Rio São Francisco, com intenção de interligar ferrovia e transporte fluvial (FERREIRA-NETO, 1974); o outro projeto era ligar o Rio de Janeiro a Salvador, no estado da Bahia, passando por Montes Claros, no estado de Minas Gerais.

A ferrovia trouxe grandes benefícios a Montes Claros, conforme as palavras de Pereira e Lessa (2012, p. 139)

Em 1926, os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil chegam à cidade, no estado de Minas Gerais, [...]. A parada da ferrovia [...], por quase duas décadas, transformou-a em uma cidade “ponta de trilhos”. Essa condição tornou-a um grande centro comercial, que atendia aos municípios da região norte-mineira e do sul da Bahia.

A ferrovia foi muito importante para o processo de consolidação de Montes Claros como principal cidade da mesorregião. Posteriormente, o comércio atacadista impulsionou o desenvolvimento da cidade, que passou a centralizar o poder econômico e político. A cidade de “[...] fornecedora de produtos de subsistência, principalmente os pecuários e também o salitre, passaria a ser entreposto comercial de artefatos industriais trazidos pela ferrovia” (LESSA, 1993, p. 166).

Pereira (2007) diz que naquela época, em sintonia com o ideário desenvolvimentista que tomava conta do país, os grupos dirigentes do Norte de Minas articularam-se para atrair à região os recursos estaduais e federais, principalmente para o setor de energia e transportes, bem como a indústria.

Segundo Brazil (1935, p. 235):

Montes Claros é o município “leader” do norte mineiro, porque, além de outros factores geographicos econômicos é, sobretudo, o último ponto de uma via-férrea. Montes Claros além de receptor directo das produções dos municípios de Jequitinhonha, Fortaleza, Salinas, Rio Pardo, Tremendal, Espinosa, Grão Mogol, Brejo das Almas, Coração de Jesus, Brasília e, algo de Januária e São Francisco por efeito de intercâmbio com esses municípios, e também de alguns municípios baianos é também o entreposto de suas produções exportadas directamente para outros mercados. [...] é para o nortemineiro que terão de emigrar capitais que queiram ter boas applicações de rendas e segurança de operações, destacando-se nessa zona Montes Claros, que é, incontestavelmente, a metrópole daquela famosa região.

A malha ferroviária instalada em Montes Claros propiciou o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e permitiu o transporte de produtos agrícolas e de gado para outros centros comerciais brasileiros. O transporte de passageiros foi intensificado e a cidade tornou-se ponto de passagem de *imigrantes* nordestinos em direção a São Paulo:

Montes Claros era o ponto de confluência de migrantes procedentes do sul da Bahia e norte de Minas Gerais; esses chegavam à cidade transportados por várias estradas de rodagens que convergiam para o lugar. Embarcados em via férrea (Central do Brasil), eram transportados até São Paulo. Na Hospedaria dos Imigrantes, após serem registrados, seguiam para o interior do Estado. (SÃO PAULO, 2001, p. 23).

O fluxo de pessoas vindas da região Nordeste do país era intenso e incomodava a elite dominante porque era associada à cidade a imagem de pobreza característica do sertão nordestino. Este fato mudou quando, em 1959, Juscelino Kubistcheck, presidente do Brasil na ocasião, determinou a criação da SUDENE³⁶ e o Norte de

³⁶ Segundo Pereira (2007, p. 110) “A SUDENE foi criada pela Lei n. 3692 de 15/12/1959. Antes da criação da SUDENE, a região já recebia atenção especial do governo federal por causa das secas. Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1911, transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. Também a criação, em 1940, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 se inserem nesse contexto de buscar soluções para os problemas da região Nordeste.”

Minas Gerais faria parte da área de abrangência da superintendência, por isto, a importância de Montes Claros como centro comercial e de serviços passaria a ser reforçada também como centro industrial. Portanto, a partir de 1959, o que antes incomodava, ou seja, as características socioeconômicas semelhantes ao Sertão do Nordeste, a partir de então se tornavam imprescindíveis, principalmente para recebimento de recursos financeiros.

Na visão de Pereira (2007, p. 110):

O Norte de Minas só recebeu efetivamente os recursos da Superintendência a partir de 1965. Os incentivos do Poder Público, estadual e federal, foram destinados à modernização do campo e à industrialização. No campo, os investimentos concentraram-se nas fazendas de criação de gado, nos grandes projetos de irrigação e nas atividades de reflorestamento. [...] A década de 1970 pode ser considerada como a fase de maior crescimento da indústria em Montes Claros, quando a cidade já dispunha de uma infraestrutura mais adequada, com a energia de Três Marias, com a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Belo Horizonte e com a implantação do Distrito Industrial. Mas não resta dúvida de que o principal fator atrativo para a industrialização foram os incentivos fiscais.

Para Oliveira (2000) a industrialização do Norte de Minas Gerais ficou concentrada, basicamente, em Montes Claros que, até 1979, havia recebido 54,8% do número de projetos incentivados. Os demais foram implantados em Pirapora, 25,8%; Várzea da Palma, 13%; Bocaiúva, 3,2%; e os restantes 3,2%, em outros municípios da mesorregião.

Diante do exposto até aqui, percebemos que Montes Claros exerceu uma atração seletiva dos elementos mais dinâmicos e empreendedores e para ela foi drenada a maior parte do capital, por isso, a indústria montes-clarense é resultado da política de desenvolvimento adotada pelo país. Na década de 1960, reunia alguns elementos, exceto o fator populacional adotado pelo IBGE, que a caracterizavam como cidade média. Além da ferrovia, outros fatores conjunturais permitiram que se tornasse em um centro regional. Há na literatura específica uma preocupação em não considerar apenas o tamanho demográfico como critério para definir cidade média, por isso, Gomes (2001) ressalta o papel regional que determinada cidade desempenha. A definição deste papel deve levar em consideração, além do tamanho da cidade, sua situação funcional, ou seja, como se estabelece, no território, a divisão regional do trabalho e como a cidade o comanda. A cidade média

deve apresentar certas características urbanas que possibilitem sua influência numa área circundante suficientemente importante. Para Santos (1988, p.89-90), “[...] as cidades intermediárias, que hoje são também chamadas de ‘cidades médias’, a que então chamávamos de ‘centros regionais’, são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevados”.

Naquele período, a base econômica do município era a pecuária extensiva e mesmo antes, no final do século XIX, despontava como o principal núcleo urbano do Norte de Minas, principalmente por seu desenvolvimento socioeconômico (OLIVEIRA, 2000). Assim, em Montes Claros,

[...] a segunda metade do século XIX e o início do seguinte foram marcados por políticas de apoio à construção de uma rede de transportes, acompanhada pelo incentivo à sua industrialização, atividade que viria se somar à agricultura e à pecuária tradicionais na região. (RIBEIRO, 2005, p. 415)

De acordo com Carvalho (1983, p. 62), “[...] tornava-se necessário implantar indústrias no norte do estado para gerar empregos; elevar a renda ‘*per capita*’ regional e estancar o fluxo migratório desta região em direção ao centro-sul do estado [...]”, neste sentido, Montes Claros foi escolhida como palco para a primeira experiência mineira de criação de um Distrito Industrial³⁷ planejado.

O crescimento populacional de Montes Claros estava completamente atrelado aos contextos político e econômico vivenciados na época. O período de maior efervescência da política de desenvolvimento da SUDENE coincide com o período de maior percentual de crescimento populacional do município e da cidade de Montes Claros, conforme demonstraremos na tabela 8 e no gráfico 4.

³⁷ O Distrito Industrial “Ubaldo Assis” está estrategicamente localizado a 5 km do centro da cidade, entre a rodovia BR 135 e o anel Rodoviário BR 135/BR 122. É servido por rede de água, energia elétrica, telefonia, pavimentação asfáltica e serviço regular de transporte urbano. (PEREIRA, 2007, p. 118)

Tabela 8 - Taxa anual de crescimento populacional (%) do município e da cidade³⁸ de Montes Claros/MG

Município de Montes Claros-MG			
1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
4,29	3,45	2,07	1,66
Cidade de Montes Claros-MG			
1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
6,40	3,95	2,41	1,78

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970-1980-1991-2000-2010
Org.: LEAL A. A., 2012

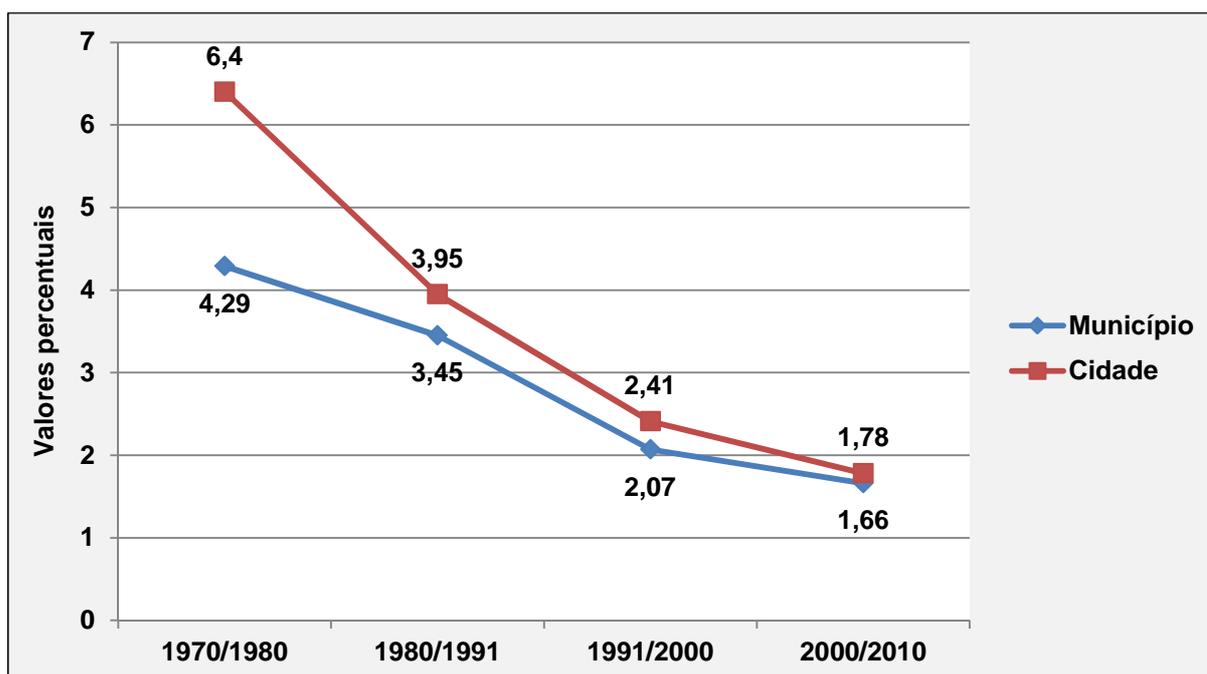


Gráfico 4 - Taxa anual de crescimento populacional (%) do município e da cidade de Montes Claros/MG

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970-1980-1991-2000-2010
Org.: LEAL A. A., 2012

Podemos constatar, pelos dados, que a cidade de Montes Claros teve um crescimento populacional anual maior que o do município. Mas observamos que, a partir da década de 1980, as taxas de crescimento populacional diminuíram, e acredita-se que,

A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a consequente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas [...]. (PEREIRA, 2007, p. 111)

³⁸ Nesta análise o termo cidade é usado, segundo o IBGE (2003, p. 222) para “localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal”.

A década de 1990 foi marcada por uma redução dos empreendimentos industriais na mesorregião, algumas empresas abandonaram a cidade em busca de outras áreas com melhores vantagens competitivas já que a SUDENE estava em franca decadência. Observamos que a pouca atuação da Superintendência vem refletir em uma redução do crescimento populacional anual de Montes Claros conforme mostrado na tabela 8.

No início do século XXI, o setor industrial começa a mostrar os primeiros sinais de desaquecimento em comparação com a década de 1980:

Indústrias sucateadas, galpões vazios e máquinas desativadas caracterizam áreas do distrito industrial da cidade. Apesar disso, tal atividade ainda representa importante contribuição para a economia local. (PEREIRA, 2007, p. 136)

Sabemos que, no atual mundo globalizado, o que é mais característico das cidades é a diversificação de suas atividades de serviços. Assim, em Montes Claros verificamos o surgimento de novas atividades em substituição a outras, como discutido por Leite (2003, p. 124), quando afirma que,

[...] a infra-estrutura criada para a industrialização passa a ser utilizada por outros setores econômicos. Assim, embora o ritmo de desenvolvimento tenha diminuído para o setor secundário, o que se percebe é que, Montes Claros, nas últimas décadas, tem-se firmado como centro comercial e de prestação de serviços principalmente no que se refere ao setor educacional e saúde.

O setor terciário tem se destacado como o principal responsável pelo papel regional desta cidade. A expansão das atividades de apoio, comunicação, educação, cultura, saúde, setores financeiros e o comércio em geral despontam como as atividades mais importantes na composição da economia municipal, totalizando 61,72%, conforme destacado na tabela 9.

Tabela 09 - PIB do município de Montes Claros/MG – 2010

SETORES	VALOR ADICIONADO PIB (R\$ mil)	PERCENTUAL (%)
Agropecuária	132.268	2,94
Indústria	1.111.347	24,69
Serviço	2.778.220	61,72
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	479.827	10,65
Valor Total	4.501.662	100
PIB <i>Per Capita</i> (R\$)	12.436,53	

Fonte: IBGE – Cidades@
Org.: LEAL A. A., 2012

Procuramos, ao longo deste item, descrever a história de Montes Claros e sua evolução a partir de cenários históricos e políticos. No próximo tópico relacionamos os contextos socioeconômicos vivenciados em seu território e suas influências nos processos migratórios.

4.2 Interfaces entre os contextos político-econômicos e a migração em Montes Claros/MG entre 1980 a 2010

As migrações resultaram e resultam em transformações geográficas e culturais, ao migrar o sujeito confronta seu modo de vida com outros valores, costumes, podendo melhorar ou não suas relações em sociedade. De forma sucinta Santos (1997) analisa o significado das migrações na expansão mundial e a heterogeneidade na espacialidade geográfica. Conforme Martins (1973, p.190),

[...] a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica a outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra. Nesse plano, o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participa de uma cultura que fornece como referência normas de comportamento apoiadas num sistema de valores.

As migrações internas constituem um dos mais importantes aspectos do complexo processo de urbanização, não apenas porque a maior parte do crescimento demográfico urbano seja causada por estes movimentos, mas também em virtude de que a própria migração, como processo social, ser uma expressão de mudanças básicas que estão transformando o mundo.

A partir da década de 1970, além das migrações internas deixarem de ser predominantemente rural-urbana para serem urbano-urbano, outros destinos começaram a exercer força de atração populacional, entre eles, as cidades médias.

Montes Claros vivenciou (e ainda vivencia) todas aquelas etapas dos fluxos migratórios, iniciado desde a expansão da sua malha urbana, passando pelo êxodo rural, até seu crescimento espacial atual. Ancorados nas teorias neoclássicas, especificamente as de Ravenstein, entendemos que o principal motivo da imigração para Montes Claros na década de 1970 seja de ordem econômica, uma vez que os fluxos populacionais irão coincidir com a “boa fase” da política desenvolvimentista da SUDENE, somam-se a isso as ideias de Todaro, uma vez que a introdução de técnicas capitalistas no campo, mecanização, contribuíram com a expulsão dos camponeses para as cidades. E vamos além, podemos buscar também nos neomarxistas explicações para entender a contextualização das migrações montes-clarenses, uma vez que tal corrente defende que os fluxos de pessoas são historicamente localizados, fruto de mudanças num processo macro. Este raciocínio reforça a ideia já exposta anteriormente da importância de imbricar velhas e novas teorias para a construção de tendências nos padrões migratórios. Ora, Montes Claros passava por uma fase de investimentos a nível regional que proporcionaram mudanças importantes, dentre elas, de ordem demográfica. A tabela 10 mostra o saldo migratório do município de Montes Claros nos Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Tabela 10 - Saldos Migratórios (Data Fixa) nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 – Montes Claros/MG

Censos Demográficos	Divisão Administrativa	Quantidade de Imigrantes		Quantidade de Emigrantes	Saldos Migratórios
		Não naturais	De retorno		
1980 ³⁹	Região Norte do Brasil	57	15	195	-123
	Região Nordeste do Brasil	883	37	417	503
	Região Sul do Brasil	232	57	122	167
	Região Centro-Oeste do Brasil	271	35	1.368	-1.062
	Estados do RJ e ES	261	32	538	-245
	Estado de SP	1.023	259	4.620	-3.338
	Estado de MG (exceto a região Norte de MG)	3.096	471	8.315	-4.748
	Norte de MG	15.810	1.026	3.772	13.064
	Ignorado ⁴⁰	7	0	-	7
Total	21.640	1.932	19.347	4.225	
1991	Região Norte do Brasil	128	45	127	46
	Região Nordeste do Brasil	709	117	729	97
	Região Sul do Brasil	143	0	170	-27
	Região Centro-Oeste do Brasil	256	59	900	-585
	Estados do RJ e ES	445	211	442	214
	Estado de SP	2.008	471	4.201	-1.722
	Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	3.285	1.156	6.354	-1.913
	Mesorregião Norte de Minas	14.004	1.843	4.326	11.521
	Ignorado ⁴¹	0	0	-	0
Total	20.978	3.902	17.249	7.631	

(continua)

³⁹ Ver na metodologia as adaptações feitas para o cálculo do “saldo migratório” no Censo Demográfico de 1980.

⁴⁰ Este item contempla aqueles *imigrantes* que não souberam dizer de qual lugar do Brasil vieram, seria o “Brasil, sem especificação”.

⁴¹ *Idem.*

(continuação)

2000	Região Norte do Brasil	89	34	122	1
	Região Nordeste do Brasil	984	113	756	341
	Região Sul do Brasil	141	43	327	-143
	Região Centro-Oeste do Brasil	438	64	1.150	-648
	Estados do RJ e ES	217	124	638	-297
	Estado de SP	2.643	647	3.555	-265
	Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	4.427	1.198	8.135	-2.510
	Mesorregião Norte de Minas	12.141	1.500	4.981	8.660
	Ignorado ⁴²	65	20	-	85
	Total	21.145	3.743	19.664	5.224
2010	Região Norte do Brasil	128	37	305	-140
	Região Nordeste do Brasil	1.010	118	993	135
	Região Sul do Brasil	280	8	285	3
	Região Centro-Oeste do Brasil	457	312	1.033	-264
	Estados do RJ e ES	362	89	709	-258
	Estado de SP	1.922	559	4.246	-1.765
	Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	3.727	1.699	8.058	-2.632
	Mesorregião Norte de Minas	8.887	3.993	6.062	6.818
	Ignorado ⁴³	21	0	-	21
	Total	16.794	6.815	21.691	1.918

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

Analisando a tabela 10, o Censo Demográfico de 1980 revelou um saldo migratório menor que em 1991 e 2000. Acreditamos que no período de 1975/1980 (período do cálculo) as metrópoles exerciam atração de migrantes numa proporção maior que as cidades médias (ver tabela 3), além disto, as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil eram destinos de muitas pessoas em razão das fronteiras agrícolas, portanto, baseado nas teorias de Lee (1980), o volume das migrações sofreu influências da dinâmica econômica daquele contexto. No entanto, Montes Claros obteve um saldo total positivo e acreditamos que as políticas da SUDENE, durante seu período de êxito (décadas de 1970 a 1980), contribuíram para atração de migrantes, vindos, majoritariamente, da própria região.

⁴² *Idem.*

⁴³ *Idem.*

Na década de 1990, constatamos duas situações que favoreceram os fluxos migratórios para Montes Claros, seja para atrair ou para “repelir” pessoas. Num certo ponto, a “década perdida de 1980” fez com que metrópoles importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, obtivessem saldos migratórios bem menores quando comparados ao do Censo de 1980, a RM do Rio de Janeiro registrou saldo negativo (ver tabela 4), isto proporcionou uma mudança que dinâmica migratória, e as cidades médias fortaleciam-se como destinos dos migrantes. Acreditamos que muitos norte-mineiros, que teriam estas metrópoles como destino, migraram para Montes Claros. Ao mesmo tempo, foi uma década marcada pela redução dos subsídios da SUDENE, portanto, empresários instalados na cidade deslocaram seus investimentos para outros lugares o que provavelmente deve ter afetado os fluxos migratórios da cidade. Mesmo diante deste contexto, o saldo migratório em 1986/1991 foi positivo e o maior dos Censos analisados, talvez uma resposta que consiga explicar tal situação seja a capacidade do setor terciário em captar esta população e empregá-la em seus diversos ramos de atividade, afinal, a industrialização trouxe um contingente de mão de obra bem superior à capacidade de absorção pelo setor secundário e, como o setor de serviços expandiu bastante na mesma época, grande parte da população se deslocou para ele.

Os saldos migratórios nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 foram positivos, no entanto, menores quando comparados ao Censo de 1991. Acreditamos que os fluxos se direcionaram para Montes Claros, nas últimas décadas, em razão: da oferta de serviços especializados em saúde, o que atraiu muitos profissionais para trabalhar na área; de ser polo de ensino superior da região; oferecer variadas oportunidades de negócio no setor terciário; e, possuir setor secundário dinâmico, fato revelado recentemente com a vinda da fábrica de tratores (Case New Holland, do grupo Fiat) e calçados (sandálias Havaianas) para o Distrito Industrial⁴⁴.

A tabela 10 revela que, em todos os Censos Demográficos, a mesorregião Norte de Minas foi responsável pelo maior envio de migrantes para Montes Claros, portanto, trata-se de movimentos intrarregionais. As demais regiões do estado de Minas Gerais, juntamente com o estado de São Paulo ocuparam a segunda e terceira

⁴⁴ Atualmente (2013), o Distrito Industrial abriga, entre outras empresas, o grupo Coteminas, a Valleé Nordeste, o Grupo Novo Nordisk e a Usina de Biodiesel da Petrobras.

posição, respectivamente. No Nordeste, a Bahia foi o estado que mais remeteu migrantes.

As principais regiões de destino dos emigrantes de Montes Claros são as mesmas de onde os imigrantes vieram: Minas Gerais (exceto o Norte), a mesorregião Norte de Minas e o estado de São Paulo são, respectivamente, os maiores receptores de migrantes montes-clarenses.

Chegamos ao fim deste tópico onde mostramos, estatisticamente, como se deu a migração para Montes Claros, enfatizando os principais locais de origem e destino e o saldo migratório. Tivemos o cuidado de aliar a migração com a formação histórica, política e econômica do município. A seguir, apresentamos os aspectos socioeconômicos que caracterizam a população imigrante da cidade de Montes Claros.

4.3 Aspectos socioeconômicos e espacialidade dos imigrantes da cidade de Montes Claros/MG: análises do Censo Demográfico de 2010

Neste momento fizemos análises dos aspectos socioeconômicos dos imigrantes de Montes Claros com base nas variáveis: trabalho, rendimento e escolaridade, tendo como referência os dados coletados no Censo Demográfico de 2010. Nosso recorte espacial é a cidade, considerada, de acordo com o IBGE (2003, p. 222), “[...] localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. É constituída pela área urbana do distrito-sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal”. O gráfico 5 ilustra a distribuição da população de Montes Claros segundo as categorias “município” e “cidade” entre os anos de 1970 a 2010.

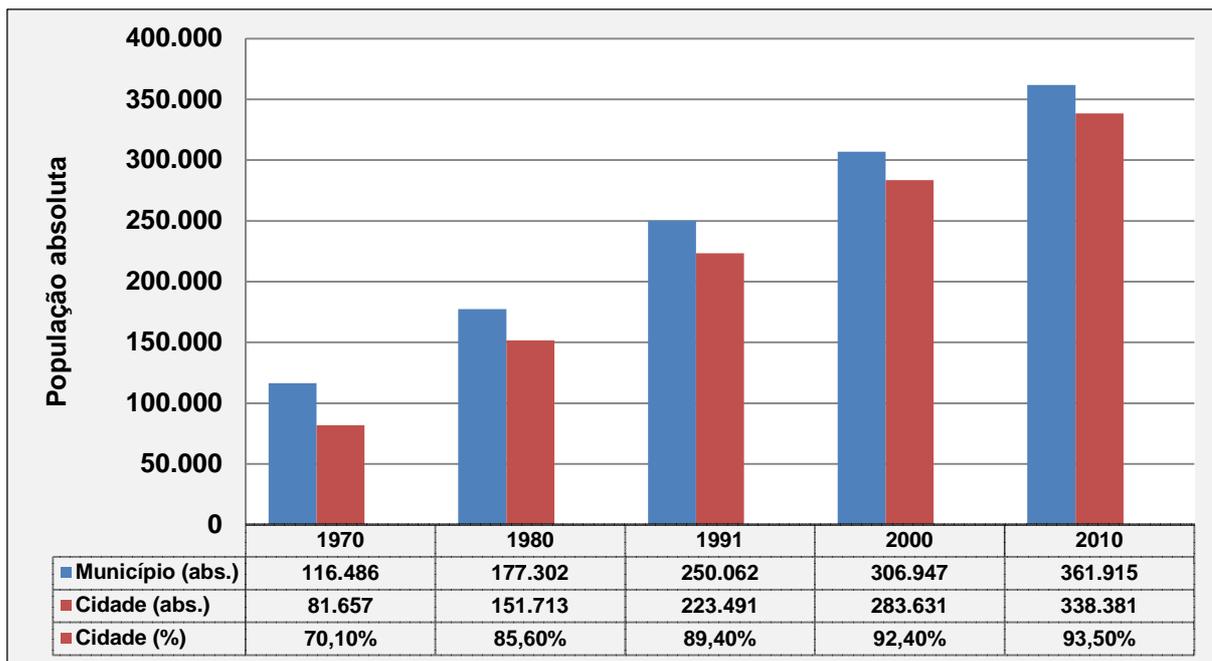


Gráfico 5 - Evolução populacional do município e da cidade de Montes Claros/MG de 1970 a 2010

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Org.: LEAL A. A., 2012

Ao longo das décadas analisadas no gráfico 5, a população da cidade foi aumentando, atingindo, em 2010, 338.381 habitantes, ou seja, 93,5% do total do município.

A pesquisa realizada por meio desta dissertação se ateve em avaliar as características socioeconômicas dos imigrantes da cidade por acreditar que é esta unidade espacial que atrai o maior fluxo migratório quando comparado com o município. Um indício que reforça nossa ideia é o fato de a população está concentrada na área urbana do distrito-sede.

Para entender como foi trabalhada a “cidade”, o quadro 7 detalha a divisão territorial que o IBGE adota para realizar suas pesquisas.

Quadro 7 – Divisão territorial do município em área urbana e área rural

Área Urbana		Área Rural					
Cidade ou Vila		Área urbana isolada	Aglomerado Rural				Zona rural
Área urbanizada	Área não urbanizada		De extensão urbana	Isolado			
		Povoado		Núcleo	Outros aglomerados	Exclusive Aglomerado Rural	

Fonte: IBGE – Metodologia do Censo Demográfico 2000⁴⁵, 2003
Org.: LEAL A. A., 2012

De acordo com quadro acima, a cidade está situada no meio urbano do distrito-sede e engloba as “áreas urbanizadas” e “não urbanizadas”. Veja estes conceitos com mais detalhes:

Área urbanizada de cidade ou vila

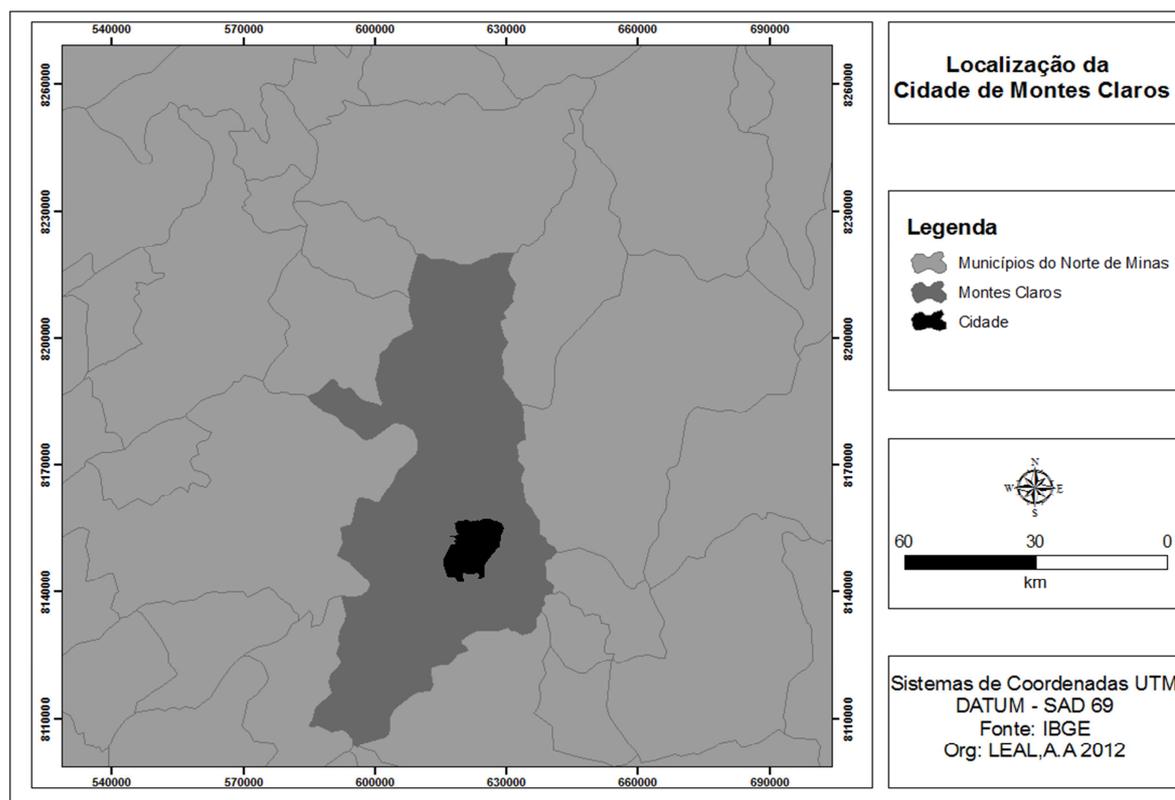
São classificadas como área urbanizada aquelas legalmente definidas como urbana caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano; e aquelas reservadas à expansão urbana [...].

Área não-urbanizada de cidade ou vila

São classificadas como área não-urbanizada aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural. (IBGE, 2003, p. 224).

A cidade de Montes Claros possuía, em 2010, uma área de 101 km², entre as coordenadas UTM 814400 e 815900 MN e entre 614000 e 630000 ME (fuso 23). (Mapa 2).

⁴⁵ Até a escrita deste texto, o IBGE não havia publicado a obra sobre a Metodologia utilizada no Censo 2010, divulgou apenas “Notas Metodológicas do Censo Demográfico de 2010”.



Mapa 2 – Localização da cidade de Montes Claros/MG

Fonte: IBGE

Org.: LEAL, A. A., 2012

Nos Censos Demográficos são utilizados dois questionários: um é o básico, o outro é o da amostra (Anexo D). O primeiro é aplicado a todos os domicílios, o segundo, em uma amostra de domicílios. Os dados do questionário da amostra têm um nível máximo de desagregação do qual não é possível assumir seus resultados como confiáveis, portanto, criaram-se as “Áreas de Ponderação” que são as menores áreas geográficas assumidas pelo IBGE nas quais se podem calcular as estimativas baseadas nas informações do questionário da amostra, portanto, é o nível definido para aplicação dos procedimentos estatísticos que permitem utilizar os dados da amostra como válidos para a população. A área de ponderação é sempre formada por um conjunto de setores censitários⁴⁶, e cada um, pertencerá a uma única área de ponderação, o IBGE (2010b, p. 64) a define, “[...] como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação

⁴⁶ Segundo IBGE (2003) setor censitário é a unidade territorial de coleta formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios ou de estabelecimentos que permitam levantamento das informações.

dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo”.

No Censo Demográfico de 2010 foram utilizados alguns critérios para formação das áreas de ponderação: tamanho (na intenção de permitir estimativas de qualidade em áreas pequenas), contiguidade (foram formadas por setores limítrofes) e homogeneidade (em relação a um conjunto de características populacionais e de infraestrutura). Se existe uma determinada quantidade de questionários por setor censitário, também há um número mínimo de questionários para serem utilizados nas informações da amostra, logo, será preciso ter um valor mínimo de setores para formar a área de ponderação.

O IBGE divulga suas informações por bairros, desde que os mesmos estejam constituídos por lei ordinária das Câmaras Municipais e sancionadas pelo prefeito. No caso de Montes Claros, em 2010 não havia lei de criação de bairros, portanto, as análises foram feitas por Áreas de Ponderação. Estas áreas são previamente definidas pelo IBGE, cuja formação seguiu os critérios descritos acima.

O município de Montes Claros possuía, em 2010, 10 distritos e 414 setores censitários distribuídos em 22 áreas de ponderação. A cidade possuía 361 setores censitários, agrupados em 21 áreas de ponderação. (Apêndices C e D).

O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas e de violação do sigilo das informações, portanto, as áreas de ponderação foram criadas considerando os seguintes critérios:

1. O maior nível geográfico utilizado é o município; isto significa que uma área de ponderação é composta por setores censitários dentro de um único município, podendo ser o próprio município; 2. O menor tamanho de uma área de ponderação não municipal é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra; 3. Em alguns municípios as áreas de ponderação foram definidas considerando suas divisões administrativas (distritos), sempre respeitando o critério de tamanho mínimo; [...]. (IBGE, 2010b, p. 64-65)

Para analisar o quantitativo de imigrantes da cidade de Montes Claros, bem como suas espacialidades e aspectos socioeconômico, utilizamos o *software* estatístico

SPSS (para extração e cruzamento dos dados) e o Arc GIS (na confecção dos mapas). A base de dados foi constituída pelos microdados do questionário da amostra do Censo Demográfico de 2010 (Anexo D). Do questionário, especificamente para o levantamento dos dados sobre a migração e sua espacialidade, utilizamos as variáveis 6.18, 6.19, 6.23, 6.24 e 6.25; os dados sobre educação foram extraídos dos quesitos 6.28, 6.29 e 6.33; as informações sobre trabalho e rendimento foram retiradas dos quesitos 6.41, 6.42, 6.43, 6.44, 6.48, 6.50, 6.51, 6.52, 6.56, 6.57, 6.58, 6.59 e 6.591.

Agrupamos as informações conforme as áreas de ponderação, ou seja, as 21 que compõem a cidade. A migração aqui considerada é de “última etapa”, e a quantidade de *imigrantes* em 2010, da cidade de Montes Claros, era de 40.944 pessoas e a população de *não migrantes* era de 297.437 habitantes. Se compararmos a quantidade de imigrantes “data fixa” e “última etapa” em Montes Claros, no Censo Demográfico 2010⁴⁷:

É de se esperar que haja mais imigrantes de última etapa *vis-à-vis* os de data fixa, pois todos os imigrantes de data fixa também o serão de última etapa, porém os de *retorno pleno*⁴⁸, por definição, não estarão incluídos entre os de data fixa, mas sim entre os de última etapa. (RIGOTTI, 2000, p. 5).

A tabela 11 demonstra a quantidade de imigrantes na cidade, segundo regiões, estados e mesorregião de origem.

⁴⁷ A tabela 10 contabiliza a quantidade de imigrantes “data fixa”.

⁴⁸ Rigotti (2000) diz que o migrante de retorno pleno é aquele saiu e retornou no intervalo de tempo considerado.

Tabela 11 – Distribuição dos imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG – 2010

Áreas de Ponderação	Região Norte do Brasil	Região Nordeste do Brasil	Região Sul do Brasil	Região Centro-Oeste do Brasil	Estados do ES e RJ	Estado de SP	Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	Mesorregião Norte de Minas	Ignorados ⁴⁹	Total
Centro	31	160	44	202	56	249	708	1.813	51	3.314
São José	38	357	4	91	26	248	399	1.251	12	2.426
São João	18	48	18	138	28	113	308	998	13	1.682
Todos os Santos	18	222	78	9	29	132	840	1.475	21	2.824
Ibituruna	13	238	67	103	60	228	1.319	1.266	13	3.307
Jardim São Luiz	29	131	44	117	80	169	659	1.065	0	2.294
Major Prates	0	73	8	102	36	197	317	896	0	1.629
Cidade Nova	10	56	29	95	48	284	243	850	14	1.629
Santa Rita	0	65	11	0	51	153	275	1.210	27	1.792
Cintra	0	101	12	25	58	173	363	930	10	1.672
São Judas Tadeu	8	88	0	39	40	245	546	671	29	1.666
Maracanã	0	68	0	54	13	339	271	831	11	1.587
Jardim Alvorada	28	146	0	33	53	355	411	1.132	0	2.158
Delfino Magalhães	0	23	17	37	10	175	94	976	33	1.365
Lourdes	9	115	17	34	22	158	251	962	0	1.568
Carmelo	0	182	43	90	37	391	279	869	18	1.909
Vera Cruz	0	63	16	61	88	144	142	737	27	1.278
Jardim Primavera	11	172	58	184	0	350	536	1.237	55	2.603
Cidade Industrial	0	29	40	55	16	277	357	599	110	1.483
Santos Reis	9	56	6	11	0	171	275	721	13	1.262
Jardim Eldorado	0	91	0	164	13	202	393	560	73	1.496
Total	222	2.484	512	1.644	764	4.753	8.988	21.054	530	40.944

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

⁴⁹ Ignorados são aqueles que não souberam dizer de qual UF e município de onde vieram (214 pessoas). Por tratarmos de migração interna, incluímos neste item aqueles indivíduos que vieram de algum país estrangeiro (316 pessoas).

A mesorregião Norte de Minas e o estado de Minas Gerais foram os que mais enviaram migrantes para a cidade de Montes Claros, ao passo que as regiões Norte e Sul do Brasil registraram os menores volumes.

O problema que instigou esta dissertação foi saber quais os aspectos socioeconômicos predominantes na população de *imigrantes* da cidade de Montes Claros. É comum entenderem a imigração como sendo um deslocamento de pessoas à procura de trabalho, possuindo, na maioria das vezes, baixa escolaridade, e, por isto, sendo direcionadas ao setor informal da economia, ganhando baixos salários. A hipótese que permeou esta pesquisa foi a de que os *imigrantes*, de um modo geral, possuem características econômicas e sociais parecidas com as dos *não migrantes*, acreditamos, até mesmo, que em alguns aspectos estas condições sejam melhores. Comparamos as variáveis: trabalho, rendimento e escolaridade dos *imigrantes* e *não migrantes* para sabermos se as diferenças seriam elevadas entre os grupos analisados. Dividimos os resultados em função das variáveis estudadas.

No que se refere ao “Trabalho”, o Censo Demográfico 2010 o conceituou como sendo a atividade econômica realizada em

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou
- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio. (IBGE, 2010b, p. 45)

Importante frisar que as perguntas sobre trabalho se referiram ao período de 25 a 31 de julho de 2010⁵⁰, ou seja, quem exercia alguma das ocupações destacadas acima no período citado. Responderam os quesitos sobre “trabalho” apenas as pessoas de 10 (dez) anos ou mais de idade.

⁵⁰ Trata-se da semana de referência.

A tabela 13 retrata a distribuição das populações de *imigrantes* e *não migrantes* segundo a variável “trabalho”.

Tabela 12 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho (%)

	TINHA TRABALHO			NÃO TINHAM TRABALHO	MENOS DE 10 ANOS DE IDADE	Total
	REMUNERADO	NÃO REMUNERADO				
Imigrantes	Trabalhavam na semana de referência (mesmo estando afastado (a) por motivo de férias, doença, licença, etc.).	Em ajuda, sem qualquer pagamento, no trabalho remunerado de morador (a) do domicílio.	Na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos (as) moradores (as) do domicílio, inclusive caça e extração vegetal.			
Região Norte do Brasil	107	0	0	107	6	220
Região Nordeste do Brasil	1.177	3	0	1.065	226	2.471
Região Sul do Brasil	287	0	0	173	51	511
Região Centro-Oeste do Brasil	660	0	0	674	310	1.644
Estados do ES e RJ	366	9	0	315	83	773
Estado de SP	2.230	22	11	1.773	705	4.741
Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	4.502	10	32	3.352	1.109	9.005
Mesorregião Norte de Minas	10.932	91	24	8.419	1.583	21.049
Ignorado	223	0	0	189	118	530
Total	20.484	135	67	16.067	4.191	40.944
Não Migrantes	133.744	1.686	913	115.984	45.110	297.437

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013.

Segundo classificação adotada pelo IBGE, 50,52% do total de *imigrantes* tinham trabalho, (50,03% com remuneração); estavam sem trabalho 39,24% e 10,24% abrangiam o grupo de pessoas com menos de 10 anos de idade, portanto, não responderam esta parte do questionário da amostra do Censo Demográfico 2010. Contabilizamos que 45,84% do total de *não migrantes* tinham trabalho (44,97% com remuneração); estavam sem trabalho 38,99% e 15,17% compreendiam o grupo de pessoas com menos de 10 anos de idade.

Como o grupo de pessoas com menos de 10 anos de idade não respondeu a parte do questionário sobre Trabalho, faremos nossas análises considerando apenas o grupo de pessoas com 10 anos de idade ou mais. O percentual de *imigrantes* com trabalho remunerado (55,73%) foi um pouco maior que os *não migrantes* (53,00%); e o percentual daqueles que não tinha trabalho foi um pouco menor para o primeiro grupo (43,72%) quando comparado ao último grupo (45,97%).

A tabela 12 mostra que o número de migrantes vindos das regiões Nordeste e Sul do Brasil, dos estados de MG, ES, RJ e SP, bem como a mesorregião Norte de Minas, que possuíam trabalho, foi maior do que aqueles que estavam sem trabalho, exceto da região Norte do Brasil, onde o valor foi igual, e da região Centro-Oeste do Brasil onde o número de migrantes sem trabalho foi maior.

Retratamos a distribuição dos *imigrantes*, pelas áreas de ponderação que compõem a cidade de Montes Claros, segundo a existência de trabalho (Gráfico 6).

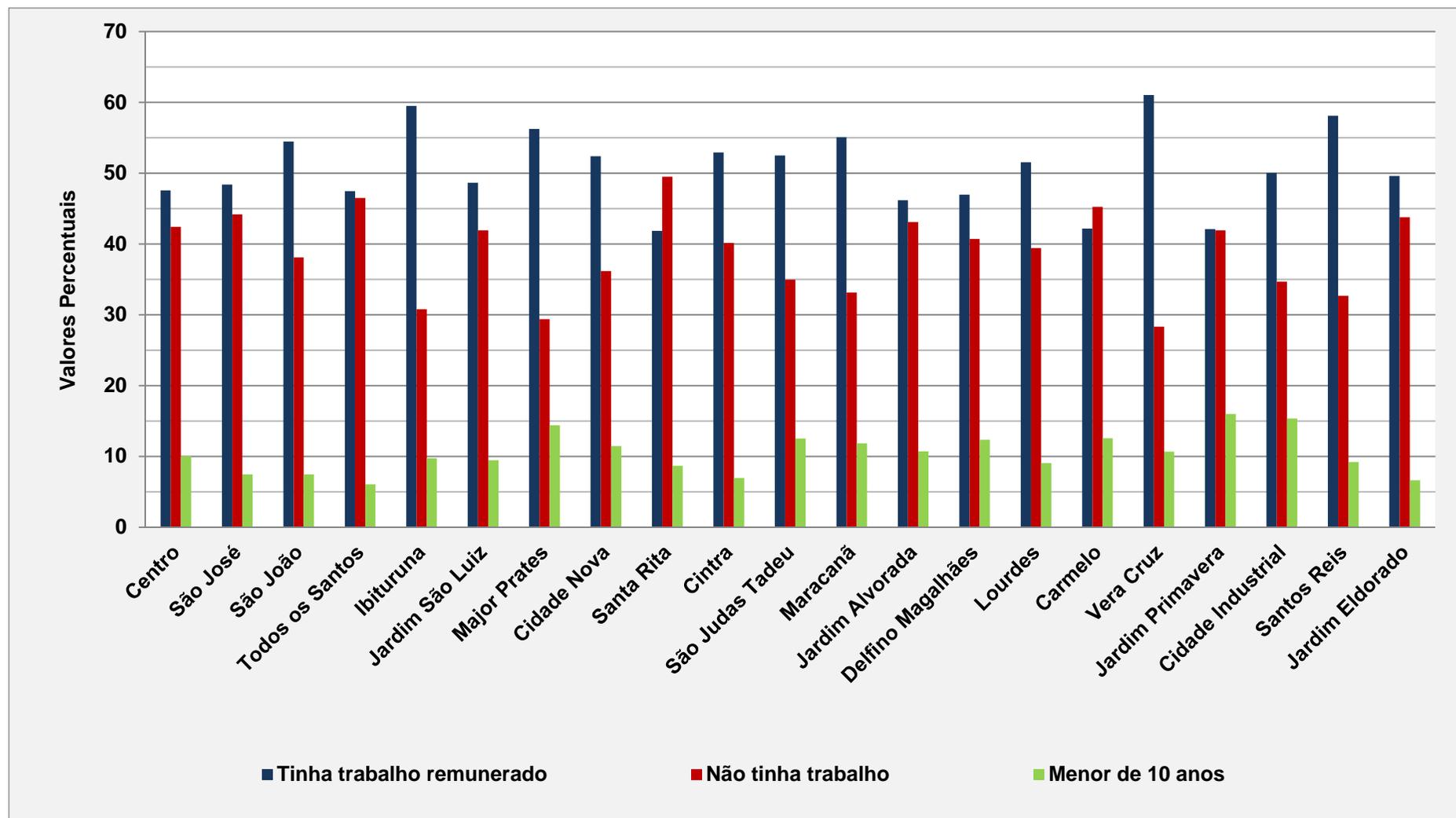


Gráfico 6 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A.A., 2013

Os dados revelam que Vera Cruz (61,5%) e Ibituruna (59,51%) obtiveram os maiores percentuais de *imigrantes* com trabalho remunerado, ao passo que as áreas de Santa Rita (41,85%) e Jardim Primavera (42,09%) os menores.

Santa Rita (49,50%) e Todos os Santos (46,48%) registraram os maiores valores de *imigrantes* sem trabalho, Vera Cruz (28,30%) e Major Prates (29,37%) os menores. No que se refere ao Todos os Santos, talvez o percentual elevado seja em razão de sua localização espacial próxima à maior instituição pública de ensino superior da cidade, a UNIMONTES, por isto, muitos acadêmicos residem na área e, possivelmente, dedicam seu tempo exclusivamente aos estudos, não exercendo nenhum trabalho remunerado.

Em Santa Rita e Carmelo (45,26%), os percentuais de *imigrantes* sem trabalho foram maiores do que aqueles que exerciam alguma atividade remunerada.

O gráfico 7 demonstra a existência de trabalho no grupo dos *não migrantes*.

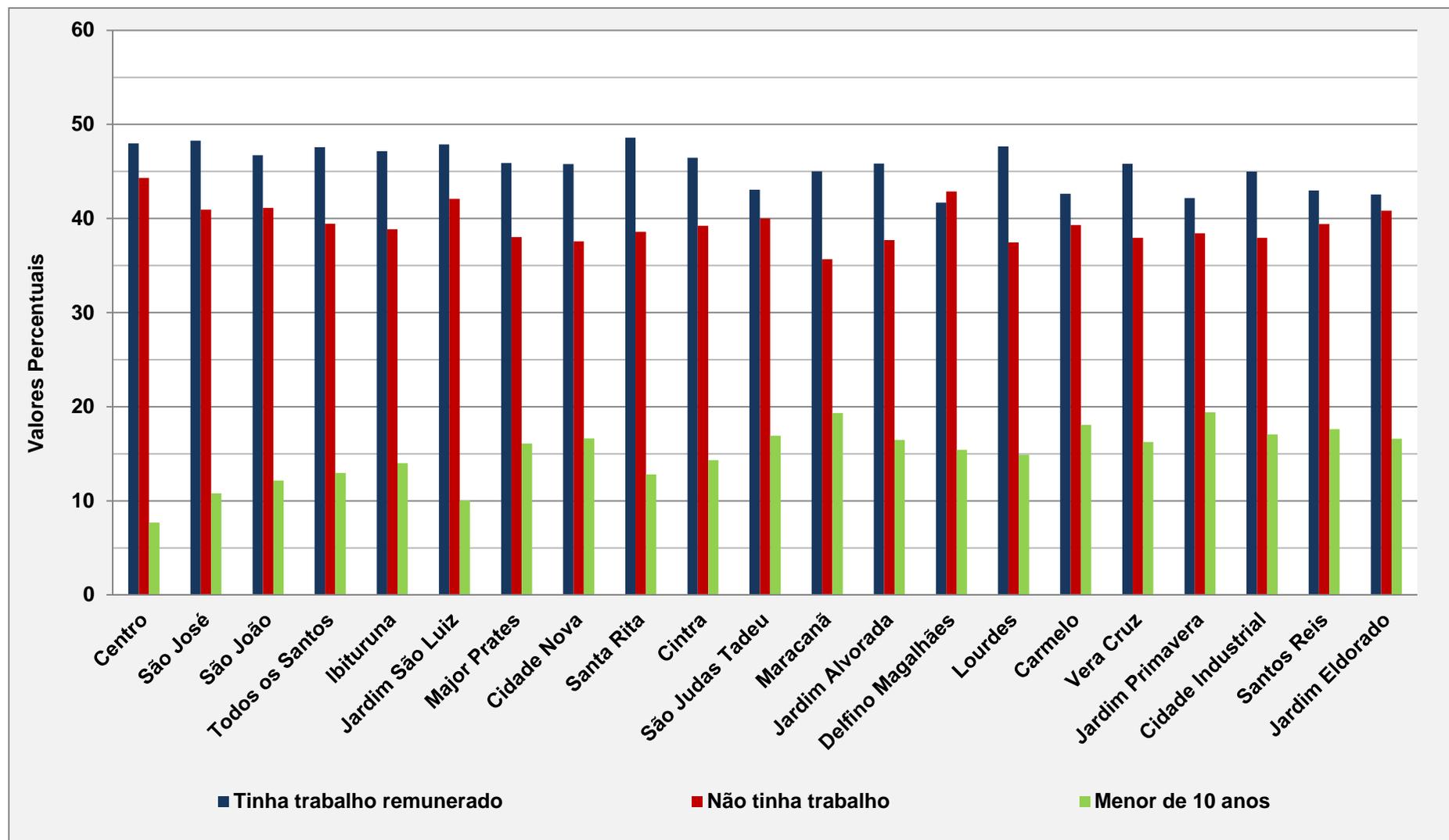


Gráfico 7 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A.A., 2013

Santa Rita (48,60%) e São José (48,28%) obtiveram os maiores percentuais de *não migrantes* com trabalho remunerado; Centro (44,31%) e Delfino Magalhães (42,88%) os maiores percentuais de *não migrantes* sem trabalho, destaque para este último onde a quantidade de pessoas na informalidade foi superior à formalidade.

Das pessoas que receberam rendimento(s) no(s) trabalho(s) que tinha(m) durante a semana de referência, discriminamos aqueles que eram formal e informal. Segundo o IBGE (2012a, p. 287):

Trabalho formal: trabalho com carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social. **Trabalho informal:** trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. (grifos do autor)

A tabela 13 distribui os *imigrantes* e *não migrantes* segundo a situação no(s) trabalho(s) que tinha(m) na semana de referência.

Tabela 13 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: situação no(s) trabalhos(s)

Imigrantes	Formalidade e informalidade (%)		
	Trabalho Formal	Trabalho Informal	Total
Região Norte do Brasil	0,40	0,13	0,52
Região Nordeste do Brasil	3,63	2,12	5,74
Região Sul do Brasil	0,99	0,41	1,40
Região Centro-Oeste do Brasil	1,87	1,35	3,22
Estados do ES e RJ	1,23	0,55	1,78
Estado de SP	7,08	3,79	10,88
Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	15,06	6,89	21,95
Mesorregião Norte de Minas	32,61	20,81	53,42
Ignorado	0,56	0,53	1,09
Total	63,43	36,57	100,00
Não Migrantes	64,18	35,82	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A. A., 2013.

Apesar dos dados mostrarem que o trabalho formal é mais presente no grupo dos *não migrantes*, a maior parte dos *imigrantes* está na formalidade, ou seja,

contribuem para previdência social, contestando a ideia de que migram para trabalhar, em sua maioria, na informalidade.

Destacamos, no gráfico a seguir, a divisão dos *imigrantes* pelas áreas de ponderação, segundo a formalidade e informalidade no(s) trabalho(s) que tinham na semana de referência.

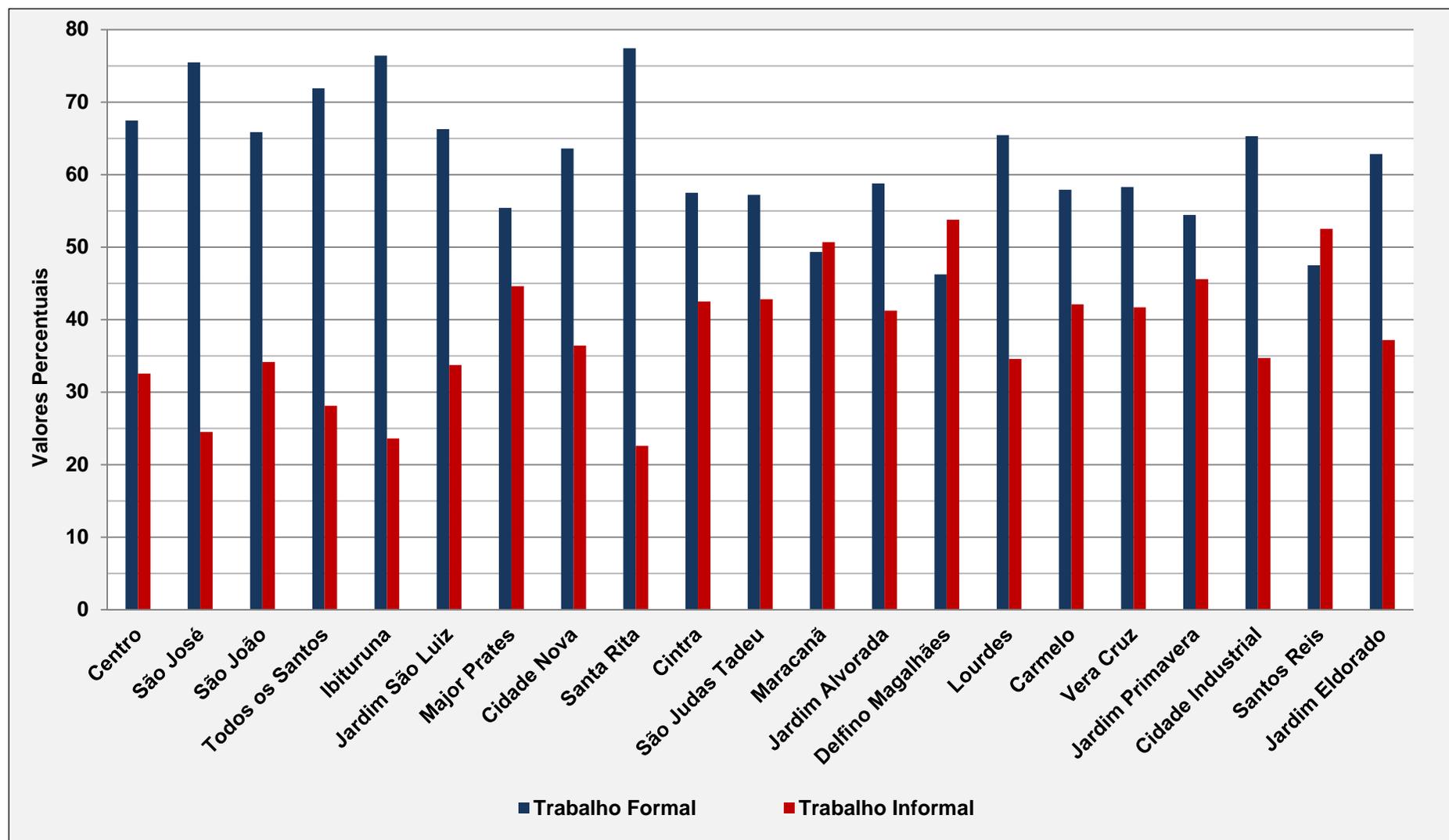


Gráfico 8 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: formalidade e informalidade no(s) trabalho(s)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Apesar de Santa Rita ter o maior percentual de *imigrantes* sem trabalho (ver gráfico 6), segundo o gráfico 8, foi a área que obteve o maior valor percentual (77%) de trabalhadores no mercado formal, seguida de Ibituruna (76%). Santos Reis (47%) e Delfino Magalhães (46%) registraram os menores valores.

O gráfico 9 representa os *não migrantes* segundo a formalidade e informalidade no(s) trabalho(s) que tinha(m).

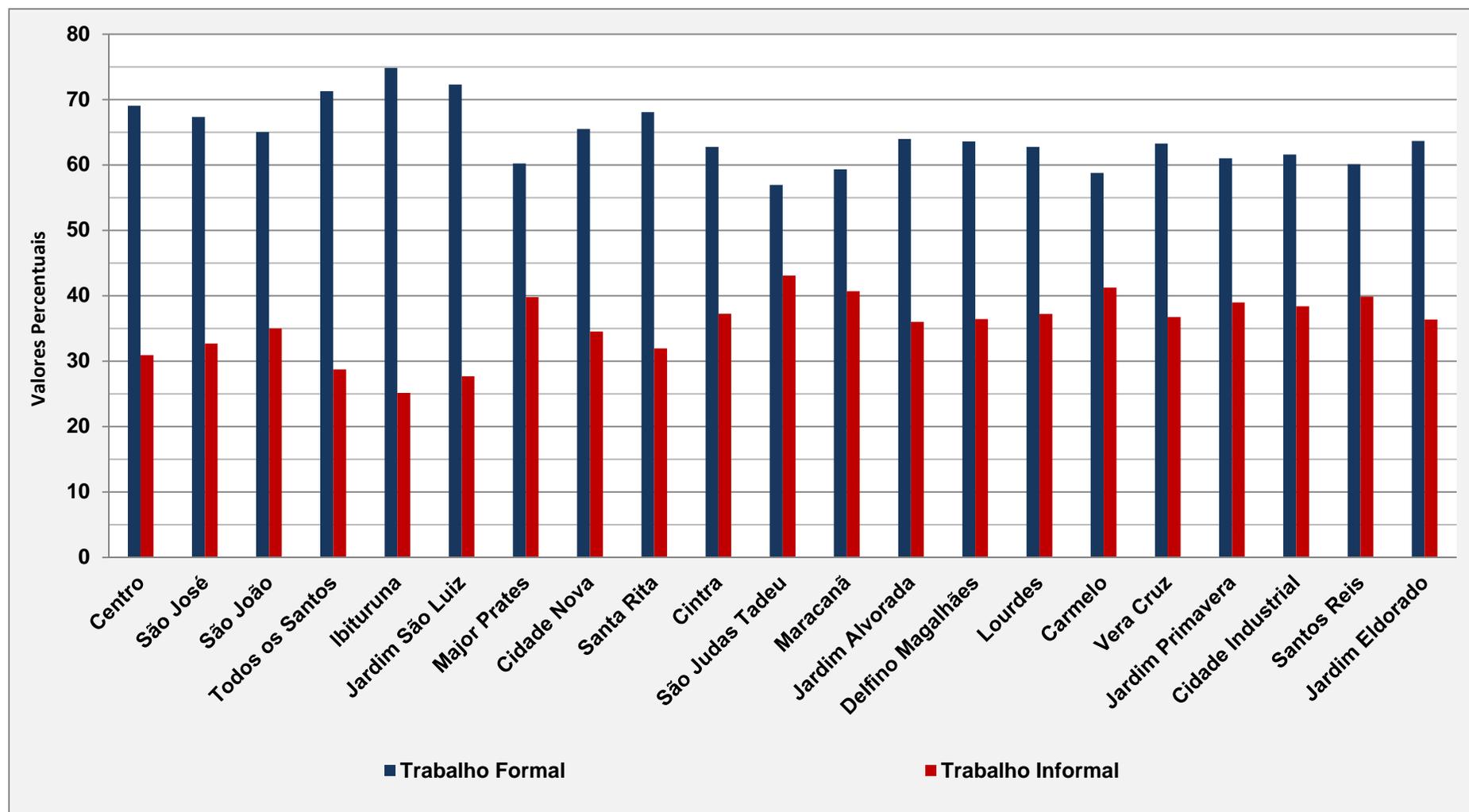


Gráfico 9 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: formalidade e informalidade no(s) trabalho(s)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Observamos que em todas as áreas de ponderação o número de *não migrantes* na formalidade foi maior do que aqueles que estavam na informalidade.

Quanto a variável “Rendimento”⁵¹, consideramos o valor bruto (ou a retirada mensal) que os indivíduos (de 10 anos ou mais de idade) ganhavam habitualmente em julho de 2010⁵² de todos os trabalhos remunerados que tinham durante o período. A tabela 14 demonstra os resultados.

Tabela 14 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento(s) no(s) trabalho(s) remunerado(s)

	Faixas de rendimento (em salários mínimos) de todos os trabalhos, em julho de 2010 (em %)						Total
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	
Imigrantes	0,03 <= 1	1 <= 2	2 <= 4	4 <= 10	10 <= 20	> 20	
Região Norte do Brasil	0,09	0,12	0,05	0,10	0,18	0,00	0,53
Região Nordeste do Brasil	1,37	2,31	0,94	0,86	0,23	0,06	5,77
Região Sul do Brasil	0,23	0,40	0,23	0,23	0,16	0,18	1,41
Região Centro-Oeste do Brasil	1,40	1,03	0,30	0,36	0,07	0,04	3,20
Estados do ES e RJ	0,66	0,34	0,37	0,23	0,14	0,06	1,80
Estado de SP	4,25	4,04	1,41	0,53	0,61	0,08	10,93
Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	6,36	5,02	4,17	4,28	1,50	0,72	22,04
Mesorregião Norte de Minas	26,93	15,90	5,29	4,21	0,51	0,38	53,22
Ignorado	0,60	0,30	0,20	0,00	0,00	0,00	1,09
Total	41,89	29,46	12,95	10,79	3,40	1,52	100,00
Não Migrantes	44,06	32,63	14,29	6,82	1,57	0,63	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A. A., 2013.

Os resultados mostram que a maioria dos trabalhadores da cidade de Montes Claros ganhava entre 0,03 até quatro salários mínimos (1^a, 2^a e 3^a faixas). Os *não migrantes* tinham maior representatividade nas três primeiras faixas do que os *imigrantes*. À medida que as faixas de salários mínimos aumentam, o percentual de trabalhadores em cada uma é reduzido.

⁵¹ Segundo o IBGE (2010b, p. 55): “Para a apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o valor do que vigorava no mês de referência, que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)”.

⁵² Trata-se do mês de referência.

Os residentes na cidade de Montes Claros recebiam, em sua maioria, até um salário mínimo, demonstrando que baixos rendimentos não são exclusividade dos *imigrantes*, mas sim de toda a população, considerando que o custo de vida em uma cidade média é elevado, desde deslocamento, moradia, alimentação, entre outros. A representatividade dos *imigrantes* é maior a partir da 4ª faixa de valores, evidenciando que tinham, percentualmente, mais pessoas ganhando a partir de quatro salários mínimos do que o grupo de *não migrantes*.

Analisando as linhas da tabela 14, especificamente os dados dos *imigrantes*, verificamos que de todos os migrantes vindos da região Norte o maior percentual recebia de dez a vinte salários mínimos, destoando de todos os demais que se concentravam, em sua maioria, nas duas primeiras faixas. Os *imigrantes* dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro registraram maiores percentuais de rendimento nas 1ª e 3ª faixas.

Observamos as colunas da mesma tabela e constatamos que a mesorregião Norte de Minas teve maior percentual de *imigrantes* recebendo nas três primeiras faixas de rendimentos. As demais mesorregiões do estado de Minas Gerais registraram maior percentual de *imigrantes* com rendimentos entre a 4ª e 6ª faixas.

No próximo gráfico, lançamos o(s) rendimento(s) referente(s) ao(s) trabalho(s) dos *imigrantes*.

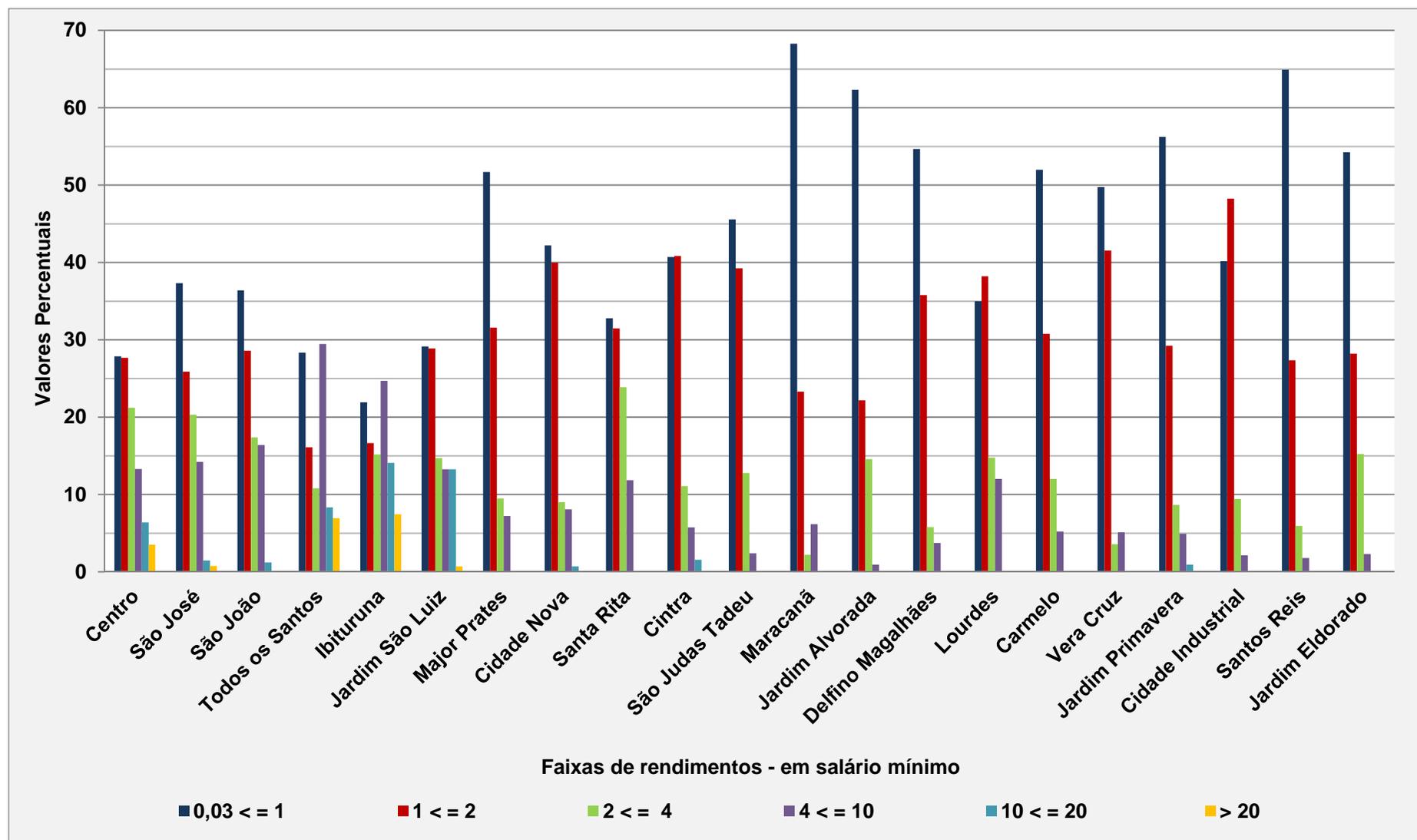


Gráfico 10 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento no(s) trabalho(s) remunerado(s)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Dentre as várias informações que podemos extrair do gráfico 10, uma delas são as áreas com maior percentual de *imigrantes* em cada faixa de valores: Maracanã (68,30%) e Santos Reis (64,92%) contêm maior percentual de *imigrantes* recebendo até 1 salário mínimo; Cidade Industrial (48,25%) e Vera Cruz (41,54%) com *imigrantes* ganhando entre 1 a 2 salários mínimos; Santa Rita (23,87%) e Centro (21,23%) com *imigrantes* ganhando entre 2 a 4 salários mínimos; Todos os Santos (29,46%) e Ibituruna (24,70%) com *imigrantes* recebendo entre 4 a 10 salários mínimos; Ibituruna (14,11%) e Jardim São Luiz (13,27%) com *imigrantes* recebendo entre 10 a 20 salários mínimos e; Ibituruna (7,44%) e Todos os Santos (6,94%) com *imigrantes* recebendo acima de 20 salários mínimos.

Nas três últimas faixas de rendimento, Ibituruna e Todos os Santos foram as que mais se destacaram. O gráfico 10 ainda demonstra que mais da metade das áreas de ponderação possuíam 40% ou mais de seus *imigrantes* recebendo até 1 salário mínimo, e apenas cinco áreas tinham *imigrantes* ganhando mais de 20 salários mínimos.

O gráfico a seguir demonstra o(s) rendimento(s) referente(s) ao(s) trabalho(s) dos *não migrantes*.

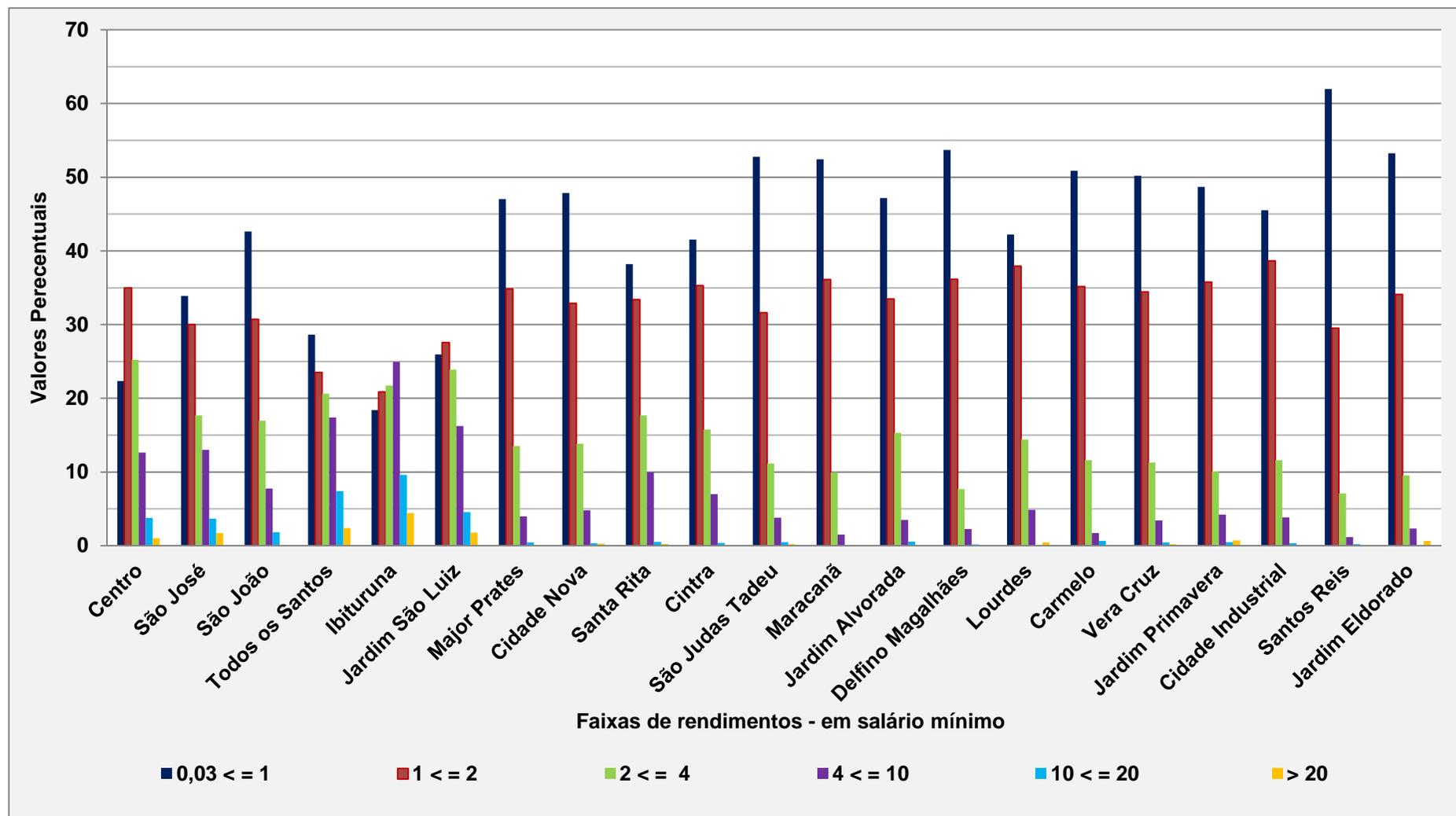


Gráfico 11 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento no(s) trabalho(s) remunerado(s)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Dentre as várias informações que podemos extrair do gráfico 11, uma delas são as áreas com maior percentual de *imigrantes* em cada faixa de valores: Santos Reis (61,99%) e Delfino Magalhães (57,30%) contêm maior percentual de *não migrantes* recebendo até 1 salário mínimo; Cidade Industrial (38,67%) e Lourdes (37,95%) com *não migrantes* ganhando entre 1 a 2 salários mínimos; Centro (25,22%) e Jardim São Luiz (23,91%) com *não migrantes* ganhando entre 2 a 4 salários mínimos; Ibituruna (24,95%) e Todos os Santos (17,40%) com *não migrantes* recebendo entre 4 a 10 salários mínimos; Ibituruna (9,60%) e Todos os Santos (7,41%) com *não migrantes* recebendo entre 10 a 20 salários mínimos e; Ibituruna (4,45%) e Todos os Santos (2,39%) com *não migrantes* recebendo acima de 20 salários mínimos.

Constatamos, pela análise do gráfico 11, que existe uma distribuição menos desigual de rendimentos nas seis primeiras áreas de ponderação (Centro, São José, São João, Todos os Santos, Ibituruna e Jardim São Luiz), já nas demais áreas, percebe-se uma maior concentração nas primeira e segunda faixas de rendimentos. Este fato é percebido no gráfico 10, no entanto, observamos que o grupo de *imigrantes* possuía, proporcionalmente, uma maior quantidade de pessoas recebendo melhores salários, corroborando os dados da tabela 14.

Observamos ainda os rendimentos provindos de aposentadoria, pensão, programas sociais e demais recursos dos *imigrantes* e dos *não migrantes*. Do total de *imigrantes* (40.944), 7.163 recebiam valores de outras fontes que não fossem do trabalho; 29.590 não recebiam; e 4.191 eram pessoas com menos de 10 anos de idade. Da soma dos *não migrantes* (297.437), 54.821 possuíam rendimento de aposentadoria, pensão, programas sociais, entre outros; 197.506 não ganhavam; e 45.110 eram pessoas com menos de 10 anos de idade. A tabela 15 apresenta os resultados, em valores percentuais, daqueles que possuíam rendimentos de outras fontes.

Tabela 15 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes

	Faixas de rendimento (em salários mínimos) de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes, em julho de 2010 (em %)							Total
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	
Imigrantes	0,01 <= 0,5	0,5 <= 1	1 <= 2	2 <= 5	5 <= 10	10 <= 20	> 20	
Região Norte do Brasil	0,00	0,11	0,00	0,00	0,27	0,00	0,11	0,49
Região Nordeste do Brasil	1,21	2,14	0,70	0,88	0,32	0,00	0,00	5,25
Região Sul do Brasil	0,43	0,47	0,25	0,28	0,11	0,00	0,00	1,55
Região Centro-Oeste do Brasil	1,42	2,00	0,56	0,40	0,00	0,17	0,14	4,69
Estados do ES e RJ	1,31	0,31	0,57	0,40	0,00	0,00	0,10	2,69
Estado de SP	3,36	2,43	1,65	1,90	0,32	0,00	0,00	9,66
Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	7,20	5,51	6,39	4,30	1,34	0,21	0,20	25,16
Mesorregião Norte de Minas	14,62	18,46	7,55	5,81	1,90	0,56	0,15	49,04
Ignorado	0,89	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,47
Total	30,46	32,00	17,67	13,97	4,26	0,94	0,70	100,00
Não Migrante	31,08	38,72	14,65	10,91	3,29	0,88	0,35	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013

A maioria dos residentes na cidade de Montes Claros recebia até um salário mínimo proveniente de outros rendimentos que não do(s) trabalho(s). A população *não migrante* teve maior percentual de pessoas nas duas primeiras faixas, a partir da terceira faixa, os *imigrantes* registraram maior percentual de rendimento.

Por meio dos valores das linhas da tabela 15, especificamente os dados dos *imigrantes*, vemos que a maioria dos originários da região Norte do Brasil recebiam, percentualmente, mais de cinco até dez salários mínimos, divergindo de todos os demais que recebiam, em sua maioria, nas duas primeiras faixas. Os valores das colunas mostram que a mesorregião Norte de Minas registrou maior percentual de *imigrantes* recebendo nas seis primeiras faixas de rendimentos. Na sétima faixa aparecem as demais mesorregiões do estado de Minas Gerais.

Na sequência, apresentamos o gráfico 12 que retrata os rendimentos dos *imigrantes* tendo como fontes: a aposentadoria, e/ou pensão, e/ou programas sociais, entre outras, que não sejam do trabalho.

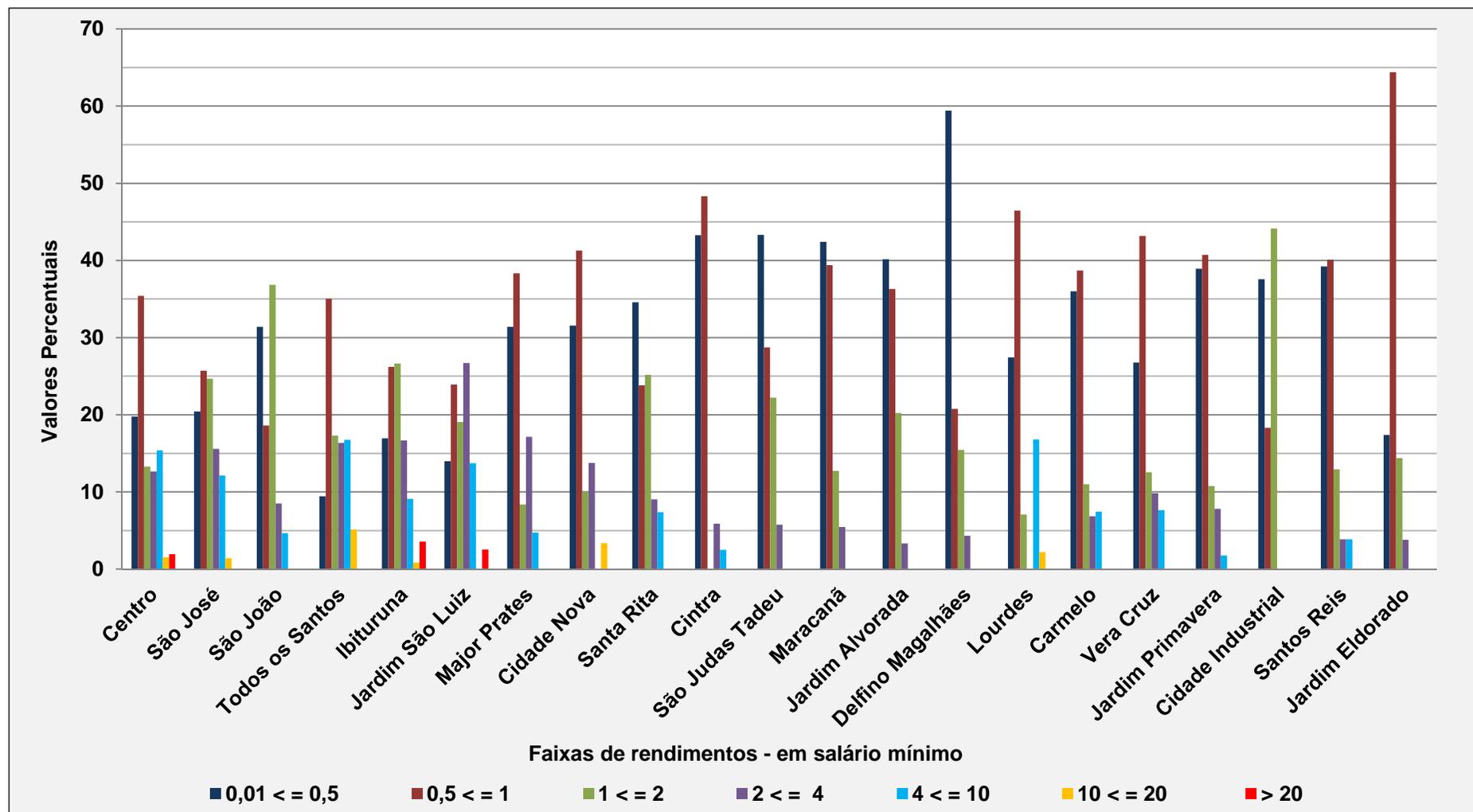


Gráfico 12 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Pelo gráfico 12, observamos as áreas com maior percentual de *imigrantes* em cada faixa de rendimento. Destacam-se: Delfino Magalhães (59,42%) e São Judas Tadeu (43,30%) na faixa “de 0,01 até 0,5 salário mínimo”; Jardim Eldorado (64,41%) e Cintra (48,32%) na faixa “acima de 0,5 até 1 salário mínimo”; Cidade Industrial (44,13%) e São João (36,82%) na faixa “acima de 1 até 2 salários mínimos”; Jardim São Luiz (26,72%) e Major Prates (17,15%) na faixa “acima de 2 até 4 salários mínimos”; Lourdes (16,81%) e Todos os Santos (16,73%) na faixa “acima de 4 até 10 salários mínimos”; Todos os Santos (5,12%) e Cidade Nova (3,36%) na faixa “acima de 10 até 20 salários mínimos”; Ibituruna (3,56%) e Jardim São Luiz (2,54%) na faixa “acima de 20 salários mínimos”.

Dezessete áreas de ponderação possuíam 50% ou mais de seus *imigrantes* recebendo até 1 salário mínimo; apenas sete áreas tiveram *imigrantes* recebendo acima de 10 salários mínimos.

O gráfico a seguir retrata os de aposentadoria, e/ou pensão, e/ou programas sociais, entre outras, que não sejam do trabalho, do grupo de *não migrantes*.

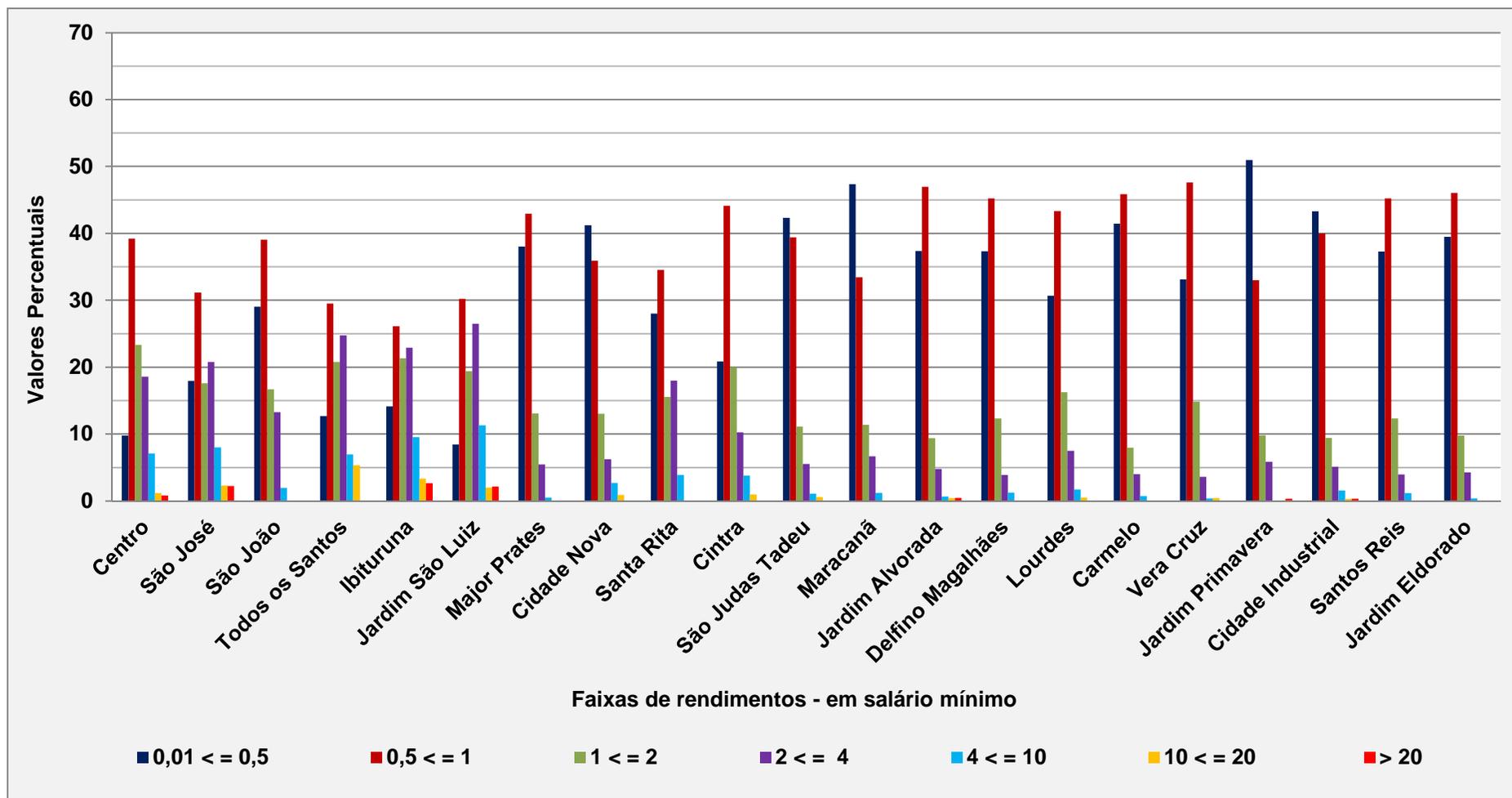


Gráfico 13 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Pelo gráfico 13, observamos as áreas com maior percentual de *não migrantes* em cada faixa de rendimento. Destacam-se: Jardim Primavera (50,97%) e Maracanã (47,33%) na faixa “de 0,01 até 0,5 salário mínimo”; Vera Cruz (47,61%) e Jardim Alvorada (46,94%) na faixa “acima de 0,5 até 1 salário mínimo”; Centro (23,32%) e Ibituruna (21,34%) na faixa “acima de 1 até 2 salários mínimos”; Jardim São Luiz (26,49%) e Todos os Santos (24,76%) na faixa “acima de 2 até 4 salários mínimos”; Jardim São Luiz (11,31%) e Ibituruna (9,53%) na faixa “acima de 4 até 10 salários mínimos”; Todos os Santos (5,33%) e Ibituruna (3,32%) na faixa “acima de 10 até 20 salários mínimos”; Ibituruna (2,65%) e São José (2,21%) na faixa “acima de 20 salários mínimos”.

Comparando os gráficos 12 e 13, algumas áreas se destacam por possuírem pessoas com rendimentos mais elevados, outras áreas concentrando indivíduos com baixos rendimentos. No entanto, mais uma vez, percebemos que o grupo de *imigrantes* possuía, proporcionalmente, uma maior quantidade de pessoas recebendo melhores salários provindos de outras fontes (aposentadoria, pensão, etc.) do que o grupo de *não migrantes* (tabela 15).

A última variável de análise é “Escolaridade”, mas, antes de aprofundarmos os estudos, devemos explicar como organizamos para facilitar a compreensão.

Segundo IBGE (2010b), ao longo dos anos, a educação escolar brasileira passou por três reformas no intuito de melhorar a estruturação das séries: I - até 1971, o sistema de ensino regular compreendia: elementar, médio 1º ciclo, médio 2º ciclo e superior; II - a partir de 1972 até 1996, outra reforma foi implantada e o sistema ficou estruturado em: 1º grau, 2º grau e 3º grau ou superior; III – desde 1997 a educação escolar compõe-se da: educação básica (educação infantil, fundamental, médio) e educação superior.

Fizemos o enquadramento das séries de acordo com o modelo vigente atualmente (2013). O ensino fundamental⁵³ incorporou o elementar e médio 1º ciclo (I - sistema

⁵³ É válido ressaltar que se encontra em fase de implantação o ensino fundamental regular de 9 anos, onde, obrigatoriamente, crianças de 6 anos de idade devem ser matriculadas no 1º ano, segundo a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.

de ensino) e 1º grau (II - sistema de ensino); o ensino médio abrangeu o médio 2º ciclo (I - sistema de ensino) e o 2º grau (II - sistema de ensino).

A tabela 16 apresenta o nível de instrução dos *imigrantes* e *não migrantes*. De acordo com o IBGE (2010b) a classificação foi elaborada em função das informações da série e nível ou grau que o imigrante estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente:

Sem instrução: para a pessoa que nunca frequentou escola ou creche; ou que frequentava ou frequentou creche, curso pré-escolar, classe de alfabetização ou curso de alfabetização de jovens e adultos;

Fundamental incompleto: para a pessoa que frequentava curso de ensino fundamental; ou que frequentou curso elementar; ou que frequentou, mas não concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo;

Fundamental completo e médio incompleto: para a pessoa que concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo; ou que frequentava curso de ensino médio; ou frequentou, mas não concluiu o ensino médio ou 2º grau;

Médio completo e superior incompleto: para a pessoa que concluiu o ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo; ou frequentava ou frequentou, mas não concluiu curso superior;

Superior completo: para a pessoa que concluiu curso superior; ou frequentava ou frequentou especialização de nível superior;

Mestrado/Doutorado: para a pessoa que frequentava ou frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou,

Não determinado: para a pessoa com informações que não permitissem a sua classificação.

Tabela 16 – Imigrantes e Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução (%)

	1ª faixa	2ª faixa	3ª faixa	4ª faixa	5ª faixa	6ª faixa	7ª faixa	
Imigrantes	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Mestrado / Doutorado	Não determinado	Total
Região Norte	0	0,06	0,09	0,17	0,14	0,07	0	0,53
Região Nordeste	0,45	1,63	0,73	2,35	0,79	0,09	0	6,04
Região Sul	0,02	0,30	0,14	0,41	0,33	0,05	0	1,25
Região Centro-Oeste	0,62	1,23	0,83	0,84	0,4	0,08	0,02	4,02
Estados de ES e RJ	0,10	0,45	0,25	0,73	0,21	0,12	0,03	1,89
Estado de SP	0,88	4,17	2,23	3,39	0,75	0,13	0,03	11,58
Estado de MG (exceto a mesorregião Norte de Minas)	2,06	5,50	2,97	7,03	3,91	0,51	0	21,98
Mesorregião Norte de Minas	3,49	14,19	8,13	20,47	4,7	0,39	0,05	51,41
Ignorado	0,21	0,44	0,16	0,44	0,02	0,02	0	1,29
Total	7,82	27,95	15,54	35,84	11,25	1,47	0,14	100
Não Migrantes	14,13	35,48	14,88	27,23	7,66	0,47	0,16	100

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013

Nas linhas da tabela 16, especificamente os dados dos *imigrantes*, percebemos que a maior parte (mais da metade) dos indivíduos vindos da região Norte do Brasil, tinha o ensino médio completo e estava frequentando ou havia frequentado o curso superior (sem ter concluído); ou tinha concluído a graduação e estava frequentando ou havia frequentado alguma especialização (sem ter concluído), acreditamos, inclusive, que a maioria destes *imigrantes* estava concentrada nas faixas de rendas mais elevadas (Tabelas 14 e 15) em razão da maior escolaridade. Os migrantes vindos das regiões Nordeste e Sul do Brasil, da mesorregião Norte de Minas, das demais mesorregiões de Minas Gerais, bem como dos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro possuíam uma concentração de *imigrantes* com ensino médio concluído, ou frequentando ou que havia frequentado o curso superior (sem ter concluído). Da região Centro-Oeste e do estado de SP, a maior quantidade de *imigrantes* tinham apenas o ensino fundamental incompleto.

Nas colunas observamos que a mesorregião Norte de Minas teve maior percentual de *imigrantes* nas cinco primeiras faixas; as demais mesorregiões do estado de Minas Gerais registraram maior percentual de *imigrantes* com mestrado ou doutorado concluídos ou que estavam frequentando ou havia frequentado (sem ter concluído).

A seguir, o gráfico 14 evidencia o nível de instrução dos *imigrantes*.

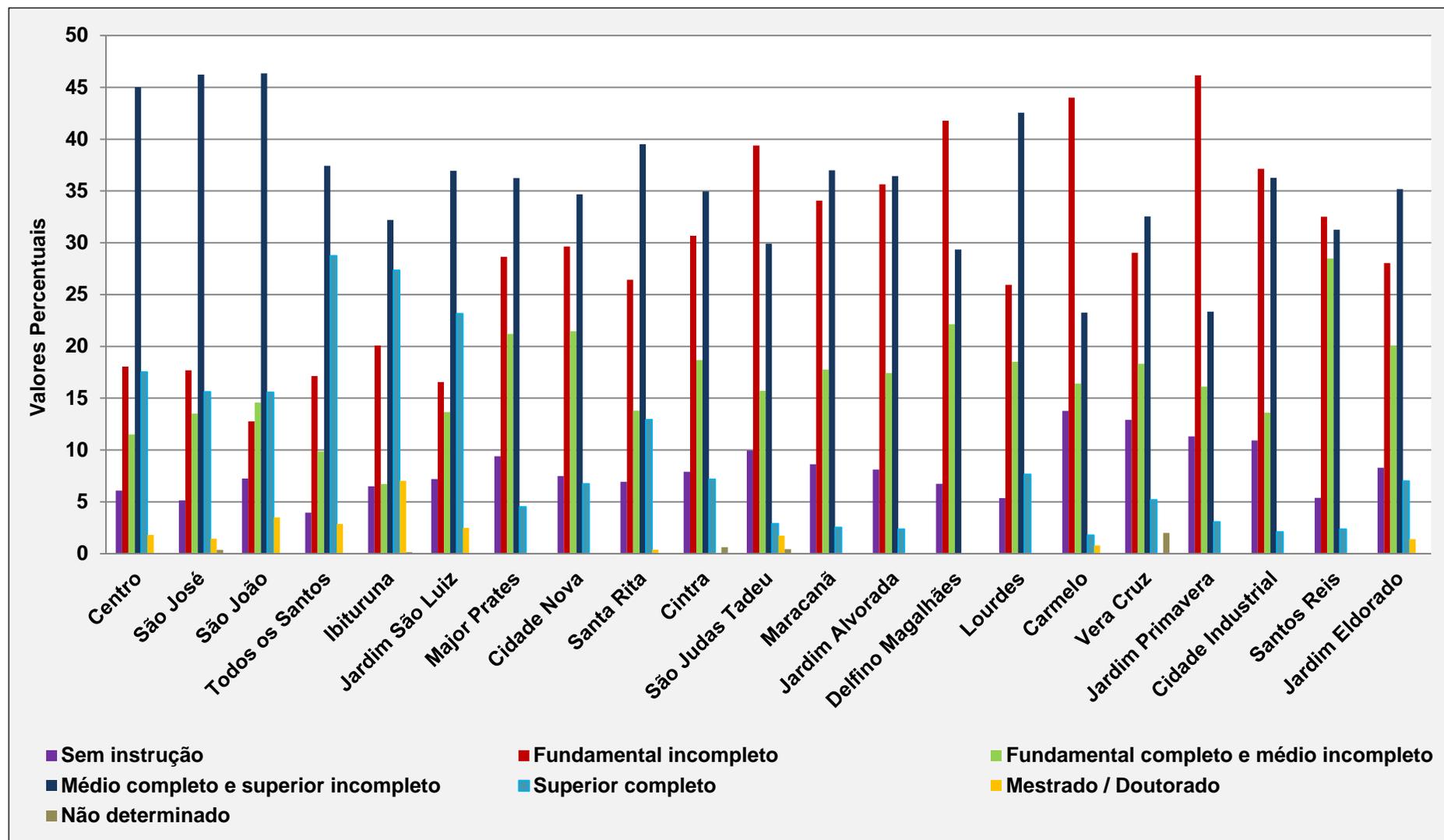


Gráfico 14 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Pelo gráfico acima, vemos a distribuição dos *imigrantes* segundo o nível de instrução. Destacam-se: Carmelo (13,77%) e Vera Cruz (12,91%) com maior percentual de pessoas sem instrução; Jardim Primavera (46,16%) e Carmelo (43,99%) com ensino fundamental incompleto; Santos Reis (28,48%) e Delfino Magalhães (22,13%) com ensino fundamental completo e médio incompleto; São João (46,36%) e São José (46,24%) com ensino médio completo e superior incompleto; Todos os Santos (28,74%) e Ibituruna (27,34%) com ensino superior completo e especialização incompleta; Ibituruna (7,04%) e São João (3,50%) com mestrado e doutorado completos ou incompletos.

No próximo gráfico, analisamos o nível de instrução dos *não migrantes*.

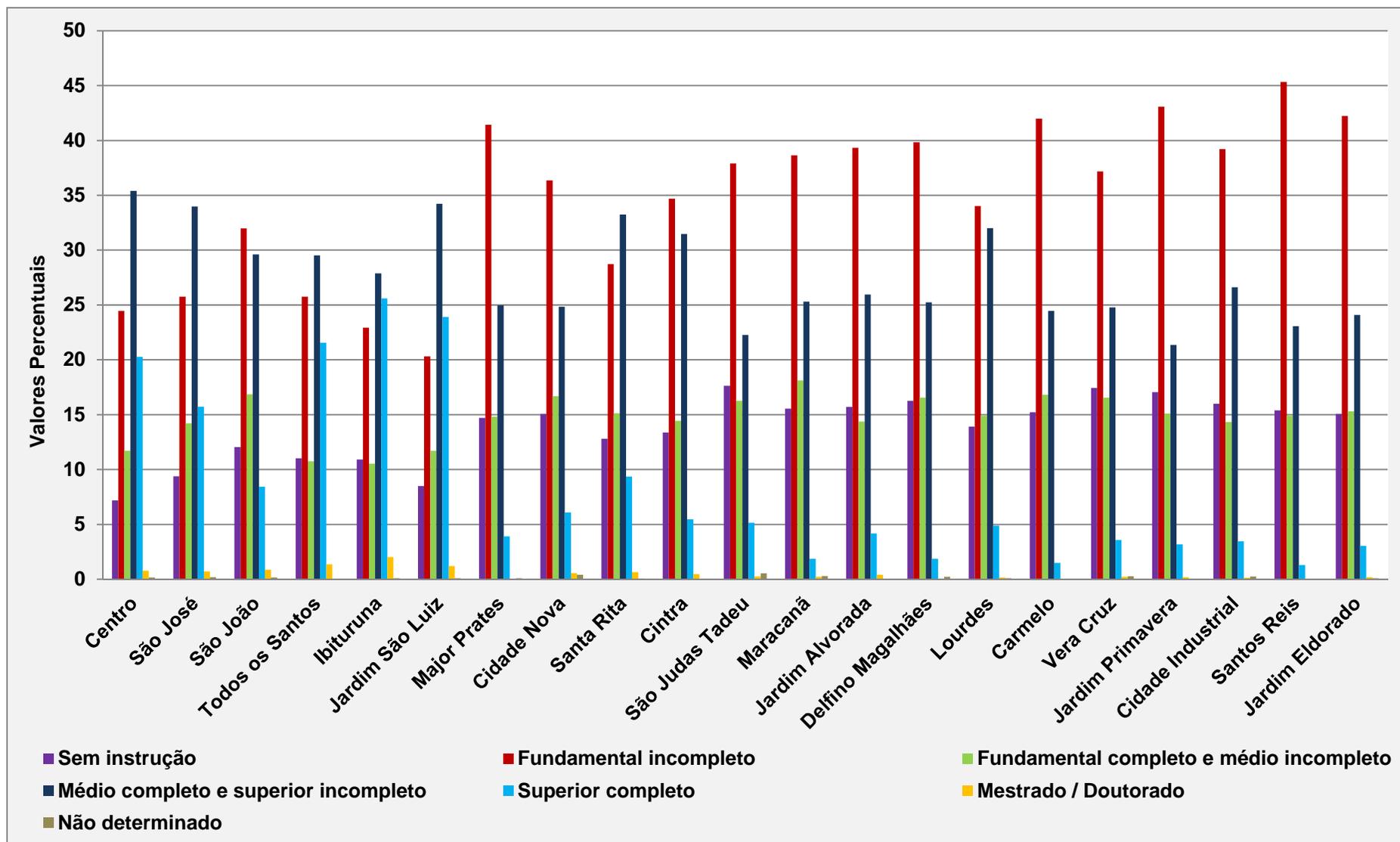


Gráfico 15 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL, A. A., 2013

Pelo gráfico acima, vemos a distribuição dos *não migrantes* segundo o nível de instrução. Destacam-se: São Judas Tadeu (17,64%) e Vera Cruz (17,44%) com maior percentual de pessoas sem instrução; Santos Reis (45,33%) e Jardim Primavera (43,07%) com ensino fundamental incompleto; Maracanã (18,12%) e São João (16,87%) com ensino fundamental completo e médio incompleto; Centro (46,36%) e Jardim São Luiz (34,23%) com ensino médio completo e superior incompleto; Ibituruna (25,60%) e Jardim São Luiz (23,91%) com ensino superior completo e especialização incompleta; Ibituruna (2,03%) e Todos os Santos (1,37%) com mestrado e doutorado completos ou incompletos.

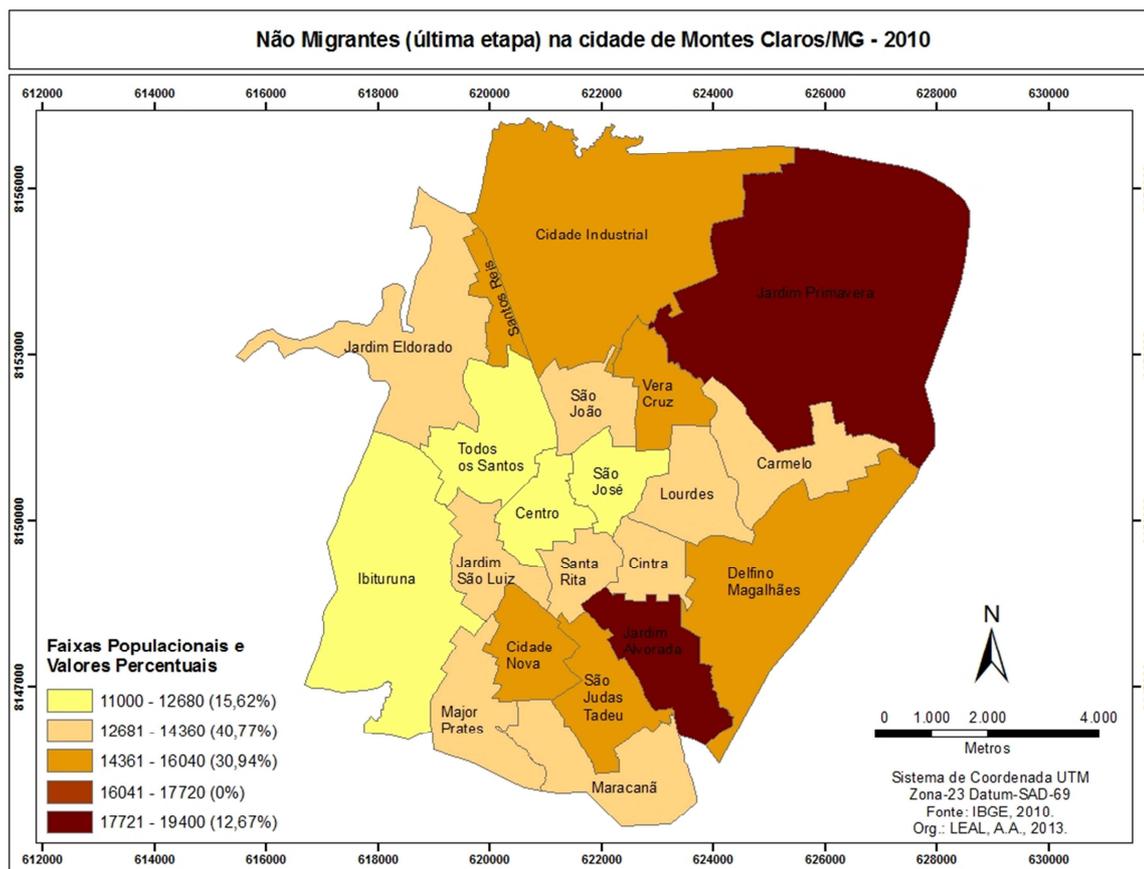
Comparando os gráficos 14 e 15 e a tabela 16, retiramos a informação de que o grupo de *imigrantes* possuía, proporcionalmente, mais pessoas com melhor nível de instrução do que o grupo dos *não migrantes*.

Após extrairmos das variáveis “Trabalho”, “Rendimento” e “Escolaridade” alguns aspectos socioeconômicos dos *imigrantes* e *não migrantes*, especificamente por meio das análises das tabelas 12 a 16, o grupo dos *imigrantes* registrou, em comparação com os de *não migrantes*, maior percentual de:

- a) indivíduos com trabalho (Tabela 12);
- b) pessoas ganhando salários elevados, tanto do(s) trabalho(s) (Tabela 14), quanto de outras fontes (Tabela 15); e
- c) indivíduos com elevado nível de instrução (Tabela 16).

Apenas no trabalho formal (Tabela 13) a população *não migrante* registrou percentual mais elevado que a população *imigrante*, mesmo assim, a maior parte deste último grupo estava no mercado formal.

Em seguida, iremos espacializar os *não migrantes* e *imigrantes* na cidade de Montes Claros, buscando estabelecer algumas interfaces entre a distribuição dessas pessoas e as características das áreas de ponderação. O mapa 3 demonstra a distribuição de todos os *não migrantes* de Montes Claros, de acordo com o Censo Demográfico de 2010.



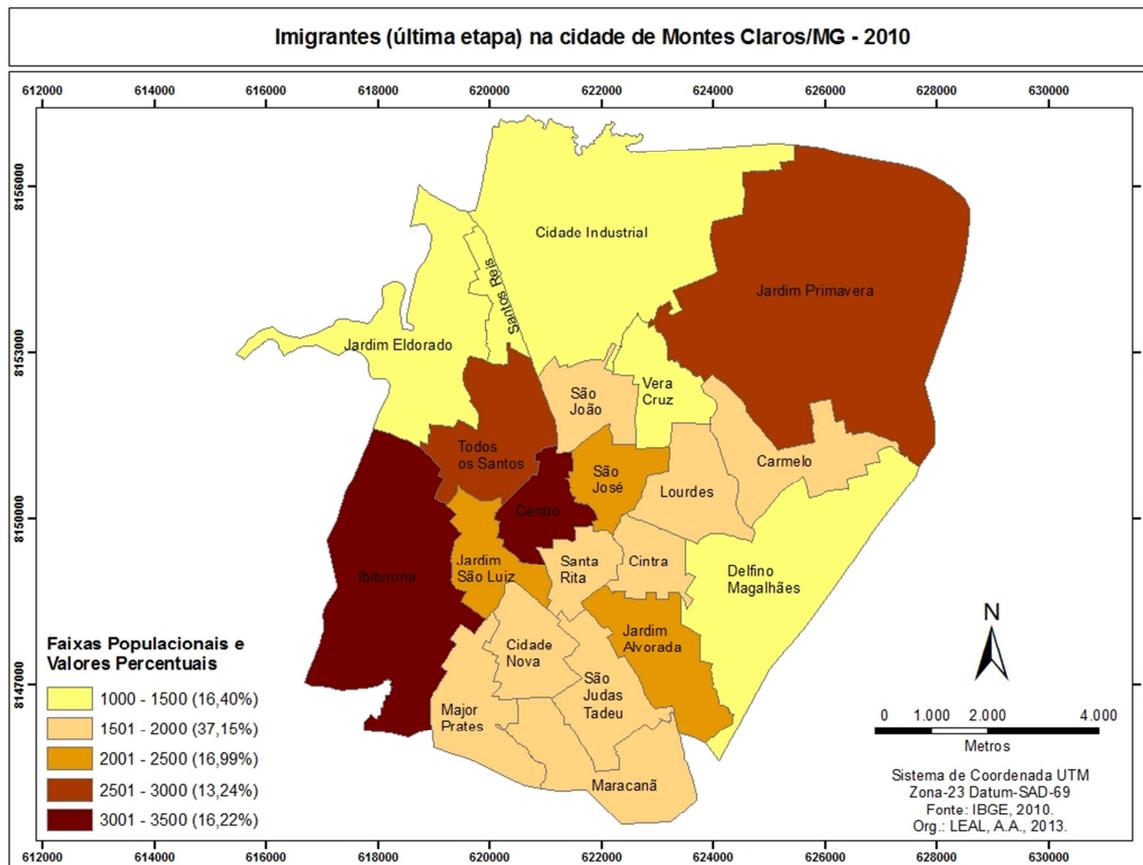
Mapa 3 – Não Migrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

O mapa 3 fragmenta a cidade de Montes Claros em áreas de ponderação. Na legenda cada grupo de cor corresponde a uma faixa de população, e os valores percentuais, nos parênteses, representam a quantidade populacional das áreas abrangidas pela faixa. Pelo mapa é visível a ocorrência da maior concentração de população não migrante: Jardim Primavera (19.379 *não migrantes*), Jardim Alvorada (18.297), São Judas Tadeu (15.928), Cidade Industrial (15.670), Delfino Magalhães (15.446), Santos Reis (14.941), Vera Cruz (14.875), Jardim Eldorado (14.294) e Carmelo (13.782). Todos estes espaços somaram 47,95% do total de não migrantes e pela análise dos aspectos socioeconômicos constatamos que estas áreas tinham parcela significativa de trabalhadores na informalidade, recebendo salários mais baixos e com um nível de instrução menor. Santa Rita (13.733), São João (13.555), Jardim São Luiz (13.308), Ibituruna (12.666), Centro (11.449), Todos os Santos (11.261) e São José (11.097) são áreas onde as variáveis analisadas foram melhores, no entanto, elas concentraram 29,27% do total da população *não migrante*.

A seguir, o mapa que espacializa a população de *imigrantes* na cidade de Montes Claros.



Mapa 4 – Imigrantes (última etapa) na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

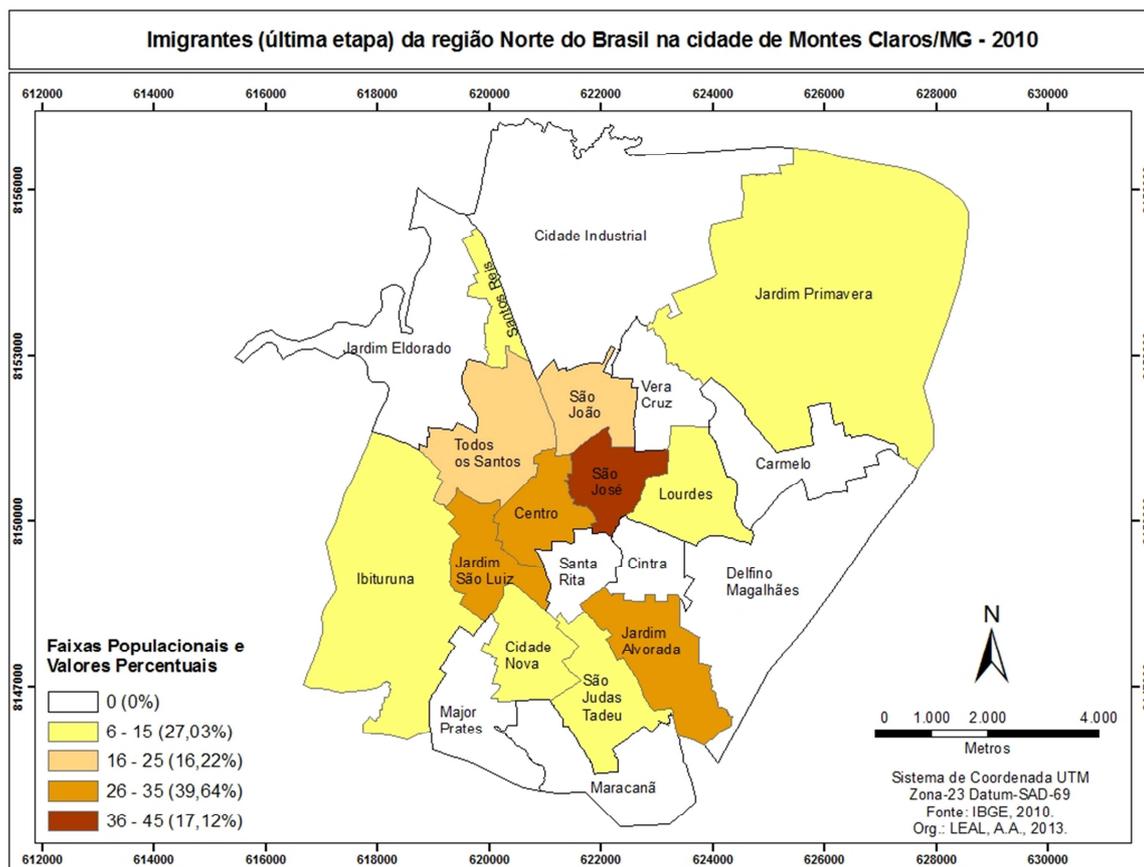
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

O mapa 4 mostra todas as áreas de ponderação e grande parte dos *imigrantes* residia no Centro (3.314 *imigrantes*), Ibituruna (3.307), Todos os Santos (2.824), São José (2.426), Jardim São Luiz (2.294), Santa Rita (1.792), São João (1.682) e Cidade Nova (1.629), juntas, estas oito unidades totalizavam 47,08% de toda a população de imigrantes. Pela análise dos aspectos socioeconômicos verificamos que a maioria dos imigrantes destas áreas estava no mercado formal, possuía trabalhos remunerados, com melhores salários e tinha um maior nível de instrução. Uma menor quantidade de *imigrantes* morava no Santos Reis (1.262 imigrantes), Vera Cruz (1.278), Delfino Magalhães (1.365), Cidade Industrial (1.483) e Jardim Eldorado (1.496). Tais espaços tinham parcela significativa de trabalhadores na informalidade, recebendo salários mais baixos e com um nível de instrução menor,

cabendo ressaltar que Delfino Magalhães foi a única área onde não havia *imigrantes* com curso superior completo.

No intuito de realizarmos uma análise mais detalhada, espacializamos os *imigrantes* na cidade de Montes Claros segundo suas áreas de origem. O mapa 5 retrata aqueles vindos do Norte do Brasil.



Mapa 5 – Imigrantes (última etapa) da região Norte do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

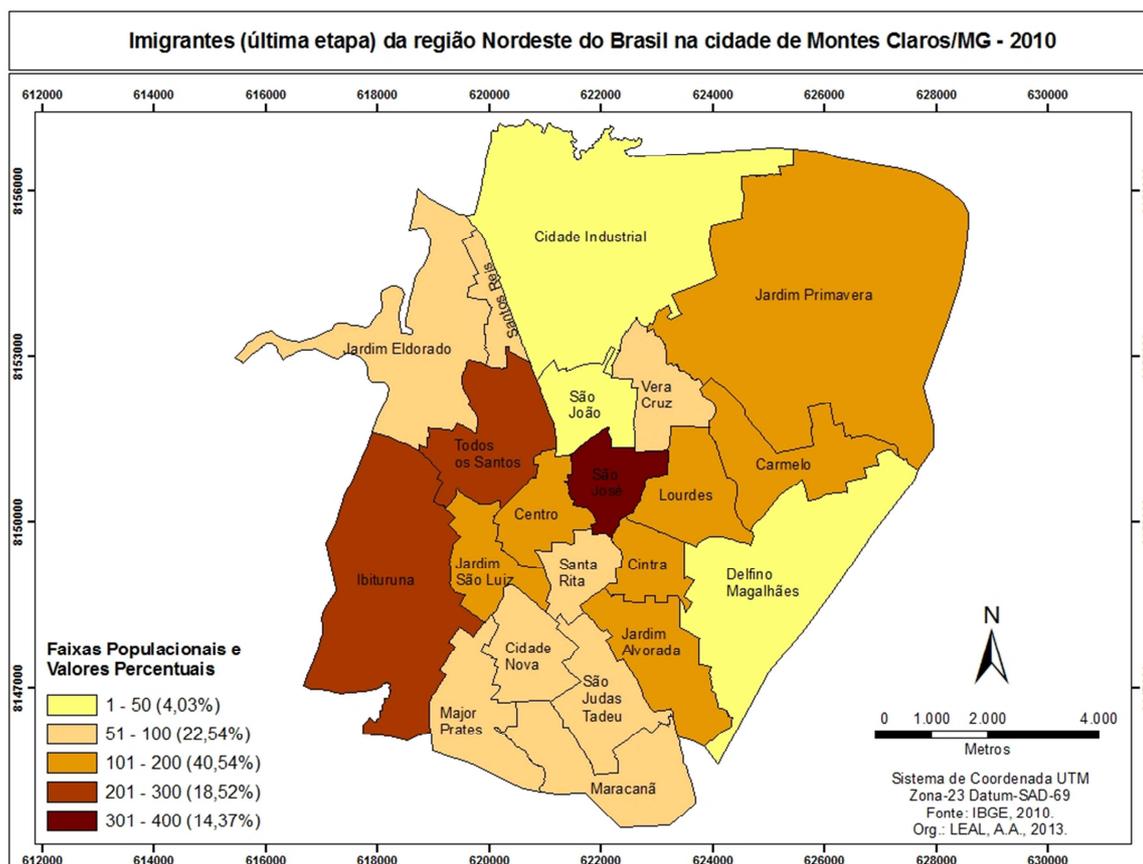
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

Pelo mapa 5 observamos que a quantidade de *imigrantes* é bem pequena, a menor de todas as regiões e estados, inclusive, alguns locais não receberam *imigrantes*. As áreas de ponderação nas quais residiam estes *imigrantes* apresentaram, no geral, aspectos de trabalho, rendimento e escolaridade melhores, principalmente, São José (38 *imigrantes*), Centro (31), Jardim São Luiz (29), Todos os Santos (18) e São João (18), todas somaram 60,36% do total de imigrantes vindos do Norte do país.

Com isto, podemos afirmar que as pessoas cuja origem era da região Norte do Brasil possuíam características socioeconômicas consideradas boas.

A distribuição dos *imigrantes* oriundos do Nordeste do Brasil é feita a seguir (Mapa 6).



Mapa 6 – Imigrantes (última etapa) da região Nordeste do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

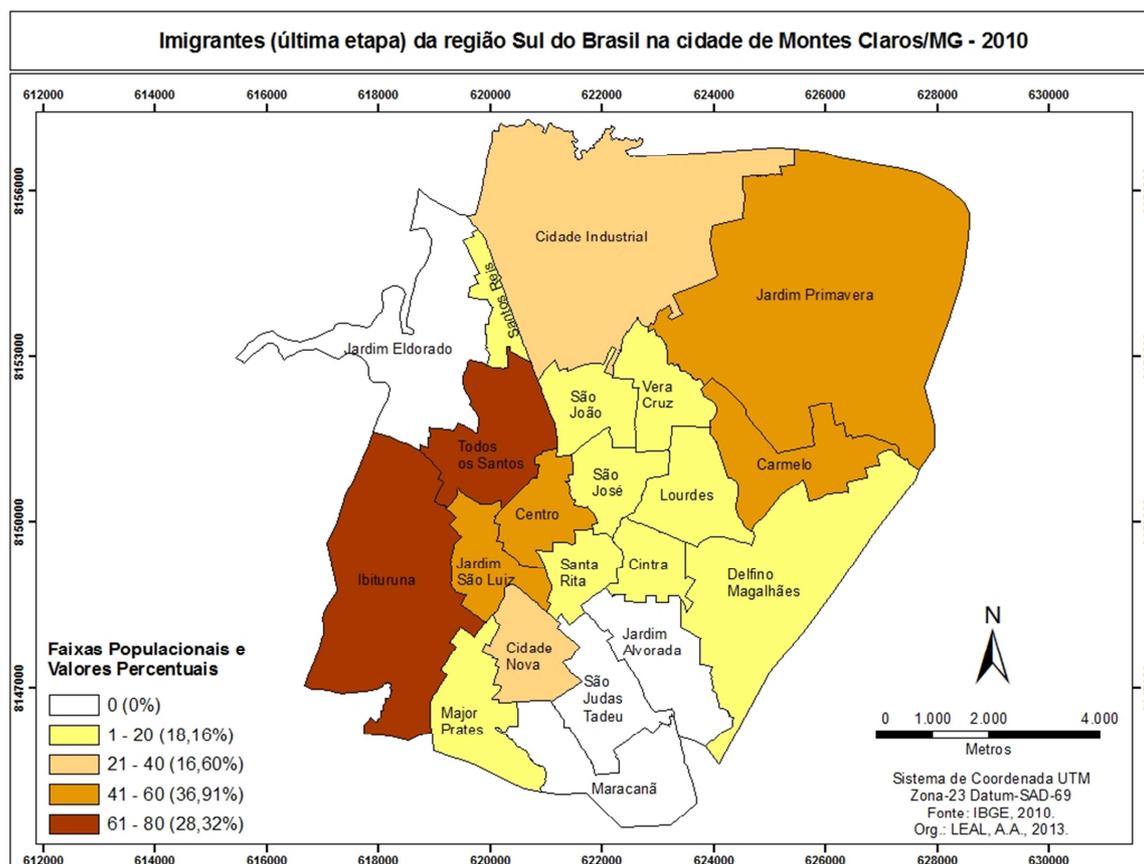
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

A região, segundo divisão da tabela 11, foi a quarta, em valores absolutos, a enviar *imigrantes* para Montes Claros. Eles se distribuíram por todas as áreas da cidade, sendo sua maior concentração no São José (357 *imigrantes*), Ibituruna (238), Todos os Santos (222), Centro (160) e Jardim São Luiz (131), todas perfizeram 44,61% do total de imigrantes vindos do Nordeste do Brasil. Assim como a região Norte, a maioria dos migrantes nordestinos apresentou características de trabalho, rendimento e escolaridade mais elevadas. Pensamos que esta informação é importante para desmitificar a ideia de que a os migrantes desta região do país,

residentes em Montes Claros, possuíam atributos socioeconômicos baixos, já que os dados revelaram que a maioria deles estava em situação contrária à imaginada.

Na sequencia, apresentamos a espacialização dos *imigrantes* emanados do Sul do Brasil (Mapa 7).

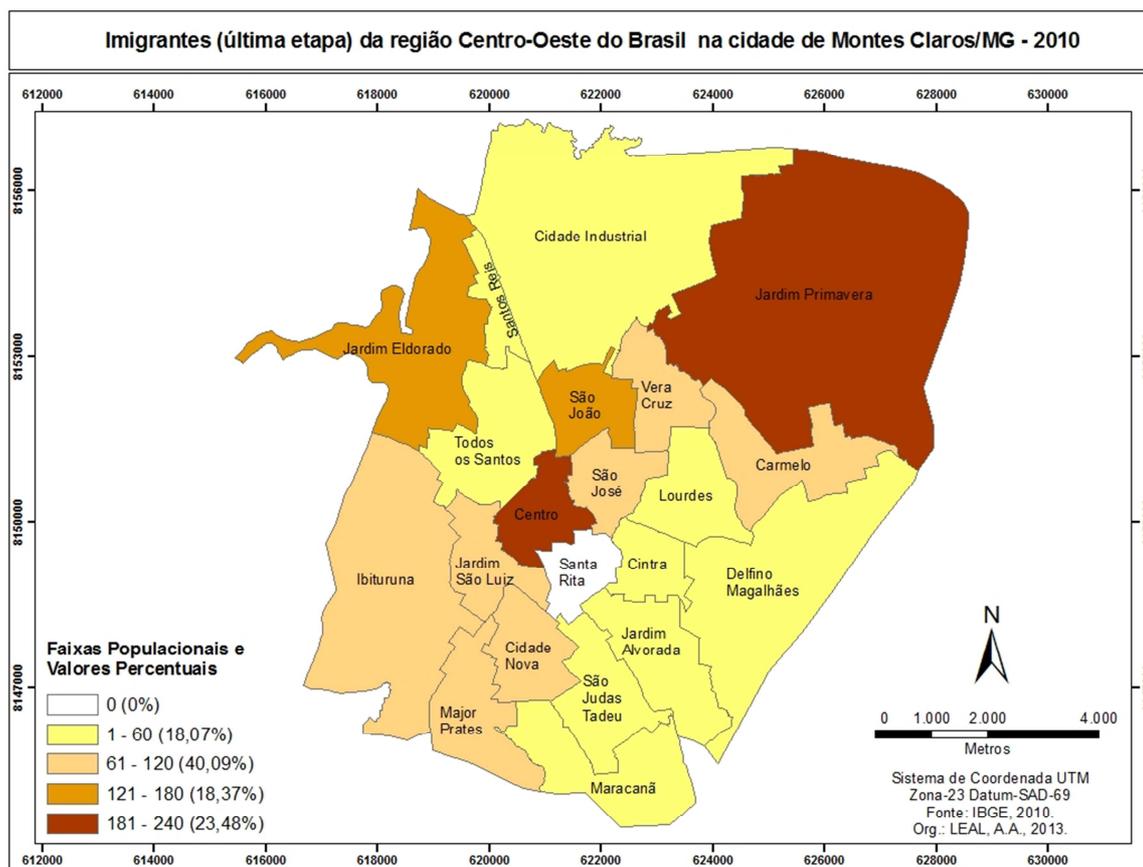


Mapa 7 – Imigrantes (última etapa) da região Sul do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.
Org.: LEAL A. A., 2013.

A região ficou com a penúltima colocação na quantidade de migrantes que se direcionaram para Montes Claros (Tabela 11). As áreas do Todos os Santos (78 *imigrantes*), Ibituruna (67), Centro (44) e Jardim São Luiz (44) foram as maiores receptoras, somando 45,51% do total de imigrantes. Quatro áreas não receberam pessoas da região. Aplicam-se, aos migrantes desta região, as mesmas análises feitas ao Norte e Nordeste do Brasil, uma vez que, os resultados apontaram uma maioria de *imigrantes* que possuía trabalho, rendimentos e nível de instrução considerados bons.

A espacialização dos migrantes do Centro-Oeste brasileiro é visualizada no mapa 8.



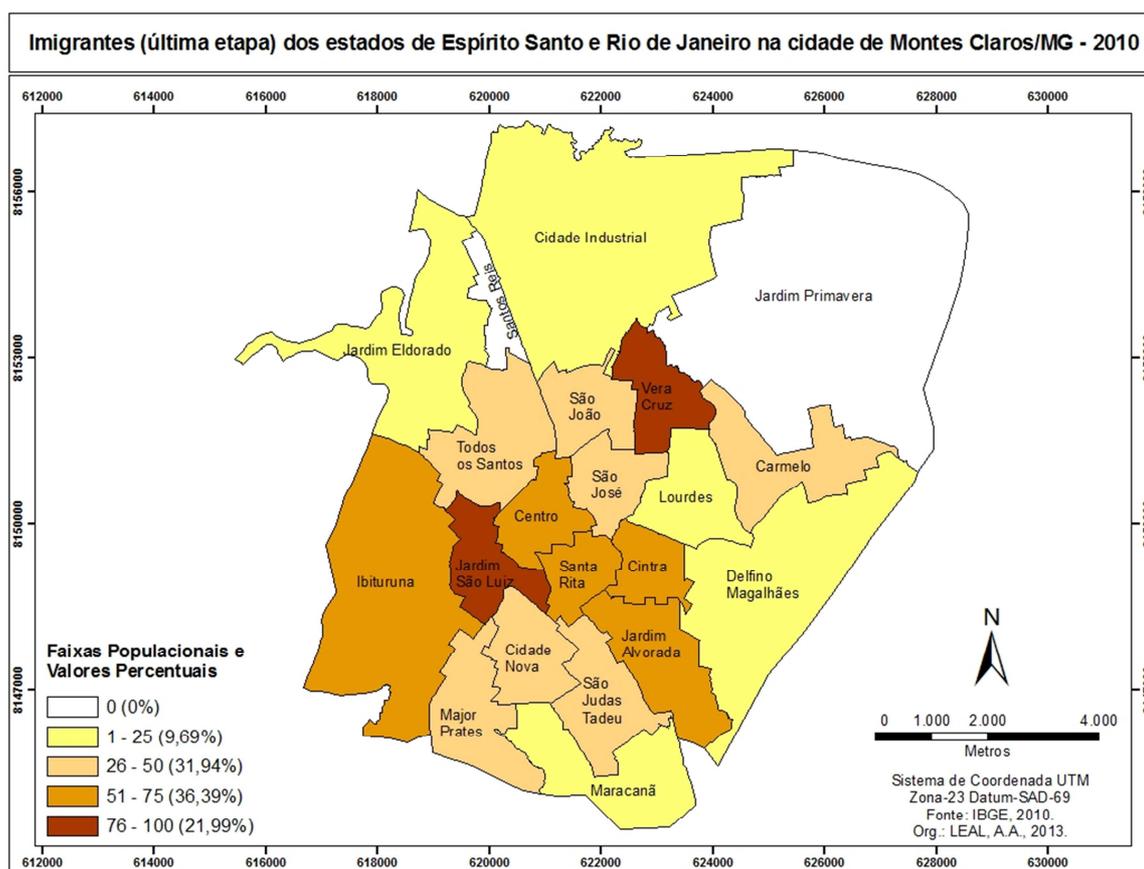
Mapa 8 – Imigrantes (última etapa) da região Centro-Oeste do Brasil na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

A região foi a quinta em emigração de pessoas para Montes Claros (Tabela 11). A maioria dos *imigrantes* estava distribuída por áreas de características socioeconômicas distintas, desde aquelas onde as variáveis trabalho, rendimento e nível de instrução são melhores, como o Centro (202 *imigrantes*), São João (138), Jardim São Luiz (117) e Ibituruna (103), ou mesmo áreas onde estas características apresentavam resultados não tão satisfatórios, como Jardim Primavera (184), Jardim Eldorado (164), Major Prates (102) e Carmelo (90).

A seguir, a distribuição dos migrantes que tiveram como área de origem os estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro (Mapa 9).



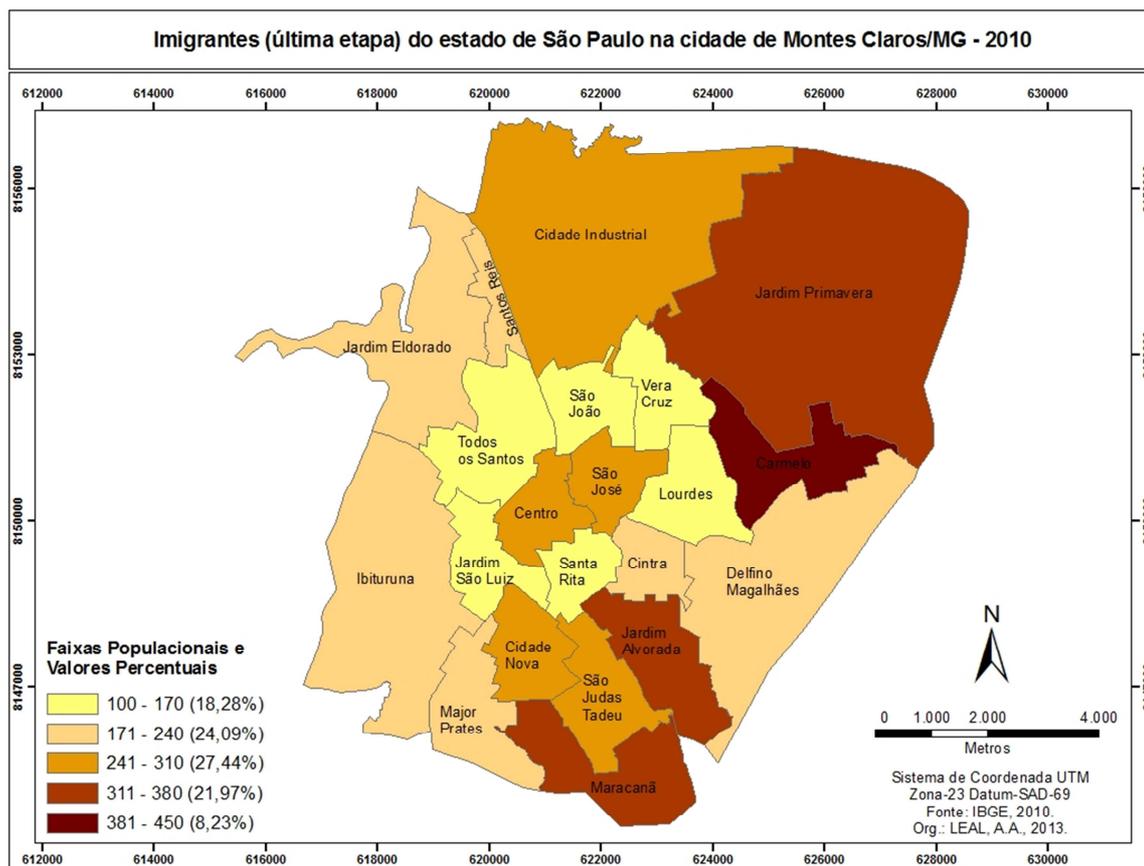
Mapa 9 – Imigrantes (última etapa) dos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

Os estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro ficaram na antepenúltima posição em relação à quantidade de *imigrantes* para Montes Claros (Tabela 11). Assim como a região Centro-Oeste, os *imigrantes* estão distribuídos por áreas, como Jardim São Luiz (80 *imigrantes*), Ibituruna (60) e Centro (56), onde as variáveis analisadas apresentaram valores elevados, ao mesmo tempo em que se encontravam em áreas como Vera Cruz (88), Cintra (58) e Jardim Alvorada (53), onde as variáveis rendimento, nível de instrução apresentaram valores não tão elevados.

Os *imigrantes* vindos do estado de São Paulo estão espacializados no mapa 10.



Mapa 10 – Imigrantes (última etapa) do estado de São Paulo na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

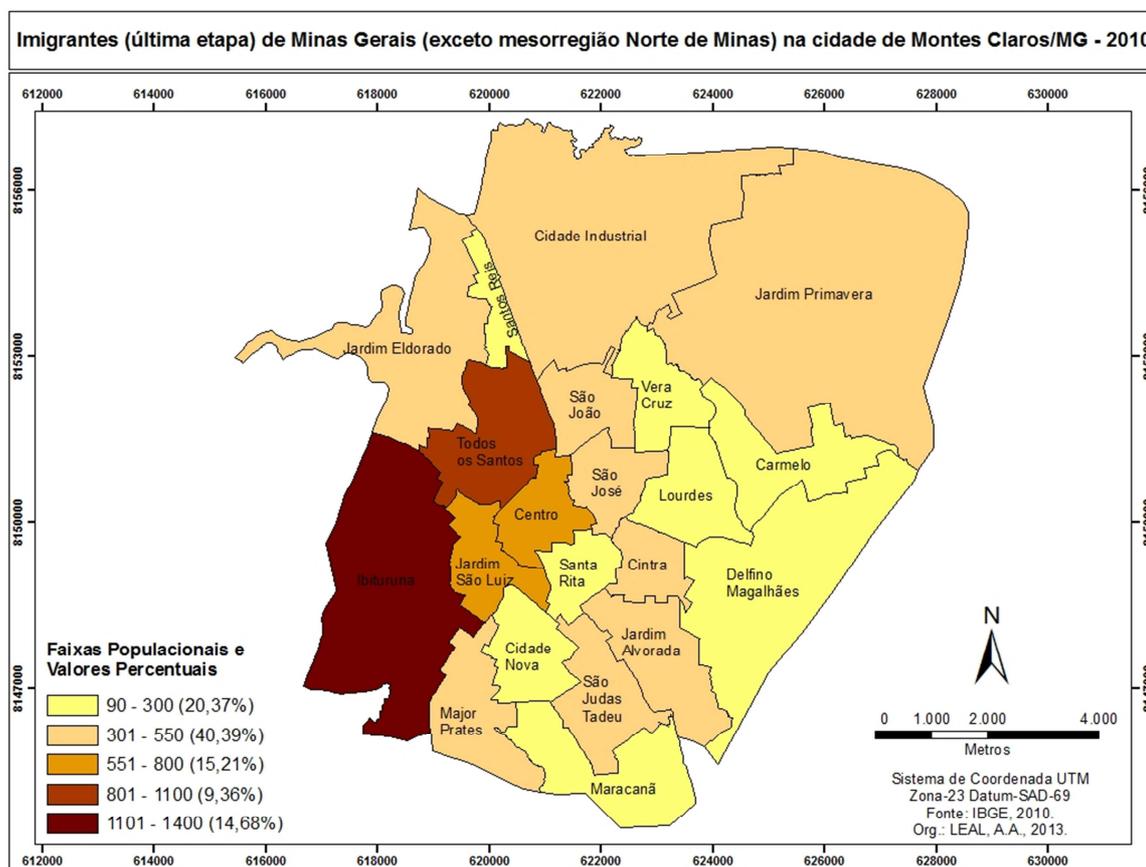
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

O estado de São Paulo foi o terceiro com saída de maior número de pessoas para Montes Claros (Tabela 11). Carmelo (391 *imigrantes*), Jardim Alvorada (355), Jardim Primavera (350), Maracanã (339), Cidade Industrial (277) e São Judas Tadeu (245) são algumas das áreas com maior percentual de *imigrantes*, ao mesmo tempo, são aquelas cujas variáveis de trabalho, rendimento e nível de instrução apresentaram resultados ruins. Estas áreas receberam 41,17% do total de imigrantes.

Uma das respostas para este fato pode ser encontrada quando analisamos os dados de escolaridade dos migrantes vindo do estado de São Paulo e constatamos que 36% possuíam o ensino fundamental incompleto, e 19,3% o ensino fundamental completo, somando estes percentuais, mais da metade não tinha concluído a educação básica.

A seguir, o mapa 11 demonstra a distribuição dos migrantes vindos do estado de Minas Gerais. É importante frisar que neste recorte espacial, retiramos a mesorregião Norte de Minas, uma vez que ela será analisada separadamente.

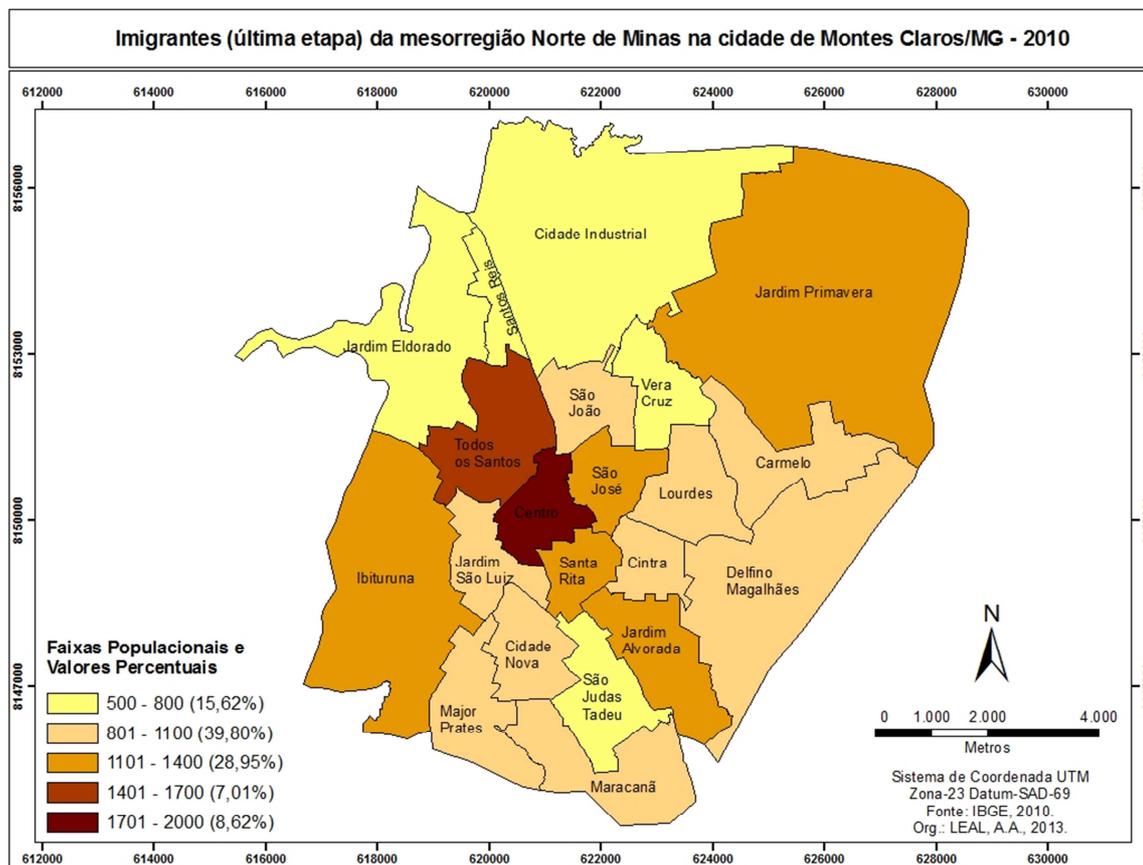


Mapa 11 – Imigrantes (última etapa) do estado de Minas Gerais (exceto a mesorregião Norte de Minas) na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.
Org.: LEAL A. A., 2013.

O estado de Minas Gerais, com exceção da mesorregião Norte de Minas, ficou em segundo lugar na quantidade de migrantes que se dirigiram para Montes Claros (Tabela 11). A espacialização ficou bastante dividida pelas áreas de ponderação e numa análise mais geral, constatamos que os *imigrantes* possuíam características socioeconômicas boas, afinal, a grande maioria estava distribuída pelas áreas que tiveram os maiores rendimentos e nível de instrução: Ibituruna (1.319 *imigrantes*), Todos os Santos (841), Centro (708), Jardim São Luiz (659), São José (399) e Cintra (363), todas estas áreas receberam juntas 47,72% dos imigrantes vindos de outras regiões do estado de Minas Gerais.

Por fim, espacializamos os migrantes que vieram do Norte de Minas Gerais (Mapa 12).



Mapa 12 – Imigrantes (última etapa) da mesorregião Norte de Minas na cidade de Montes Claros/MG – 2010.

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Org.: LEAL A. A., 2013.

O Norte de Minas Gerais foi responsável pelo maior número de migrantes para Montes Claros (Tabela 11). Grande parte residia no Centro (1.814 *imigrantes*), Todos os Santos (1.476), Ibituruna (1.266), São José (1.251), Santa Rita (1.210), Jardim São Luiz (1.066), São João (998) e Cidade Nova (852), estas áreas atraíram 47,18% dos migrantes vindo da mesorregião, e são conhecidas por possuírem os melhores resultados de rendimento e nível de instrução. Jardim Eldorado (560), Cidade Industrial (599), São Judas Tadeu (671), Santos Reis (721) e Vera Cruz (737) apresentam resultados não tão bons no que se refere aos valores de rendimento e instrução, no entanto, foram as áreas com menor concentração desses *imigrantes*.

Chegamos ao fim de nossas análises espaciais onde procuramos conciliá-las com aspectos socioeconômicos prevaletentes na população de *não migrantes* e *imigrantes*

Um dos quesitos censitários que trabalha com migração é a naturalidade das pessoas. Por meio dela podemos classificar os indivíduos “*migrantes*” (aqueles nascidos em lugar diferente de onde foram recenseados) e “*não migrantes*” (recenseados no lugar de nascimento).

A tabela 17 mostra a origem dos *imigrantes* (não naturais) residentes na cidade de Montes Claros em 2010.

Tabela 17 - População imigrante e não migrante, residente na cidade de Montes Claros em 2010, segundo naturalidade

	Região Norte do Brasil	Região Nordeste do Brasil	Região Sul do Brasil	Região Centro-Oeste do Brasil	Estados do ES e RJ	Estado de SP	Estado de MG	Ignorados ⁵⁴	Total
Imigrantes (Não naturais)	218	8.021	1.046	1.106	893	6.515	96.135	960	114.894
Não Migrantes (Naturais)	-	-	-	-	-	-	-	-	223.487

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

Com intuito de sustentar a hipótese deste trabalho, utilizamos a metodologia de comparar as variáveis “trabalho”, “rendimento” e “escolaridade” dos naturais (*não-migrantes*) e os não naturais (*imigrantes*) da cidade de Montes Claros, no Censo Demográfico de 2010. As tabelas 18, 19, 20, 21 e 22 demonstram os resultados.

⁵⁴ Como já mencionado, “Ignorados” são indivíduos que não souberam dizer de qual U.F. e município vieram (668 pessoas). Incluímos neste item as pessoas que vieram de país estrangeiro, um total de 292.

Tabela 18 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: existência de trabalho (%)

	TINHA TRABALHO			NÃO TINHAM TRABALHO	MENOS DE 10 ANOS DE IDADE	Total
	REMUNERADO	NÃO REMUNERADO				
Imigrantes (Não naturais)	Trabalhavam na semana de referência (mesmo estando afastado (a) por motivo de férias, doença, licença, etc.).	Em ajuda, sem qualquer pagamento, no trabalho remunerado de morador (a) do domicílio.	Na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos (as) moradores (as) do domicílio, inclusive caça e extração vegetal.			
Região Norte	0,10	0,00	0,00	0,09	0,00	0,19
Região Nordeste	3,65	0,03	0,04	3,10	0,16	6,98
Região Sul	0,56	0,00	0,00	0,30	0,05	0,91
Região Centro-Oeste	0,40	0,00	0,00	0,40	0,17	0,96
Estados do ES e RJ	0,42	0,00	0,00	0,28	0,07	0,78
Estado de SP	2,77	0,01	0,00	2,40	0,49	5,67
Estado de MG	47,78	0,39	0,45	33,59	1,46	83,67
Ignorado	0,44	0,02	0,00	0,31	0,07	0,83
Total	56,12	0,45	0,49	40,47	2,47	100,00
Não Migrantes (Naturais)	40,16	0,58	0,19	38,28	20,79	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013

Tabela 19 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: situação no(s) trabalho(s)

	Formalidade e informalidade (%)		
	Trabalho Formal	Trabalho Informal	Total
Imigrantes (Não naturais)			
Região Norte	0,17	0,02	0,18
Região Nordeste	3,90	2,60	6,50
Região Sul	0,67	0,33	0,99
Região Centro-Oeste	0,44	0,27	0,71
Estados do ES e RJ	0,52	0,23	0,74
Estado de SP	3,47	1,47	4,94
Estado de MG	54,71	30,44	85,15
Ignorado	0,55	0,23	0,79
Total	64,42	35,58	100,00
Não Migrantes (Naturais)	63,84	36,16	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013.

Tabela 20 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimento(s) no(s) trabalho(s) remunerado(s)

	Faixas de rendimento (em salários mínimos) de todos os trabalhos, em julho de 2010 (em %)						Total
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	
Imigrantes (Não naturais)	0,03 <= 1	1 <= 2	2 <= 4	4 <= 10	10 <= 20	> 20	
Região Norte	0,03	0,08	0,04	0,02	0,02	0,00	0,18
Região Nordeste	2,23	2,04	1,25	0,76	0,21	0,01	6,50
Região Sul	0,27	0,29	0,26	0,11	0,06	0,00	0,99
Região Centro-Oeste	0,29	0,19	0,11	0,08	0,01	0,02	0,69
Estados do ES e RJ	0,13	0,28	0,14	0,16	0,03	0,00	0,75
Estado de SP	2,18	1,54	0,61	0,34	0,20	0,07	4,93
Estado de MG	36,65	26,22	12,60	7,24	1,55	0,90	85,17
Ignorado	0,37	0,25	0,02	0,10	0,05	0,00	0,78
Total	42,15	30,88	15,03	8,82	2,13	1,00	100,00
Não Migrantes (Naturais)	44,29	33,54	13,61	6,37	1,61	0,58	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013

Tabela 21 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: rendimentos de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes.

	Faixas de rendimento (em salários mínimos) de aposentadoria, pensão, programas sociais e outras fontes, em julho de 2010 (em %)								Total
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	
Imigrantes (Não naturais)	0,01 <= 0,5	0,5 <= 1	1 <= 2	2 <= 5	5 <= 10	10 <= 20	20<= 30	30 <	
Região Norte	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08
Região Nordeste	1,15	4,24	1,30	1,30	0,39	0,14	0,00	0,00	8,51
Região Sul	0,05	0,25	0,05	0,13	0,00	0,01	0,00	0,00	0,49
Região Centro-Oeste	0,13	0,20	0,03	0,06	0,02	0,00	0,00	0,00	0,45
Estados do ES e RJ	0,06	0,17	0,00	0,22	0,06	0,00	0,00	0,00	0,50
Estado de SP	0,85	0,71	0,46	0,66	0,07	0,06	0,00	0,00	2,82
Estado de MG	19,08	37,22	14,68	10,20	3,70	1,04	0,21	0,16	86,28
Ignorado	0,05	0,29	0,27	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63
Total	21,37	43,15	16,79	12,81	4,24	1,27	0,21	0,16	100,00
Não Migrantes (Naturais)	37,68	35,95	13,13	8,46	3,68	0,65	0,39	0,05	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013

Tabela 22 – Imigrantes e Não Migrantes (segundo naturalidade) na cidade de Montes Claros/MG em 2010: nível de instrução (%)

Imigrantes (Não Naturais)	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Mestrado / Doutorado	Não determinado	Total
Região Norte	0,00	0,05	0,04	0,07	0,04	0,00	0,00	0,19
Região Nordeste	0,76	2,52	0,86	2,06	0,75	0,03	0,00	6,98
Estado de MG	6,02	30,15	12,55	25,80	8,46	0,64	0,06	83,67
Estados de ES e RJ	0,04	0,22	0,10	0,28	0,12	0,01	0,00	0,78
Estado de SP	0,25	1,93	0,93	1,91	0,54	0,11	0,00	5,67
Região Sul	0,05	0,31	0,17	0,27	0,10	0,01	0,00	0,91
Região Centro-Oeste	0,13	0,31	0,17	0,22	0,13	0,01	0,00	0,96
País Estrangeiro	0,03	0,03	0,02	0,07	0,05	0,04	0,00	0,25
Ignorado	0,01	0,28	0,09	0,17	0,03	0,00	0,00	0,58
Total	7,30	35,80	14,92	30,85	10,22	0,85	0,06	100,00
Não Migrantes (Não Naturais)	16,48	33,93	14,98	26,95	7,01	0,45	0,20	100,00

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010

Org.: LEAL A. A., 2013

As tabelas 18, 19, 20, 21 e 22 confirmam, mais uma vez, a hipótese sustentada por esta dissertação, qual seja, de que os *imigrantes* (não naturais) possuem características socioeconômicas semelhantes aos *não migrantes* (naturais), inclusive, aqueles tiveram um maior número proporcional de pessoas em um trabalho remunerado formal; recebiam melhores salários e tinham um maior nível de escolaridade.

Diante de todo o estudo desenvolvido, fica claro que a cidade média de Montes Claros é polo de atração de migrantes, demonstrando que suas características socioeconômicas não são inferiores às dos *não migrantes*, pelo contrário são superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações fazem parte da realidade dos homens desde a pré-história, deslocavam em busca de alimentos que garantissem a sobrevivência. Com o passar do tempo, os motivos foram se ajustando aos contextos político, econômico e social de cada época, e o início do século XXI é marcado pela consolidação do modo de produção capitalista, onde a força do homem, transformada em trabalho, torna-se um dos principais componentes do capital.

O marco para estas transformações encontram registros na primeira Revolução Industrial, onde a dinâmica populacional (natalidade, mortalidade, crescimento vegetativo, fecundidade) atraiu a atenção do pesquisador Thomas Robert Malthus no intuito de compreender como ocorriam estas mudanças na sociedade, em especial, na população, e quais os seus impactos. Eram inaugurados os primeiros estudos científicos sobre população.

Malthus não se voltou, especificamente, para as questões relacionadas às migrações, fato este ocorrido a partir das primeiras “Leis da Migração”, do cartógrafo e geógrafo Ernest George Ravenstein, na década de 1880. Estas leis dizem que o ato de migrar é individual e racional, motivado pelo cálculo do custo-benefício que os deslocamentos trariam para os indivíduos. Soma-se às leis de Ravenstein, os feitos encontrados nos trabalhos de Lee e Todaro, todos irão compor a corrente teórica denominada de “Neoclássica”. Os pensadores desta linha acreditavam que a decisão de migrar era pautada na livre escolha, não determinada por fatores externos, ou seja, apolítica, e que os motivos das migrações estavam associados às condições desfavoráveis num lugar (leis opressivas, falta de trabalho, pesados impostos, entre outros) que empurravam as pessoas para outros lugares à procura de melhoria de vida.

Outras correntes investigaram as questões migratórias, dentre elas, a “Neomarxista”, cuja ideia central partia do pressuposto que grupos de pessoas (e não apenas o indivíduo) migravam em razão das condições estruturais do local, por exemplo, política, economia, sociedade, portanto, a decisão de migrar era vista como uma mobilidade forçada e influenciada pelas necessidades de valorização do capital, e

não como vontade pessoal. Singer, Gaudemar e Germani são alguns de seus expoentes.

Embora tenhamos escolhido duas teorias para explicar o fenômeno migratório, cabe ressaltar que cada uma tem pontos positivos, ao mesmo tempo apresentam limitações teórico-metodológicas, e que existem outras correntes que privilegiam a discussão num determinado viés. Estudos apontam para uma análise contextualizada e interdisciplinar da migração, por este motivo, ela é assunto para a Geografia, História, Economia, Demografia, Sociologia, entre outras, dada a diversidade de conjunturas que ela abrange. No Brasil, até onde temos conhecimento, não existe nenhuma instituição de ensino que tenha inclinação para uma corrente específica.

No que se refere às migrações brasileiras, observamos estreita relação com os momentos históricos, políticos e econômicos vividos pelo país. Percebemos, no entanto, que o fator econômico é preponderante, embora não seja o único, na determinação dos deslocamentos. Os contextos econômicos do pau-brasil, cana-de-açúcar, pecuária, ouro e diamantes, café guardam características peculiares no que se refere à dinâmica migratória, afinal, ao deslocar o eixo econômico brasileiro, mudava-se também os novos espaços geográficos a serem territorializados.

A partir da década de 1920, são dados os primeiros sinais de industrialização brasileira, seguida pelo processo de transferência de pessoas do meio rural para o urbano. Rio de Janeiro e São Paulo despontavam no cenário nacional como as cidades que mais cresciam e se desenvolviam, atraindo grandes contingentes populacionais. À medida que a industrialização avançava, políticas de ocupação territorial para o Sul, Centro-Oeste e Norte do país ganhavam força e outras cidades despontavam pela sua importância socioeconômica e seu crescimento populacional. A partir da década de 1970, as regiões metropolitanas, bem como as cidades grandes localizadas situadas fora do entorno metropolitano, iniciaram um processo de descentralização de sua atividade industrial, (re)direcionando-as para outras cidades, especialmente aquelas classificadas como “médias”. Os dados tabulados neste trabalho mostraram que o crescimento populacional destas cidades foi

superior, em comparação com os demais grupos de cidades classificadas como “pequenas” e “grandes”, a partir de 1980.

Neste sentido, além do expressivo crescimento populacional, grande quantidade de pessoas migrou para as cidades médias, iniciando um novo modelo de deslocamento que veio demonstrar sua importância a partir dos resultados do Censo Demográfico de 1991, quando o saldo migratório positivo foi maior que o registrado para as regiões metropolitanas. É importante frisar que a análise do crescimento populacional foi realizada tendo como critério o tamanho populacional (cidades pequenas, até 100 mil habitantes; cidades médias, entre 100 até 500 mil habitantes e; cidades grandes, acima de 500 mil habitantes), ao passo que a comparação entre saldos migratórios foi realizada entre dois grupos: regiões metropolitanas e cidades médias (incluíram-se nesta relação apenas cidades entre 100 a 500 mil habitantes, não pertencentes a regiões metropolitanas e que não eram capitais de UF). O motivo da adoção deste último critério está na intenção de mostrar a desconcentração populacional das aglomerações metropolitanas.

O Censo Demográfico de 1980 ainda refletiu a importância que as áreas metropolitanas tinham no cenário nacional, afinal, o saldo migratório positivo naquela ocasião foi maior que o registrado para as cidades médias. Assim como em 1980, o Censo Demográfico de 2000 apontou, para as regiões metropolitanas, um saldo migratório positivo um pouco maior que o das cidades médias. Acreditamos que tal fato se deveu à criação de mais regiões metropolitanas (em 1991 eram nove, em 2000 eram quinze) e a inserção de mais municípios naquelas que já existiam. A última operação censitária realizada pelo IBGE, em 2010, foi marcada pela maior diferença de saldo migratório positivo em favor das cidades médias, demonstrando sua capacidade de atração de migrantes. É importante destacar que as regiões metropolitanas exercem “atração” de muitos migrantes, no entanto, “repelem” em proporções semelhantes à atratividade, portanto, apresentam saldos migratórios menores; as cidades médias atraem, mas a “repulsão” não é tão elevada, exibindo, assim, saldos migratórios maiores.

Acreditamos que no início do século XXI não apenas as regiões metropolitanas, mas em geral as cidades grandes enfrentam problemas relacionados ao custo de vida

elevado, deslocamentos demorados entre casa e o trabalho, trânsito caótico, dificuldade de inserção num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, violência, entre outros, que contribuem para que a população migre em busca de locais com melhor qualidade de vida. Apesar de as cidades médias apresentarem alguns problemas que são característicos das cidades grandes e/ou regiões metropolitanas, a intensidade com que ocorrem é menor, além do mais, exibem atributos que as tornam mais atrativas: oferta de bons trabalhos, serviços especializados de saúde, educação de qualidade, para citar alguns.

Após confirmarmos o argumento de que as cidades médias exibem saldos migratórios positivos semelhantes, e muitas vezes maiores, que as regiões metropolitanas, apresentamos Montes Claros, cidade inserida no Norte de Minas Gerais, foco deste trabalho. Sua história nos mostra como os acontecimentos políticos, econômicos e sociais foram importantes para a consolidação de sua posição como polo regional em meados do século XX. O advento da ferrovia, que chegou à cidade em 1926 e a transformou num centro comercial; posteriormente, a sua inserção na área de atuação da SUDENE, em 1963, que canalizou recursos para serem investidos na industrialização (principalmente por meio de incentivos fiscais), e a implantação do distrito industrial, foram marcos que contribuíram para o crescimento de Montes Claros. A sua posição como cidade média, que atrai pessoas oriundas, principalmente, do Norte de Minas Gerais é um fato incontestável, conforme demonstrado nesse estudo através da análise dos saldos migratórios positivos dos Censos Demográficos de 1980 a 2010. Desde o ano de 2000, além dos empregos industriais, Montes Claros se destaca pela oferta de ensino superior e pelas possibilidades de se conseguir trabalho no setor terciário, características que reforçam sua posição de centralidade regional.

A polarização de Montes Claros no contexto regional, bem como sua posição de cidade atrativa, do ponto de vista populacional, nos instigaram em saber quais as características socioeconômicas que predominam na população de *imigrantes*, bem como compará-las com a população que denominamos de *não migrantes*. Para tanto, extraímos das variáveis: “Trabalho”, “Rendimento” e “Escolaridade”, do Censo Demográfico de 2010, dados que pudessem gerar as informações socioeconômicas.

É corrente a associação de migração com problemas socioeconômicos, por isto, grande parte dos migrantes é rotulada como indivíduos com baixa escolaridade, que se deslocam à procura de trabalho, e quando encontram, são empregados nos setores informais da economia, ganhando, geralmente, salários baixos. Após a análise realizada verificamos que a realidade dos *imigrantes* é diferente do discurso predominante.

Os *imigrantes* possuíam características socioeconômicas que se destacaram, de forma positiva, quando comparados aos *não migrantes*. Considerando essa analogia, o grupo de *imigrantes* possuíam um maior percentual de indivíduos com trabalho, tendo rendimentos mais elevados, e um nível de instrução melhor, mas cabe ressaltar que as diferenças são moderadas, mas suficientes para sustentar a hipótese levantada nesta dissertação. Os *imigrantes* da década de 2010 têm um perfil que permite refutar a ideia clássica de que a maioria das pessoas que chegam a Montes Claros representa um problema social. Esse fato pode ter acontecido em momentos anteriores, notadamente quando houve a implantação de muitas indústrias.

Outra questão que norteou nosso estudo foi verificar quais áreas, dentro do espaço urbano, agregavam maior quantitativo de migrantes. Espacializamos os dados em 21 recortes urbanos que denominamos de “Área de Ponderação” e elaboramos os mapas que demonstram as áreas nas quais os imigrantes se fixaram. Concluímos que toda a cidade recebeu migrantes, mas dependendo da área de origem e das características socioeconômicas houve uma espacialidade diferenciada.

Cabe ainda ressaltar que os microdados do IBGE permitem outras análises que não fizeram parte do nosso estudo e que podem ser considerados em outros trabalhos dessa natureza. Salientamos que não foi nossa intenção esgotar o assunto, tanto pela sua complexidade, como pela variedade de abordagens que possibilitam. Todavia, entendemos como positivos os resultados aqui obtidos e que poderão desencadear futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho; SENNA, Janaína Reis Xavier. O processo de imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico de 2000. IN.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 14 de julho de 2011.

AMORIM FILHO, Oswaldo B; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Editora Vieira, 2007, 2ª edição.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **REBEP – Revista Brasileira de Estudos de População**. v.16, n.1/2, jan./dez. 1999 (148 páginas). Disponível em <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2012.

BARCELLOS, Tânia M. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v 16, n 1, p. 269-309, 1995. Disponível em <http://revistas.fee.tche.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2013.

BECKER, Olga Maria Schild. O significado das migrações em sociedades periféricas: comentários a partir do caso brasileiro. ABG. **Boletim Gaúcho de Geografia**. 10-11, p. 18-32, 1983.

_____. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 2ª edição. P. 319-367.

BRAGA, Fernando; FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e as conexões territoriais da migração no Brasil: padrões estruturais da migração interna entre 1980 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2010, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2010. Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 14 de julho de 2011.

BRASIL. Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Congresso Nacional**, Brasília/DF. Publicado no D.O.U em 11 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. **Congresso Nacional**, Brasília/DF. Publicado no D.O.U. em 1º jul. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp20.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Congresso Nacional**, Brasília/DF. Publicado no D.O.U. em 07 fev. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 29 mar. 2013.

BRAZIL, R. P. **Minas Gerais na grandeza do Brasil**. Belo Horizonte: 1935.

BRITO, Fausto. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, Adelita (org.). **Transições migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.

_____. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6, 2009, Belo Horizonte. Migrações: fronteiras conceituais. **Anais...** Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**. São Paulo: v.19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CAMARGO, José Francino. **Características e Tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização**. São Paulo: AGB - Boletim Paulista de Geografia, nº 33, 1959.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão n.621**. IPEA: Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, A. M. de. Racionalidade técnica e política da descentralização industrial – um estudo de caso: Montes Claros. 1983. 104f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago, 1983.

CARVALHO, J. A. M. de.; RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.15, n.2, 1999.

CASTLES, Stephen. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. London: Macmillan, 2009.

COSTA, Eduarda Marques da. Cidades Médias: contributos para sua definição. **Finisterra**, Lisboa, n. 74, p.101-128, 2002.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v.3, nº1, p.35-64. Belo Horizonte, 1993.

FAZITO, Dimitri. Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005. 204 f. **Tese** (Doutorado em Demografia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FERREIRA-NETO, Francisco. **150 anos de transportes no Brasil 1822/1972**. Brasília: Ministério dos Transportes, 1974.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 541p.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

GERMANI, Gino. **Sociología de la modernización**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

GOMES, E. T. A. Agendando velhos reencontros; relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

HASENBALG, Carlos. **A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil: 1970-1990**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Sociedade Brasileira de Instrução (Série Estudos, n 82), 1991.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dicionário Demográfico Multilíngüe**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

_____. **Censo Demográfico de 1980 – Minas Gerais**. Volume I, Tomo 4, Número 16. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983

_____. **Censo Demográfico de 1991 – Minas Gerais**. Número 18. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1996

_____. **Censo Demográfico de 2000 – Migração e Deslocamento – Resultados da Amostra**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010: manual do recenseador**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010a.

_____. **Censo Demográfico 2010: notas metodológicas**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010b. CD-Room.

_____. **Cidades@**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan, 2012.

_____. **Contas Regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2012b.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Série Relatórios Metodológicos. Volume 25. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003.

_____. **Microdados do Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1980. CD-Room.

_____. **Microdados do Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1991. CD-Room.

_____. **Microdados do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2000. CD-Room.

_____. **Microdados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010c. CD-Room.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2012a.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): Censos Demográficos de 1940 a 2010**. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jun, 2012.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Nacional, 1970.

LEAKER, Richard. **A evolução da humanidade**. Brasília: Editora UNB, 1981. 256p.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

LEITE, R. de F. C. Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re)configuração da rede urbana regional. Uberlândia. 191 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

LESSA, Simone Narciso. Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**: ensaio sobre a população. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 384p. (Os Economistas)

MARQUES, José. C. L. **Os portugueses na Suíça**: migrantes europeus. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

MARTINE, George. **Migrações internas no Brasil**: tendências e perspectivas. 18p, 1987 (mimeo).

_____. **The Nature and Impacts of Population Redistribution Policies in Brazil**. Project BRA/87/006. ILO/UNDP/IPLAN. 1989.

_____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In.: ABEP, IUSSP, CELADE – **História e População**. Fundação SEADE, São Paulo, 1990.

MARTINE, G.; CARVALHO, José Alberto M. de. Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n2, p. 61-91, dez, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MASSEY, Douglas S. *et al.* Theories of International Migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-66, set. 1993.

_____. **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of millenium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

_____. Theories of International Migration: a review and appraisal. In: A. L. Ed. by MESSINA, **The Migration Reader Exploring Politics and Policies**. (pp. 34-62). London: Lynne Rienner, 2006.

MATA, Milton da. Urbanização e migrações internas. In. MOURA, Hélio Augusto (Org). **Migração interna**. Textos selecionados. Tomo 2. Fortaleza-CE: Banco Nordeste do Brasil S/A,1980.

MATA, Milton da; CARVAHO, Eduardo Werneck R. de; SILVA, Maria Thereza L.L. Castro e. **Migrações Internas no Brasil**: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: IPEA/INPES - Coleção Relatórios de Pesquisa, 1973. 218p.

MATOS, Ralfo. Fatores de fixação em cidades intermediárias e percepção dos habitantes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6, 2009, Belo Horizonte. Migrações e Desenvolvimento Territorial. **Anais...** Disponível em <<http://www.abep.org.br>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

MATTEOS, Natalia. R. **Una Invitación a La Sociologia de Las Migraciones**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

MOTTA, Fernanda Pereira Mendes. A importância da mobilidade espacial para expansão dos vetores norte-central e sul da região metropolitana de Belo Horizonte na virada do século XXI. 2008, 496f. **Dissertação** (Mestrado em Demografia) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos & Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 1).

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 13-103.

OLIVEIRA, Orlandina de; STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

ONU. Conceitos básicos, fonte de dados e métodos de mensuração. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos para discussão n.7**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE: Rio de Janeiro, 2003.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas: a esperança de melhora de vida. Uberlândia-MG, 2003, 159 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia-Universidade Federal de Uberlândia.

PEREIRA, Anete Marília. Cidade média e região: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007.351 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. LESSA, Simone Narciso. O primeiro centenário da infraestrutura ferroviária no norte de Minas Gerais: processo de implantação, auge, crise e concessão. **Revista Cerrados**. Montes Claros, v.10, n.1, 2012.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais**: origens, tipos e modelos de incorporação. Oeiras: Editora Celta, 1999.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis de Migrações. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na região metropolitana de Belo Horizonte – década de 70. 119 f. **Dissertação** (Mestrado em Demografia) CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1994.

_____. Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 f. **Tese** (Doutorado em Demografia) CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

_____. O uso dos quesitos censitários para o estudo das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Disponível em < <http://www.abep.org.br> > Acesso em 17 de julho de 2012.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, v.3, p. 119-144, 1992, São Paulo. **Anais...** Disponível em < <http://www.abep.org.br> > Acesso em 18 de janeiro de 2013.

SANTOS, Mauro Augusto dos; *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **Texto para discussão 398**. CEDEPLAR: Belo Horizonte, 2010. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2013.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, n. 5, p. 85-100, 1988.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura. **Brasileiros na hospedaria de imigrantes: a migração para o estado de São Paulo (1888-1993)**. São Paulo: Museu da Imigração, 2001.

SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1994.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, Editora da UNESP, n. 6, p. 55-64, 1999.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional em Valadares e Ipatinga. 2002, 344f. **Tese** (Doutorado em Demografia) - CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SORRE, Maximilien. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In.: MEGALE, Januário Francisco (org). **Max. Sorre: Geografia**. São Paulo: Ática, 1984, p. 124-139.

THÉRY, Hervé. MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: USP, 2005.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio Augusto (coord.). **Migração Interna**. Textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1998. p. 819-835. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>>. Acesso em 27/06/2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Evolução das regiões metropolitanas brasileiras – 1980 a 2010

Regiões Metropolitanas	Municípios pertencentes			
	Ano			
	1980	1991	2000	2010
Belém - PA	Ananindeua e Belém.	Ananindeua e Belém.	Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.	Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará.
Fortaleza - CE	Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maranguape e Pacatuba.	Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba.	Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante.	Aquiraz, Cascavél, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante.
Recife - PE	Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.	Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.	Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.	Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.
Salvador - BA	Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.	Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.	Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.	Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.
Belo Horizonte - MG	Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.	Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.	Baldim, Belo Horizonte, Betim, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas, Vespasiano.	Baldim, Belo Horizonte, Betim, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas, Vespasiano.
Rio de Janeiro - RJ	Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.	Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

(continua)

(continuação)

São Paulo - SP	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra.	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.
Curitiba - PR	Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.	Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.	Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.	Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.
Porto Alegre - RS	Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.	Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão.	Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.	Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.
Natal - RN	-	-	Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.	Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz.
Grande Vitória - ES	-	-	Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.	Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.
Maceió - AL	-	-	Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba.	Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba.

(continua)

(continuação)

Florianópolis - SC	-	-	Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo, Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.	Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo, Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.
Goiânia - GO	-	-	Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.	Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldazinha, Caturai, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.
Grande São Luís - MA	-	-	Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís.	Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís.
Macapá - AP	-	-	-	Macapá e Santana.
João Pessoa - PB	-	-	-	Alhandra, Bayeux, Caaporá, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pedras de Fogo, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita.
Aracaju - SE	-	-	-	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.
Manaus - AM	-	-	-	Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão. Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.
Vale do Rio Cuiabá - MT	-	-	-	Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.
Da Capital - RR	-	-	-	Boa Vista e Cantá.

Fonte: Leis Específicas (Anexo E)

Org.: LEAL, A. A., 2013

APÊNDICE B – Evolução quantitativa das cidades médias brasileiras não metropolitanas e não capitais de Unidades de Federação – 1980 a 2010

Cidades Médias brasileiras				
Ano				
Regiões	1980	1991	2000	2010
Norte	Conceição do Araguaia - PA, Santarém - PA, Ji-Paraná - RO.	Castanhal-PA, Itaituba-PA, Marabá-PA, Santarém-PA, Araguaína-TO.	Abaetetuba-PA, Castanhal-PA, Marabá-PA, Santarém-PA, Ji-Paraná-RO, Araguaína-TO.	Parintins-AM, Abaetetuba-PA, Bragança-PA, Cametá-PA, Castanhal-PA, Marabá-PA, Parauapebas-PA, Santarém-PA, Ji-Paraná-RO, Araguaína-TO.
Nordeste	Arapiraca - AL, Alagoinhas - BA, Jacobina - BA, Jequié - BA, Juazeiro - BA, Ilhéus - BA, Itabuna - BA, Vitória da Conquista - BA, Feira de Santana - BA, Itapipoca - CE, Sobral - CE, Juazeiro do Norte - CE, Codó - MA, Caxias - MA, Imperatriz - MA, Campina Grande - PB, Petrolina - PE, Caruaru - PE, Parnaíba - PI, Mossoró - RN.	Arapiraca-AL, Alagoinhas-BA, Feira de Santana-BA, Ilhéus-BA, Itabuna-BA, Jequié-BA, Juazeiro-BA, Vitória da Conquista-BA, Juazeiro do Norte-CE, Sobral-CE, Caxias-MA, Codó-MA, Imperatriz-MA, Santa Luzia-MA, Timon-MA, Campina Grande-PB, Caruaru-PE, Garanhuns-PE, Petrolina-PE, Vitória de Santo Antão-PE, Parnaíba-PI, Mossoró-RN.	Arapiraca-AL, Alagoinhas-BA, Barreiras-BA, Feira de Santana-BA, Ilhéus-BA, Itabuna-BA, Jequié-BA, Juazeiro-BA, Teixeira de Freitas-BA, Vitória da Conquista-BA, Crato-CE, Juazeiro do Norte-CE, Sobral-CE, Caxias-MA, Codó-MA, Imperatriz-MA, Timon-MA, Campina Grande-PB, Santa Rita-PB, Caruaru-PE, Garanhuns-PE, Petrolina-PE, Vitória de Santo Antão-PE, Parnaíba-PI, Mossoró-RN.	Arapiraca-AL, Alagoinhas-BA, Barreiras-BA, Eunápolis-BA, Ilhéus-BA, Itabuna-BA, Jequié-BA, Juazeiro-BA, Paulo Afonso-BA, Porto Seguro-BA, Teixeira de Freitas-BA, Vitória da Conquista-BA, Crato-CE, Itapipoca-CE, Juazeiro do Norte-CE, Sobral-CE, Açailândia-MA, Bacabal-MA, Caxias-MA, Codó-MA, Imperatriz-MA, Timon-MA, Campina Grande-PB, Patos-PB, Caruaru-PE, Garanhuns-PE, Petrolina-PE, Vitória de Santo Antão-PE, Parnaíba-PI, Mossoró-RN.

(continua)

(continuação)

Sudeste	Colatina - ES, Linhares - ES, Cachoeiro de Itapemirim - ES, Cariacica - ES, Vila Velha - ES, Sete Lagoas - MG, Caratinga - MG, Divinópolis - MG, Teófilo Otoni - MG, Ipatinga - MG, Montes Claros - MG, Governador Valadares - MG, Uberaba - MG, Uberlândia - MG, Juiz de Fora - MG, Nova Friburgo - RJ, Barra Mansa - RJ, Volta Redonda - RJ, Campos dos Goytacazes - RJ, Sumaré - SP, Rio Claro - SP, Jacareí - SP, São Carlos - SP, Marília - SP, Americana - SP, Araraquara - SP, Araçatuba - SP, Presidente Prudente - SP, Franca - SP, Limeira - SP, Guarujá - SP, Taubaté - SP, Bauru - SP, São José do Rio Preto - SP, São Vicente - SP, Piracicaba - SP, Jundiaí - SP, Sorocaba - SP, São José dos Campos - SP, Ribeirão Preto - SP, Santos - SP.	Cachoeiro de Itapemirim-ES, Cariacica-ES, Colatina-ES, Linhares-ES, Serra-ES, Vila Velha-ES, Caratinga-MG, Divinópolis-MG, Governador Valadares-MG, Ipatinga-MG, Juiz de Fora-MG, Montes Claros-MG, Patos de Minas-MG, Poços de Caldas-MG, Sete Lagoas-MG, Teófilo Otoni-MG, Uberaba-MG, Uberlândia-MG, Barra Mansa-RJ, Campos dos Goytacazes-RJ, Macaé-RJ, Nova Friburgo-RJ, Petrópolis-RJ, Teresópolis-RJ, Volta Redonda-RJ, Americana-SP, Araçatuba-SP, Araraquara-SP, Bauru-SP, Bragança Paulista-SP, Franca-SP, Guaratinguetá-SP, Guarujá-SP, Indaiatuba-SP, Itapetininga-SP, Itu-SP, Jacareí-SP, Jundiaí-SP, Limeira-SP, Marília-SP, Mogi Guaçu-SP, Pindamonhangaba-SP, Piracicaba-SP, Praia Grande-SP, Presidente Prudente-SP, Ribeirão Preto-SP, Rio Claro-SP, Santa Bárbara d'Oeste-SP, Santos-SP, São Carlos-SP, São José do Rio Preto-SP, São José dos Campos-SP, São Vicente-SP, Sorocaba-SP, Sumaré-SP, Taubaté-SP.	Cachoeiro de Itapemirim-ES, Colatina-ES, Linhares-ES, Araguari-MG, Barbacena-MG, Conselheiro Lafaiete-MG, Divinópolis-MG, Governador Valadares-MG, Ipatinga-MG, Juiz de Fora-MG, Montes Claros-MG, Patos de Minas-MG, Poços de Caldas-MG, Pouso Alegre-MG, Sete Lagoas-MG, Teófilo Otoni-MG, Uberaba-MG, Varginha-MG, Angra dos Reis-RJ, Barra Mansa-RJ, Cabo Frio-RJ, Campos dos Goytacazes-RJ, Macaé-RJ, Nova Friburgo-RJ, Petrópolis-RJ, Resende-RJ, Teresópolis-RJ, Volta Redonda-RJ, Americana-SP, Araçatuba-SP, Araraquara-SP, Araras-SP, Atibaia-SP, Barretos-SP, Bauru-SP, Botucatu-SP, Bragança Paulista-SP, Catanduva-SP, Cubatão-SP, Franca-SP, Guaratinguetá-SP, Guarujá-SP, Hortolândia-SP, Indaiatuba-SP, Itapetininga-SP, Itu-SP, Jacareí-SP, Jaú-SP, Jundiaí-SP, Limeira-SP, Marília-SP, Mogi Guaçu-SP, Pindamonhangaba-SP, Piracicaba-SP, Praia Grande-SP, Presidente Prudente-SP, Rio Claro-SP, Santa Bárbara d'Oeste-SP, Santos-SP, São Carlos-SP, São José do Rio Preto-SP, São Vicente-SP, Sorocaba-SP, Sumaré-SP, Taubaté-SP.	Cachoeiro de Itapemirim-ES, Colatina-ES, Linhares-ES, São Mateus-ES, Araguari-MG, Barbacena-MG, Conselheiro Lafaiete-MG, Coronel Fabriciano-MG, Divinópolis-MG, Governador Valadares-MG, Ipatinga-MG, Itabira-MG, Montes Claros-MG, Muriaé-MG, Passos-MG, Patos de Minas-MG, Poços de Caldas-MG, Pouso Alegre-MG, Sete Lagoas-MG, Teófilo Otoni-MG, Ubá-MG, Uberaba-MG, Varginha-MG, Angra dos Reis-RJ, Araruama-RJ, Barra Mansa-RJ, Cabo Frio-RJ, Campos dos Goytacazes-RJ, Macaé-RJ, Nova Friburgo-RJ, Petrópolis-RJ, Resende-RJ, Rio das Ostras-RJ, Teresópolis-RJ, Volta Redonda-RJ, Americana-SP, Araçatuba-SP, Araraquara-SP, Araras-SP, Atibaia-SP, Barretos-SP, Bauru-SP, Birigui-SP, Botucatu-SP, Bragança Paulista-SP, Caraguatatuba-SP, Catanduva-SP, Cubatão-SP, Franca-SP, Guaratinguetá-SP, Guarujá-SP, Hortolândia-SP, Indaiatuba-SP, Itapetininga-SP, Itatiba-SP, Itu-SP, Jacareí-SP, Jaú-SP, Jundiaí-SP, Limeira-SP, Marília-SP, Mogi Guaçu-SP, Ourinhos-SP, Pindamonhangaba-SP, Piracicaba-SP, Praia Grande-SP, Presidente Prudente-SP, Rio Claro-SP, Salto-SP, Santa Bárbara d'Oeste-SP, Santos-SP, São Carlos-SP, São José do Rio Preto-SP, São Vicente-SP, Sertãozinho-SP, Sumaré-SP, Taubaté-SP, Valinhos-SP, Várzea Paulista-SP, Votorantim-SP.
Sul	Umuarama - PR, Foz do Iguaçu - PR, Guarapuava - PR, Cascavel - PR, Maringá - PR, Ponta Grossa - PR, Londrina - PR, Bagé - RS, Passo Fundo - RS, Rio Grande - RS, Santa Maria - RS, Caxias do Sul - RS, Pelotas - RS, Criciúma - SC, Lages - SC, Blumenau - SC, Joinville - SC.	Cascavel-PR, Foz do Iguaçu-PR, Guarapuava-PR, Londrina-PR, Maringá-PR, Paranaguá-PR, Ponta Grossa-PR, Umuarama-PR, Bagé-RS, Caxias do Sul-RS, Passo Fundo-RS, Pelotas-RS, Rio Grande-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Santa Maria-RS, Uruguaiana-RS, Blumenau-SC, Chapecó-SC, Criciúma-SC, Itajaí-SC, Joinville-SC, Lages-SC, São José-SC.	Apucarana-PR, Cascavel-PR, Foz do Iguaçu-PR, Guarapuava-PR, Londrina-PR, Maringá-PR, Paranaguá-PR, Ponta Grossa-PR, Umuarama-PR, Bagé-RS, Caxias do Sul-RS, Passo Fundo-RS, Pelotas-RS, Rio Grande-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Santa Maria-RS, Uruguaiana-RS, Blumenau-SC, Chapecó-SC, Criciúma-SC, Itajaí-SC, Jaraguá do Sul-SC, Joinville-SC, Lages-SC.	Apucarana-PR, Arapongas-PR, Cascavel-PR, Foz do Iguaçu-PR, Guarapuava-PR, Maringá-PR, Paranaguá-PR, Ponta Grossa-PR, Toledo-PR, Umuarama-PR, Bagé-RS, Bento Gonçalves-RS, Caxias do Sul-RS, Passo Fundo-RS, Pelotas-RS, Rio Grande-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Santa Maria-RS, Uruguaiana-RS, Balneário Camboriú-SC, Blumenau-SC, Brusque-SC, Chapecó-SC, Criciúma-SC, Itajaí-SC, Jaraguá do Sul-SC, Lages-SC.
Centro-Oeste	Anápolis - GO, Dourados - MS.	Anápolis-GO, Aparecida de Goiânia-GO, Luziânia-GO, Dourados-MS, Rondonópolis-MT, Várzea Grande-MT.	Águas Lindas de Goiás-GO, Anápolis-GO, Luziânia-GO, Rio Verde-GO, Dourados-MS, Rondonópolis-MT, Várzea Grande-MT.	Águas Lindas de Goiás-GO, Anápolis-GO, Formosa-GO, Luziânia-GO, Rio Verde-GO, Valparaíso de Goiás-GO, Corumbá-MS, Dourados-MS, Três Lagoas-MS, Rondonópolis-MT, Sinop-MT.

Fonte: IBGE – SIDRA: Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

APÊNDICE C – Distritos e quantidade de setores censitários de Montes Claros/MG, segundo IBGE – Censo Demográfico 2010

Município de Montes Claros			
Distritos (código)	Quantidade de setores		
	Urbano	Rural	Total
Montes Claros (05)	361	24	385
Aparecida do Mundo Novo (08)	1	1	2
Ermidinha (10)	1	3	4
Miralta (15)	1	2	3
Nova Esperança (20)	2	1	3
Panorâmica (22)	1	1	2
Santa Rosa de Lima (25)	1	4	5
São João da Vereda (30)	1	3	4
São Pedro da Garça (35)	1	2	3
Vila Nova de Minas (40)	1	2	3

Fonte: IBGE – SIDRA: Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A. A., 2013

**APÊNDICE D – Áreas de Ponderação de Montes Claros/MG, segundo IBGE –
Censo Demográfico 2010**

Áreas de Ponderação de Montes Claros - 2010		
Área de Ponderação	Nome	Quantidade de Setores
3143302005001	Centro	22
3143302005002	São José	16
3143302005003	São João	15
3143302005004	Todos os Santos	15
3143302005005	Ibituruna	16
3143302005006	Jardim São Luiz	18
3143302005007	Major Prates	17
3143302005008	Cidade Nova	16
3143302005009	Santa Rita	17
3143302005010	Cintra	16
3143302005011	São Judas Tadeu	18
3143302005012	Maracanã	13
3143302005013	Jardim Alvorada	21
3143302005014	Delfino Magalhães	18
3143302005015	Lourdes	16
3143302005016	Carmelo	12
3143302005017	Vera Cruz	17
3143302005018	Jardim Primavera	23
3143302005019	Cidade Industrial	19
3143302005020	Santos Reis	19
3143302005021	Jardim Eldorado	17
3143302005022	Rural + Distritos	52

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010
Org.: LEAL A.A., 2013

ANEXOS

ANEXO A – Quesitos do bloco de migração do questionário da amostra do Censo Demográfico de 1980

		<input type="checkbox"/> 2 Brasileiro nato <input type="checkbox"/> 4 Naturalizado brasileiro <input type="checkbox"/> 6 Estrangeiro			
				Código	
11 Nacionalidade					
12 Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento					
ESTES QUESITOS SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA MORADORA — PRESENTE OU AUSENTE (Quesito 2 — Códigos 2 ou 4)	13 Nasceu neste Município	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 8 Não			
	14 Neste Município morou	<input type="checkbox"/> 2 Só na Zona Urbana	<input type="checkbox"/> 4 Só na Zona Rural	<input type="checkbox"/> 6 Nas Zonas Urbana e Rural	
	15 No Município onde residia anteriormente morava (Se nasceu e sempre morou neste Município, responda — Nasceu)	<input type="checkbox"/> 1 Na Zona Urbana	<input type="checkbox"/> 3 Na Zona Rural	<input type="checkbox"/> 8 Nasceu	
	16 Há quantos anos mora nesta Unidade da Federação (Se nasceu e sempre morou nesta Unidade da Federação, responda — Nasceu)	<input type="checkbox"/> 0 Menos de 1 ano	<input type="checkbox"/> 1 1 ano	<input type="checkbox"/> 2 2 anos	<input type="checkbox"/> 3 3 anos
		<input type="checkbox"/> 4 4 anos	<input type="checkbox"/> 5 5 anos	<input type="checkbox"/> 6 6 a 9 anos	<input type="checkbox"/> 7 10 anos ou mais
					<input type="checkbox"/> 8 Nasceu
17 Há quantos anos mora neste Município (Se nasceu e sempre morou neste Município responda — Nasceu)	<input type="checkbox"/> 0 Menos de 1 ano	<input type="checkbox"/> 1 1 ano	<input type="checkbox"/> 2 2 anos	<input type="checkbox"/> 3 3 anos	
	<input type="checkbox"/> 4 4 anos	<input type="checkbox"/> 5 5 anos	<input type="checkbox"/> 6 6 a 9 anos	<input type="checkbox"/> 7 10 anos ou mais	
				<input type="checkbox"/> 8 Nasceu	
18 Se no Quesito 17 respondeu, Menos de 10 anos, indique o nome do Município e a Sigla da Unidade da Federação ou o País estrangeiro em que morava antes. (Se respondeu 10 anos ou mais ou Nasceu, registre sete zeros — 0000000 — no campo Código)	Sigla.....			Código	
27 Município em que trabalha ou estuda (Se não trabalha nem estuda ou se trabalha e estuda no Município de residência, registre sete zeros — 0000000 — no campo Código Registre também 7 zeros para o Não morador presente — Quesito 2 Código 6)	Código				

ANEXO B – Quesitos do bloco de migração do questionário da amostra do Censo Demográfico de 1991

12	Neste Município morou	1 <input type="checkbox"/> Só na zona urbana	2 <input type="checkbox"/> Só na zona rural	3 <input type="checkbox"/> Nas zonas urbana e rural
13	Se no Quesito 12 assinalou o retângulo 3, indique há quantos anos se deu a última mudança	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Nº de anos		98 <input type="checkbox"/> Nunca mudou
14	Nasceu neste Município (se assinalou o retângulo 1, passe para o Quesito 23. Se assinalou o 2, passe para o Quesito 17. Se assinalou o 3, responda aos Quesitos seguintes)	1 <input type="checkbox"/> Sim e sempre morou neste	2 <input type="checkbox"/> Sim, mas já morou em outro	3 <input type="checkbox"/> Não nasceu
15	Se Naturalizado Brasileiro ou Estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no País	100 <input type="checkbox"/> Brasileiro nato	2 <input type="text"/> <input type="text"/> Naturalizado brasileiro	3 <input type="text"/> <input type="text"/> Estrangeiro
16	Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento			
17/18	Há quantos anos mora sem interrupção	Nesta Unidade da Federação <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Nº de anos	Neste Município <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Nº de anos	
PARA A PESSOA QUE NO QUESITO 17/18 RESPONDEU MENOS DE 10 ANOS, NO CAMPO — NESTE MUNICÍPIO				
19	Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este Município	<input type="text"/> <input type="text"/> Sigla	----- Nome	
20	Na localidade indicada no Quesito 19, reside	1 <input type="checkbox"/> Na zona urbana	2 <input type="checkbox"/> Na zona rural	
OS QUESITOS SEQUINTE S O SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS (nascida antes de 01/05/1986)				
21	Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que residia em 01/05/1986 (se residia no Município, assinale o retângulo 7 — Neste)	<input type="text"/> <input type="text"/> Sigla	----- Nome	
		7 <input type="checkbox"/> Neste		
22	Na localidade indicada no Quesito 21, antes de mudar, residia	1 <input type="checkbox"/> Na zona urbana	2 <input type="checkbox"/> Na zona rural	

ANEXO D – Questionário da amostra do Censo Demográfico de 2010

 Censo Demográfico 2010 CD 2010 Questionário da Amostra	MUNICÍPIO: <input type="text"/>					
	POSTO DE COLETA: <input type="text"/>					
1 IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO						
1.01 UF	1.02 MUNICÍPIO	1.03 DISTRITO	1.04 SUBDISTRITO	1.05 SETOR	1.06 Nº DA QUADRA	1.07 Nº DA FACE
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
LOCALIDADE:				CEP:		
<input type="text"/>				<input type="text"/>		
LOGRADOURO: (Endereço completo)						
<input type="text"/>						
ESPÉCIES DE DOMICÍLIO OCUPADO						
1.08 <input type="checkbox"/> 1 - DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE OCUPADO <input type="checkbox"/> 6 - DOMICÍLIO COLETIVO COM MORADOR <input type="checkbox"/> 8 - DOMICÍLIO PARTICULAR IMPROVISADO OCUPADO						
Siga 1.09						
TIPO						
1.08 <input type="checkbox"/> 11 - CASA <input type="checkbox"/> 63 - OUTRO (VAGÃO, TRAILER, GRUTA, ETC.) <input type="checkbox"/> 12 - CASA DE VILA OU EM CONDOMÍNIO <input type="checkbox"/> 61 - ASILO, ORFANATO E SIMILARES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 13 - APARTAMENTO <input type="checkbox"/> 62 - HOTEL, PENSÃO E SIMILARES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 14 - HABITAÇÃO EM: CASA DE CÔMODOS, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO <input type="checkbox"/> 63 - ALOJAMENTO DE TRABALHADORES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 15 - OCA OU MALOCA <input type="checkbox"/> 64 - PENITENCIÁRIA, PRESÍDIO OU CASA DE DETENÇÃO COM MORADOR <input type="checkbox"/> 51 - TENDA OU BARRACA <input type="checkbox"/> 65 - OUTRO MORADOR <input type="checkbox"/> 52 - DENTRO DO ESTABELECIMENTO						
Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.				Se código 1 no quesito 1.08, siga para o quesito 2.01 Se código 5 no quesito 1.08, siga para o quesito 3.01 Se código 6 no quesito 1.08, siga para o quesito 4.01		
2 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO						
2.01 - ESTE DOMICÍLIO É:						
<input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO <input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR <input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO <input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA <input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO <input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO						
2.011 - VALOR DO ALUGUEL R\$ <input type="text"/> ,00						
Siga 2.02						
2.02 - O MATERIAL PREDOMINANTE NAS PAREDES EXTERNAS É:						
<input type="checkbox"/> 1 - ALVENARIA COM REVESTIMENTO <input type="checkbox"/> 4 - TAIPA REVESTIDA <input type="checkbox"/> 7 - PALHA <input type="checkbox"/> 2 - ALVENARIA SEM REVESTIMENTO <input type="checkbox"/> 5 - TAIPA NÃO REVESTIDA <input type="checkbox"/> 8 - OUTRO MATERIAL <input type="checkbox"/> 3 - MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA) <input type="checkbox"/> 6 - MADEIRA APROVEITADA <input type="checkbox"/> 9 - SEM PAREDE						
Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.						
Siga 2.03						
2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (inclusive banheiro e cozinha)						
<input type="text"/>						
(Não considere como cômodo: corredores, varandas abertas, garagem e outros compartimentos para fins não residenciais)						
Siga 2.04						

(continua)

(continuação)

<p>2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVEM DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES?</p> <p><input type="text" value="2"/></p> <p>Siga 2.05</p>	<p>2.05 - QUANTOS BANHEIROS DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive os localizados no terreno ou na propriedade) BANHEIROS COM CHUVEIRO (OU BANHEIRA) E VASO SANITÁRIO (OU PRIVADA) (Se 9 ou mais de 9, registre 9. Se não existir registre 0 (zero)) (Se 0 (zero) siga 2.06. Caso contrário, passe ao 2.07)</p> <p><input type="text" value="1"/></p>
<p>2.06 - UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.07) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.08)</p> <p>Obs.: Dependendo da região do país, sanitário pode ser conhecido como: casinha, potente, latrina, privada, sentina, retrete, casa-de-força, cambone</p>	
<p>2.07 - O ESGOTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO É LANÇADO (JOGADO) EM:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL <input type="checkbox"/> 3 - FOSSA RUDIMENTAR <input type="checkbox"/> 5 - RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - FOSSA SÉPTICA <input type="checkbox"/> 4 - VALA <input type="checkbox"/> 6 - OUTRO</p> <p>Siga 2.08</p>	
<p>2.08 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO <input type="checkbox"/> 5 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA EM CISTERNA <input type="checkbox"/> 8 - OUTRA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> 6 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA DE OUTRA FORMA <input type="checkbox"/> 9 - POÇO OU NASCENTE NA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - POÇO OU NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> 7 - RIOS, AÇUDES, LAGOS E IGARAPÉS <input type="checkbox"/> 10 - POÇO OU NASCENTE FORA DA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - CARRO-PIPA</p> <p>Obs.: As categorias em negrito só foram disponibilizadas em setores de terras indígenas.</p> <p>Siga 2.09</p>	
<p>2.09 - NESTE DOMICÍLIO EXISTE ÁGUA CANALIZADA (ENCANADA)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, EM PELO MENOS UM CÔMODO <input type="checkbox"/> 2 - SIM, SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO <input type="checkbox"/> 3 - NÃO</p> <p>Siga 2.10</p>	
<p>2.10 - O LIXO DESTA DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA <input type="checkbox"/> 4 - ENTERRADO (Na propriedade) <input type="checkbox"/> 6 - JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA <input type="checkbox"/> 5 - JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO <input type="checkbox"/> 7 - TEM OUTRO DESTINO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - QUEIMADO (Na propriedade)</p> <p>Siga 2.11</p>	
<p>2.11 - EXISTE ENERGIA ELÉTRICA NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA → (Siga 2.12) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE OUTRAS FONTES → (Passe ao 2.13) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO EXISTE ENERGIA ELÉTRICA → (Passe ao 2.13)</p>	
<p>2.12 - EXISTE MEDIDOR OU RELÓGIO NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE USO EXCLUSIVO <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE USO COMUM <input type="checkbox"/> 3 - NÃO TEM MEDIDOR OU RELÓGIO</p> <p>Siga 2.13</p>	
<p>NESTE DOMICÍLIO EXISTE:</p> <p>2.13 - RÁDIO (inclusive integrado a outro tipo de aparelho)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.14</p> <p>2.14 - TELEVISÃO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.15</p> <p>2.15 - MÁQ. DE LAVAR ROUPA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Não considerar tanquinho) Siga 2.16</p> <p>2.16 - GELADEIRA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.17</p> <p>2.17 - TELEFONE CELULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.18</p> <p>2.18 - TELEFONE FIXO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.19</p> <p>2.19 - MICROCOMPUTADOR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.20) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.21)</p> <p>2.20 - MICROCOMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.21</p> <p>2.21 - MOTOCICLETA PARA USO PARTICULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.22</p> <p>2.22 - AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 3.01</p>	

(continua)

(continuação)

6		CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
6.00 - NOME DA PESSOA			
			Siga 6.01
6.01 - SEXO		6.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO?	
<input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO Siga 6.02		<input type="text"/> 6.021 - MÊS <input type="text"/> 6.022 - ANO <small>(Se mês ou ano em branco, siga 6.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 6.04)</small>	
6.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010?			
6.031 - UM ANO OU MAIS <input type="text"/>		6.032 - MENOS DE UM ANO <input type="text"/> MESES	
Siga 6.04			
6.04 - TEM MÃE VIVA? <small>(considere apenas mãe biológica)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.06)		<input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 6.06)	
<input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 6.06)		<input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 6.06)	
6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR			
			Siga 6.06
6.06 - A SUA COR OU RAÇA É:			
<input type="checkbox"/> 1 - BRANCA		<input type="checkbox"/> 2 - PRETA	<input type="checkbox"/> 3 - AMARELA
		<input type="checkbox"/> 4 - PARDA	<input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08)
<small>(Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)</small>			
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08)		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)	
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE?			
			Siga 6.09
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10)		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)	
6.10 - QUAL(IS)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)			
6101			
6103			
Siga 6.11			
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
Siga 6.12			
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO?			
<small>(Se tem até 10 anos de idade, siga 6.13. Caso contrário, passe ao 6.14)</small>			
PARA PESSOAS COM ATÉ 10 ANOS DE IDADE			
6.13 - TEM REGISTRO DE NASCIMENTO:			
<input type="checkbox"/> 1 - DO CARTÓRIO	<input type="checkbox"/> 2 - DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO (DNV) DO HOSPITAL OU DA MATERNIDADE	<input type="checkbox"/> 3 - REGISTRO ADMINISTRATIVO DE NASCIMENTO INDÍGENA(RANI) <small>(Somente para aquele que se declarar ou se considerar indígena)</small>	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM <input type="checkbox"/> 5 - NÃO SABE
Siga 6.14			
DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS			
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? <small>(SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE
Siga 6.15			
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? <small>(SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE
Siga 6.16			
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? <small>(SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE
Siga 6.17			
6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
Siga 6.18			

(continua)

(continuação)

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
<p>6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.19)</p>	
<p>6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.20)</p>	
<p>6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)</p>	
<p>6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL?</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ ANO</p> <p>Siga 6.22</p>	<p>6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>Siga 6.23</p>
<p>6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)</p> <p>_____ _____ _____ ANO</p> <p>Siga 6.24</p>	<p>6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)</p> <p>_____ _____ _____ ANO</p> <p>(Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.) (Se mora há 10 anos ou mais e tem 6 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Caso contrário, passe ao 6.28)</p> <p>NÚMERO DE ANOS</p>
<p>6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.251 - UF</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.253 - MUNICÍPIO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>(Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 6 anos ou mais de idade, siga 6.26) (Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 6 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Se tiver menos de 6 anos de idade, passe ao 6.28)</p>	
<p>6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2007?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.261 - UF</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.263 - MUNICÍPIO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>_____ _____ _____ _____ _____ 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>(Se tem 6 anos ou mais de idade, siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)</p>	
EDUCAÇÃO	
PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE	
<p>6.27 - SABE LER E ESCRIVER?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>Siga 6.28</p>	
PARA TODAS AS PESSOAS	
<p>6.28 - FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, PÚBLICA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM, PARTICULAR</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (Passe ao 6.33)</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NUNCA FREQUENTOU (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)</p> <p>(Siga 6.29)</p>	
PARA PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE	
<p>6.29 - QUAL É O CURSO QUE FREQUENTA?</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - CRECHE</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA)</p> <p><input type="checkbox"/> 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (Siga 6.30)</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Passe ao 6.36)</p> <p><input type="checkbox"/> 07 - REGULAR DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.31)</p> <p><input type="checkbox"/> 08 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.36)</p> <p><input type="checkbox"/> 09 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO (Passe ao 6.32)</p> <p><input type="checkbox"/> 10 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS)</p> <p><input type="checkbox"/> 11 - MESTRADO</p> <p><input type="checkbox"/> 12 - DOUTORADO</p> <p>(Passe ao 6.36)</p>	

(continua)

(continuação)

6.30 - QUAL É A SÉRIE/ANO QUE FREQUENTA? <input type="checkbox"/> 01 - PRIMEIRO ANO <input type="checkbox"/> 02 - PRIMEIRA SÉRIE/SEGUNDO ANO <input type="checkbox"/> 03 - SEGUNDA SÉRIE/TERCEIRO ANO <input type="checkbox"/> 04 - TERCEIRA SÉRIE/QUARTO ANO <input type="checkbox"/> 05 - QUARTA SÉRIE/QUINTO ANO <input type="checkbox"/> 06 - QUINTA SÉRIE/SEXTO ANO <input type="checkbox"/> 07 - SEXTA SÉRIE/SETIMO ANO <input type="checkbox"/> 08 - SÉTIMA SÉRIE/OITAVO ANO <input type="checkbox"/> 09 - OITAVA SÉRIE/NONO ANO <input type="checkbox"/> 10 - CURSO NÃO SERIADO	
Passe ao 6.35	
6.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUENTA? <input type="checkbox"/> 1 - PRIMEIRA SÉRIE <input type="checkbox"/> 2 - SEGUNDA SÉRIE <input type="checkbox"/> 3 - TERCEIRA SÉRIE <input type="checkbox"/> 4 - QUARTA SÉRIE <input type="checkbox"/> 5 - CURSO NÃO SERIADO	
Passe ao 6.36	
6.32 - JÁ CONCLUIU OUTRO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.35) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.36)	
PARA PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE, MAS JÁ FREQUENTOU	
6.33 - QUAL FOI O CURSO DE NÍVEL MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU? <input type="checkbox"/> 01 - CRECHE, PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA), CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA <input type="checkbox"/> 02 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS <input type="checkbox"/> 03 - ANTIGO PRIMÁRIO (ELEMENTAR) <input type="checkbox"/> 04 - ANTIGO GINÁSIO (MÉDIO 1º CICLO) <input type="checkbox"/> 05 - (da 1ª a 3ª série/do 1º ao 4º ano) <input type="checkbox"/> 06 - (4ª série/5º ano) <input type="checkbox"/> 07 - (da 6ª a 8ª série/do 6º ao 8º ano) <input type="checkbox"/> 08 - SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU <input type="checkbox"/> 09 - ANTIGO CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC... (MÉDIO 2º CICLO) <input type="checkbox"/> 10 - REGULAR OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU <input type="checkbox"/> 11 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> 12 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS) <input type="checkbox"/> 13 - MESTRADO <input type="checkbox"/> 14 - DOUTORADO	
(Siga 6.34)	
(Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37) (Se tem menos de 10 anos de idade, passe ao 6.70)	
(Siga 6.34)	
6.34 - CONCLUIU ESTE CURSO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se códigos 12; 13 ou 14 no quesito 6.33, siga 6.35) (Se código 11 no quesito 6.33 e código 1 neste quesito, siga 6.35) (Se código 11 no quesito 6.33 e código 2 neste quesito, passe ao 6.37) (Se códigos de 01 a 10 no quesito 6.33 e tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37) (Se códigos de 01 a 10 no quesito 6.33 e tem menos de 10 anos de idade, passe ao 6.70)	
6.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU? <input type="checkbox"/> 1 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - MESTRADO <input type="checkbox"/> 3 - DOUTORADO 6.351 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO 6.352 - MESTRADO 6.353 - DOUTORADO	
(Se código 1 ou 2 no quesito 6.28, siga 6.36. Caso contrário, passe ao 6.37)	
DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)	
6.36 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)? <input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70) <input type="checkbox"/> 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO	
6.361 - UF 6.362 - MUNICÍPIO 6.363 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	

(continua)

(continuação)

6.48 - NESSE TRABALHO ERA: <input type="checkbox"/> 01 - EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA <input type="checkbox"/> 02 - MILITAR DO EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA, POLÍCIA MILITAR OU CORPO DE BOMBEIROS <input type="checkbox"/> 03 - EMPREGADO PELO REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS <input type="checkbox"/> 04 - EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA <input type="checkbox"/> 05 - CONTA PRÓPRIA <input type="checkbox"/> 06 - EMPREGADOR (Siga 6.49) <input type="checkbox"/> 07 - NÃO-REMUNERADO - (Se código 1 no quesito 6.46, passe ao 6.55) (Se código 2 no quesito 6.46, passe ao 6.50)		(Passe ao 6.61) (Passe ao 6.50)
6.49 - QUANTAS PESSOAS EMPREGAVA NESSE TRABALHO? <input type="checkbox"/> 1 - (1 A 5 PESSOAS) <input type="checkbox"/> 2 - (6 OU MAIS PESSOAS) Siga 6.50		
6.50 - ERÁ CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL EM ALGUM TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE 28 A 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NO TRABALHO PRINCIPAL <input type="checkbox"/> 2 - SIM, EM OUTRO TRABALHO <input type="checkbox"/> 3 - NÃO Siga 6.61		
6.51 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS <input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.) <input type="checkbox"/> 0 - NÃO TEM 6.511 - R\$ _____,00 (Se código 1 no quesito 6.46, passe ao 6.62. Se código 2 no quesito 6.46, siga 6.52)		
6.52 - NOS DEMAIS TRABALHOS, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS <input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.) <input type="checkbox"/> 0 - NÃO TEM 6.521 - R\$ _____,00 Siga 6.53		
6.53 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUANTAS HORAS TRABALHAVA HABITUALMENTE POR SEMANA? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 HORAS Passe ao 6.56		
6.54 - NO PERÍODO DE 02 A 31 DE JULHO DE 2010 TOMOU ALGUMA PROVIDÊNCIA, DE FATO, PARA CONSEGUIR TRABALHO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.55) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.56)		
6.55 - SE TIVESSE CONSEGUIDO TRABALHO, ESTARIA DISPONÍVEL PARA ASSUMI-LO NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.56		
EM JULHO DE 2010, TINHA RENDIMENTO MENSAL HABITUAL DE:		
6.56 - APOSENTADORIA OU PENSÃO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.67		
6.57 - PROGRAMA SOCIAL BOLSA-FAMÍLIA OU PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.68		
6.58 - RENDIMENTO DE OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS OU DE TRANSFERÊNCIAS? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.69		
6.59 - OUTRAS FONTES (JUROS DE POUPANÇA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ALUGUEL, PENSÃO OU APOSENTADORIA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, ETC.) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se do quesito 6.56 ao 6.59 houve pelo menos uma resposta "Sim", siga 6.691. Caso contrário, veja comandos abaixo)		
6.691 - EM JULHO DE 2010 QUAL FOI O VALOR TOTAL DESTES(S) RENDIMENTO(S)? R\$ _____,00 (Se assinalou código 1 ou 2 no quesito 6.46, siga 6.60) (Se assinalou código 1 no quesito 6.44, siga 6.60) (Caso contrário, se for mulher, passe ao 6.62. Se for homem, passe ao 6.70)		

(continua)

(continuação)

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO			
6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA? <input type="checkbox"/> 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70) <input type="checkbox"/> 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61) <input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 6.601 e 6.603)			
6.601 - UF		6.603 - MUNICÍPIO	
(Siga 6.61)			
<input type="checkbox"/> 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 6.606)			
6.606 - PAÍS ESTRANGEIRO			
<input type="checkbox"/> 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)			
6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.62) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 6.63. Se for homem, Passe ao 6.70)			
6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO? <input type="checkbox"/> 1 - ATÉ 05 MINUTOS <input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS <input type="checkbox"/> 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA <input type="checkbox"/> 5 - MAIS DE DUAS HORAS <input type="checkbox"/> 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA (Se for mulher, Siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)			
FECUNDIDADE			
PARA A MULHER DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE			
6.63 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS VIVOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - TEVE FILHOS NASCIDOS VIVOS <input type="checkbox"/> 2 - NÃO TEVE FILHO NASCIDO VIVO (Passe ao 6.65)			
 6.631 - HOMENS	 6.632 - MULHERES	(Siga 6.64)	
6.64 - DOS FILHOS E FILHAS QUE TEVE, QUANTOS ESTAVAM VIVOS EM 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - FILHOS VIVOS EM 31/07/2010 <input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE O Nº DE FILHOS HOMENS E MULHERES VIVOS EM 31/07/2010			
 6.641 - HOMENS	 6.642 - MULHERES	Siga 6.65	
6.65 - QUAL É O SEXO DO ÚLTIMO FILHO TIDO NASCIDO VIVO ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO Siga 6.66			
6.66 - QUAL É O MÊS E O ANO DE NASCIMENTO DO(A) ÚLTIMO(A) FILHO(A) TIDO(A) NASCIDO(A) VIVO(A) ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? CASO NÃO SAIBA, PREENCHA APENAS O CAMPO COM A IDADE DESTA FILHO.			
 6.661 - MÊS	 6.662 - ANO	 6.663 - IDADE DO FILHO EM 31/07/2010 O campo 6.663 somente será habilitado se os campos 6.661 ou 6.662 estiverem em branco	
Siga 6.67			
6.67 - ESTE (A) FILHO (A) ESTAVA VIVO(A) EM 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.68) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.68) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO SABE (Passe ao 6.68)			
6.68 - QUAL FOI O MÊS E O ANO QUE ESTE (A) FILHO(A) FALECEU? <input type="checkbox"/> 1 - SABE O MÊS E ANO OU SOMENTE O ANO <input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE			
 6.681 - MÊS	 6.682 - ANO	(Siga 6.69)	
Siga 6.69			
6.69 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS MORTOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? (GESTAÇÃO DE 7 MESES OU MAIS SEM NENHUM SINAL DE VIDA AO NASCER. NÃO INCLUIR ABORTOS) <input type="checkbox"/> 1 - TEVE FILHO NASCIDO MORTO (Siga 6.691 a 6.693) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO TEVE FILHO NASCIDO MORTO (Passe ao 6.70)			
 6.691 - HOMENS	 6.692 - MULHERES	 6.693 - TOTAL (Siga 6.70)	
(Comando especial: o sistema somente deverá habilitar o campo 6.693 se o quesito 0669 for igual a 1 e o(s) campo(s) 6.691 ou 6.692 estiver(em) em branco)			

(continua)

ANEXO E – Leis de Formação das Regiões Metropolitanas Brasileiras

ALAGOAS. Lei Complementar n.18, de 19 de novembro de 1998. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Maceió – R.M.M, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, Maceió/AL. Publicado no Diário Oficial em 20 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao>>. Acesso em 15 out. 2012.

AMAPÁ. Lei Complementar n.21, de 26 de fevereiro de 2003. Institui a Região Metropolitana do Município de Macapá, Estado do Amapá, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, Macapá/AP. Publicado no Diário Oficial em 05 mar. 2003, n. 2985. Disponível em: <<http://www.al.ap.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

AMAZONAS. Lei Complementar Estadual n. 52, de 30 de maio de 2007. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. **Diário Oficial**, Manaus/AM, 30 mai. 2007, n. 31.112, ano CXIII. Disponível em: <<http://diariooficialconsultas.prodiam.am.gov.br/listadiario.php>>. Acesso em: 14 out. 2012

BAHIA. Lei Complementar Estadual n. 30, de 03 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a inclusão dos municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João na Região Metropolitana de Salvador e dá outras providências. **Diário Oficial**, Salvador/BA, 04 jan. 2008, n. 19.595, ano XCII, caderno executivo, p. 9. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar Estadual n. 32, de 22 de janeiro de 2009. Institui o município de Pojuca como parte integrante da Região Metropolitana de Salvador e dá outras providências. **Diário Oficial**, Salvador/BA, 23 jan. 2009, n. 19.899, ano XCIII, caderno executivo, p. 9. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 14 out. 2012.

BRASIL. Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Congresso Nacional**, Brasília/DF. Publicado no D.O.U em 11 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. **Congresso Nacional**, Brasília/DF. Publicado no D.O.U. em 1º jul. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp20.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 52, de 16 de abril de 1986. Inclui o município de Maracanaú, recém-desmembrado do município de Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. **Congresso Nacional**, Brasília/DF. Publicado no D.O.U. em 17 abr. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp52.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar n. 58, de 21 de fevereiro de 1995. Fica instituída a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, com vistas à organização, ao planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano. **Assembleia Legislativa**, Vitória/ES. Publicado no D.O. em 23 fev. 1995. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 159, de 08 de julho de 1999. Inclui o município de Guarapari na Região Metropolitana da Grande Vitória. **Assembleia Legislativa**, Vitória/ES. Publicado no Diário Oficial em 09 jul. 1999. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2012.

GOIÁS. Lei Complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999. Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas. **Assembleia Legislativa**, Goiânia/GO. Publicado no Diário Oficial em 20 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/5367/leis-complementares>>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 78, de 25 de março de 2010. Altera a Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia. **Diário Oficial**, Goiânia/GO, 05 mar. 2010, n. 20832, ano 173, caderno executivo. Disponível em: <<http://www.agecom.go.gov.br/diario.html>>. Acesso em: 14 out. 2012.

MARANHÃO. Lei Complementar n. 38 de 1998. Dispõe sobre a constituição Região Metropolitana da Grande São Luís, composta pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. **Assembleia Legislativa**, São Luís/MA.

_____. Lei Complementar n. 69, de 2 de dezembro de 2003. Dá nova redação à Lei Complementar 038/98 e inclui o município de Alcântara à Região Metropolitana da Grande São Luís, e dá outras providências. **Diário Oficial**, São Luís/MA, 30 dez. 2003, n. 253, ano XCVII, p. 1. Disponível em: <<http://www.diariooficial.ma.gov.br/index.php>>. Acesso em 15 out. 2012.

MATO GROSSO. Lei Complementar n. 359, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e dá outras providências. **Diário Oficial**, Cuiabá/MT, 27 mai. 2009, n. 25089, p. 01, ano CXIX, caderno executivo. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/?buscar_diario>. Acesso em: 14 out. 2012.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n. 56, de 12 de janeiro de 2000. Altera os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14 de janeiro de 1993, que estabelecem a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de seu colar metropolitano. **Assembleia Legislativa**, Belo Horizonte/MG. Publicado no Diário Oficial em 13 jan. 2000, caderno executivo, p. 4. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 89, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Assembleia Legislativa**, Belo Horizonte/MG. Publicado no Diário Oficial em 13 jan. 2006, caderno executivo, p. 3. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

PARÁ. Lei Complementar n. 27, de 19 de outubro de 1995. Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. **Diário Oficial**, Belém/PA, 22 dez. 1995, n. 28116, ano CIV, caderno executivo 1, p. 2. Disponível em: <<http://www.ioe.pa.gov.br/diarios/1995/12/22.12.caderno.01.pdf>>. Acesso em 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 72, de 12 de abril de 2010. Altera a Lei Complementar n. 027, de 19 de outubro de 1995. **Diário Oficial**, Belém/PA, 30 mai. 2010, n. 31656, ano CXIX, caderno executivo 4, p. 9. Disponível em: <<http://www.ioe.pa.gov.br/diarios/2010/04/30.04.caderno.04.pdf>>. Acesso em 14 out. 2012.

PARAÍBA. Lei Complementar n.59, de 30 de dezembro de 2003. Cria a Região Metropolitana de João Pessoa, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, João Pessoa/PB. Publicado no Diário Oficial em 30 dez 2003. Disponível em: <<http://www.al.pb.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar n.90, de 23 de julho de 2009. Dá nova redação ao art. 1º, do capítulo I, da Lei Complementar n.59, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial**, João Pessoa/PB, 24 set. 2009, n. 14193, p.1. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/diario-oficial>>. Acesso em 15 out. 2012.

PARANÁ. Lei n. 12125, de 22 de abril de 1998. Dá nova redação ao parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 11.027, de 29.12.94. **Assembleia Legislativa**, Curitiba/PR. Publicado no Diário Oficial em 22 abr. 1998, n. 5234. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei n. 13512, de 21 de janeiro de 2002. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º, da lei n. 11.027, de 29 dez. 1994. (COMEC). **Assembleia Legislativa**, Curitiba/PR. Publicada no Diário Oficial em 08 fev. 2002, n. 6185. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

PERNAMBUCO. Lei Complementar n. 10, de 06 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Recife - RMR, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Recife/PE, 07 jan. 1994, n. 04, ano LXXI, caderno poder executivo, p. 04. Disponível em: <http://www.cepe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=F:\ANOS\1994\01-JAN\DO_JAN94.DOCPRO>. Acesso em 15 out. 2012.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar n. 64, de 21 de setembro de 1990. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, Rio de Janeiro/RJ. Publicado no Diário Oficial em 25 set. 1990. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 87, de 16 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, e sobre a microrregião dos lagos, define as funções públicas e serviços de interesse comum e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, Rio de Janeiro/RJ. Publicado no Diário Oficial em 17 dez. 1997. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. Lei Complementar n. 133, de 15 de dezembro de 2009. Altera a lei complementar n. 87, de 16 de dezembro de 1997, com a nova redação dada pela lei complementar n. 97, de 2 de outubro de 2001, a lei complementar n. 89, de 17 de julho de 1998, a lei complementar n. 105, de 4 de julho de 2002, e a lei complementar n. 130, de 21 de outubro de 2009, e dá outras providências, na forma que menciona. **Assembleia Legislativa**, Rio de Janeiro/RJ. Publicado no Diário Oficial em 16 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>>. Acesso em: 14 out. 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar n. 152, de 16 de janeiro de 1997. Institui a Região Metropolitana de Natal e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, Natal/PB. Republicado no Diário Oficial em 06 fev. 1997, n. 8945, p.8-9. Disponível em: <<http://www.al.rn.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. Lei Complementar n. 391, de 22 de julho de 2009. Altera dispositivo da Lei Complementar n. 315, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Natal, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, Natal/PB. Disponível em: <<http://www.al.rn.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado, de 03 de outubro de 1989. **Assembleia Legislativa**, Porto Alegre/RS. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. Lei Complementar, n.10234, de 27 de julho de 1994. Inclui o município de Charqueadas na Região Metropolitana do Estado. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 28 jul. 1994, n. 143, ano LIII, p. 1. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11198, de 23 de julho de 1998. Inclui o município de Nova Santa Rita na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 28 jul. 1998, n. 141, ano LVII, p. 1. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11201, de 30 de julho de 1998. Inclui o município de Araricá na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 31 jul. 1998, n. 144, ano LVII, p. 1. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11307, de 14 de janeiro de 1999. Inclui o município de Montenegro na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 15 jan. 1999, n. 1, ano LVII, p. 4. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11318, de 26 de março de 1999. Inclui o município de Taquara na Região Metropolitana do Estado. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 29 mar. 1999, n. 61, ano LVII, p. 1. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11340, de 21 de julho de 1999. Inclui o município de São Jerônimo na Região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 22 jun. 1999, n. 119, ano LVII, p. 1. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11530, de 21 de setembro de 2000. Inclui o município de São Antônio da Patrulha na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 22 set. 2000, n. 181, ano LIX, p. 4. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11539, de 1º de novembro de 2000. Inclui o município de Arroio dos Ratos na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 03 nov. 2000, n. 209, ano LIX, p. 2. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar, n.11645, de 28 de junho de 2001. Inclui o município de Capela de Santana na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Diário Oficial**, Porto Alegre/RS, 29 jun. 2001, n. 123, ano LX, p. 2. Disponível em:<<http://www.corag.com.br>>. Acesso em 15 out. 2012.

RORAIMA. Lei Complementar n. 130, de 21 de dezembro de 2007. Institui Regiões Metropolitanas no Estado e dá outras providências. **Diário Oficial**, Boa Vista/RR, 21 dez. 2007, n. 725, ano XVII, p.7. Disponível em: < www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em 15 out. 2012.

SANTA CATARINA. Lei Complementar n. 162, 06 de janeiro de 1998. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense e estabelece outras providências. **Assembleia Legislativa**, Florianópolis/SC. Publicado no Diário Oficial em 06 jan. 1998, n. 15834. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#r>>. Acesso em 15 out. 2012.

_____. Lei Complementar Promulgada n. 495, 26 de janeiro de 2010. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão. **Assembleia Legislativa**, Florianópolis/SC. Publicado no Diário Oficial em 18 mar. 2010, n. 18810. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#r>>. Acesso em 15 out. 2012.

SÃO PAULO. Lei Complementar n. 332, de 21 de novembro de 1983. Integra na Região Metropolitana da Grande São Paulo o município de Vargem Grande Paulista. **Diário Oficial**, São Paulo/SP, 22 nov. 1983, n. 220, v. 93, p.1. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19831122&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=1>>. Acesso em 15 out. 2012.

SERGIPE. Lei Complementar n. 25, de 29 de dezembro de 1995. Cria a Região Metropolitana de Aracaju e dá providências correlatas. **Assembleia Legislativa**, Aracaju/SE. Disponível em: < <http://www.al.se.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2012.